



República
Federativa
do Brasil

Mensagem Presidencial

Plano Plurianual (PPA) 2024 - 2027

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO





República
Federativa
do Brasil

Mensagem Presidencial

Plano Plurianual (PPA) 2024 - 2027



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO



Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Nacional de Planejamento.

Plano plurianual 2024-2027: mensagem presidencial/Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Nacional de Planejamento. -- Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2023. 240 p.: il.

1. Planejamento de governo – 2024-2027. 2. Planejamento estratégico. 3. Plano de desenvolvimento. 4. Programa de governo. 5. Políticas públicas. 6. Desenvolvimento econômico. 7. Desenvolvimento social. 8. Sustentabilidade socioambiental. 9. Participação social. I. Título. II. Brasil. Secretaria Nacional de Planejamento.

CDU - 338.26"2024/2027"

República Federativa do Brasil

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministros:

Casa Civil da Presidência da República

Rui Costa dos Santos

Secretaria-Geral da Presidência da República

Márcio Costa Macêdo

Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Alexandre Rocha Santos Padilha

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Paulo Roberto Severo Pimenta

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Marcos Antonio Amaro dos Santos

Advocacia-Geral da União

Jorge Rodrigo Araújo Messias

Controladoria-Geral da União

Vinícius Marques de Carvalho

Ministério da Agricultura e Pecuária

Carlos Henrique Baqueta Fávaro

Ministério das Cidades

Jader Fontenelle Barbalho Filho

Ministério da Cultura

Margareth Menezes da Purificação Costa

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Ministério das Comunicações

Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

Ministério da Defesa

José Múcio Monteiro Filho

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Antônio Waldez Góes da Silva

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

José Wellington Barroso de Araujo Dias

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Silvio Luiz de Almeida

Ministério da Fazenda

Fernando Haddad

Ministério da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Ministério do Esporte

Ana Beatriz Moser

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Esther Dweck

Ministério da Igualdade Racial

Anielle Francisco da Silva

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Flávio Dino de Castro e Costa

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Ministério de Minas e Energia

Alexandre Silveira de Oliveira

Ministério das Mulheres

Aparecida Gonçalves

Ministério da Pesca e Aquicultura

André Carlos Alves de Paula Filho

Ministério do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Ministério de Portos e Aeroportos

Márcio Luiz França Gomes

Ministério dos Povos Indígenas

Sonia Bone de Sousa Silva Santos

Ministério da Previdência Social

Carlos Roberto Lupi

Ministério das Relações Exteriores

Mauro Luiz Iecker Vieira

Ministério da Saúde

Nísia Verônica Trindade Lima

Ministério do Trabalho e Emprego

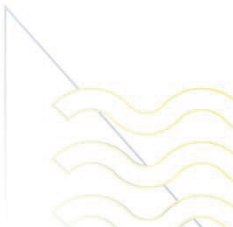
Luiz Marinho

Ministério dos Transportes

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Ministério do Turismo

Celso Sabino de Oliveira



Mensagem do Presidente da República

Este PPA 2024-2027, que apresento ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, é um marco na reconstrução da capacidade de planejamento do Estado brasileiro.

Afirmamos em nosso Plano de Governo o propósito de executar um projeto que reconstrua o país no presente e o transforme para o futuro. Um projeto justo, solidário, sustentável, soberano e criativo para um Brasil que seja de todos os brasileiros e brasileiras.

Os desafios são enormes! O país parou de avançar em campos importantes para a construção de uma sociedade mais justa. A desigualdade e a pobreza se mantêm em níveis inaceitáveis. A estas se juntaram problemas que voltaram a se agravar, como a insegurança alimentar severa. É prioridade central deste plano orientar esforços e recursos para resgatar todos os brasileiros que passam fome. Nenhuma nação se ergueu nem poderá se erguer sobre a miséria de seu povo.

Agendas negligenciadas nos últimos anos serão retomadas, como a da diversidade, a racial, a dos povos originários e a das mulheres. O bem-estar de todas as pessoas, sem preconceitos e sem quaisquer formas de discriminação, é um direito constitucional e um fator importante para a coesão social. A busca pela equidade é uma prioridade deste PPA.

O Brasil foi confrontado com desafios inesperados nos últimos anos. As instituições passaram por um processo de fragilização, a sociedade vivenciou uma intolerância política jamais vista, a democracia foi atacada. É preciso enfrentar esses desafios com a atenção e a

urgência que eles demandam para se construir uma sociedade coesa e uma democracia robusta e vibrante, capaz de promover a participação social e garantir a pluralidade com respeito aos princípios democráticos expressos em nossa Constituição. A alma de uma nação se expressa verdadeiramente pela alma de seu povo. A alma do Brasil reside na diversidade inigualável da nossa gente.

Transformar o futuro do Brasil exige incorporar neste plano novos temas estratégicos. É preciso atuar para ampliar a competitividade de nossa economia e a inserção soberana do Brasil na nova economia global que se desenha. Orientar esforços e recursos para reindustrializar o país, destravar a infraestrutura, preparar nossa gente para a economia do conhecimento, descarbonizar e digitalizar a economia, avançar na transição energética e preservar a nossa biodiversidade. A sustentabilidade é um imperativo! Recuperar a capacidade de o Brasil crescer acima da média mundial de modo inclusivo e sustentado também é uma prioridade.

O Brasil precisa resgatar a esperança na reconstrução e na transformação do país. O governo precisa resgatar a capacidade de planejar. Por isso este PPA foi elaborado com a mais ampla participação de todos os tempos, dentro e fora do governo.

No âmbito do governo foram efetuadas 125 oficinas de trabalho que contaram com a presença de mais de 4 mil servidores. Na sociedade, plenárias em cada uma das 27 Unidades da Federação envolveram mais de 34 mil

participantes presenciais. A plataforma Brasil Participativo contou com 4.087.540 acessos, 1.419.729 participantes e 8.254 propostas.

Por fim, antes de chegar ao Congresso Nacional, fórum por excelência de representação do povo brasileiro, o PPA foi discutido no Fórum Interconselhos, com mais de 500 participantes e lideranças da sociedade. Este é, verdadeiramente, um PPA participativo!

Somente a partir de um planejamento fiscalmente responsável, que seja capaz de articular esforços e recursos públicos e privados e mobilizar as forças da sociedade, será possível transformar os nossos desejos e as nossas

aspirações em realidade para melhorar a vida dos milhões de brasileiras e brasileiros, especialmente os mais pobres, que agora passam a fazer parte do orçamento.

Os 88 programas propostos, os recursos orçamentários alocados, as iniciativas e entregas previstas convergem para um só rumo, a construção da nossa visão de futuro: “Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”. Este é o Brasil que desejamos para todos e todas as brasileiras.

Brasília, 30 de agosto de 2023.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República



Sumário

Apresentação	9
Síntese executiva.....	11
1 - Inovações do PPA e participação social	19
2 - Dimensão estratégica	35
Análise situacional e retrospectiva do Brasil	37
Tendências mundiais e nacionais	51
Cenário macroeconômico e fiscal para o período 2024-2027	73
Visão de futuro 2027, valores e diretrizes, indicadores-chave nacionais e metas	87
Eixos temáticos e objetivos estratégicos, indicadores-chave e metas	95
3 - Dimensão tática.....	123
Prioridades e Agendas Transversais	125
Políticas sociais e de garantia de direitos	134
Políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática	173
Políticas para a defesa da democracia e a reconstrução do Estado e da soberania	204
4 - PPA em números	217
5 - Governança e gestão do PPA	233
Ficha técnica.....	238

Apresentação

As mudanças profundas em curso no mundo e no Brasil sugerem um novo posicionamento das lideranças políticas, empresariais e da sociedade. Demandam um comportamento republicano entre as forças políticas, além de um largo ambiente de cooperação entre Estado e sociedade. Mas, sobretudo, indicam a necessidade de mobilização de todos num esforço conjunto para reconstruir e transformar o Brasil, resgatando as forças, o otimismo, a criatividade e a esperança do povo brasileiro.

O Plano Plurianual (PPA) é uma das leis orçamentárias previstas na Constituição Federal do Brasil e o principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal. O PPA orienta, de forma concreta, as escolhas do governo, que se traduzem em programas e no orçamento definido para os próximos quatro anos.

Este PPA 2024-2027, que é um marco simbólico da reconstrução da capacidade de planejamento do Estado brasileiro, foi elaborado de forma integrada com todos os ministérios e com intensa participação social. A partir do planejamento, será possível transformar em realidade as propostas do Plano de Governo e as expectativas da sociedade, para melhorar a vida de milhões de brasileiras e brasileiros.

O documento se inicia por uma síntese, que apresenta uma visão de conjunto do PPA 2024-2027 com foco em sua dimensão estratégica. O objetivo é propiciar uma visão executiva dos principais elementos constituintes deste PPA. Após a síntese, seguem cinco capítulos.

O primeiro capítulo traz uma visão de conjunto das inovações do PPA, agrupadas em três grandes desafios: (i) adensar a visão estratégica; (ii)

fortalecer a orientação para resultados; e (iii) ampliar a transparência e a participação do processo de elaboração. A intenção é apresentar uma visão de conjunto dos principais aprimoramentos metodológicos no processo de elaboração do PPA.

O segundo capítulo expõe a dimensão estratégica do PPA 2024-2027. Esta foi elaborada após a análise do Plano de Governo, de estudos e de propostas disponíveis para o Brasil a longo prazo. Também foram realizadas entrevistas com ministros de diferentes áreas do governo e reuniões técnicas da equipe do Ministério do Planejamento e Orçamento envolvendo representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e especialistas em temas diversos.

A dimensão estratégica está estruturada em cinco partes. Na primeira, faz-se uma análise retrospectiva, que compreende a análise socioeconômica do Brasil nos últimos dez anos, mapeando-se os principais ativos e os passivos do país nas dimensões social, econômica, ambiental, de inserção global e institucional. Na segunda parte, que traz uma visão prospectiva para se pensar o futuro do Brasil, mapeiam-se as principais transformações em curso no contexto mundial, seus reflexos sobre a realidade brasileira e o que se pode vislumbrar como oportunidades e riscos para o país nos próximos anos. A terceira parte apresenta a perspectiva macroeconômica para 2024-2027 a fim de garantir que as escolhas sejam suportadas por expectativas realistas e sustentabilidade fiscal.

A partir dessas informações, são apresentados os principais elementos que compõem a estratégia de governo. São eles: a visão de futuro 2027 e os indicadores-chave nacionais a ela vinculados (*Key National Indicators*), bem como suas

metas, em sistema de bandas; os valores e as diretrizes que orientam a ação governamental; os eixos temáticos em torno dos quais o PPA organiza a compreensão da realidade brasileira; e, por fim, as grandes escolhas, representadas pelos objetivos estratégicos associados a cada eixo, com seus respectivos indicadores e metas. Esses elementos apontam as grandes direções para a elaboração das políticas públicas e os programas deste PPA.

O terceiro capítulo detalha a dimensão tática do PPA 2024-2027, por meio das agendas definidas pelo governo como estratégicas: a Prioritária e a Agenda Transversal. Na sequência, os 88 programas que compõem o PPA 2024-2027 são apresentados, organizados por eixos.

O quarto capítulo fornece uma visão agregada dos grandes números deste Plano – é o PPA em números.

O quinto e último capítulo aborda os desafios da implementação, da governança e da gestão do PPA. Destaca as questões relativas às capacidades institucionais e à organização gerencial necessárias para induzir e monitorar a execução dos programas, o alcance das metas e a realização das entregas capazes de transformar as intenções estratégicas descritas neste documento em resultados com impacto positivo na sociedade.

Em síntese, este documento articula uma visão de futuro com sete indicadores a ela associados, sete valores e 13 diretrizes de atuação, três eixos, que se dividem em 35 objetivos estratégicos, 88 programas, 464 objetivos específicos, com o propósito de construir **“um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”**. Este é o Brasil que desejamos para todos os brasileiros e brasileiras.

Síntese executiva



Visão de Futuro 2027

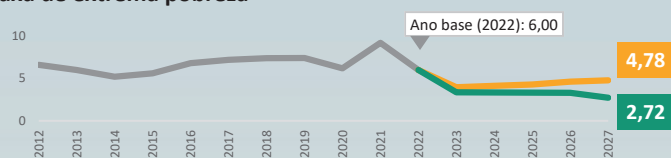
“Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”

Valores

Democracia | Diversidade e justiça social | Sustentabilidade socioambiental | Participação social |
Atuação colaborativa | Responsabilidade fiscal e social | Excelência na gestão

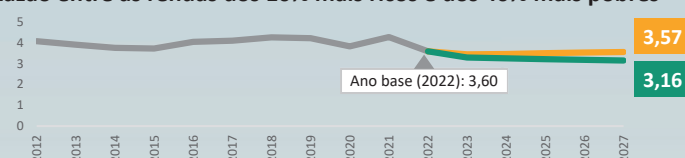
7 Indicadores-chave nacionais e metas

Taxa de extrema pobreza



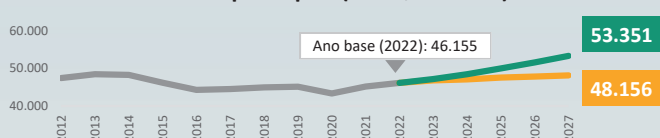
Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF. Nota: Linha de US\$ 2,15 por pessoa por dia, convertida pelo fator de paridade do poder de compra de 2017.

Razão entre as rendas dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres



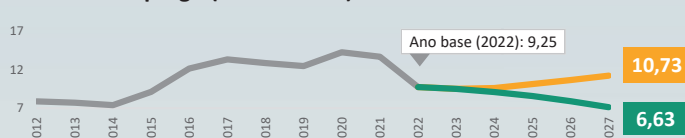
Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF.

Produto interno bruto per capita (em R\$ de 2022)



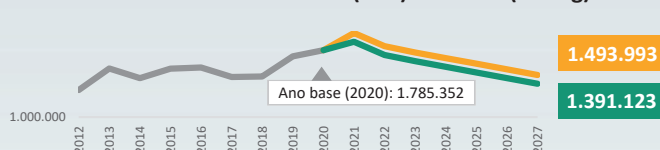
Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF.

Taxa de desemprego (média anual)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF.

Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no Brasil (em Gg)



Fonte: Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene). Projeções elaboradas pelo MPO com base em informações do MMA.

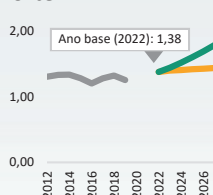
Desmatamento anual no bioma Amazônia (em Km²)



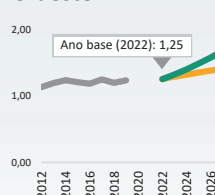
Fonte: Portal TerraBrasilis/Inpe. Projeções elaboradas pelo MPO com base em informações do MMA.

Rendimento domiciliar per capita nas grandes regiões (em milhares de R\$ de 2022)

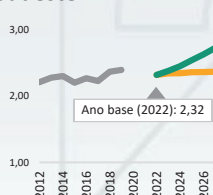
Norte



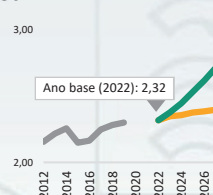
Nordeste



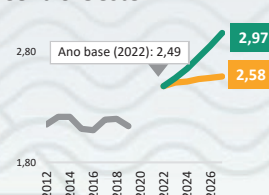
Sudeste



Sul



Centro-Oeste



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do Ipea.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

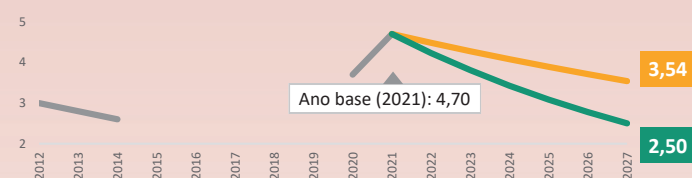
Eixo 1 | Desenvolvimento social e garantia de direitos

Objetivos estratégicos

- 1.1. Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social
- 1.2. Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)
- 1.3. Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes
- 1.4. Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica
- 1.5. Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas suas formas de expressão
- 1.6. Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões
- 1.7. Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência
- 1.8. Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos
- 1.9. Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal
- 1.10. Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira
- 1.11. Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura
- 1.12. Fortalecer a segurança pública cidadã e integrada, articulando prevenção e uso qualificado da ação policial
- 1.13. Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida

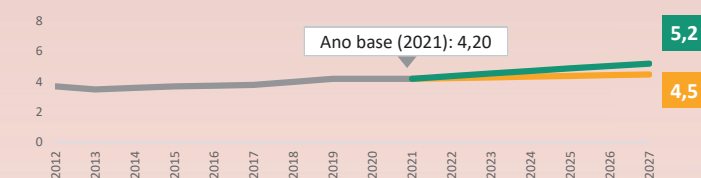
31 Indicadores-chave e metas | Indicadores selecionados

Prevalência da desnutrição (em % da população)



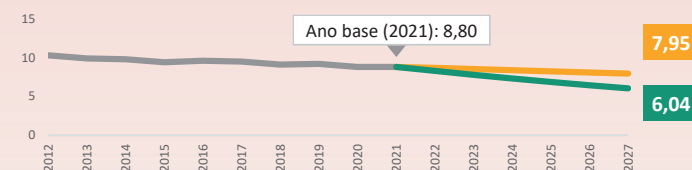
Fonte: FAO. Projeções MPO, com base em informações do MDS e estimativas do Ipea.

Ideb Ensino médio



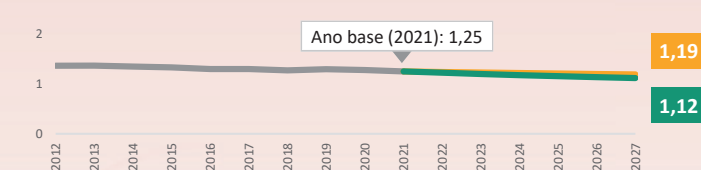
Fonte: Inep. Projeções MPO, com base em estimativas do MEC.

Taxa de mortalidade infantil neonatal



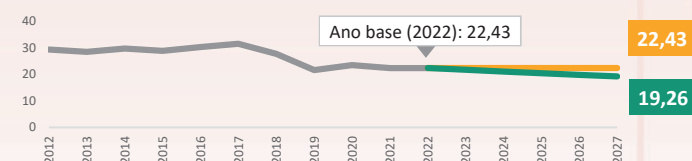
Fonte: SIM/Sinasc e Busca Ativa/MS. com base em informações do MS e estimativas do Ipea.

Razão entre o rendimento médio do trabalho de homens e o rendimento médio do trabalho de mulheres



Fonte: IBGE. Projeções MPO, com base em informações do MM e estimativas do Ipea.

Taxa de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes



Fonte: SIM/MS. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Proporção de população urbana vivendo em domicílios precários



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

Nota técnica dos indicadores e metas

<https://www.gov.br/planejamento/nota-tecnica-dos-indicadores-e-metas>



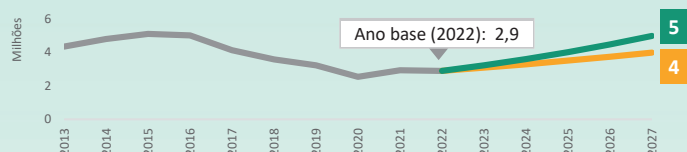
Eixo 2 | Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

Objetivos estratégicos

- 2.1. Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente
- 2.2. Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas
- 2.3. Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura
- 2.4. Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia
- 2.5. Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios
- 2.6. Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação
- 2.7. Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres
- 2.8. Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e a maior eficiência energética
- 2.9. Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da internet de alta velocidade
- 2.10. Promover maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem
- 2.11. Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras
- 2.12. Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional
- 2.13. Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo
- 2.14. Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades
- 2.15. Promover o setor mineral com atenção às oportunidades da fronteira tecnológica, garantindo sustentabilidade, segurança e permanência das condições locais de emprego e renda

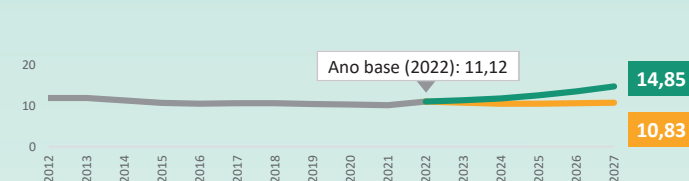
23 Indicadores-chave e metas | Indicadores selecionados

Número de famílias com cadastro ativo no Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) (em milhões)



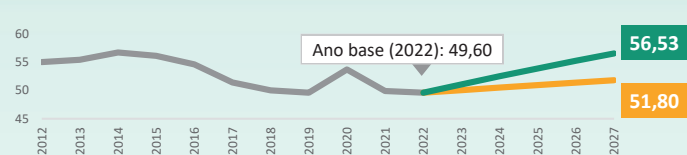
Fonte: Damei/SE/MDA. Projeções MPO, com base em estimativas do MDA.

Valor adicionado da indústria de transformação em proporção do PIB (%)



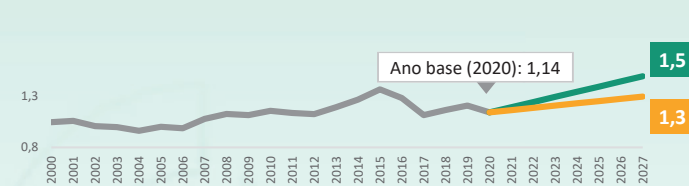
Fonte: SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

População ocupada de 16 a 59 anos entre os 40% mais pobres com proteção previdenciária (%)



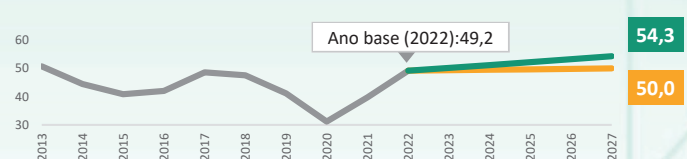
Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Dispêndio em P&D em proporção do PIB (em %)



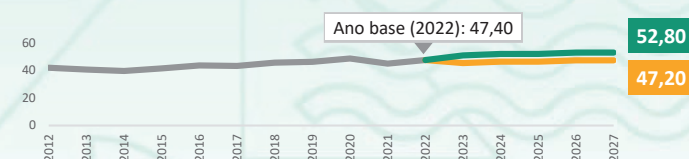
Fonte: SCNT/IBGE e Siasi. Projeções MPO, com base em estimativas do MCTI.

Evolução das exportações de manufaturados de média-alta e alta intensidade tecnológica (em bilhões de US\$ FOB)



Fonte: Siscomex/MDIC. Projeções MPO, com base em estimativas do MDIC.

Participação das energias limpas e renováveis na oferta interna de energia (em %)



Fonte: Balanço Energético Nacional – EPE/MME. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

Nota técnica dos indicadores e metas
<https://www.gov.br/planejamento/nota-tecnica-dos-indicadores-e-metas>



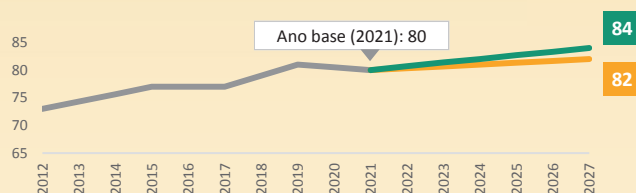
Eixo 3 | Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

Objetivos estratégicos

- 3.1. Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social
- 3.2. Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, com o fortalecimento da cooperação federativa, para maior coesão nacional
- 3.3. Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população
- 3.4. Atuar na defesa da soberania, do território nacional e dos interesses nacionais
- 3.5. Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado
- 3.6. Assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promova maior justiça social e ampliação de investimentos
- 3.7. Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos

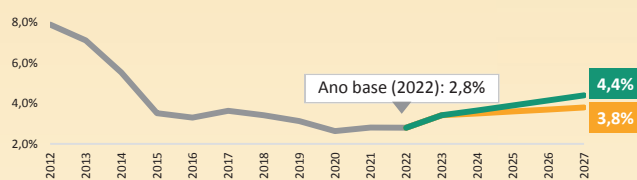
8 Indicadores-chave e metas | Indicadores selecionados

Open Budget Index (OBI)



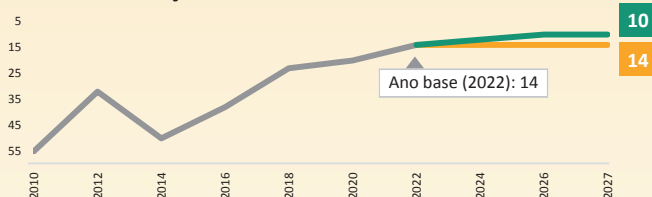
Fonte: International Budget Partnership. Projeções MPO, com base em estimativas da SOF.

Investimento Federal como proporção do Orçamento Federal (sem Operações Especiais)¹



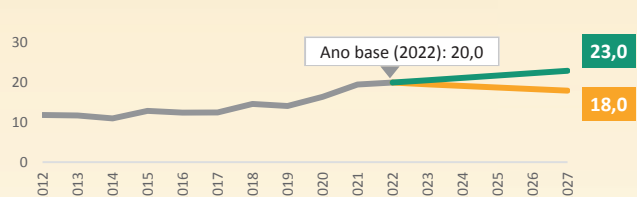
Fonte: Siop/MPO. Nota: ¹Não são computadas as Operações Especiais, inclusive as despesas com Juros e Encargos da Dívida (GND 2) e Amortização da dívida (GND 6). Exclui Reserva de Contingência (GND 9). Considera-se como Investimento Federal somente GND 4 - Investimentos, exceto Operações Especiais.

Posição do Brasil no Índice de Desenvolvimento de Governo Eletrônico das Nações Unidas



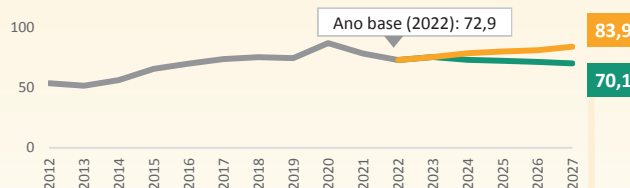
Fonte: UN E-Government Survey. Projeções MPO, com base em estimativas do MGISP.

Participação das exportações em proporção do PIB (em %)



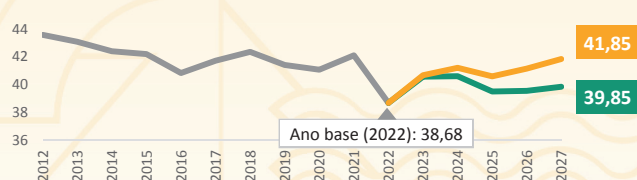
Fonte: SNCT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Dívida bruta do Governo Geral em proporção do PIB



Fonte: Bacen. Projeções MPO, com base em estimativas da STN/MF.

Percentual de arrecadação efetiva de tributos indiretos sobre a arrecadação total nas três esferas federativas



Fonte: STN/MF. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

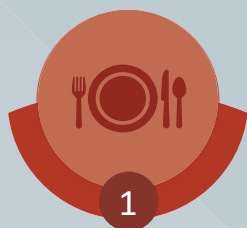
Nota técnica dos indicadores e metas

<https://www.gov.br/planejamento/nota-tecnica-dos-indicadores-e-metas>



Prioridades e Agendas Transversais

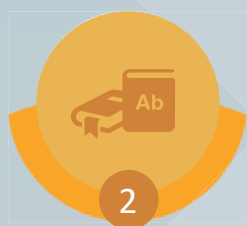
Prioridades do governo



1
Combate à fome e redução das desigualdades



4
Neoindustrialização, trabalho, emprego e renda



2
Educação básica



5
Novo PAC



3
Saúde | atenção primária e especializada



6
Combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática

Agendas Transversais



Programas do PPA

88 programas | 464 objetivos específicos, com indicadores e metas

Políticas sociais e de garantia de direitos

- Segurança alimentar e nutricional e combate à fome
- Bolsa Família: proteção social por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas
- Proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- Inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único e produção de informações e conhecimento para políticas sociais
- Inclusão socioeconômica do público do Cadastro Único
- Estruturação da Política Nacional de Cuidados
- Atenção primária à saúde
- Atenção especializada à saúde
- Gestão, trabalho, educação e transformação digital na saúde
- Pesquisa, desenvolvimento, inovação, produção e avaliação de tecnologias em saúde
- Qualificação da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde
- Vigilância em saúde e ambiente
- Saúde indígena
- Educação básica democrática, com qualidade e equidade
- Educação profissional e tecnológica que transforma
- Educação superior: qualidade, democracia e sustentabilidade
- Direito à cultura
- Juventude: direitos, participação e bem viver
- Promoção da cidadania, defesa de direitos humanos e reparações de violações
- Programa nacional de promoção dos direitos da população em situação de rua
- Promoção do direito de envelhecer e dos direitos humanos da pessoa idosa
- Promoção dos direitos das pessoas com deficiência
- Promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+
- Promoção e proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade
- Autonomia econômica das mulheres
- Igualdade de decisão e poder para mulheres
- Mulher: viver sem violência
- Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, sustentabilidade e enfrentamento da emergência climática
- Direitos pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas
- Políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos
- Promoção da igualdade étnico-racial, combate e superação do racismo
- Juventude negra viva
- Previdência social: promoção, garantia de direitos e cidadania
- Saneamento básico
- Cidades melhores
- Mobilidade urbana
- Moradia digna
- Periferia viva
- Segurança pública com cidadania
- Cuidado e acolhimento de usuários e dependentes de álcool e outras drogas
- Esporte para a vida

Políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

- Enfrentamento da emergência climática
- Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade
- Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios
- Qualidade ambiental na cidade e no campo
- Gestão de riscos e de desastres
- Agropecuária sustentável
- Defesa agropecuária
- Pesquisa e inovação agropecuária
- Abastecimento e soberania alimentar
- Agricultura familiar e agroecologia
- Governança fundiária, reforma agrária e regularização de territórios quilombolas e de povos e comunidades tradicionais
- Pesca e aquicultura sustentáveis
- Inovação nas empresas para uma nova industrialização
- Neointustrialização, ambiente de negócios e participação na economia internacional
- Política econômica para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo
- Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social
- Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SINCTI
- Política nuclear
- Programa espacial brasileiro
- Oceano, Zona Costeira e Antártica
- Economia popular e solidária sustentáveis
- Promoção do trabalho decente, emprego e renda
- Energia elétrica
- Petróleo, gás, derivados e biocombustíveis
- Transição energética
- Comunicações para inclusão e transformação
- Aviação civil
- Portos e transporte aquaviário
- Segurança viária
- Transporte ferroviário
- Transporte rodoviário
- Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade para sempre
- Turismo, este é o destino
- Desenvolvimento regional e ordenamento territorial
- Mineração segura e sustentável

Políticas para a defesa da democracia e a reconstrução do Estado e da soberania

- Defesa da democracia e segurança jurídica para inovação em políticas públicas
- Reconstrução, ampliação e aprofundamento da participação social e da democracia
- Planejamento e orçamento para o desenvolvimento sustentável e inclusivo
- Transformação do Estado para a cidadania e o desenvolvimento
- Cooperação da defesa para o desenvolvimento nacional
- Defesa nacional
- Relações internacionais e assistência a brasileiras e brasileiros no exterior
- Comunicação pública e governamental
- Sistema financeiro do futuro
- Transparência, integridade e enfrentamento à corrupção
- Segurança institucional
- Promoção do acesso à justiça e da defesa dos direitos

Participação social na elaboração do PPA

 Fórum Interconselhos	 Plenárias Estaduais	 Plataforma Brasil Participativo
<ul style="list-style-type: none"> • 3 fóruns • 36 conselhos nacionais representados 	<ul style="list-style-type: none"> • 27 capitais brasileiras • Mais de 34 mil participantes • 309 movimentos/organizações apresentaram suas demandas e defenderam propostas 	<ul style="list-style-type: none"> • 4.087.540 Acessos • 1.529.826 Votos • 1.419.729 Participantes • 8.254 Propostas

Contribuições na Plataforma Brasil Participativo

Programas do PPA mais votados

1. Enfrentamento da emergência climática | 20.534
2. Atenção primária à saúde | 20.427
3. Atenção especializada à saúde | 18.786
4. Promoção do trabalho digno, emprego e renda | 16.316
5. Turismo, esse é o destino | 15.246

Propostas mais votadas por tema

1. Saúde | 360.740 votos e 1.225 propostas
2. Justiça e segurança pública | 193.828 votos e 322 propostas
3. Educação | 190.654 votos e 1.225 propostas
4. Direitos humanos e cidadania | 79.509 votos e 511 propostas
5. Desenvolvimento, indústria, comércio e serviços | 69.822 votos e 115 propostas

Resultados da participação social no PPA 2024-2027

Dimensão estratégica

Ajustes nas escolhas estratégicas:

- Visão de futuro
- Valores
- Diretrizes
- Temas dos eixos

Dimensão tática

Ajustes nas prioridades e nas políticas públicas:

- Prioridades do PPA
- Programas e objetivos específicos

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República



Mapa Estratégico do PPA 2024-2027



Acesse:

<https://www.gov.br/planejamento/mapa-estrategico-do-ppa>

Capítulo 1

Inovações do PPA e participação social





1

Inovações do PPA e participação social

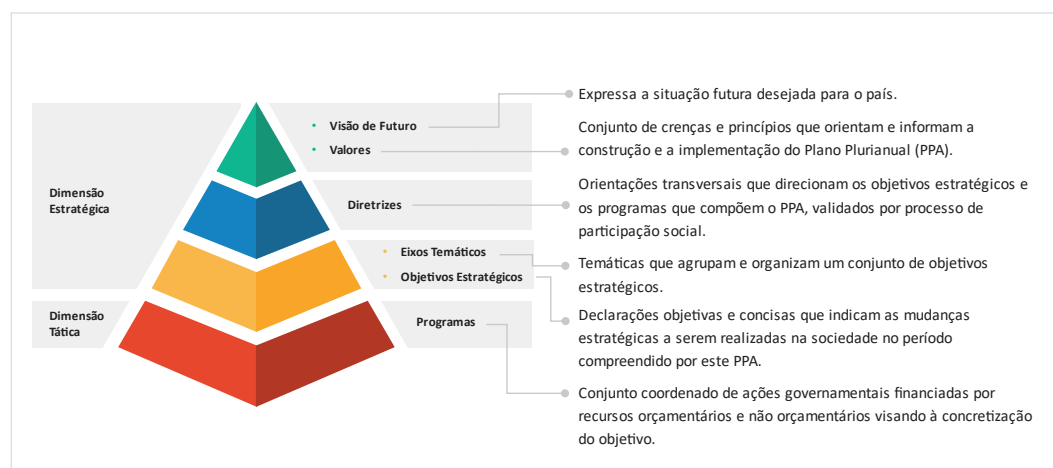
Nos últimos anos, observou-se a perda da relevância do planejamento público como importante função governamental do Estado brasileiro, o que gerou impacto negativo na capacidade de o governo fazer escolhas, implementar as políticas públicas, monitorar e avaliar os resultados alcançados. A recriação do Ministério do Planejamento e Orçamento e da Secretaria Nacional de Planejamento foi o primeiro e fundamental passo para a restauração desse relevante papel. O passo seguinte foi a elaboração do Plano Plurianual em novas bases.

O planejamento é uma das funções essenciais da governança no setor público. Por meio dele definem-se as estratégias e os rumos para o país. Sua elaboração parte de três grandes questões: i) onde estamos?; ii) aonde queremos chegar?; e iii) como vamos chegar lá?

O PPA, instituído como função pública pela Constituição Federal, é o instrumento de planejamento e de continuidade da ação estatal de médio prazo. Orienta, de forma concreta, as escolhas do governo, que se traduzem em programas e no orçamento, definidos para os quatro anos de sua vigência.

A dimensão estratégica apresenta a situação atual, a visão de futuro para 2027 e os principais eixos e desafios de orientação para a ação governamental. Já a dimensão tática detalha os meios para se alcançar a visão planejada a partir dos programas, com seus objetivos, indicadores, metas, entregas, investimentos plurianuais e medidas institucionais e normativas.

Figura 1. Dimensões do PPA 2024-2027



Fonte: Manual Técnico do PPA 2024-2027.

O processo de elaboração do PPA teve início em fevereiro de 2023 com a definição da metodologia, detalhada no Manual Técnico e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027¹, e com o alinhamento técnico de gestores do governo federal, envolvendo 1.400 participantes.

O passo seguinte, nos meses de março e início de abril, foi a elaboração da dimensão estratégica, com a proposta inicial de visão de futuro, valores, diretrizes, eixos e objetivos estratégicos, os quais foram posteriormente aprimorados com contribuições dos ministérios e da consulta pública.

Os quatro meses seguintes, de abril a julho, foram orientados ao detalhamento da dimensão tática e a realização da consulta pública do PPA.

Na dimensão tática, foram realizados dois ciclos de oficinas multidisciplinares, que envolveram diversos órgãos do governo, para definição dos programas, objetivos e seus detalhamentos. No total, foram realizadas 125 oficinas. Estas contaram com mais de 4.400 participantes.

Adicionalmente, foram realizadas três oficinas de alinhamento entre os objetivos e programas do PPA e os planos de desenvolvimento regional com Sudeco, Sudam e Sudene, com a participação de 273 pessoas.

Por fim, o mês de agosto foi dedicado à consolidação das informações e ajustes finais. Na dimensão estratégica, os ajustes finais foram realizados com base nas contribuições da consulta pública. Na dimensão tática, concluíram-se as análises de consistências dos programas e a incorporação das propostas provenientes da consulta pública.

¹ Manual e Guia disponíveis em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>>.

Para além do aprimoramento técnico-metodológico, há neste ciclo relevante aprimoramento da dimensão democrática e participativa do PPA. A efetiva participação da sociedade é elemento fundamental da democracia. A restauração do Estado Democrático de Direito, impõe ao Estado o dever de renovar e reforçar os espaços e instrumentos para a consolidação da participação social.

Assim, o PPA 2024-2027 também inovou ao se apresentar como um importante *locus* promotor da participação social na definição da visão de futuro, das diretrizes e dos objetivos que orientarão a ação do governo federal nos próximos quatro anos.

Este capítulo sintetiza as principais inovações deste PPA, no sentido de restabelecer a capacidade de planejamento e de atuação estratégica do governo federal e de reforçar o planejamento como instrumento de interlocução e controle social, possibilitando um maior alinhamento entre as ações de governo e as aspirações da sociedade. As principais mudanças incorporadas no PPA 2024-2027, descritas na sequência, estão estruturadas em três grandes propósitos: adensar a visão estratégica; fortalecer a orientação para resultados; ampliar a transparência e a participação no processo de elaboração.

Adensar a visão estratégica

Três principais iniciativas se orientaram para o adensamento da visão estratégica: a elaboração de um diagnóstico retrospectivo, com olhar evolutivo e comparativo do desempenho do país, a inclusão da dimensão prospectiva na elaboração do PPA e a definição de uma visão de futuro acompanhada de indicadores que monitorem o seu alcance.

A análise retrospectiva

O primeiro passo para a construção de uma boa visão de futuro é elaborar uma resposta consistente à seguinte questão: “onde estamos?”. Para se obter essa resposta foi necessário elaborar um panorama do quadro atual com ênfase em seus aspectos estruturais (essenciais, não circunstanciais), identificando-se os ativos, atuais ou potenciais, e os problemas ou gargalos subsistentes. Tal processo foi realizado com base em evidências e em métodos de análise quantitativa e qualitativa.

Esta síntese permitiu antecipar lacunas em relação às tendências e aos cenários futuros. A análise retrospectiva, por um período de, no mínimo, uma década, evitou o foco exclusivo na situação atual, cuja interpretação poderia estar condicionada por fenômenos recentes de natureza conjuntural. A compreensão e o distanciamento crítico são essenciais ao êxito de qualquer estudo para se embasar a construção do futuro.

O olhar prospectivo

Para se pensar o Brasil à frente e tomar as melhores decisões, é preciso ter consciência das principais transformações em curso no contexto mundial, de seus reflexos sobre a realidade brasileira e do que se pode vislumbrar como oportunidades e riscos para o país.

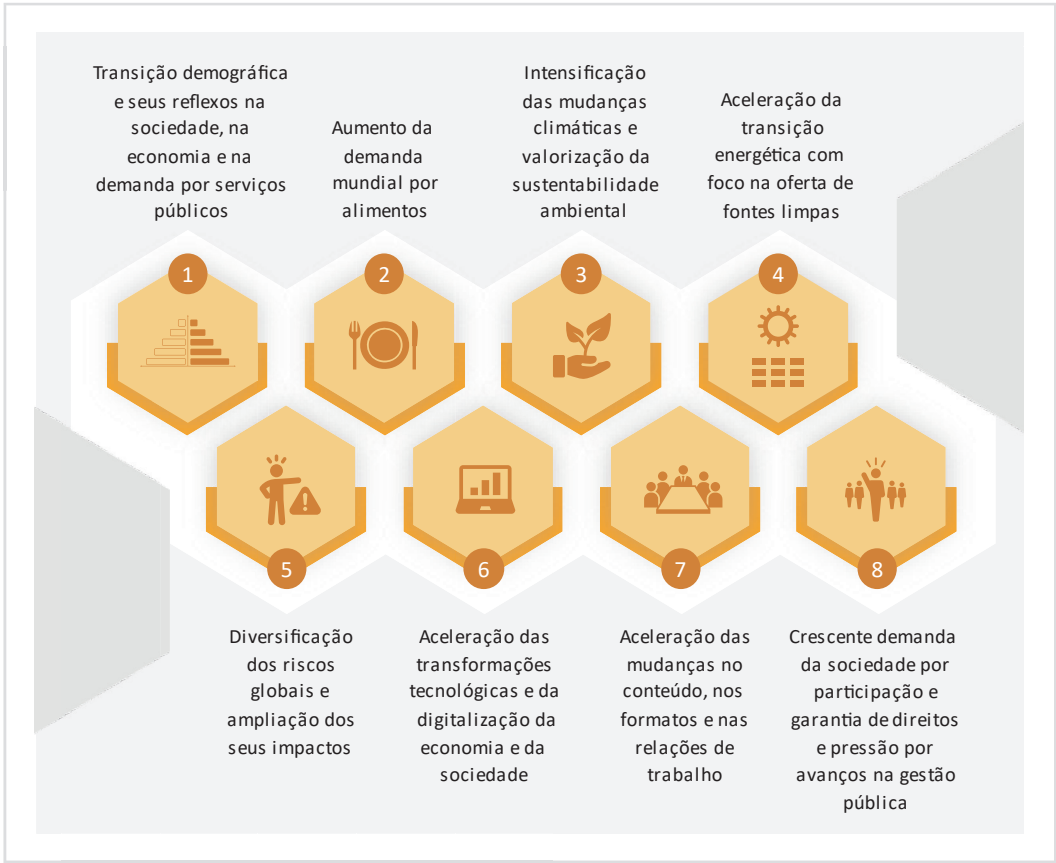
O futuro é incerto e múltiplo. Comporta inúmeras rupturas e discontinuidades, mas também alimenta processos e mudanças já em curso. Está em construção e se forma à luz dos movimentos de diversos atores sociais.

Alguns movimentos, percebidos como mais sólidos, antecipam grandes tendências – são as chamadas “megatendências”. Estas constituem fenômenos mundiais, também presentes em âmbito nacional, cuja direção está bem definida e visível o suficiente para se admitir que estarão presentes no período considerado.

As megatendências definem desafios – oportunidades ou ameaças – que precisam ser levados em consideração para a construção do futuro desejado. Temas como energia limpa, digitalização e envelhecimento populacional, entre outros, terão impacto relevante no futuro que se deseja construir para o Brasil.

As oito megatendências, elencadas em suporte ao adensamento da visão estratégica deste PPA, foram selecionadas a partir da revisão da literatura de diversos estudos de futuro mapeados em um esforço de síntese, de forma a compor um quadro não exaustivo, mas suficientemente amplo que permita avaliar seus desdobramentos para o Brasil e iluminar as estratégias dos próximos quatro anos.

Figura 2. Megatendências mundiais e nacionais



Fonte: Seplan/MPO e Macroplan. Prospectiva, Estratégia e Gestão, com base em estudos e publicações sobre o tema.

Visão de futuro

A visão de futuro apresenta o que se pretende e se pode alcançar no país ao longo dos próximos anos com a execução deste PPA. Constitui-se a referência para a estratégia de desenvolvimento a ser adotada, respondendo à pergunta: “aonde desejamos chegar em 2027?”.

A visão expressa uma antecipação da realidade que se espera alcançar, um futuro desejável e possível de ser construído por iniciativas dos atores públicos e privados e da sociedade e por atitudes e comportamentos dos brasileiros que geram mudanças econômicas, sociais, institucionais, ambientais e tecnológicas.

Este PPA inova ao consolidar a visão de futuro em um enunciado-síntese, que descreve a situação desejada até 2027. Esse enunciado-síntese é qualificado e quantificado por dois elementos: os atributos da visão, que se referem às características e elementos essenciais que compõem a situação desejada; e os indicadores-chave nacionais (*Key National Indicators* – KNI), que apoiam a mensuração do progresso em relação ao alcance da visão de futuro expressa.

A visão de futuro é complementada por um conjunto de valores, que são os princípios e as atitudes que embasam as decisões de governo no âmbito do PPA, e por um conjunto de diretrizes, que são as orientações que regulam o caminho a seguir, estabelecendo critérios que direcionam as ações para a superação dos desafios compreendidos no plano.

Fortalecer a gestão para resultados

Três principais iniciativas se orientaram para o fortalecimento da gestão para resultados: a definição de objetivos estratégicos associados a indicadores e a um sistema de metas em bandas; as Prioridades e as Agendas Transversais; e as medidas institucionais e normativas.

Objetivos estratégicos, indicadores e metas

A gestão para resultados exige que se avance para além das questões “onde estamos?” e “aonde pretendemos chegar?”. A questão que complementa as anteriores é “como vamos chegar lá?”.

O PPA também inova ao dar maior clareza às escolhas estratégicas e traduzir cada uma delas em objetivos estratégicos, com suas respectivas metas indicativas para 2027.

Articulados à visão de futuro e a seus atributos, foram definidos 35 objetivos estratégicos. Os objetivos definem o foco prioritário em cada um dos temas estratégicos selecionados para este PPA. Fornecem, portanto, orientação precisa para a construção dos programas a eles vinculados.

Para cada objetivo estratégico foram definidos indicadores e metas de resultados desejados. Nesse campo, há duas outras inovações. A definição de indicadores de resultados para os objetivos estratégicos e de um sistema de bandas para cada uma das metas desejadas.

Os indicadores de resultado – que somam 62 na camada estratégica deste PPA – buscam aferir mudanças na realidade socioeconômica observadas no médio prazo. Possuem uma relação mais direta com as políticas públicas executadas e estão vinculados aos objetivos estratégicos, com o intuito de orientar a elaboração dos programas e possibilitar o seu monitoramento.

Definir um valor exato para cada indicador de resultado na camada estratégica é, contudo, um exercício de enorme complexidade e com riscos associados. Os objetivos estratégicos, em geral, requerem a resolução de problemas multidimensionais, já que seus resultados são produtos das ações de diferentes atores, localizados nas diferentes áreas do governo, em outros níveis federativos, e/ou na sociedade. A maior parte desses atores não possui relação hierárquica direta.

Por outro lado, é preciso ancorar expectativas, mobilizar atores para o destino que se deseja alcançar e monitorar se as políticas estão produzindo os resultados desejados. O

sistema de bandas oferece maior flexibilidade para lidar com fatores econômicos ou sociais imprevistos, ancora as expectativas dos atores sociais em torno da melhoria desejada com uma visão de médio prazo e permite o monitoramento de cada um dos objetivos estratégicos definidos.

Adensamento das Prioridades e das Agendas Transversais

Cabe destacar o fortalecimento de dois instrumentos, com a finalidade de ampliar a seletividade e a integração de esforços da ação pública, as Prioridades e as Agendas Transversais.

As seis Prioridades estabelecidas para o PPA 2024-2027 têm por objetivo garantir o direcionamento de ações concretas, de políticas e de programas para lidar com as questões mais críticas, tendo em vista a construção do futuro desejado para a promoção do progresso e do bem-estar da nação.

Essas Prioridades foram construídas a partir de dois elementos:

- I) As necessidades do país. Escolhas estratégicas para os próximos quatro anos, considerando a visão de futuro e os objetivos estratégicos, bem como a análise da situação atual e a evolução do país nos últimos anos; e
- II) As demandas da sociedade. Escolhas da população na consulta pública do PPA, levando-se em conta as contribuições dos Fóruns Interconselhos, das plenárias em todas as Unidades da Federação e da participação na plataforma Brasil Participativo, tanto na priorização dos programas quanto nas propostas apresentadas e votadas na plataforma.

As cinco Agendas Transversais encaminham problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva. As Agendas Transversais de políticas públicas são necessárias porque ajudam a abordar desafios complexos e interconectados que não podem ser resolvidos eficazmente por meio de abordagens setoriais ou isoladas, dado que possuem natureza transversal.

Essas agendas têm como objetivo integrar e coordenar ações em diferentes setores e níveis de governo para enfrentar questões que atravessam as fronteiras tradicionais da atuação setorial e requerem uma abordagem ampla e articulada para a superação de seus desafios. São políticas públicas integradas que combinam objetivos específicos, entregas e metas, criando condições para uma maior efetividade da ação governamental.

Medidas institucionais e normativas

Por fim, na camada gerencial do PPA, foi destacado um conjunto muito específico da ação governamental: as atividades normativas de caráter regulatório e de melhoria do ambiente de negócios ou de gestão.

As medidas institucionais e normativas são um atributo infralegal do PPA que declara atividades institucionais e normativas de caráter regulatório, de melhoria do ambiente de negócios ou de gestão, relevantes para o alcance de objetivos específicos ou do programa. Caracterizam-se por serem habilitadoras da ação pública, a exemplo de ações regulatórias, proposição ou ajustes em legislações específicas, ou por serem de gestão interna ao governo, a exemplo do desenvolvimento de cadastros de beneficiários e sistemas informatizados que apoiam a gestão e não estão disponíveis ao público em geral.

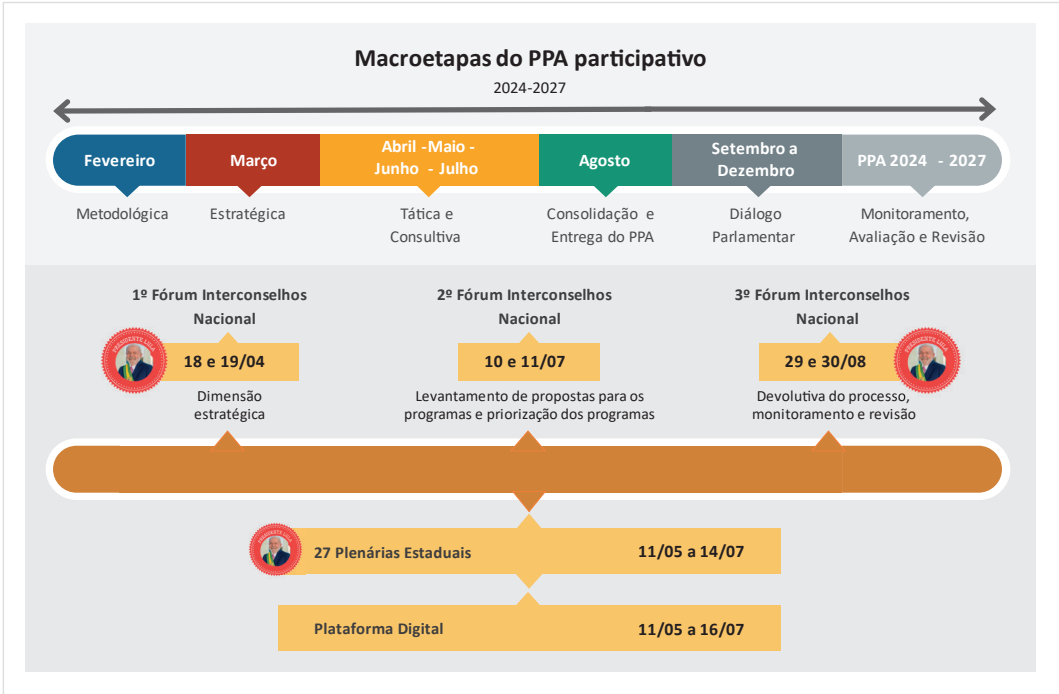
Participação social

A mais ampla participação social da história do Brasil na elaboração de uma lei do ciclo orçamentário para o governo federal foi construída com as mãos do povo, de maneira articulada entre o presencial e o digital: plenárias, encontros, debates e votação pela internet. A população participou de várias maneiras e o resultado é um PPA participativo. É o Plano Plurianual 2024–2027, que será o guia para o governo nos próximos quatro anos, determinando para onde vão os recursos públicos da União.

Essa construção coletiva pela população e pelo governo envolveu a cidadania brasileira, as organizações, redes e movimentos sociais, conselhos e entidades representativas em um amplo esforço de participação social, de escuta e de diálogo sobre o futuro do nosso país.

Esse processo começou em abril de 2023 com a primeira reunião do Fórum Interconselhos, um espaço qualificado de diálogo, composto por mais de 300 representantes de conselhos, que atuam em todo o território nacional. Esse foi o primeiro passo de uma caminhada que seguiu para todos os estados e o Distrito Federal com a realização das plenárias estaduais, que reuniram mais de 34 mil participantes. Essa mobilização aconteceu pelo país afora com plenárias e reuniões territoriais e setoriais, potencializadas pela plataforma digital Brasil Participativo, que alcançou 4 milhões de usuários.

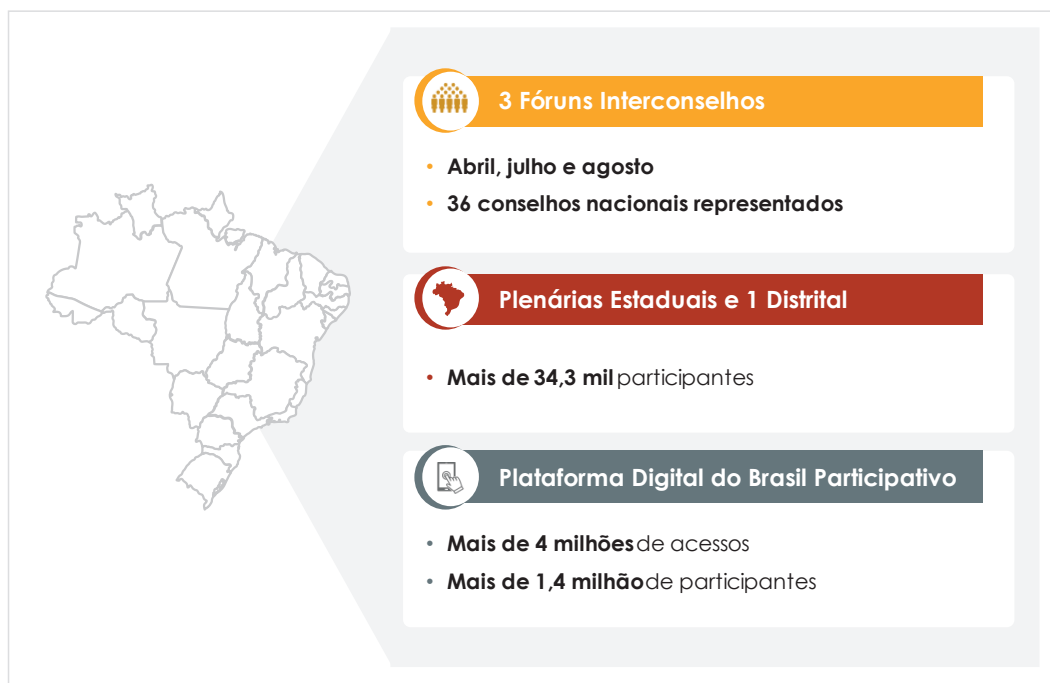
Figura 3. Etapas do PPA participativo



Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República.

O processo do PPA participativo foi construído em três dimensões que se conectam e re-
troalimentam: I) o Fórum Interconselhos, que articulou os diferentes conselhos nacionais
de políticas públicas; II) as 26 plenárias estaduais e uma plenária distrital, que mobilizaram
mais de 34 mil pessoas; III) a plataforma digital Brasil Participativo, que permitiu às pes-
soas priorizar programas, cadastrar propostas, mobilizar apoios, expressando essas esco-
lhas com o voto na plataforma.

Figura 4. Instâncias de participação social no PPA



Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República.

O PPA participativo também foi um importante instrumento para fortalecer o processo de reconstrução da participação social no país. Um esforço que envolveu a criação do Conselho de Participação Social, a retomada do Fórum Interconselhos e a viabilização do Sistema de Participação Social. O compromisso da organização da participação social foi levado para todo o governo federal com a constituição de assessorias de participação social e diversidade em todos os ministérios, a criação e recriação de conselhos de políticas públicas e a retomada das conferências nacionais.

O primeiro encontro do Fórum Interconselhos no processo do PPA participativo foi realizado nos dias 18 e 19 de abril de 2023, com a participação de representantes de 29 conselhos e comissões nacionais. Foi um momento de debate e apresentação de propostas para os enunciados da visão de futuro e seus atributos, valores e diretrizes, eixos e temas prioritários da dimensão estratégica do PPA. Foram encaminhadas para análise e incorporação no PPA 291 propostas, sendo 31 propostas para ajustes na visão de futuro 2027 e seus atributos, 84 propostas para ajustes nos valores e nas diretrizes e 176 propostas para ajustes nos temas dos eixos.

No segundo encontro, realizado nos dias 10 e 11 de julho, com a participação de representantes de 36 conselhos e comissões nacionais, o Fórum Interconselhos acolheu e debateu a devolutiva das propostas apresentadas no encontro de abril e se debruçou sobre a dimensão tática do PPA com seus programas, objetivos, indicadores e metas. Os conselheiros analisaram as propostas mais votadas na plataforma Brasil Participativo e apresentaram novas proposições considerando o acumulado das discussões realizadas pelos respectivos conselhos e conferências.

O Fórum Interconselhos teve ainda um terceiro encontro no âmbito da elaboração do Plano Plurianual, realizado nos dias 29 e 30 de agosto, momento em que foi apresentada a devolutiva da análise e incorporação da participação social no PPA e de delineamento do processo de acompanhamento e monitoramento pela sociedade civil da execução do Plano, em conformidade com o previsto no projeto de lei.

Com o seu papel de estabelecer o diálogo entre representantes dos conselhos e comissões de políticas públicas, recriado no processo de elaboração do PPA, o Fórum Interconselhos acompanha as políticas públicas e os programas governamentais e faz recomendações para aprimorá-los, em especial, no que diz respeito à sua intersetorialidade e transversalidade. Para o Fórum Interconselhos convergiram os esforços de recriação e reformulação dos conselhos nacionais, ao acolher a sociedade civil na construção desta esfera pública de diálogo e negociação com o governo, após um período de desmobilização e desmonte destas instâncias fundamentais da participação social nas políticas públicas.

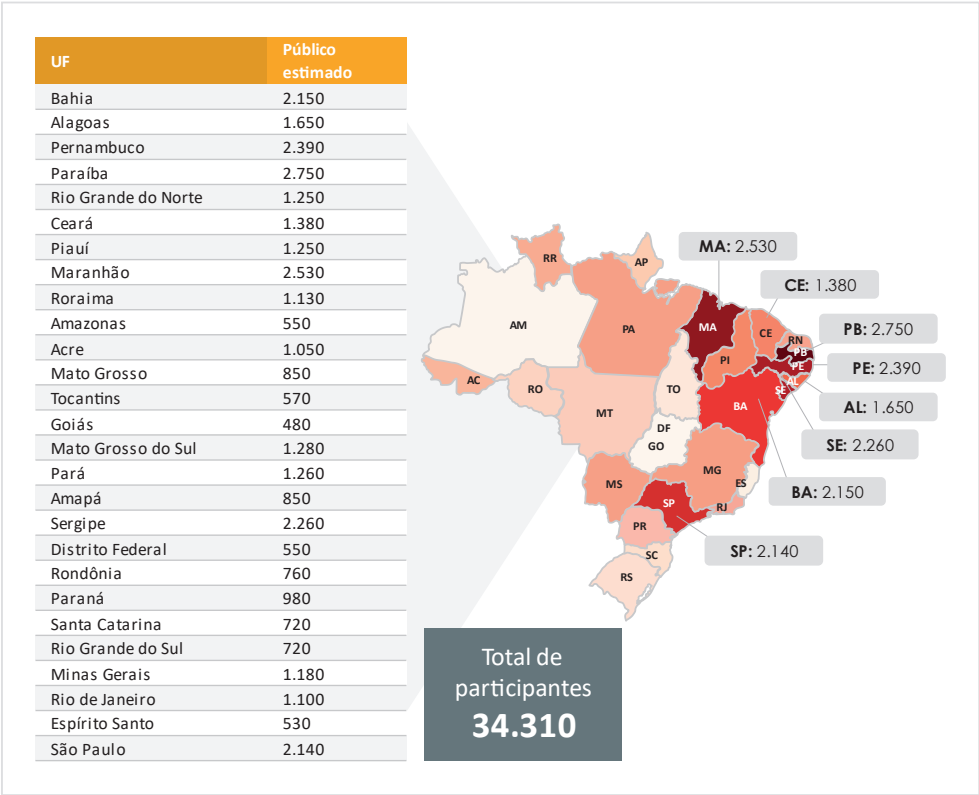
No período entre 11 de maio e 14 de julho de 2023, foram realizadas 26 plenárias estaduais e uma distrital, com os objetivos de: mobilizar a sociedade civil de cada estado para o PPA participativo; informar sobre o processo de inscrição, apresentação de propostas e votação dessas propostas na plataforma digital; incentivar reuniões para receber, debater e elaborar essas propostas, ouvir suas defesas e realizar sua votação.

Com a participação aberta aos representantes da sociedade civil membros de conselhos estaduais e municipais; representantes de movimentos sociais; representantes de organizações/entidades da sociedade civil, as plenárias foram acompanhadas por ministros de Estado, governadores, prefeitos e representantes do Poder Legislativo em todas as Unidades da Federação. Com mais de 34 mil participantes, as plenárias constituíram momentos de ampla participação social e de diálogo entre a sociedade e o governo na elaboração do Plano Plurianual.

Nessas plenárias foram apresentadas e defendidas, diretamente por representantes da sociedade civil, centenas de propostas, incorporadas à plataforma Brasil Participativo para votação. Nesse processo de participação popular das plenárias estaduais, os movimentos sociais, populares e os cidadãos organizaram, em seus municípios e também setorialmente, inúmeras assembleias e/ou reuniões livres, presenciais e digitais, autogestionárias da sociedade, construindo coletivamente propostas que foram cadastradas e votadas na plataforma Brasil Participativo antes, durante e depois das plenárias estaduais.

Nas plenárias, 309 movimentos/organizações da sociedade civil utilizaram a palavra para, diante dos representantes do governo federal, apresentar e/ou defender propostas para o PPA. Cabe destacar a participação de movimentos e organizações representativos das mulheres, da juventude, do campo, sindical e LGBTQIA+. Todas as plenárias foram gravadas e transmitidas por diversas plataformas digitais permitindo, por um lado, a ampliação do acesso da cidadania às plenárias e, por outro, a criação de uma memória de todo o processo realizado. Com isso, foi possível levar a participação direta da cidadania de maneira presencial, integrada ao digital, para os municípios que compõem a base territorial dos estados e do país.

Figura 5. Plenárias estaduais



Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República.

O Brasil Participativo é a maior experiência de participação digital do governo federal. Com a marca histórica de mais de 4 milhões de participantes, a plataforma recebeu milhares de propostas e votos que contribuíram ativamente com o planejamento governamental.

Para chegarmos a esses resultados, vimos amplas mobilizações por parte da sociedade convocando votos para as suas propostas, a partir do engajamento digital de conselhos participativos e de redes diversas de comunicadoras(es), ativistas, parlamentares, movimentos sociais e influenciadoras(es). Ao mesmo tempo, o governo viveu ativamente a participação, com o engajamento das assessorias de participação social e diversidade e as assessorias de comunicação em cada ministério.

O projeto da plataforma digital foi desenvolvido em software livre. O fato de ter sido desenvolvido em código aberto e gratuito permitiu a participação de uma vasta comunidade de desenvolvedoras e desenvolvedores, que colaboraram não só com o desenvolvimento da tecnologia, mas também com o processo participativo da sociedade. A plataforma digital, que teve no Decidim a plataforma base para a sua criação, potencializou a estratégia de participação social por meio digital ampliando as possibilidades da participação cidadã. Temos orgulho de dizer que fizemos história com o PPA participativo, que se tornou a maior experiência de participação na internet brasileira já realizada pelo governo federal.

Figura 6. Plataforma Brasil Participativo



Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República.

Dos 88 programas do PPA, 28 foram priorizados para serem votados pela sociedade no processo do PPA participativo. Os cinco programas mais votados na plataforma Brasil Participativo foram: 1) Enfrentamento da emergência climática, com 20.534 votos, com destaque de votação na Região Sudeste, com 56,13% dos votos, e entre as mulheres, com 58,39% dos votos; 2) Atenção primária à saúde, com 20.427 votos, com destaque de votação na Região Sudeste, com 35,39% dos votos, e entre as mulheres, com 68,31% dos votos; 3) Atenção especializada à saúde, com 18.786 votos, com destaque de votação na Região Sudeste, com 34,04% dos votos, e entre as mulheres, com 69,36% dos votos; 4) Promoção do trabalho digno, emprego e renda, com 16.316 votos, com destaque de votação na Região Sudeste, com 45,10% dos votos, e entre as mulheres, com 54,81% dos votos; e, 5) Turismo, esse é o destino, com 15.246 votos, com destaque de votação na Região Sudeste, com 85,88% dos votos, e entre as mulheres, com 60,60% dos votos.

Foram cadastradas 8.254 propostas na plataforma, que receberam mais de 1,5 milhão de votos, com destaque para as propostas apresentadas nos temas da saúde com 360.740 votos; justiça e segurança pública com 193.828 votos; educação com 190.654 votos; direitos humanos e cidadania com 79.509 votos; desenvolvimento, indústria, comércio e serviços com 69.822 votos; e meio ambiente e mudança do clima com 66.946 votos.

Para orientar o processo de análise e incorporação da participação social no PPA 2024-2027, foram realizadas reuniões de trabalho envolvendo todos os ministérios, e os relatórios da participação social foram encaminhados com orientações tendo em vista a maior incorporação possível das propostas prioritárias. As 50 propostas mais votadas no geral e as 20 mais votadas em cada um dos 37 ministérios foram enviadas para análise e incorporação ao PPA, totalizando 814 propostas.

Nesse processo inicial de incorporação já foi possível identificar 528 propostas adequadas ao escopo do PPA. Destas, 76,5% já foram incorporadas aos atributos do PPA, sendo 58% de forma integral, 14% de forma parcial e 4% estão em avaliação, sob alguma condição de estudo e análise técnica. Esse minucioso processo de análise e de incorporação é

demonstração do nosso compromisso governamental com o processo de reconstrução da democracia e valorização da participação social na implementação das políticas públicas. Um processo que está apenas iniciando e que continuará ao longo da tramitação do Projeto de Lei no Congresso Nacional e na implementação, no monitoramento, na avaliação e na revisão do Plano.

Além disso, vale ressaltar que as mais de oito mil propostas, acolhidas na plataforma Brasil Participativo e emanadas do Fórum Interconselhos, constituem riquíssimo acervo para a agenda de políticas públicas, objeto de diálogo permanente do governo com os movimentos sociais, conselhos e sociedade civil. Uma agenda positiva de participação na construção de políticas públicas com participação social a ser conduzida pela Secretaria-Geral da Presidência da República, Assessorias de Participação e Diversidade e Conselho de Participação Social, que constituem as novas institucionalidades da política de participação social no governo federal.

Após árduos anos de enfraquecimento do direito à participação social, o PPA participativo mostrou que as portas da participação social estão abertas novamente e que o povo brasileiro é muito bem-vindo para entrar e construir com o governo. Só assim vamos conquistar o país com que sonhamos: um Brasil com a cara do seu povo.

Capítulo 2

Dimensão Estratégica

2.1 Análise situacional e retrospectiva do Brasil

2.2 Tendências mundiais e nacionais

2.3 Cenário macroeconômico e fiscal para o período 2024-2027

2.4 Visão de futuro 2027, valores e diretrizes, indicadores-chave nacionais e metas

2.5 Eixos temáticos e objetivos estratégicos, indicadores-chave e metas





2.1

Análise situacional e retrospectiva do Brasil

Passivos sociais e agendas emergentes

Para definir as prioridades do governo nos próximos quatro anos e tomar as melhores decisões, é preciso, inicialmente, ter um olhar retrospectivo sobre a evolução recente, analisando nossas fragilidades, os passivos históricos relacionados às diferenças regionais, de gênero e de raça, e os ativos construídos ao longo dos anos pela ação de inúmeros atores. Este capítulo busca sintetizar a situação dos principais indicadores socioeconômicos do Brasil, tendo em vista fornecer uma visão de conjunto, de caráter executivo, útil ao adensamento da reflexão estratégica necessária ao processo de planejamento.

Após décadas de avanços em indicadores sociais, os últimos anos foram marcados por impactos da crise econômica e pandêmica que comprometeram em alguma medida os avanços na agenda social. Assim, o projeto de desenvolvimento deve recolocar a redução da pobreza e das desigualdades, a valorização da democracia e do meio ambiente e o respeito às diversidades como prioridades das políticas públicas.

A trajetória de melhoria dos indicadores sociais observada no Brasil no início dos anos 2000 foi interrompida, a partir de 2015, por diversos fatores econômicos e políticos. A taxa de extrema pobreza, que até 2014 vinha registrando queda, apresentou aumento nos quatro anos subsequentes. Entre 2019 e 2020, verificou-se queda, explicada pelas transferências do Auxílio Emergencial. Em 2021 o índice tornou a crescer, atingindo o maior valor da série, 9,2% da população brasileira, caindo novamente em 2022 para 6,0%.² Houve grande aumento da prevalência da insegurança alimentar severa, que

² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Linha de pobreza de US\$ 2,15/dia (PPC 2017).

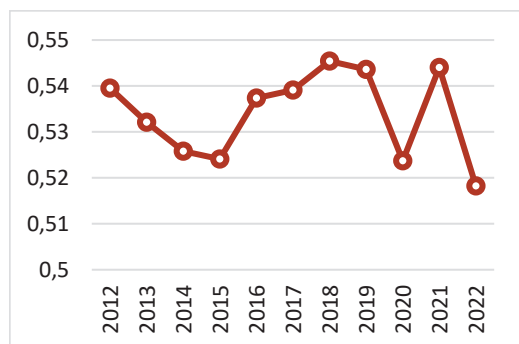
passou de 1,9% da população total em 2014-2016 para 7,3% em 2019-2021, sendo que o Brasil teve o maior crescimento entre os países da América do Sul.³

A renda domiciliar per capita registrou um pequeno aumento de 2% entre 2012 e 2022.⁴ A trajetória na década foi marcada por quedas fortes em dois momentos: em 2015-2016, com a crise econômica e a piora do mercado de trabalho; e em 2020-2021, com a crise provocada pela pandemia de covid-19. A renda per capita mensal do Brasil em 2022 foi de R\$ 1.586, sendo que na Região Nordeste foi de R\$ 1.011, próximo da metade da verificada nas regiões Sul (R\$ 1.927) e Sudeste (R\$ 1.891). Apesar de oscilações ao longo da década, essa razão ficou praticamente estável entre 2012 e 2022.

A década de 2012 a 2022 também foi marcada por oscilações na desigualdade de renda. O Índice de Gini, em tendência de alta desde 2015, apontou estabilidade entre 2018 e 2019, para, em seguida, em 2020, registrar uma forte queda devido às transferências de renda voltadas à mitigação dos efeitos da pandemia de covid-19. Ainda que, em 2021, tenha crescido novamente, em 2022, o índice diminuiu para 0,518, o menor valor da série.⁵

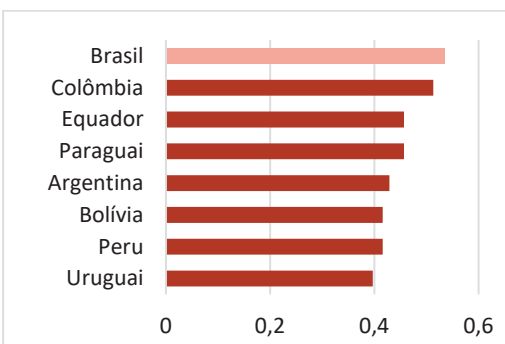
O Brasil está entre os países com maior desigualdade do mundo, perdendo até mesmo para outros países da América Latina com renda média alta,⁶ como Argentina (0,429) e Uruguai (0,397).⁷

Gráfico 1. Evolução do Índice de Gini do Brasil



Fonte: Pnad Contínua.

Gráfico 2. Índice de Gini (2019)



Fonte: Banco Mundial.

A busca pela diminuição das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida deve levar em consideração os passivos históricos relacionados às diferenças de gênero e de raça, tendo em vista maior igualdade de oportunidades e de acesso ao mercado de trabalho. A taxa de participação de mulheres no mercado de trabalho em 2022 foi de 53%, quase 20 pontos inferior à dos homens. Já a taxa de desemprego entre mulheres foi de 11,5% no mesmo ano, enquanto a dos homens foi de 7,5%. Em relação aos rendimentos do trabalho, a renda média das mulheres, em 2022, foi 21% inferior à dos homens. Trata-se de

³ Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc0639en/online/sofi-2022/annexes1_a.html>. Acesso em: 02/04/2023.

⁴ Pnad Contínua/IBGE.

⁵ Pnad Contínua/IBGE.

⁶ O Brasil é classificado como um país de renda média alta por organismos internacionais.

⁷ Banco Mundial.

uma diferença expressiva e persistente (em 2012, esse diferencial era de 22%), considerando que a escolaridade média das mulheres é mais elevada que a dos homens.

No tocante às diferenças por cor ou raça, em 2022 os pretos e pardos tiveram rendimentos médios do trabalho cerca de 40% inferiores aos dos brancos. A taxa de desemprego entre os negros, de 10,9% em 2022, foi 3,6 p.p. superior à dos brancos. Considerando a interseccionalidade de gênero e raça, nota-se que a situação é ainda mais desfavorável para mulheres negras, que possuem mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o que se confirma pela taxa de desemprego de 13,9% em 2022, a mais alta entre os grupos.

As diferenças são enormes também quando observamos os indicadores das camadas mais pobres da população. O desemprego dos 40% mais pobres chegou a 21,9% em 2022, mais que o dobro da média brasileira. Além do desemprego elevado, quando ocupadas, 61,5% das pessoas se encontravam na informalidade, medida pela cobertura previdenciária – 25 p.p. superior à taxa média brasileira.⁸

As flutuações dos indicadores de pobreza e desigualdade foram acompanhadas por avanços lentos e persistência das desigualdades nos principais indicadores de educação, saúde e segurança.

Começando pela educação: em 2022, a escolaridade média da população de 25 anos ou mais no Brasil era de 9,9 anos de estudo, o que significa um acréscimo de 1,3 ano em relação ao verificado em 2012 (8,6 anos). Contudo, a média observada no Nordeste ainda era de 8,6 em 2022, ou seja, dois anos abaixo da média do Sudeste (10,6).⁹ Na comparação internacional, ainda estamos com nível inferior ao de outros países da América Latina, como Chile (10,9 anos em 2019) e Argentina (10,1 anos em 2019).¹⁰

Houve grandes avanços em termos de acesso ao sistema educacional. Em 2022, a taxa de escolarização já alcançava 99,4% das crianças entre 6 e 14 anos e 92,2% dos jovens de 15 a 17 anos. Os percentuais, porém, são bem inferiores quando se analisa a taxa de conclusão: 79,7% dos jovens de 16 anos finalizaram o ensino fundamental e 65,9% dos jovens de 19 anos concluíram o ensino médio.¹¹

Mesmo com os inegáveis avanços em termos de acesso, a qualidade da educação brasileira é um dos obstáculos ao aumento da produtividade do trabalho, com efeitos sobre o crescimento econômico e o bem-estar. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) evoluiu lentamente no período de 2011-2021 e foi afetado pela pandemia na última aferição. Em 2021, o Ideb do ensino fundamental I foi de 5,8 pontos, 0,8 ponto acima da nota de 2011 e 0,1 ponto abaixo da de 2019. No ensino fundamental II, o Ideb alcançou 5,1 pontos, 1 ponto acima de 2011 e 0,2 ponto acima de 2019. O desafio é ainda maior

⁸ Pnad Contínua/IBGE.

⁹ Pnad Contínua/IBGE

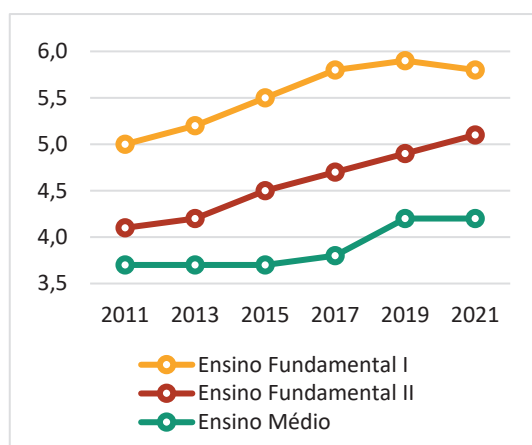
¹⁰ Human Development Reports 2021 (UNDP). Disponível em: <https://hdr.undp.org/sites/default/files/2021-22_HDR/HDR21-22_Statistical_Annex_HDI_Table.xlsx>. Acesso em: 06/12/2022.

¹¹ Pnad Contínua/IBGE.

no ensino médio, que registrou em 2021 um Ideb de apenas 4,2, sendo o mesmo de 2019 e 0,5 ponto superior ao de 2011.

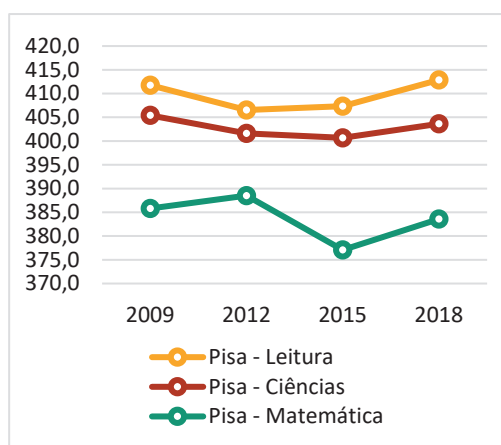
A defasagem brasileira em termos de qualidade da educação se evidencia nos exames internacionais. O último Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que avalia o desempenho dos estudantes na faixa etária de 15 anos, aponta que o Brasil ocupou, em 2018, a 70ª posição em Matemática, a 57ª posição em Leitura e a 66ª posição em Ciências em uma lista de 79 países. O percentual de estudantes brasileiros em níveis muito baixos de aprendizado nas três disciplinas avaliadas (abaixo do Nível 2) é de 43,2%, mais do que o triplo da média da OCDE (13,4%).¹²

Gráfico 3. Ideb – Brasil, rede total



Fonte: Inep.

Gráfico 4. Nota do Brasil no Pisa



Fonte: OCDE.

Ademais, não podemos esquecer o passivo referente ao analfabetismo de jovens e adultos, embora tenha havido avanços nas últimas décadas. Em 2022, o analfabetismo persistiu em vários estados, sobretudo no Nordeste, que detém uma taxa média de 11,7%, cerca de cinco vezes a taxa do Sul (2,3%) e do Sudeste (2,9%). A taxa brasileira observada em 2022 foi de 5,6%, indicando uma queda de 3,1 p.p. em relação à de 2012 (8,7%).¹³ Mesmo com essa melhoria, o índice do Brasil em 2022 foi bastante superior ao da Argentina (1,0%) e do Uruguai (1,3%) em 2018.¹⁴

Avançar na qualidade da educação e na atratividade da escola é essencial para uma melhor inserção dos jovens no mundo do trabalho. Um indicador que deve ser considerado para enfrentar a situação de vulnerabilidade dos jovens se refere à proporção de pessoas de 15 a 24 anos que não trabalham e não estudam (nem-nem). No Brasil, essa proporção foi de 20% em 2022, um nível semelhante ao verificado em 2012. Em 2020, durante a

¹² Todos pela Educação.

¹³ Pnad Contínua/IBGE.

¹⁴ World Development Indicators (Banco Mundial). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/SE.ADT.LITR.ZS>>. Acesso em: 06/12/2022.

pandemia, alcançou-se o pico de 26,0%.¹⁵ Na comparação internacional, em 2021 o índice do Brasil superou o da América Latina e o Caribe (21,3%) e o dos países da OCDE (14,8%).¹⁶

Os jovens são mais atingidos pela violência, sendo os pretos e pardos as maiores vítimas no Brasil. Em 2021, o Brasil alcançou uma taxa de 22,5 homicídios por 100 mil habitantes. Mais da metade dessas vítimas tinham entre 15 e 29 anos, sendo que 81% dos jovens vítimas de homicídios eram pretos e pardos. A taxa de homicídios no país em 2021 apresentou uma redução de 18%, se comparada à de 2010 (27,2).¹⁷ Sob uma perspectiva internacional, utilizando a taxa de 2020 como comparação, foi mais de oito vezes maior que a dos países da OCDE (2,6 homicídios por 100 mil habitantes).¹⁸ A taxa observada em 2021 também superou a média mundial (6,0), bem como os níveis de países da América do Sul, como a Argentina (5,0) e o Chile (4,0).¹⁹

A elevada mortalidade por causas externas é um dos fatores que explicam a defasagem brasileira em termos de esperança de vida ao nascer em relação aos países desenvolvidos. A expectativa de vida no Brasil projetada para 2021 foi de 77 anos,²⁰ 3,1 anos a mais que em 2010. No contexto internacional, a situação do país em 2019, antes da pandemia, apresentou quase cinco anos médios a menos que os países-membros da OCDE, porém dois anos a mais do que a média dos países da América Latina e valor semelhante à média dos países de renda média alta.

Outro desafio para elevar a expectativa de vida do país aos níveis das nações desenvolvidas refere-se à redução da mortalidade infantil. A taxa de mortalidade infantil no Brasil diminuiu de 13,9 por mil nascidos vivos, em 2010, para 11,9, em 2021.²¹ Nesse tema fica visível a maior vulnerabilidade dos indígenas, entre os quais a taxa de mortalidade infantil, em 2022, foi de 19,0 por mil nascidos vivos.²²

A comparação internacional da mortalidade infantil até 5 anos mostra que no Brasil houve diminuição de 18,6, em 2010, para 14,4, em 2021. Nesse último ano, a taxa de mortalidade infantil no país era maior do que a média dos países da OCDE (6,5) e dos países de renda média alta (11,8), porém inferior à média dos países da América Latina (15,9).²³ Vale notar que o avanço com a diminuição da mortalidade infantil até 5 anos foi mais lento do que nos outros recortes de comparação internacional.

¹⁵ Pnad Contínua/IBGE.

¹⁶ Banco Mundial.

¹⁷ MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35 (intervenção legal).

¹⁸ OECD Better Life Index. Disponível em: <<https://www.oecdbetterlifeindex.org/topics/safety/#:~:text=According%20to%20the%20latest%20OECD,for%20the%20most%20recent%20data>>. Acesso em: 02/12/2022.

¹⁹ Banco Mundial. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/VC.IHR.PSRC.P5>>. Acesso em: 11/08/2023

²⁰ Projeções realizadas em 2018, portanto sem incorporar o efeito da pandemia de covid-19. IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 06/12/2022.

²¹ Taxa de Mortalidade Infantil em menores de 1 ano. MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

²² Siasi/Sesai, estimativas do Ipea.

²³ Banco Mundial. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SH.DYN.MORT>>. Acesso em: 03/04/2023.

A mortalidade materna não acompanhou a tendência de queda da mortalidade infantil. Pelo contrário, a razão de mortalidade materna aumentou de 59,3 mortes a cada 100 mil nascidos vivos, em 2012, para 117,4, em 2021.²⁴ A comparação internacional, disponível para 2017, mostra o índice do Brasil próximo da média dos países da América Latina (74), porém quatro vezes superior ao observado na média da OCDE (18) e pior do que a média dos países de renda média alta (41).²⁵

Além da importância da atenção básica e da prevenção, é preciso avançar no atendimento de média e alta complexidades dos serviços de saúde, cuja demanda tende a crescer com o envelhecimento da população. Em 2021, o Brasil apresentou 299 óbitos prematuros por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) por 100 mil pessoas de 30 a 69 anos, uma taxa 3,1% menor que a de 2012 (309).²⁶ Quando considerado o índice DCNT harmonizado por faixas etárias mensurado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil alcança uma taxa de 424,9 óbitos por 100 mil pessoas, um resultado pior do que o verificado em países da América do Sul, caso do Chile (328,5).

A falta de saneamento adequado para a totalidade da população gera graves impactos sobre as condições de saúde e ameaça o meio ambiente com a descarga de dejetos. A proporção de pessoas em domicílios com saneamento adequado apresentou ligeira melhoria nos últimos anos, passando de 62%, em 2016, para 65%, em 2022.²⁷ Isso significa que cerca de um terço da população vivia em domicílios que não dispunham de infraestrutura de saneamento adequada, em 2022. Quando considerada a parcela da população conectada à rede de tratamento de esgoto, constata-se que o Brasil alcançou a proporção de apenas 52,0% em 2019, um desempenho inferior ao observado no Chile (99,9% em 2021) e no México (67,5% em 2021).²⁸

Paralelamente a esse problema, permanece a necessidade de garantir moradias adequadas a toda a população, condição fundamental para a melhoria da qualidade de vida, sobretudo nas cidades. Entre 2016 e 2022, a proporção de pessoas que residiam em moradias consideradas inadequadas apresentou uma leve queda, indo de 32% para em torno de 30%.²⁹

²⁴ MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: <<https://svs.aims.gov.br/daent/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/busca-ativa/indicadores-de-saude/mortalidade/>>. Acesso em 15/08/2023.

²⁵ Banco Mundial. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SH.STA.MMRT>>. Acesso em: 24/03/2023.

²⁶ MS/DAENT. Disponível em: <<https://svs.aims.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/dcmt/>>. Acesso em: 15/08/2023

²⁷ Pnad Contínua/IBGE. Trata-se de indicador correspondente à proporção da população vivendo em domicílios (urbanos e rurais) com saneamento adequado, ou seja, com as seguintes condições: ter pelo menos um banheiro com escoadouro feito pela rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede; ter como principal forma de abastecimento de água a rede geral de distribuição; que a água utilizada chegue canalizada em pelo menos um cômodo ou na propriedade ou terreno; nos últimos 30 dias a água da rede geral tenha chegado diariamente ou pelo menos quatro vezes na semana ou ter reservatório, caixa d'água, cisterna, para armazenar a água.

²⁸ OCDE.

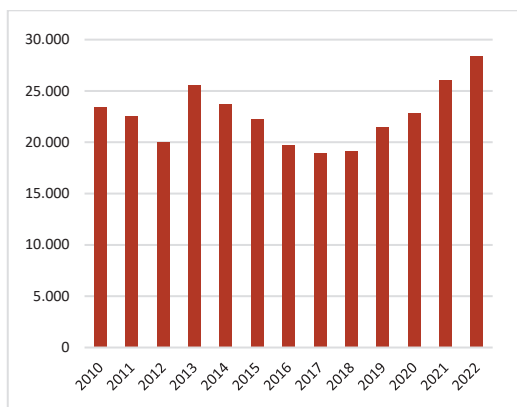
²⁹ Pnad Contínua/IBGE. O indicador mede a proporção de população urbana vivendo em domicílios precários, com alguma das situações a seguir: adensamento excessivo; abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta do lixo inadequados; e ônus excessivo com o pagamento de aluguel.

Uma visão comparativa, porém restrita, dos desafios em termos de desenvolvimento pode ser obtida através da análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 2021, o IDH do Brasil foi de 0,754, 87ª posição na ordenação de 191 países, classificando o país com um índice alto. No relatório de 2010, o Brasil ficou na 74ª posição em uma lista de 169 países. Analisando os diferentes componentes do IDH de 2021, o Brasil está mais bem posicionado nos indicadores de renda (83ª), expectativa de vida (87ª) e expectativa de escolaridade (49ª), mas está pior em anos de estudo (120ª). Considerando o IDH corrigido pela desigualdade, o Brasil ficou na 107ª posição.³⁰

Um dos ativos brasileiros é a sua vasta cobertura natural do solo. A área florestada representava, em 2020, 59,4% da área total do Brasil,³¹ ou seja, quase o dobro do percentual registrado nos países da OCDE (32,7%), 12,9 p.p. superior ao da América Latina e o Caribe e 21,9 p.p. superior ao dos países com renda média alta. Contudo, o percentual brasileiro já foi maior: em 2010 essa proporção era de 61,2%.

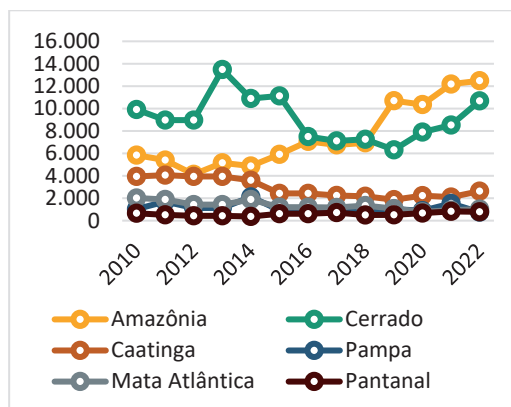
De acordo com os dados de monitoramento por satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) – Projeto Prodes, o incremento do desmatamento no país cresceu consecutivamente desde 2018, alcançando, em 2022, o maior índice desde 2010. Analisando por bioma, o Cerrado apresentou o maior desmatamento de 2010 a 2018, sendo superado pela Amazônia a partir de 2019. Em 2022, a Amazônia representou 44,0% do desmatamento total, enquanto o Cerrado respondeu por 37,7%.

Gráfico 5. Incremento do desmatamento total (em km²)



Fonte: Prodes.

Gráfico 6. Incremento do desmatamento por bioma (em km²)



Fonte: Prodes.

A redução das emissões dos gases de efeito estufa é outro desafio que se apresenta na área ambiental. As emissões de gases do efeito estufa equivalentes a CO₂ em termos nacionais seguiram com fortes oscilações entre 2012 e 2020, variando da mínima de 1,3 milhão de toneladas equivalentes de carbono, em 2012, à máxima de 1,8 milhão de toneladas, alcançada em 2020.³²

³⁰ Pnud Human Development Report. Disponível em: <https://hdr.undp.org/sites/default/files/2021-22_HDR/HDR21-22_Statistical_Annex_I-HDI_Table.xlsx>. Acesso em: 02/04/2023.

³¹ Banco Mundial. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/AG.LND.FRST.ZS>>. Acesso em: 14/08/2023.

³² Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene), MCTI. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/emissoes/emissoes-de-gee-por-setor-1>>. Acesso em: 11/08/2023.

A última década também foi marcada por instabilidades no quadro político-institucional. O Brasil perdeu posições recentemente nos rankings que mensuram a qualidade das instituições. De acordo com o índice de democracia calculado pela The Economist, o Brasil registrou a 51ª posição no ranking de 167 países, em 2022, representando uma piora em relação a 2012, quando ocupava o 44º lugar. Segundo a pesquisa, o Brasil é classificado como “Democracia Frágil” (“Flawed Democracy”), revelando um grau de qualidade institucional inferior ao de países avaliados como “Democracia Plena” (“Full Democracy”). Conforme o Latinobarômetro, o percentual de pessoas que dizem que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo no Brasil passou de 54% em 2010 para 40% em 2020.

Ativos e potencialidades

O enfrentamento de nossos graves problemas sociais requer uma estratégia de desenvolvimento que valorize nossas vantagens comparativas e promova uma economia de maior complexidade, com geração de maior valor agregado e inovação, sustentabilidade ambiental e inclusão social.

Nesse sentido, o Brasil conta com uma série de ativos estratégicos que podem ser mobilizados. Um dos maiores mercados consumidores do mundo, o país tem a 7ª maior população no ranking mundial,³³ averiguada pelo Censo, em 2022, em 203,1 milhões de pessoas. O Brasil é a 11ª economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1,9 trilhão, alcançado em 2022.³⁴ O mercado consumidor tem espaço para ampliação, com a redução da desigualdade e da pobreza, que apresentam níveis incompatíveis com a riqueza do país.

Com uma dimensão continental de 8,5 milhões de km² de extensão territorial, a 5ª maior do mundo, o Brasil é um país de megabiodiversidade. A Amazônia é uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta. O país tem uma das maiores concentrações de água doce do mundo e cerca de 12% das reservas mundiais, além de uma enorme extensão de terra agricultável.

Temos abundância de recursos naturais importantes para a economia, como minério de ferro, petróleo, gás natural, ouro, bauxita, níquel, cobre, água doce, entre outros. Tais vantagens comparativas naturais contribuem para que o país seja um dos maiores exportadores de *commodities* do mundo. Em 2022, o Brasil exportou mais de US\$ 160 bilhões em produtos minerais e vegetais, o que representa quase 50% do valor total das exportações do país.

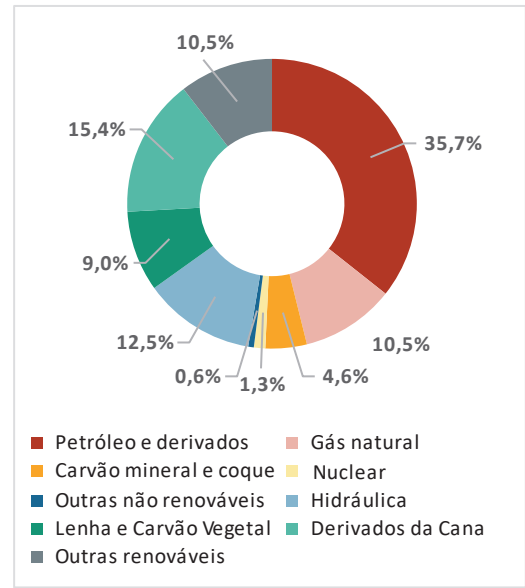
³³ Revision of World Population Prospects, Organização das Nações Unidas, 2022. Disponível em: < <https://population.un.org/wpp/>>. Acesso em: 09/08/2023.

³⁴ Banco Mundial. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acesso em: 15/08/2023.

A extensão e a riqueza natural do Brasil também favorecem a produção de energia. O país possui grandes reservas de petróleo e gás natural. Em 2022, as reservas comprovadas de petróleo somavam 14,8 bilhões de barris.³⁵

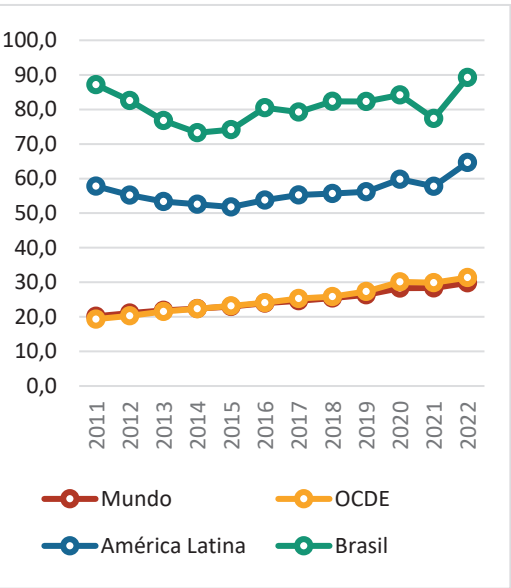
Detentor de uma matriz energética diversificada e das mais limpas do mundo, o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de energia hidrelétrica. Em 2022, foram gerados 303 milhões de tep,³⁶ sendo 47% produzidos por fontes renováveis, principalmente a hidráulica (12,5%). A participação das fontes renováveis na matriz energética mundial fica perto de 15%. Na geração de eletricidade, a participação das renováveis é de 89,2%, quase três vezes o percentual mundial.³⁷ O Brasil registrou um crescimento de 2,1 p.p. na participação de energia renovável na geração de eletricidade em relação a 2011.

Gráfico 7. Matriz energética brasileira – 2021



Fonte: EPE (2022).

Gráfico 8. Participação das fontes renováveis na geração de eletricidade (%)



Fonte: Enerdata.

Todos esses ativos, aliados à rica diversidade cultural, à economia criativa e ao turismo, fazem com que o país ofereça grande potencial de crescimento sustentável e devem ser valorizados por uma estratégia de desenvolvimento socialmente inclusiva.

Desempenho econômico recente

A última década pode ser vista como um dos períodos mais turbulentos da história brasileira recente. Com os resultados negativos advindos com a pandemia e combinados com a crise de 2015-2016, o Brasil cresceu no período 2012-2022 em média 0,7% a.a., ou seja, muito

³⁵ Boletim de Recursos e Reservas de Petróleo e Gás Natural – ANP, 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-estatisticos/arquivos-reservas-nacionais-de-petroleo-e-gas-natural/boletim-anual-reservas-2022.pdf> >. Acesso em: 09/08/2023.

³⁶ Tonelada equivalente de petróleo.

³⁷ Enerdata.

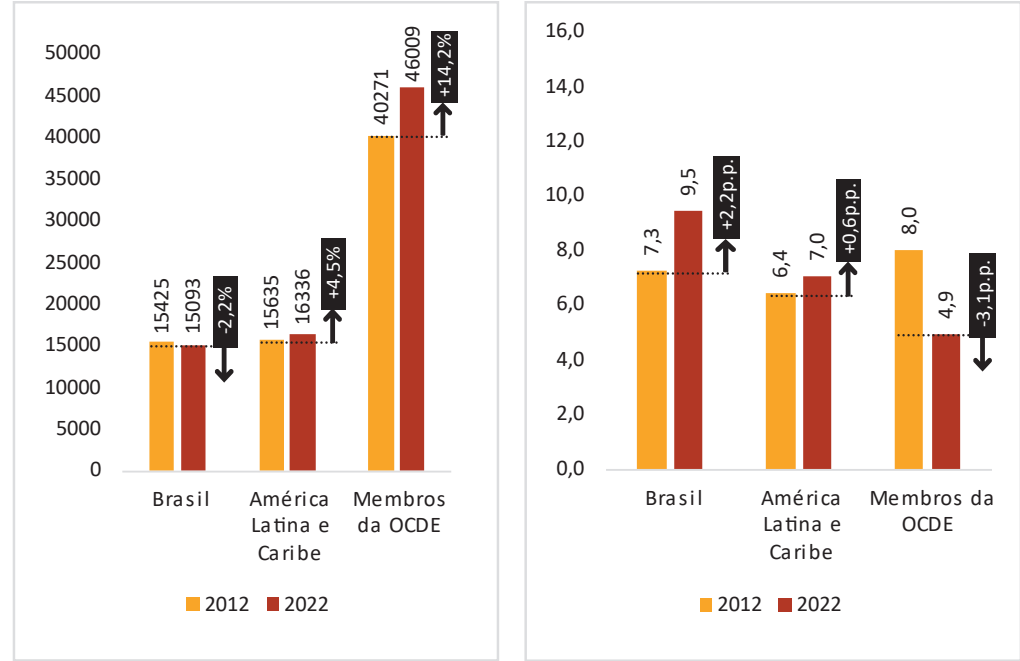
aquém da média mundial (2,7%), e menos que as médias da América Latina (1,4%), dos países de renda média alta (4,5%) e dos países da OCDE (1,8%).

Em 2022, o PIB per capita no Brasil foi de R\$ 41.715.³⁸ Trata-se de um valor 5,9% inferior, em termos reais, ao observado em 2012. Na comparação internacional, o valor alcançado em 2022 (US\$ 15.093,46)³⁹ corresponde a cerca de um terço da média dos países da OCDE (US\$ 46.009), levemente abaixo da média mundial (US\$ 17.485) e inferior à média dos países de renda média alta (US\$ 18.096).⁴⁰

Em termos de evolução do PIB per capita na década, a comparação internacional revela que o Brasil teve um desempenho inferior à média da América Latina e também da OCDE e, ainda, dos países de renda média alta. Enquanto o PIB per capita no Brasil diminuiu 2,2% entre 2012 e 2022, na América Latina aumentou 4,5% e nos países da OCDE cresceu 14,2%.

Gráfico 9. PIB per capita US\$ PPC⁴¹ preços constantes 2017

Gráfico 10. Taxa de desemprego (%)



Fonte: Banco Mundial.

Fonte: Banco Mundial.

Diante desse desempenho econômico, fruto de sucessivas crises ocorridas de 2015 a 2022, o período foi marcado por um aumento da taxa de desemprego no país. Em 2022, o desemprego no Brasil foi de 9,5% do total de sua População Economicamente Ativa (PEA), após ter atingido patamares mais elevados de 13,8% em 2020 e de 13,2% em 2021, quase o dobro do apurado em 2012 (7,3%).⁴² Com isso, a taxa de desemprego, que ficava abaixo da média dos países da OCDE em 2012 (8,0%), passou para quase o dobro em 2022

³⁸ Ipeadata.

³⁹ Valores em dólares PPC a preços constantes de 2017.

⁴⁰ Banco Mundial.

⁴¹ Paridade do Poder de Compra (PPC).

⁴² Pnad Contínua/IBGE.

(4,9%), ficando também muito acima da média dos países de renda média alta (5,8%) e da América Latina e o Caribe (7,0%).⁴³

Vale ressaltar a questão da qualidade dos postos de trabalho. Um indicador é a informalidade, medida pelo emprego sem carteira e pelo trabalho por conta própria e sem proteção social.⁴⁴ Em 2022, a taxa de informalidade atingiu 38,2% da população ocupada do Brasil, percentual semelhante ao observado em 2012. A trajetória da última década foi de queda até 2015, registrando-se, a partir de então, crescimento até 2019. No primeiro ano da pandemia, e sob forte isolamento social, houve queda no índice. Em 2021, com a flexibilização das medidas restritivas e o desemprego elevado, o índice voltou a crescer, ficando praticamente estável no último ano.

O crescimento da informalidade do trabalho no período ocorreu junto com o aumento da participação dos setores de serviços e de comércio no total de ocupados, passando de 58,8% em 2012 para 65,5% em 2022. Nesse período, houve diminuição da participação da indústria (de 14,8% para 12,9%), assim como da agricultura (de 11,4% para 8,9%), da construção civil (de 8,5% para 7,5%) e da administração pública (de 6,5% para 5,2%).⁴⁵

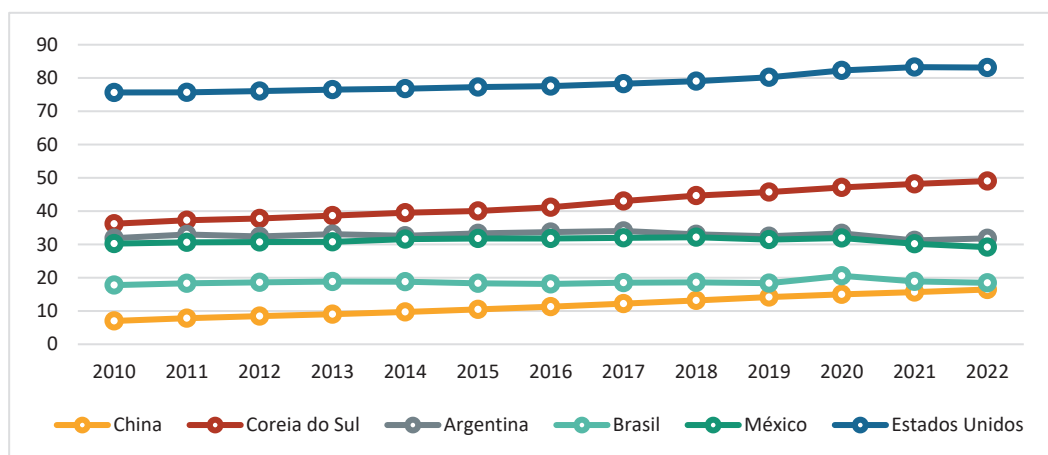
Esse quadro de elevada informalidade, associado a uma estrutura setorial com grande participação de serviços de baixo valor agregado, entre outros fatores, coloca enormes dificuldades para o aumento da produtividade da economia brasileira, tornando-se um dos maiores desafios para o crescimento sustentado e a melhoria do bem-estar. A produtividade por hora trabalhada no Brasil ficou praticamente constante entre 2010 e 2022, representando cerca de 22% da americana, em 2022.⁴⁶

⁴³ Banco Mundial.

⁴⁴ Pnad Contínua/IBGE. Foram considerados informais os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, empregadores sem contribuição para a previdência, trabalhadores por conta própria sem contribuição para a previdência e trabalhadores familiares não remunerados.

⁴⁵ Pnad Contínua/IBGE.

Gráfico 11. Produtividade por hora trabalhada (US\$ PPC 2021)



Fonte: The Conference Board.

A produtividade da economia depende de diversos fatores, relacionados à estrutura produtiva, ao conhecimento, à infraestrutura, à inovação e ao ambiente de negócios. Em relação à infraestrutura econômica, o país investiu em 2021 o total de R\$ 148,2 bilhões no setor, o equivalente a 1,7% do PIB. Trata-se de um nível muito aquém do necessário para o setor, estimado em mais de 4,3% do PIB.⁴⁷ O indicador que mede as condições das rodovias mostra que, em 2022, apenas 34% daquelas pavimentadas eram consideradas “ótimas” ou “boas” no Brasil, um índice 2 p.p. inferior ao de 2012.⁴⁸ Além disso, o Brasil é o 86º colocado no ranking de 162 países com rodovias mais rápidas (com velocidade média de 72 km/h), situando-se muito atrás de países como o Chile (92 km/h) e o México (90 km/h).⁴⁹

No que se refere às tecnologias de informação e comunicação (TICs), houve um crescimento contínuo no acesso à internet entre 2012 e 2021, com a expansão dos serviços de 3G/4G de telefonia móvel, o que permitiu a disseminação do sinal em regiões rurais e no interior do país.⁵⁰ O percentual de usuários praticamente dobrou no período, alcançando 85% em 2021. Na comparação internacional, com dados para 2021, o percentual de acesso no Brasil é superior à média dos países da América Latina (76%) e dos países de renda média alta (74%), porém ainda inferior à média dos países-membros da OCDE (87%). Um fenômeno associado a esse crescimento do acesso à internet foi o aumento da proporção de domicílios com acesso a serviços de telefonia, alcançando praticamente a universalização (97% em 2021).

⁴⁷ Livro Azul da Infraestrutura – Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). Disponível em: <https://www.abdib.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro-Azul-da-Infraestrutura_Abdib_2022_FINAL.pdf>. Acesso em: 24/03/2023.

⁴⁸ Confederação Nacional do Transporte (CNT).

⁴⁹ Fundo Monetário Internacional (FMI).

⁵⁰ Pnad Contínua/IBGE.

Mesmo com os notáveis avanços no acesso às TICs, o Brasil figurou como o 52º colocado no ranking de 62 países do Índice de Competitividade Digital⁵¹ em 2022, posição verificada também em 2013. O país ainda possui um desempenho muito inferior ao de países latino-americanos, caso do Chile, que se situa na 41ª posição.

Os desafios para o aumento da produtividade ocorreram num ambiente de maior abertura da economia brasileira. A corrente de comércio (soma das exportações e importações) do país, que representava 25,1% do PIB em 2012, alcançou 39,3% em 2022.⁵² A ampliação do grau de abertura se deu tanto pelo aumento do coeficiente de exportações quanto do de importações. O primeiro subiu de 11,9% para 20% do PIB no período, e o segundo, de 13,2% para 19,3%.⁵³ Embora com maior abertura, o país ainda está distante do padrão internacional. Em 2022, o grau de abertura do Brasil era 18 p.p. menor que o da América Latina, 17 p.p. inferior ao dos países da OCDE e 11 p.p. inferior ao dos países de renda média alta.

Embora o comércio exterior tenha adquirido maior importância para a economia nacional nas últimas duas décadas, o Brasil não se tornou mais relevante no comércio mundial. Sua participação nas exportações mundiais ficou praticamente constante entre 2011 e 2022.⁵⁴ Boa parte do aumento dos fluxos de comércio em relação ao PIB resultou da ampliação das exportações e dos preços das *commodities* no mercado internacional. A participação dos produtos de média e alta intensidade tecnológica nas exportações totais caiu de 21,9%, em 2012, para 14,7%, em 2022.⁵⁵ Também houve perda de relevância do Brasil no Índice de Complexidade Econômica (ICE),⁵⁶ que sintetiza o nível de sofisticação e a diversidade das vantagens comparativas dos países no comércio global. Entre 2010 e 2021, o Brasil caiu da 35ª para a 49ª posição no ICE entre mais de 120 países.

Essa perda de complexidade econômica ocorreu em paralelo a uma estagnação da participação da indústria de transformação brasileira no PIB, que passou de 10,7% em 2012 para 11,1% em 2022, ficando 5,1 p.p. menor que a média mundial e 5,5 p.p. menor que a participação da indústria na América Latina.⁵⁷

Outro fator determinante dos ganhos de produtividade são os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e a melhoria no ambiente para a inovação no país. No Brasil, o investimento em P&D foi de 1,14% do PIB em 2020. Após atingir o pico de 1,37% do PIB em 2015, o percentual diminuiu para 1,12% em 2017, fruto da drástica redução dos investimentos públicos e privados em P&D.⁵⁸ O investimento brasileiro em P&D representa apenas um

⁵¹ Indicador do International Institute for Management Development (IMD) que busca mensurar o grau de receptividade das economias a tecnologias digitais. A escala analisa 54 critérios, divididos em três grandes grupos: prontidão futura, conhecimento e tecnologia.

⁵² IBGE, Contas Nacionais Trimestrais.

⁵³ IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. Obtido e elaborado pelo Ipea.

⁵⁴ Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/BX.GSR.GNFS.CD?most_recent_year_desc=true>. Acesso em: 15/08/2023.

⁵⁵ MDIC. Coletado e elaborado pelo Ipea. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/86263>>. Acesso em: 15/08/2023.

⁵⁶ OEC. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/bra?scaleSelector1=eciScale1#economic-complexity-rank>>. Acesso em: 14/08/2023.

⁵⁷ Banco Mundial. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/NV.IND.MANF.ZS>>. Acesso em: 14/08/2023.

⁵⁸ IBGE. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador951>>. Acesso em: 15/08/2023.

terço do percentual investido nos Estados Unidos, embora seja maior que o observado na Argentina (0,5%), no México e na Colômbia (0,3% cada).⁵⁹

Vale destacar uma melhora sutil do país, em 2022, no Índice Global de Inovação, calculado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO) e que procura mensurar diversos aspectos relacionados ao ambiente de inovação nos países. Naquele ano, o Brasil situou-se na 54ª posição entre os 132 países analisados, tendo ingressado no grupo dos três países mais inovadores da região, juntamente com o Chile e o México.

Com avanços mais lentos em boa parte dos indicadores econômicos, o Brasil aparece em posição insatisfatória nos rankings mundiais de competitividade. Na pesquisa de 2023, o país ficou em 60º lugar no ranking de competitividade global com 63 países.⁶⁰ O índice considera quatro pilares de competitividade: performance econômica, eficiência do governo, eficiência dos negócios e infraestrutura. Na última edição do índice de competitividade global do Fórum Econômico Mundial, o Brasil alcançou a 71ª posição em um total de 141 países em 2019.

O balanço da última década aponta para a necessidade de um projeto de desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, que acelere a trajetória de avanços sociais com redução da pobreza e da desigualdade em suas múltiplas dimensões. Para isso é preciso mobilizar ativos e potencialidades econômicas, enfrentar as questões de inovação, competitividade e produtividade da economia brasileira, além de ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade e direcionar esforços para a inclusão das camadas mais desfavorecidas da população.

⁵⁹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

⁶⁰ International Institute for Management Development (IMD).



2.2

Tendências mundiais e nacionais

Para se pensar o Brasil à frente, e tomar as melhores decisões, é preciso ter **consciência das principais transformações em curso no contexto mundial, de seus reflexos sobre a realidade brasileira** e do que se pode vislumbrar como oportunidades e riscos para o país.

O futuro é incerto e múltiplo. Comporta inúmeras rupturas e descontinuidades, mas também alimenta processos e mudanças já em curso. Está em construção e se forma à luz dos movimentos dos diversos atores sociais, moldado por variáveis políticas, econômicas, tecnológicas, ambientais ou relativas ao comportamento social.

Alguns movimentos, percebidos como mais sólidos, antecipam grandes tendências mundiais – megatendências –, considerando-se o horizonte do PPA. Tendências consolidadas ou de peso constituem fenômenos mundiais, também presentes em âmbito nacional, cuja “direção está bem definida e visível o suficiente para se admitir que estarão presentes no período considerado”.⁶¹

As oito megatendências elencadas a seguir, e descritas na sequência, foram selecionadas a partir da revisão da literatura de diversos estudos de futuro, mapeados em um esforço de síntese de forma a compor um quadro não exaustivo, mas suficientemente amplo, que permita avaliar seus desdobramentos para o Brasil e iluminar as estratégias dos próximos quatro anos.

⁶¹ Godet, Michel, 1991. De l’anticipation à l’action. Manuel de prospective et de stratégie. Paris: Dunod.

Figura 7. Megatendências mundiais e nacionais



Fonte: Seplan/MPO e Macroplan. Prospectiva, Estratégia e Gestão, com base em estudos e publicações sobre o tema.

1. Transição demográfica e seus reflexos na sociedade, na economia e na demanda por serviços públicos

Até 2030, serão 8,5 bilhões de pessoas no mundo e, até 2050, a população mundial deve chegar a 9,7 bilhões. A dinâmica de evolução desse crescimento, porém, será bastante diferente da experienciada até aqui. Dois fatores fundamentais contribuem para o **envelhecimento da população mundial**. De um lado, há uma tendência, liderada por países desenvolvidos, mas também experimentada por alguns países em desenvolvimento, de **redução da taxa de fecundidade**. Na outra ponta, observa-se o **aumento da expectativa de vida**, que tende a subir até 2050, em âmbito mundial, em 4,4 anos.⁶²

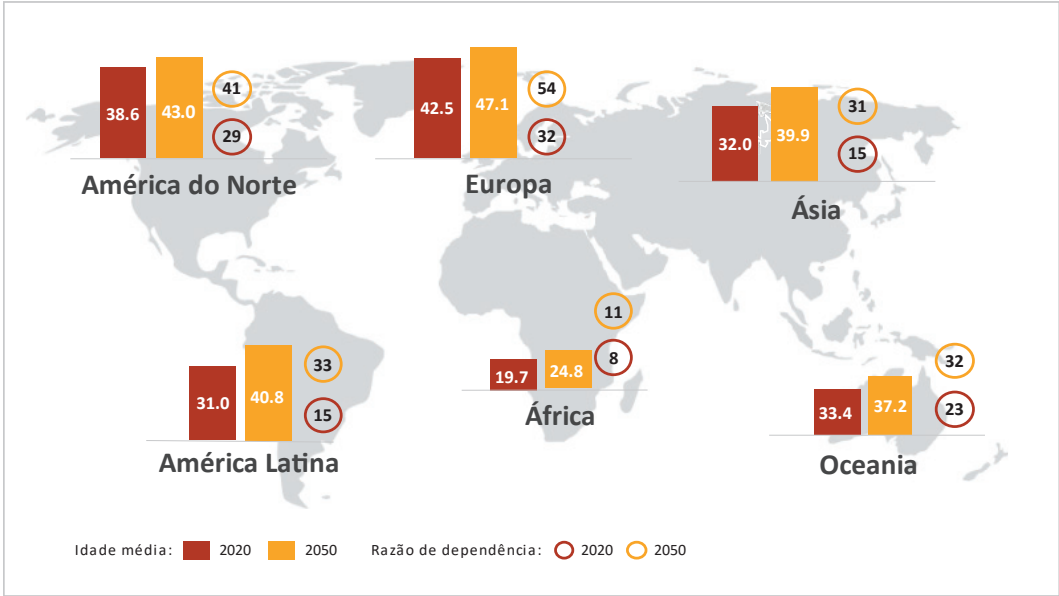
Fenômenos associados

- » Envelhecimento da população mundial
- » Aumento da demanda por serviços e do custo da saúde
- » Transição demográfica e mudanças no perfil da população brasileira
- » Forte crescimento da demanda nacional por bens e serviços de saúde e de cuidado
- » Aumento da razão de dependência da população brasileira

⁶² United Nations, 2022. World Population Prospects. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp2022_summary_of_results.pdf>. Acesso em: 20/03/2023.

Na comparação entre 2020 e 2050, a média de idade da população se eleva em todas as regiões, de forma mais crítica na Europa, na Ásia e na América Latina e Caribe. Nessa comparação, a razão de dependência da população idosa (65+) para a população com idade potencialmente produtiva (20-64 anos) aumenta, gerando preocupações significativas para os sistemas de previdência.⁶³

Figura 8. Média de idade (anos) e razão da população 65+ sobre a população 20-64 cada região (2020 e 2050)



Fonte: UN Population Division, in: Roland Berger, 2020. Trend Compendium 2050 – Megatrends shaping the coming decades, p. 13.

Somente em 2021, por exemplo, 20 dos 38 países-membros da OCDE **aumentaram a idade mínima para aposentadoria**,⁶⁴ visando evitar o colapso do sistema previdenciário. O Brasil aumentou a idade mínima para aposentadoria em 2019.

Para o setor de saúde, o envelhecimento populacional levará ao **aumento dos cuidados com a saúde, seja preventivamente, seja no tratamento de doenças crônicas** associadas à idade mais avançada, seja na **demandas por profissionais dedicados ao cuidado** com os idosos.

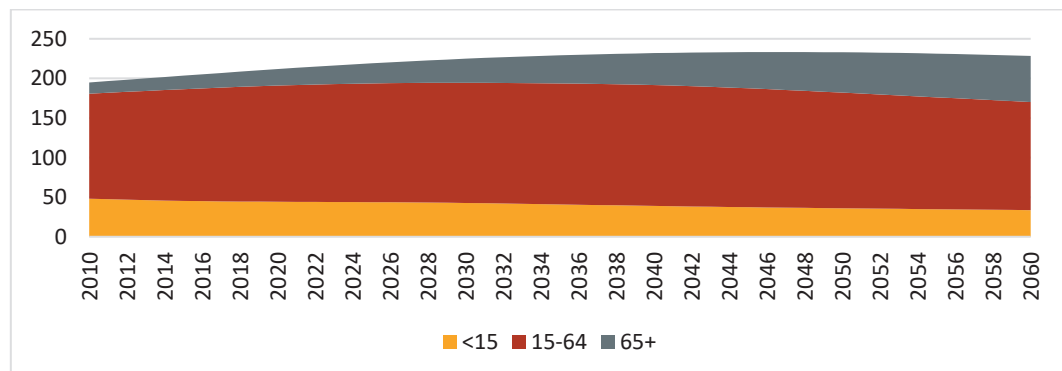
O quadro nacional não destoa das tendências observadas no resto do mundo. Entre 2022 e 2050, segundo estimativas do IBGE, a taxa de crescimento populacional no Brasil recuará dos atuais 0,71% para -0,07%, somada ao aumento da expectativa de vida do brasileiro de 73,9 anos para 77,2 na última década. Como resultado, a **população brasileira**

⁶³ Roland Berger, 2020. Trend Compendium 2050: megatrends shaping the coming decades. Disponível em: <https://www.rolandberger.com/publications/publication_pdf/trend_compendium_2050_full_version_t1_1.pdf>. Acesso em: 22/03/2023.

⁶⁴ OECD, 2021. Pensions at glance 2021: OECD and G20 indicators. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/ca401ebd-en/1/3/3/6/index.html?itemId=/content/publication/ca401ebd-en&_csp_=9d37797bd84847326841f27f588be463&itemIGO=oecd&itemContentType=book>. Acesso em: 22/03/2023.

envelhecerá de forma acelerada: a proporção de pessoas com mais de 65 anos, o que correspondia a 10,5% da população em 2022, chegará a representar 21,9% em 2050.⁶⁵

Gráfico 12. Evolução da população brasileira por grupo etário (2010-2060), em milhões



Fonte: IBGE. Projeções da população: 2010-2060, 2020.

Também no Brasil, o envelhecimento populacional pressiona os sistemas de saúde e previdenciário e a economia. **A maior demanda por bens e serviços de saúde, como medicamentos e consultas, e o aumento nas internações fazem crescer os gastos agregados de saúde,** considerando-se os setores público e privado. Segundo levantamento do Ipea, o valor do gasto público com saúde entre 2015 e 2019 aumentou de R\$ 231,5 bilhões para R\$ 290,4 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 25,5%.⁶⁶ Já na saúde privada, considerando-se um período mais longo, as despesas assistenciais dos planos de saúde suplementares subiram 58,7%, em termos reais, de 2012 a 2021.⁶⁷ Nos próximos anos, o financiamento do sistema de saúde brasileiro deverá acompanhar o crescimento da demanda. E há risco de estrangulamento da oferta e aumentos consideráveis nos custos de saúde, tanto no âmbito privado quanto no financiamento do Sistema Único de Saúde.

Na previdência, com uma **razão de dependência que pode saltar dos atuais 45% para 60% em 2050**, segundo o IBGE, importa considerar os possíveis impactos no longo prazo. Segundo a OCDE, o gasto público do Brasil com aposentadorias chegará a 17% do PIB em 2050, maior taxa entre as principais economias do mundo (G20).⁶⁸ O desafio precisará ser enfrentado especialmente pelos entes subnacionais no Brasil, tendo em vista que a última reforma previdenciária (2019) os desvinculou das regras da União.

A modificação na estrutura etária também impacta a economia. Com o envelhecimento populacional, a aceleração do crescimento econômico, o aumento da produtividade da

⁶⁵ As projeções podem sofrer ajustes a partir dos dados atualizados do Censo.

⁶⁶ Ipea, 2022. Contas de saúde na perspectiva da contabilidade internacional. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11014/4/Contas_de_saude.pdf>. Acesso em: 30/03/2023.

⁶⁷ Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), 2021.

⁶⁸ OECD, 2017. Pensions at glance 2017: OECD and G20 indicators. Disponível em: <<https://www.oecd.org/pensions/oecd-pensions-at-a-glance-19991363.htm>>. Acesso em: 22/03/2023.

economia e a ampliação da formalização nas relações de trabalho tornam-se ainda mais importantes.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Avanços na área da medicina e no mercado de trabalho proporcionados pela crescente pressão de demanda por serviços de saúde e de cuidado com a população idosa.
2. Desafio para equacionar o financiamento da previdência.
3. Potenciais impactos do envelhecimento populacional na qualificação e requalificação de trabalhadores em idade mais avançada.

2. Aumento da demanda mundial por alimentos

Como mencionado, em 2030 a **população mundial atingirá 8,5 bilhões de habitantes**, mesmo crescendo a taxas marginais decrescentes.⁶⁹ O crescimento se dará mais fortemente nos países asiáticos, principalmente na Índia e na África Subsaariana.

O aumento populacional pressiona fontes de energia, água, alimentos, a extração mineral e o meio ambiente, levando ao **acirramento da competição entre os países no que tange à demanda por recursos naturais**. Ao longo do século passado, essa demanda decuplicou e a expectativa é que esse número dobre até 2030.⁷⁰ A distribuição geográfica desigual de alguns recursos, além de elevar a **preocupação com a segurança alimentar** em todo o mundo, pode aumentar a volatilidade dos preços, comprometer padrões de vida e até mesmo contribuir para conflitos geopolíticos.

Para o Brasil, o **aumento do comércio mundial de alimentos favorece o agronegócio**, fazendo crescer sua relevância na matriz de exportação brasileira.

Fenômenos associados

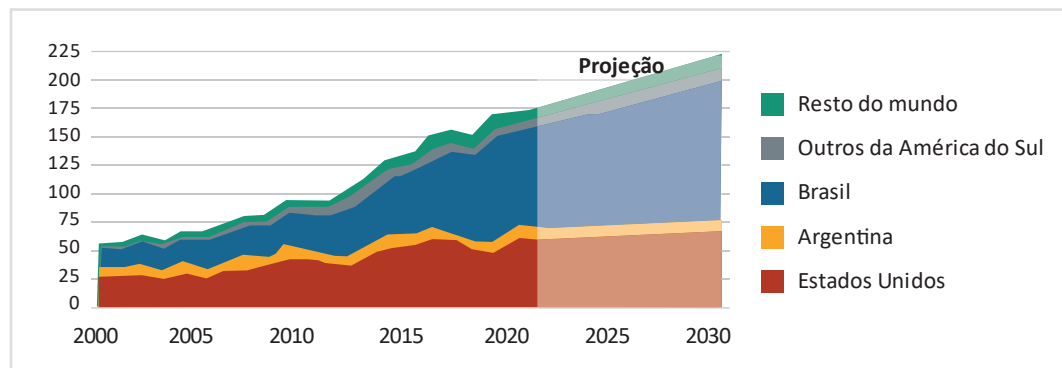
- » Crescimento da população mundial em taxas marginais decrescentes
- » Competição entre os países para obtenção de recursos
- » Crescente preocupação com a segurança alimentar
- » Aumento do comércio mundial de alimentos e crescente exigência de práticas de sustentabilidade na agropecuária
- » Crescimento da produtividade total dos fatores na agricultura com uso de tecnologias e biotecnologia
- » Exploração do espaço marítimo como fonte de recursos

⁶⁹ United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2022. World Population Prospects 2022: Summary of Results. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp2022_summary_of_results.pdf>. Acesso em: 21/03/2023.

⁷⁰ European Environmental Agency, 2015. Intensified global competition for resources. Disponível em: <<https://www.eea.europa.eu/soer/2015/global/competition>>. Acesso em: 22/03/2023.

Estima-se que até 2030 o comércio mundial de soja cresça 27%,⁷¹ com o aumento da participação do Brasil nas exportações globais. Como consequência, espera-se uma melhora da competitividade da economia brasileira no cenário internacional. Isso, por um lado, aumenta a geração de divisas pelo país. Por outro, atrai a atenção dos investidores e compradores internacionais para a **sustentabilidade das práticas agropecuárias** e da mudança do uso do solo, sobretudo na Região Amazônica e no Cerrado, aumentando as exigências ambientais para os produtores brasileiros.

Gráfico 13. Exportações globais de soja (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA, Interagency Agricultural Projection Committee, outubro de 2020.

Como possível ameaça, há o risco de impacto geomorfológico das mudanças climáticas na agricultura, o que pode levar a um deslocamento espacial das aptidões agrícolas, com interferência até mesmo na produtividade no campo.

Nas últimas duas décadas, na comparação entre os 13 principais países agrícolas do mundo, o **Brasil** apresentou o maior crescimento **da produtividade total dos fatores na agricultura**: 3,18% a.a. de 2000 a 2020, de acordo com o Ipea.⁷² Parte desse avanço é explicado pelo **uso de biotecnologia e de tecnologias no campo**, cada vez mais necessário para minimizar os efeitos do clima.

Tanto no mundo quanto no Brasil, espera-se uma maior exploração do espaço marítimo como fonte de alimentos, recursos energéticos e minerais. O Brasil, com um litoral superior a 8,5 mil quilômetros de extensão e 17 estados litorâneos, tem grande potencial para protagonizar a “economia azul”.

Outro fenômeno em ascensão é o uso da proteína cultivada em laboratório, com técnicas de bioengenharia que alimentam uma onda de inovação na ciência biológica. Até 2030, a indústria da proteína cultivada pode alcançar um valor global de US\$ 25 bilhões, sendo fornecedora

⁷¹ Cepea Esalq/USP, 2022. PIB do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 21/03/2023.

⁷² Ipea, 2022. Produtividade total dos fatores na agricultura: Brasil e países selecionados. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11199/1/td_2764.pdf>. Acesso em: 21/03/2023.

de 0,5% do suprimento mundial de proteína.⁷³ Mas, para isso, ainda é preciso superar desafios relativos à aceitação do consumidor, aos custos, às preocupações com a saúde e às aprovações e regulamentações necessárias pelos governos.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Oportunidade de maior relevância do Brasil na exportação de grãos e de proteína animal e de avanços na cadeia do agronegócio.
2. Condições favoráveis para a intensificação do uso de tecnologias no campo e do desenvolvimento das Agtechs no país.
3. Oportunidade de ampliação e exploração econômica da Amazônia Azul.
4. Potenciais entraves e barreiras tarifárias ou ambientais, associados à exportação fruto do descumprimento de questões ambientais ou trabalhistas.
5. Potenciais impactos das mudanças climáticas na atividade agrícola.

3. Intensificação das mudanças climáticas e valorização da sustentabilidade ambiental

O consenso científico representado pelo Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (IPCC-ONU) projeta um **aumento da temperatura média do planeta** entre 2,4 e 2,6 graus Celsius até 2100, em comparação a níveis pré-industriais, se o mundo permanecer na trajetória atual.⁷⁴ O alerta dado pelos cientistas mostra que a meta definida na Conferência do Clima de Paris em 2015, para evitar que as temperaturas médias subam acima de 1,5°C, está longe de acontecer.

As emissões de gases de efeito estufa (GEE) aumentaram na última década, atingindo 59 gigatoneladas de CO₂ em 2019, ou seja, cerca de 12% a mais do que em 2010. Apesar de a taxa anual de crescimento das emissões de GEE ter desacelerado – de 2,1% entre 2000 e 2009 para 1,3% entre 2010 e 2019 –, para se alcançar a meta estabelecida no Acordo de Paris as emissões

Fenômenos associados

- » Aumento da temperatura do planeta, levando à intensificação de eventos climáticos extremos
- » Aumento dos impactos do clima na segurança hídrica, alimentar e energética
- » Aumento das pressões para a conservação e a preservação do meio ambiente
- » Disponibilidade de recursos internacionais para projetos voltados para a redução de GEE ou captura de carbono
- » Necessidade de aceleração da transição energética e da descarbonização da indústria e das cidades

⁷³ McKinsey & Company. Cultivated meat: out of the lab, into the frying pan. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/industries/agriculture/our-insights/cultivated-meat-out-of-the-lab-into-the-frying-pan>>. Acesso em: 30/03/2023.

⁷⁴ ONU, 2022. UN News: global perspective human stories. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2022/10/1129912>>. Acesso em: 20/03/2023.

de GEE precisam parar de crescer em 2025 e depois cair 43% até 2030, em relação aos níveis de 2019.⁷⁵

As consequências negativas já são percebidas em todo o mundo e serão mais prejudiciais para as comunidades mais pobres e vulneráveis. O mundo está sofrendo os **efeitos de eventos climáticos extremos**, manifestados na intensificação da ocorrência de secas e tempestades mais severas, imprevisíveis e prolongadas, o que, na prática, significa perdas em vidas e prejuízo financeiro, além de afetar todos os ecossistemas, **a segurança hídrica, a alimentar e a energética**. Estima-se que, em 2050, 40% da população mundial deverá viver em áreas com bacias hidrográficas com forte estresse hídrico. Quase 20% deve conviver com riscos de enchentes.⁷⁶

O aumento do risco ambiental é acompanhado pela valorização da agenda verde, pautada pela sustentabilidade, pelo consumo consciente e pelo aumento das pressões para a conservação e a preservação do meio ambiente. Esse tema entra como uma das prioridades nas políticas de governos e empresas, com novas oportunidades de financiamento e de negócios. São diversos os **instrumentos de fomento e financiamento para projetos voltados para a redução de emissões de GEE** de governos e agências internacionais, entre as quais se destacam o Fundo Verde para o Clima, o Fundo Global para o Meio Ambiente, o Fundo para Países Menos Desenvolvidos e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Como estratégias de mitigação do aquecimento global, incluem-se: a **aceleração da transição energética** para uma matriz mais limpa; a **descarbonização da indústria**, por meio de melhoria da eficiência energética, soluções de economia circular, tecnologias de captura de carbono e processos produtivos com menor emissão; o **incentivo a cidades e construções verdes**; e a **conservação dos ecossistemas naturais**.

Boa parte do esforço para essa redução de gases de efeito estufa passará pelos mercados de créditos de carbono, tanto no mercado regulado, mais maduro – onde os governos e os organismos internacionais regulam e comercializam créditos para compensar

Figura 93. Projeção de riscos climáticos – 2040



Fonte: Four Twenty-Seven e The New York Times, 2021. What's Going on in This Graph? | Global Climate Risks.

⁷⁵ IPCC, 2022. Climate Change 2022: mitigation of climate change. Sixth Assessment Report. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-3/>>. Acesso em: 21/03/2023.

⁷⁶ OECD, 2012. Environmental Outlook to 2050: the consequences of inaction. Disponível em: <<https://www.oecd.org/env/indicators-modelling-outlooks/49846090.pdf>>. Acesso em: 21/03/2023.

emissões objetivando cumprir os compromissos assumidos internacionalmente pelos países –, quanto no mercado voluntário, ainda incipiente. Neste último, empresas e indivíduos negociam créditos voluntariamente de modo a compensar ou neutralizar as suas emissões.

Se for protagonista de parte dessa agenda, o Brasil poderá atrair elevado volume de recursos, por concentrar 15% do potencial global de captura de carbono devido à sua cobertura vegetal em ambos os mercados. Somente o mercado voluntário de créditos de carbono deve saltar dos atuais US\$ 1 bilhão para US\$ 50 bilhões em 2030, sendo que de 65% a 85% desse mercado será representado por soluções baseadas na natureza e na manutenção da cobertura florestal, mais baratas do que as soluções tecnológicas. Estima-se, também, que o país possa gerar mais de 8 milhões de empregos no mercado de carbono até 2050.⁷⁷ O avanço em fontes renováveis de energia, detalhado na próxima tendência, traz grandes oportunidades para o Brasil.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Vantagem competitiva estratégica para o país assumir um protagonismo ambiental, com grande potencial de atração de investimentos de fundos internacionais.
2. Potencial de desenvolvimento da economia circular, considerando o ciclo completo de produção, uso e descarte.
3. Potencial para acelerar a transição energética com investimento em fontes renováveis de energia.
4. Crescente risco de exposição a eventos extremos, com impacto no ambiente urbano e na produtividade no campo, afetando, especialmente, a população vulnerável.

⁷⁷ McKinsey, 2021. Putting carbon markets to work on the path to net zero. McKinsey Sustainability, Report, October. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/capabilities/sustainability/our-insights/putting-carbon-markets-to-work-on-the-path-to-net-zero>>. Acesso em: 21/03/2023.

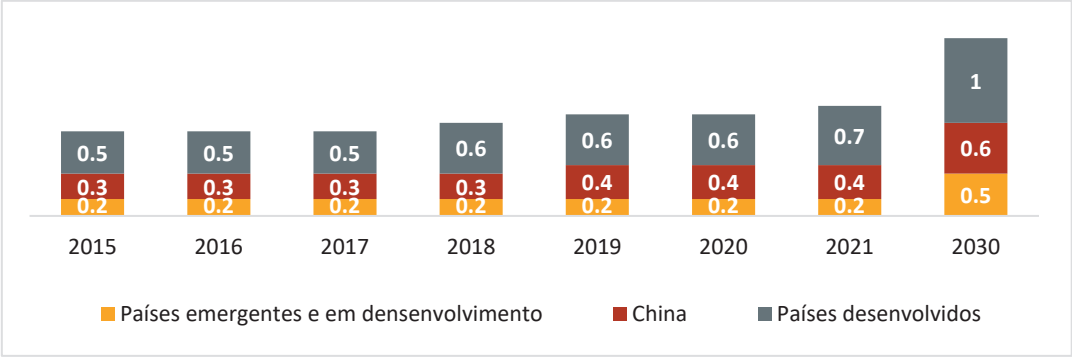
4. Aceleração da transição energética, com foco na oferta de fontes limpas

O mundo vem lidando com uma **crise energética** sem precedentes, em amplitude e complexidade. A turbulência gerada pela guerra Rússia-Ucrânia, os cortes de fornecimento de gás russo para a Europa e o aumento dos preços da energia criaram um risco para a economia global. A resposta a essa crise energética vai ao encontro da **crise climática** já mencionada, que impulsiona a transição energética. Diversos governos, entre eles o dos Estados Unidos, o de países da Europa, de Japão, China e Índia, vêm “dobrando as apostas” na energia limpa. As novas políticas definidas devem levar o **investimento global em energia limpa** a superar os US\$ 2 trilhões por ano até 2030.

Fenômenos associados

- » Crise energética mundial com riscos para a segurança energética
- » Crise climática impulsionando a transição energética
- » Aumento do investimento global em energia limpa
- » Forte crescimento das fontes renováveis de energia: eólica e solar no Brasil
- » Aumento dos investimentos em hidrogênio verde (H2V)

Gráfico 14. Investimento em energia limpa 2015-2030 no “cenário de Políticas Declaradas” – Trilhões de US\$



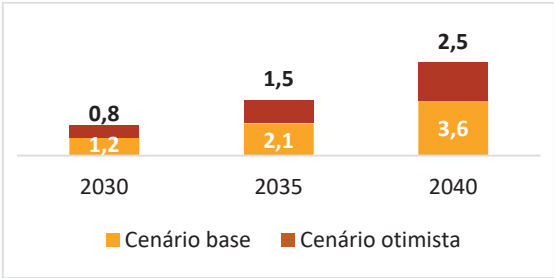
Fonte: Clean energy investment in the Stated Policies Scenario, 2015-2030, IEA, Paris. Disponível em: <<https://www.iea.org/data-and-statistics/charts>>. Acesso em: 31/03/2023. OBS: cenário que considera apenas as políticas atuais relativas ao sistema de energia.

O mundo está em uma década crítica para se direcionar para um sistema de energia mais seguro, sustentável e acessível, com potencial para evoluir com mais velocidade se houver políticas fortes e consistentes em todos os países para o apoio à **transição energética**.

Essa transição energética traz oportunidades para o Brasil, que já atende bem aos desafios energéticos e tem 47% de fontes renováveis, tornando o setor de energia brasileiro um dos menos intensivos em carbono do mundo. A matriz elétrica é uma das mais limpas do mundo, com 85% da capacidade instalada proveniente de fontes renováveis. Entre 2021 e 2031, a geração eólica deve expandir de 19,7 GW para 30,8 GW, e a geração solar deve crescer 3,5 vezes, passando de 13,0 GW para 45,3 GW no período.⁷⁸

Essas fontes renováveis entram no rol de opções para geração de hidrogênio verde e o Brasil poderá ser um dos destaques mundiais em sua produção e exportação. Há diversos projetos em andamento no país, ainda em fase inicial, e estima-se que o Brasil poderá receber US\$ 200 bilhões em investimentos diretos nos próximos anos para o H2V.⁷⁹

Gráfico 15. Tamanho do mercado de hidrogênio verde nas exportações brasileiras para UE e EUA (em bilhões de dólares)*



Fonte: McKinsey, 2022. The green hidden gem – Brazil’s opportunity to become a sustainability powerhouse.

***Nota:** O cenário base considera os custos de se produzir no Brasil (Região Nordeste), fora da rede de distribuição (*off-grid*), a um custo de capital médio (WACC) de 9%. O cenário otimista considera a produção conectada à rede de distribuição (*on-grid*) com custos de 10% a 15% menores.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Oportunidade de atração de investimentos em fontes renováveis de energia.
2. Condições favoráveis para que o país seja um grande exportador de hidrogênio verde, com atração de grande volume de investimento.

⁷⁸ EPE, 2022. Plano Decenal de Energia 2031. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-decenal-de-expansao-de-energia-2031>>. Acesso em: 22/03/2023.

⁷⁹ McKinsey, 2021. “Green Hydrogen: an opportunity to create sustainable wealth in Brazil and the world”. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/br/en/our-insights/hidrogenio-verde-uma-oportunidade-de-geracao-de-riqueza-com-sustentabilidade-para-o-brasil-e-o-mundo>>. Acesso em: 22/03/2022.

5. Diversificação dos riscos globais e ampliação dos seus impactos

O mundo está em constante instabilidade, convivendo com **conflitos de várias naturezas e em intervalos de tempo cada vez mais curtos**. Crises financeiras, movimentos migratórios com refugiados saídos de países em conflito ou sob desastres naturais, crises sanitárias, racismo, xenofobia, guerras e disputas territoriais vêm marcando o cenário internacional nas últimas décadas. Em sua maioria, tais eventos têm raízes históricas e devem se manter no futuro.

No âmbito econômico, a primeira década deste século foi marcada pela crise global que fez o PIB mundial retrair 1,3% e o PIB per capita cair 2,5% em 2009, em relação ao ano anterior.⁸⁰ A crise ocorreu poucos anos depois da explosão da bolha da internet nos EUA, em 2000, do efeito tequila mexicano, em 1994, da crise dos Tigres Asiáticos, em 1997, e da crise russa, em 1998. O que se observa é que os efeitos de cada crise se espalham de forma mais rápida e ampla pelas demais economias, em um cenário de cadeias globais de produção e interdependência comercial entre os países.

A crise sanitária de proporções globais da covid-19 gerou uma grave crise econômica de proporções semelhantes à de 2008-2009 e de cujos efeitos, tanto no campo sanitário quanto no social, ambiental e econômico, o mundo ainda não se recuperou. Recentemente, em março de 2023, a quebra do Silicon Valley Bank e problemas com outros bancos, por exemplo o Credit Suisse, sinalizaram nova instabilidade no sistema bancário mundial.

Outra fonte de conflito reside nos **movimentos migratórios de refugiados**, causando impactos significativos nos países que os recebem pela grande quantidade de migrantes em curto espaço de tempo. Em 2015, observou-se o início do que iria se tornar a maior crise migratória desde a Segunda Guerra Mundial no continente europeu, que recebeu cerca de 1 milhão de refugiados dos mais de 6 milhões de sírios que fugiram de seu país de origem. Sete anos depois, uma nova onda de refugiados na Europa teve início com a guerra na Ucrânia. Estima-se que mais de 5,5 milhões de ucranianos tenham cruzado a fronteira e buscado abrigo em outros países do continente.⁸¹

Fenômenos associados

- » Ocorrência de conflitos de diversas naturezas na geopolítica e na economia mundiais
 - » Conflitos de origem étnica e religiosa e movimentos migratórios com impactos para outros países
 - » Risco de instabilidades na geopolítica mundial, com guerras assimétricas ou híbridas, impactando a economia global
 - » Intensificação de crises sanitárias
 - » Aprofundamento da crise climática e seus impactos
 - » Aumento da ocorrência de ataques cibernéticos, com impacto nos sistemas público e privado
 - » Polarização crescente da sociedade e erosão da coesão social
-

⁸⁰ The World Bank Data. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>>. Acesso em: 21/03/2022.

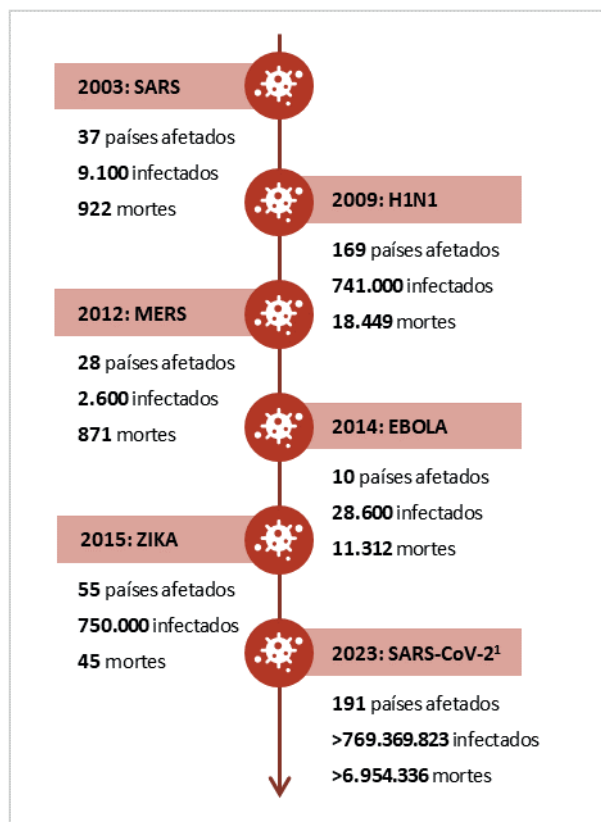
⁸¹ UNHCR Refugee Data Finder. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/?url=2bxU2f>>. Acesso em: 21/03/2022.

O conflito entre Rússia e Ucrânia é mais um sinal de **instabilidade com impactos na geopolítica**, com crescente desconfiança entre potências globais e regionais e reflexos econômicos de amplitude mundial.

No âmbito sanitário, a pandemia de covid-19 foi o ápice de um fenômeno de crescentes crises sanitárias.⁸² Antes restritas a determinadas regiões, cientistas de todo o mundo já consideram prováveis outras crises dessa magnitude no futuro.⁸³ Desse modo, prevê-se a intensificação de mecanismos de controle de doenças, a disponibilidade de recursos e o desenvolvimento de novas tecnologias de prevenção e tratamento, incluindo vacinas e medicamentos, em ações coordenadas em escala global.

Os riscos globais e o seu potencial de impacto na sociedade no curto e no longo prazo foram mapeados pelo Fórum Econômico Mundial e apresentados na figura a seguir. Alguns deles estão mencionados nessa tendência e outros, como questões associadas à **crise climática e seus impactos** e questões relativas aos recursos naturais, foram abordados em outras tendências.⁸⁴

Figura 10. A covid-19 não é a primeira epidemia do século XXI e é improvável que seja a última



Fonte: Roland Berger, 2020. Trend Compendium 2050: six megatrends that will shape the world, p. 16. ¹Dados SARS-CoV-2, atualizado de World Health Organization em 09/08/2023.

⁸² Roland Berger, 2020. Trend Compendium 2050: megatrends shaping the coming decades. Disponível em: <<https://www.rolandberger.com/en/Insights/Global-Topics/Trend-Compendium/>>. Acesso em: 22/03/2023.

⁸³ CGD, 2021. The next pandemic could come soon and be deadlier. Disponível em: <<https://www.cgdev.org/blog/the-next-pandemic-could-come-soon-and-be-deadlier>>. Acesso em: 20/03/2023.

⁸⁴ WEF, 2023. The Global Risks Report 2023, 18th edition. Disponível em: <https://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2023.pdf>. Acesso em: 16/03/2023.

Figura 11. Os dez principais riscos globais ordenados por gravidade (impacto provável) no curto e longo prazo



Fonte: Adaptado de WEF, 2023. The Global Risks Report 2023, 18th edition, insight report. World Economic Forum: January, p. 6. Pesquisa com 1.200 membros da academia, empresas, governos, comunidade internacional e da sociedade civil. Dados coletados entre setembro e outubro de 2022.

Outro risco que se destaca é o de **ataques cibernéticos e seus impactos** nos sistemas públicos e privados. Estima-se que as perdas globais devido a crimes cibernéticos alcançaram US\$ 1 trilhão em 2020 e US\$ 6 trilhões em 2021.⁸⁵ Com a digitalização da economia e da sociedade, a segurança de dados (ou, em contrapartida, o grau de vulnerabilidade em relação a eles) passou a ser crítica, para se evitarem tanto golpes e esquemas financeiros quanto ataques internacionais a todo tipo de serviço público ou privado em quaisquer áreas.

Soma-se a isso a preocupação com a propagação massiva de desinformação e *fake news*, com implicações político-sociais. Esse é mais um canal para alimentar o fenômeno de polarização crescente da sociedade e de erosão da coesão social, que fomenta o risco para a democracia no mundo. De acordo com Democracy Report 2023, em 2020, pela primeira vez desde 2001, as autocracias foram a maioria: eram 92 países, que abrigam 54% da população mundial, contra 87 democracias eleitorais e liberais, onde vivem 46% da população.⁸⁶ As ameaças à democracia estão no debate mundial, no entanto, ainda há muitas incertezas associadas a esse fenômeno.

⁸⁵ International Telecommunication Union: Global Cybersecurity Index 2021. Disponível em: <https://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/str/D-STR-GCI.01-2021-PDF-E.pdf>. Acesso em: 15/03/2023.

⁸⁶ V-dem Institute, 2023. Democracy report 2023: defiance in the face of autocratization. Disponível em: <https://www.v-dem.net/documents/29/V-dem_democracyreport2023_lowres.pdf>. Acesso em: 20/03/2023.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Oportunidades de avanços na indústria farmacêutica, na incorporação de tecnologias para a produção de biofármacos, na colaboração científica internacional na área de saúde e na produção e exportação de vacinas.
2. Espaço para ampliar o papel do país como mediador de conflitos, em missões humanitárias e no processo de acolhimento de refugiados.
3. Vulnerabilidade a crises financeiras mundiais com impactos na economia brasileira.
4. Vulnerabilidade a novas crises sanitárias em âmbito mundial e risco de retorno de doenças que estavam dominadas ou erradicadas, devido ao crescimento dos movimentos antivacina.
5. Risco de ataques e crimes cibernéticos que afetam os sistemas financeiro, produtivo ou de prestação de serviços.

6. Aceleração das transformações tecnológicas e da digitalização da economia e da sociedade

A velocidade das transformações tecnológicas e de sua disseminação na sociedade vem ocasionando rupturas nas velhas formas de produção e de consumo. A **integração de tecnologias e conhecimentos provenientes das mais diversas áreas**, incluindo-se aí, entre outras, a **biotecnologia** e a **nanotecnologia**, tem sido uma das características fundamentais dessas transformações, impulsionadas pelas **tecnologias da informação e da comunicação** (TICs) e por sua difusão nas mais distintas áreas da economia e da sociedade.

A **convergência tecnológica** potencializa o desenvolvimento de produtos e serviços voltados para a saúde humana, a educação, a relação com o meio ambiente etc.

Por um lado, a **indústria 4.0 integra tecnologias físicas e virtuais** – *Internet of Things* (IoT), *big data*, inteligência artificial (IA), robótica avançada, superprocessadores, computação em nuvem, impressão 3D, *machine-to-machine* (M2M), novos materiais, *digital twins*, entre outros – levando a automação e a hiperconexão ao extremo, o que é facilitado pela disseminação da **internet de alta velocidade (5G)**. Por outro lado, já se avança no conceito de **indústria 5.0**, que explora novas soluções centradas no ser humano e na interação homem-máquina, como materiais inteligentes, sensores associados ao corpo humano, *cyborgs*, biotécidos, órgãos artificiais etc., que trazem no seu bojo questões éticas.

Fenômenos associados

- » Aceleração do desenvolvimento tecnológico e da integração de tecnologias
- » Aumento da oferta de produtos de base nano e biotecnológica
- » Nova geração de tecnologias da indústria 4.0: IA, IoT, *big data*, *digital twins*, M2M, entre outros
- » Disseminação da internet de alta velocidade (5G)
- » Avanço da indústria 5.0, com foco na interação homem-máquina
- » Transformação digital da economia

O avanço dessas tecnologias integradas e da **transformação digital da economia** apresenta possibilidades infinitas, gera produtos e serviços disruptivos e revoluciona os processos produtivos, o mundo dos negócios e a vida das pessoas, com impacto em inúmeras áreas ao longo do tempo, seja no segmento industrial e no de serviços, seja na saúde, na educação ou na segurança.

No entanto, **esse avanço tecnológico traz reflexos preocupantes em termos do aumento das desigualdades intra e entre países**, além de desafios de diversas ordens. Estes vão desde a necessidade de investimentos em infraestrutura de telecomunicações, em cibersegurança e na incorporação das diversas tecnologias na estrutura produtiva dos países em desenvolvimento, até a defasagem na qualificação de mão de obra, a carência de investimentos significativos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e os impactos no mercado de trabalho, entre outros. Adicionalmente, traz novas questões para o acesso dos diferentes segmentos da sociedade a bens e serviços públicos, ampliando os vieses e as formas de discriminação embutidos nos algoritmos.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Oportunidades de melhoria de produtividade, redução de custos, uso mais racional de recursos – como água e energia – e menor impacto ambiental.
2. Incorporação de novas tecnologias nos setores público e privado, possibilitando a oferta de melhores produtos e serviços.
3. Condições propícias ao crescimento de *startups* de base tecnológica nos mais diversos setores da economia e na oferta de serviços avançados.
4. Risco de manutenção, ou intensificação, do atraso tecnológico brasileiro em relação aos países desenvolvidos.
5. Ampliação da desigualdade digital, de formas de discriminação e do acesso a serviços.
6. Impactos sobre a composição do emprego, com maior demanda por trabalhadores habilitados a utilizar novas tecnologias e formação de um contingente de trabalhadores que terão cada vez mais dificuldade de inserção no mercado.

7. Aceleração das mudanças no conteúdo, nos formatos e nas relações de trabalho

O mundo do trabalho está passando por profundas transformações, em função da aceleração das inovações tecnológicas e de sua incorporação aos processos produtivos e aos serviços, e em função também da transição para a economia verde, da reestruturação das cadeias de valor e das mudanças demográficas.

Especialmente para as novas gerações, o trabalho assume outros sentidos. É a principal fonte de propósitos e significados para uns e de insegurança e temores para outros, uma vez que os jovens são os mais afetados pelo desemprego. Também há impactos significativos para os mais velhos, que terão dificuldades de adaptação às mudanças e de recolocação no mercado de trabalho.

Fenômenos associados

- » Aceleração das inovações tecnológicas e incorporação nos processos produtivos e nos serviços
 - » Automatização de tarefas e funções e eliminação de postos de trabalho
 - » Novas formas de trabalho: híbrido, virtual, flexível e sem fronteiras
 - » Falta de trabalhadores qualificados em alguns segmentos e setores
 - » Valorização da diversidade e inclusão como componentes do ESG (ambiental, social e governança)
 - » Aumento da demanda por conhecimentos transversais e competências socioemocionais
-

Ao mesmo tempo, graças à **aceleração da digitalização e das inovações tecnológicas e de sua incorporação aos processos produtivos**, postos de trabalho tradicionais são eliminados, tarefas são automatizadas, ocupações sofrem grande transformação em seus conteúdos e nas competências necessárias ao seu exercício. A OCDE projeta que 1,1 bilhão de empregos poderão ser transformados radicalmente em função da tecnologia ao longo da próxima década,⁸⁷ demandando iniciativas de formação e requalificação profissional.

A automação elimina tarefas e funções no interior das ocupações ao redor do mundo. Estima-se que 47% das pessoas empregadas nos EUA e 45% na Europa executem trabalhos que podem vir a ser desempenhados por computadores nos próximos 20 anos. No Brasil, esse contingente poderá chegar, até 2026, a 54% dos empregos formais (cerca de 30 milhões de pessoas).⁸⁸ Boa parte dos trabalhadores que serão desligados terá dificuldade de reinserção no mercado e passará a compor a chamada “*gig economy*”, caracterizada pelos trabalhos temporários, por projetos ou *freelancer*.⁸⁹ Até as ocupações mais qualificadas estão sendo afetadas, uma vez que a Inteligência Artificial e os avanços no aprendizado das máquinas estão propiciando a automatização de tarefas cognitivas complexas e a produção criativa.

⁸⁷ WEF, 2023. Reskilling Revolution: preparing 1 billion people for tomorrow's economy. Disponível em: <<https://initiatives.weforum.org/reskilling-revolution/home>>. World Economic Forum. Acesso em: 21/03/2023.

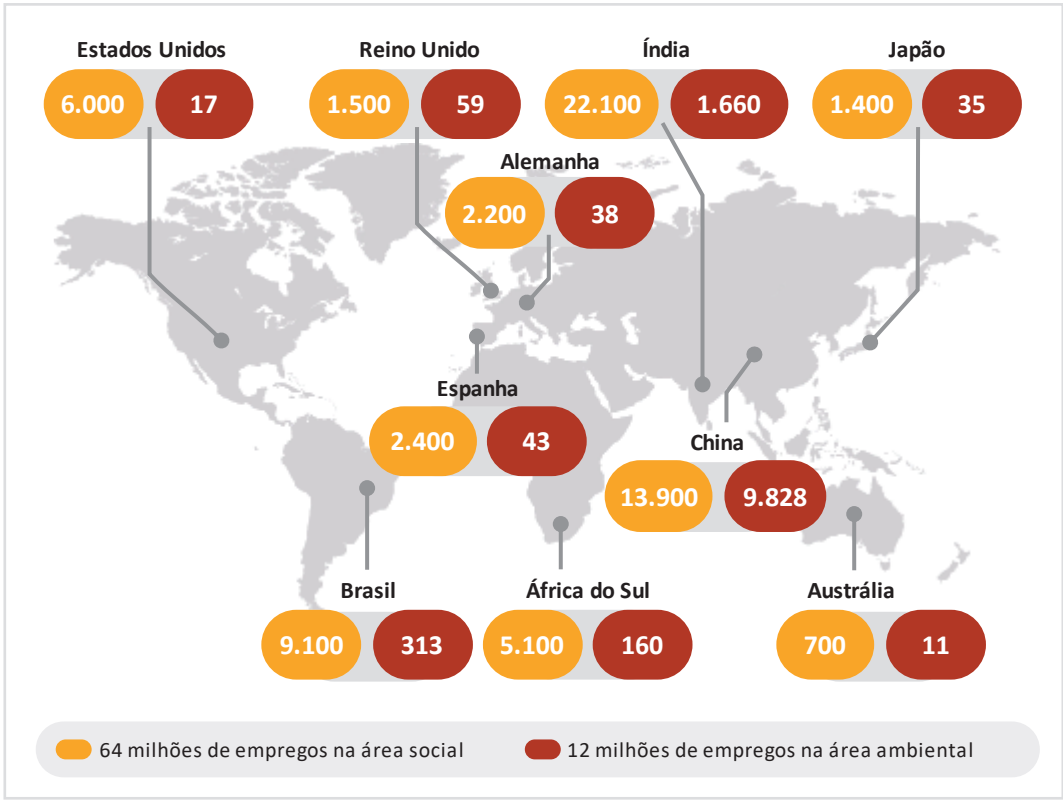
⁸⁸ Ipea, 2019. Na era das máquinas, o emprego é de quem? Estimativa da probabilidade de automação de ocupações no Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9116/1/td_2457.pdf>. Acesso em: 21/03/2023.

⁸⁹ HBR, 2021. Who is driving the great resignation? Disponível em: <<https://hbr.org/2021/09/who-is-driving-the-great-resignation>>. Acesso em: 21/03/2023.

Mas, enquanto em algumas áreas e em funções rotineiras o número de ocupações tende a diminuir, outros segmentos trazem **novas oportunidades**, com a previsão de uma demanda crescente associada à tecnologia da informação, mas também à **economia verde e à área social**.

Os trabalhos sociais, vinculados à educação, saúde e cuidado, representam 11% da força de trabalho nos dez países selecionados na figura a seguir. Metas mais ambiciosas de inclusão social poderiam aumentar em 37%, até 2030, a demanda por profissionais, tais como trabalhadores de serviços de saúde, cuidadores de crianças e de idosos, professores e seus auxiliares. Na área ambiental, para cumprir objetivos de sustentabilidade, estima-se a necessidade de expandir em 66% o número de trabalhadores que atuam na área, entre eles, profissionais associados às atividades agrícola, florestal e pesqueira, bem como engenheiros ambientais, civis e químicos, entre outros.⁹⁰

Figura 12. Número de empregos nas áreas social e ambiental demandados até 2030 (em milhares) em países selecionados



Fonte: WEF, 2023. Jobs of Tomorrow: social and green jobs for building inclusive and sustainable economies. World Economic Forum: White Paper, January.

As transformações no conteúdo das ocupações tradicionais com demanda por **conhecimentos transversais e competências socioemocionais**, somadas à criação de novas ocupações, têm resultado em desequilíbrios **entre demanda e oferta de trabalhadores**,

⁹⁰ WEF, 2023. Jobs of Tomorrow: social and green jobs for building inclusive and sustainable economies. World Economic Forum: White Paper, January.

afetando principalmente os segmentos que envolvem mais conhecimento e inovação. Por exemplo, no Brasil, 70% das indústrias de biocombustíveis afirmam sofrer com a falta de mão de obra qualificada.⁹¹

O mercado de trabalho tradicional altera sua estrutura, marcadamente pelo **maior peso do setor de serviços nas ocupações** e da desindustrialização ocorrida, que reduziu a complexidade da economia brasileira.

Ao mesmo tempo, as relações de trabalho tornam-se mais diretas e com menos mediação; as regulações trabalhistas são desafiadas a incorporar a **diversificação das formas de trabalho** (como o híbrido, o virtual e por produção); e as fronteiras de recrutamento e de prestação de serviços se expandem, acompanhando o movimento de trabalho em qualquer local. Se as possibilidades de novas formas de prestação de trabalho já se colocavam para alguns tipos de serviços, a pandemia de covid-19 alavancou sua expansão e trouxe desafios para empresas e governos associados à gestão e à regulação de uma força de trabalho mais diversa e espreitada.

Na esteira das transformações sociais e da maior visibilidade das desigualdades, emerge a preocupação com a garantia de diversidade e de inclusão no mercado de trabalho como parte da responsabilidade social das empresas. Tal garantia é cada vez mais exigida por cidadãos e consumidores, além de valorizada no mercado.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Oportunidade de criar empregos alinhados ao crescimento da economia verde e social.
2. Crescimento do desequilíbrio entre oferta e demanda de trabalhadores qualificados, especialmente em segmentos intensivos em conhecimento e TI.
3. Necessidade de articular atores e multiplicar as oportunidades públicas e privadas de qualificação e requalificação de trabalhadores para ocupações industriais e para que desempenhem funções associadas à digitalização da economia.
4. Risco de aumento da desigualdade e da pobreza pelo contingente de trabalhadores que podem não conseguir uma ocupação (não serão demandados por empresas, nem conseguirão empreender, mesmo informalmente) e que dependerão de transferências de renda.
5. Desafio para garantir os direitos associados ao trabalho, considerando a crescente flexibilização das relações de trabalho.

⁹¹ Confederação Nacional da Indústria (CNI), 2020. Sondagem Especial 76: falta de trabalhador qualificado. Brasília.

8. Crescente demanda da sociedade por participação e garantia de direitos e pressão por avanços na gestão pública

Desde a redemocratização, o Brasil vivencia um **processo contínuo de ampliação das demandas dirigidas ao Estado e de aumento do controle social na administração pública**. Nesse segundo campo, em particular, a Constituição de 1988, assim como seu desdobramento normativo subsequente, estruturou canais de participação da sociedade por meio de conselhos e consultas públicas. Também possibilitou o incremento de entidades de Estado de controle e fiscalização, que ampliaram a transparência pública, apuraram casos de corrupção e contribuíram para responder às reivindicações sociais no plano da atuação do setor público.

Outra evolução que vem ganhando força é a **profissionalização da gestão pública**. Esse movimento, além de correlacionado com a supracitada pressão social, é alavancado pela formação em cursos de graduação diretamente associados à administração e à gestão pública, que triplicaram na última década, passando de 115 para 348 entre 2010 e 2021,⁹² e pela ampliação da oferta de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

No avanço da gestão pública, destaca-se a necessidade cada vez maior de **construção de uma agenda articulada** com outros entes federativos, com a iniciativa privada e o terceiro setor, para a **melhoria de gestão e melhor provimento de bens e serviços públicos**. As parcerias podem ocorrer em diversas instâncias e formatos jurídicos, como nos conselhos de gestão de políticas públicas, nos contratos de gestão e nas concessões, possibilitando grandes contribuições à sociedade.

No terceiro setor, houve crescimento do número total de organizações que geram valor público em diferentes áreas, como educação, saúde, assistência social e meio ambiente. O número de organizações da sociedade civil (OSCs) identificadas no Mapa das OSCs superou 815,6 mil entidades em atividade em 2020, entre associações privadas (80,9%), organizações religiosas (17,4%) e, em menor quantidade, fundações privadas (1,5%) e organizações sociais (0,2%).⁹³

Fenômenos associados

- » Aumento da participação e do controle social pressionando a gestão pública
 - » Aumento da profissionalização da gestão pública
 - » Crescente utilização de dados públicos, *big data* e *analytics* em decisões públicas e privadas
 - » Transformação digital nos governos
 - » Novas formas de organização Estado-sociedade e de prestação de serviços
 - » Aumento da demanda de um Estado que regule as relações em sociedade de modo a assegurar direitos
-

⁹² Inep, 2021. Censo da educação superior. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf>. Acesso em: 31/03/2023.

⁹³ Ipea, 2023. Dinâmicas do terceiro setor no Brasil: trajetórias de criação e fechamento das OSCs de 1901 a 2020. TD (s/nº), no prelo.

No setor privado, observa-se o aumento do interesse e da participação em parcerias público-privadas (PPP) e concessões para a viabilização de investimentos estratégicos em infraestrutura, com importante papel do BNDES como modelador dos projetos.

Já entre os entes governamentais (estados, municípios e Distrito Federal), verifica-se o aumento da estratégia de colaboração e planejamento integrado voltada para a oferta de serviços públicos e para o desenvolvimento regional. Isso ocorre em um quadro de crescimento das cidades médias brasileiras e de consorciamento entre os municípios menores para o enfrentamento de problemas até pouco tempo comuns só às regiões metropolitanas, como poluição ambiental, déficit de transporte público e de habitação e ocupação irregular de áreas de risco.

No contexto de ampliação das demandas da sociedade, do crescente controle social da ação estatal, da profissionalização da gestão pública e das novas parcerias, **novas tecnologias** têm sido incorporadas também à gestão pública, facilitando a **formulação de políticas mais focalizadas e a prestação de serviços por meios digitais**. A inteligência de dados permite identificar e conectar os desafios que se apresentam às políticas, bem como definir os focos e os públicos-alvo, gerando maior possibilidade de efetividade nas ações, menores custos e maior coordenação das ações intersetoriais. Já a **transformação digital aplicada aos governos** trará inúmeras oportunidades de redução de custos e de melhoria dos serviços.

Historicamente, a expansão e a melhoria da qualidade de vida no Brasil foram financiadas pelo gasto público. E ainda é preciso repensar as políticas de proteção social, de modo a **expandir o acesso aos direitos dos brasileiros**, atentando-se para as diversas configurações da sociedade e para os desafios à inclusão de determinados grupos.

Um levantamento do IBGE revelou que no Brasil, entre 2012 e 2022, a população de autodeclarados pretos e pardos aumentou em 32% e 11%, respectivamente.⁹⁴ Em 2022, 12% da população brasileira se autodeclarou membro da comunidade LGBTQIA+. ⁹⁵ Ainda segundo o IBGE, no mercado de trabalho brasileiro as mulheres ganham, em média, 25% a menos do que os homens, têm maior probabilidade de estarem subutilizadas e estão mais expostas à pobreza. Brasileiros brancos ganham, em média, 73,4% a mais do que os de cor preta/parda, que têm maior probabilidade de ocupar atividades que, historicamente, contam com menores rendimentos.⁹⁶ Nesse sentido, **políticas pensadas** seguindo critérios de **diversidade, equidade e inclusão** são fundamentais para a democracia brasileira.

⁹⁴ IBGE, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/22/total-de-pessoas-que-se-autodeclararam-pretas-e-pardas-cresce-no-brasil-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 20/03/2023.

⁹⁵ Spizzirri, G., Eufrásio, R.A., Abdo, C.H.N. et al, 2022. Proportion of ALGBT adult Brazilians, sociodemographic characteristics, and self-reported violence. Sci Rep 12, 11176. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41598-022-15103-y>>. Acesso em: 20/03/2023.

⁹⁶ IBGE, 2022. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>>. Acesso em: 30/03/2023.

A sociedade brasileira, portanto, demanda um Estado que atue não somente como um gestor de políticas públicas, mas também como um **agente assegurador de direitos, especialmente dos mais vulneráveis e desassistidos**.

Essas tendências mundiais, também presentes no Brasil, mostram movimentos que devem se perpetuar ou mesmo se acirrar na próxima década. Trazem, de um lado, **oportunidades para o país que se ampliam ao irem ao encontro das potencialidades brasileiras**. De outro lado, carregam **importantes desafios a serem superados** ao longo dos anos na construção de uma sociedade mais justa e próspera.

A análise desses fenômenos, e de suas implicações para o país, deve iluminar as decisões sobre os caminhos que o Brasil percorrerá no futuro, seja para ocupar e consolidar os espaços mundiais no campo ambiental e no do fornecimento de alimentos, por exemplo, seja para **enfrentar as questões sociais e econômicas enfatizadas neste Plano Plurianual, de modo a se construir um país mais igualitário e com sustentabilidade social, ambiental e econômica**.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Oportunidade para promover o aperfeiçoamento do sistema de governança e de regulação, visando ao melhor desempenho dos setores público e privado.
2. Oportunidade de melhoria na gestão pública, com vistas à maior articulação das ações nos horizontes de curto, médio e longo prazo, e otimização no uso de recursos públicos.
3. Otimização no uso de recursos públicos e maior efetividade das ações com a transformação digital.
4. Oportunidade de consolidação de programas de respeito à diversidade e à equidade.
5. Desafio para assegurar e ampliar o acesso aos direitos dos brasileiros, em especial dos grupos mais vulneráveis.



2.3

Cenário macroeconômico e fiscal para o período 2024-2027

O PPA 2024-2027 faz parte de uma estratégia geral de planejamento que visa restabelecer as prioridades da ação governamental por meio do desenho e da implementação de políticas públicas, voltadas para a estruturação de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo. Para elaborar o modelo de desenvolvimento, é fundamental que existam estimativas sobre o impacto das ações definidas como prioritárias na evolução de agregados fiscais e monetários e na dinâmica do crescimento.

As ações planejadas para os próximos anos têm como foco a retomada do crescimento econômico sustentável e inclusivo, com responsabilidade fiscal, social e ambiental. Para isso, deverão ser contornados obstáculos como a fome, a pobreza, o desemprego, as dificuldades de acesso à saúde e educação pública, a baixa mobilidade social, além da profunda desigualdade de renda, raça e gênero. A transformação ecológica também é prioridade, trazendo oportunidades de investimento em paralelo à mitigação dos riscos físicos e de transição relacionados às mudanças climáticas.

Antecedentes

O crescimento médio da economia brasileira no período de 2020 a 2022 foi de 1,5% ao ano, o que representa resultado inferior à expectativa inicialmente projetada, de alta de 2,4% ao ano. Nesses anos, o crescimento foi prejudicado tanto pela pandemia de covid-19 quanto pela guerra entre Rússia e Ucrânia. Em 2020, o PIB recuou 3,3% como reflexo do isolamento social e dos desdobramentos da pandemia sobre as cadeias de produção

global. A retomada do crescimento, amparada por políticas fiscal e monetária expansionistas, ocorreu em 2021, quando o país cresceu 5,0%. Em 2022, o ritmo de crescimento do PIB voltou a desacelerar, repercutindo o início dos conflitos na Ucrânia e a política monetária contracionista, a fim de conter o avanço da inflação. No ano, a atividade cresceu 2,9%.

Para 2023, a expectativa de crescimento do PIB é de 2,5%. Cerca de 40% desse crescimento deverá refletir o bom desempenho do setor agropecuário no ano, em razão da safra recorde de grãos, do crescimento da colheita de cana-de-açúcar e da expansão prevista para o abate. No entanto, setores mais sensíveis ao ciclo monetário e de crédito, como a indústria de transformação, a construção, o comércio e outras atividades de serviços, devem registrar variações inferiores às registradas em 2022, contribuindo para a desaceleração do crescimento no ano. Além das condições ainda restritivas de política monetária e de seus impactos no crédito e no mercado de trabalho, a desaceleração esperada para a economia global é outro vetor negativo para o crescimento no ano.

Como resultado dos altos patamares de juros, passou a ser um desafio expandir a taxa de investimento da economia e reduzir a inadimplência, recorde no ano. Para estimular novos investimentos, o governo federal vem adotando políticas de facilitação de crédito para micro e pequenas empresas, para atividades de inovação e digitalização, para incentivo às exportações e para a aceleração da neoindustrialização no país. O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a reestruturação do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e medidas para a desburocratização da emissão de títulos privados e o estímulo a emissões de debêntures de infraestrutura ambiental e social também devem ajudar na retomada dos investimentos em 2023. Para combater as altas taxas de inadimplência, foram prorrogados a carência e o prazo de financiamento do Pronampe e do PEAC-FGI, programas de concessão de crédito a micro, pequenas e médias empresas, e instituído o programa Desenrola, que estimula a renegociação das dívidas privadas de pessoas físicas, principalmente de baixa renda.

Vale destacar, ainda em 2023, a previsão da aprovação do novo Regime Fiscal Sustentável, que busca garantir trajetória sustentável para as variáveis fiscais e, em paralelo, permitir ao governo planejar e executar políticas públicas que garantam o desenvolvimento do país. Nesse mesmo sentido, foram de extrema relevância as medidas já adotadas para reduzir isenções e benefícios fiscais que distorciam o panorama para a arrecadação federal. Junto com o novo regime fiscal, a aprovação da reforma tributária pelo Congresso diminuirá as incertezas relacionadas ao ambiente de negócios, permitindo canalizar novos recursos para a economia do país ainda este ano.

Tabela 1. Crescimento do PIB 2020-2023

	2020	2021	2022	2023*	T/T-4 var. %					T/T-1 var. %					Carry-over 2023
					2022.I	2022.II	2022.III	2022.IV	2023.1	2022.I	2022.II	2022.III	2022.IV	2023.1	
PIB p.m.	-3,3	5,0	2,9	3,3	2,4	3,7	3,6	1,9	4,0	1,0	1,1	0,5	-0,1	1,9	2,4
Oferta															
Agropecuária	4,2	0,3	-1,7	6,0	-5,2	-0,9	3,2	-2,9	18,8	-0,1	-0,5	-1,1	-0,9	21,6	19,9
Indústria	-3,0	4,8	1,6	2,4	-1,2	2,1	2,8	2,6	1,9	0,8	1,6	0,6	-0,3	-0,1	0,3
Serviços	-3,7	5,2	4,2	3,9	4,1	4,7	4,5	3,3	2,9	1,0	1,2	0,9	0,2	0,6	1,5
Demanda															
Consumo das famílias	-4,6	3,7	4,3	4,5	2,5	5,7	4,6	4,3	3,5	1,2	1,9	0,8	0,4	0,2	1,4
Consumo do governo	-3,7	3,5	1,5	0,9	3,9	0,9	1,0	0,5	1,2	-0,4	-0,7	1,3	0,3	0,3	1,0
FBCF	-1,7	16,5	0,9	2,7	-6,4	1,5	5,0	3,5	0,8	-1,3	3,5	2,3	-1,3	-3,4	-2,4
Exportação	-2,3	5,9	5,5	5,2	8,7	-4,6	8,1	11,7	7,0	8,0	-2,4	4,2	3,3	-0,4	3,5
Importação (-)	-9,5	12,0	0,8	4,2	-10,6	-1,0	10,6	4,6	2,2	-1,6	6,7	4,7	-3,1	-7,1	-5,7

*Acumulado em quatro trimestres até o 1T23.

Fonte: IBGE. Elaboração SPE/MF.

A inflação medida pelo IPCA também não correspondeu à inicialmente projetada para o período de 2020 a 2022 no PPA 2020-2023. Em 2020, foi registrada uma inflação de 4,52%, como reflexo da alta nos preços de alimentos e de bens comercializáveis, impulsionadas pela ruptura em cadeias produtivas globais. Em 2021, os preços de monitorados também aceleraram, levando a inflação a um patamar superior a 10,00% no ano. Em 2022, a inflação desacelerou para 5,79%, refletindo a deflação nos preços de monitorados, motivada por desonerações nas tarifas de energia e de combustíveis. Em contrapartida, a inflação de preços livres subiu, repercutindo o avanço nos preços tanto de alimentação no domicílio quanto de serviços, a despeito do aumento dos juros.

Em 2023, projeta-se novo recuo da inflação, para 4,85%. A desaceleração nos preços livres deverá mais que compensar a alta prevista para os preços de monitorados no ano. Para a desaceleração dos preços livres, destaca-se o arrefecimento nos preços de bens industriais e de alimentação no domicílio, motivada pelo processo de normalização das cadeias produtivas globais após os impactos da guerra entre Rússia e Ucrânia, pela apreciação cambial, pela queda nos preços de commodities e pela supersafra brasileira. No caso de monitorados, a aceleração prevista para a inflação repercute principalmente no retorno do Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre combustíveis, a mudança na forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre os preços da gasolina, além de reajustes nas tarifas de energia, ônibus urbano, planos de saúde e jogos de azar, refletindo parcialmente a alta inflação em 2022.

Considerando tanto a dinâmica do ambiente externo quanto a recente apreciação cambial e a queda nos preços das *commodities*, passou a ser plausível supor inflação dentro

dos limites da banda já em 2023. Os preços de alimentação no domicílio, de bens industriais e de combustíveis ainda podem surpreender positivamente, em resposta à evolução da dinâmica do câmbio e dos preços no atacado. Com a melhora nas expectativas de inflação, o patamar esperado para a taxa de juros básica em fins de 2023 e 2024 tem caído de maneira significativa nos últimos meses.

Perspectivas para o período de 2024 a 2027

Para o período de 2024 a 2027, a expectativa é de crescimento médio do PIB em cerca de 2,5% ao ano, valor superior à média para o período de 2017 a 2022, de 1,5% ao ano. Para esses anos, o avanço esperado no ritmo de expansão da atividade decorre de premissas de ampliação do produto potencial e de redução dos juros neutros, repercutindo as políticas adotadas ao longo de 2023 para a retomada dos investimentos e a redução da inadiplência, os ganhos de eficiência alocativa derivados das reformas fiscal e tributária, as políticas de redução de desigualdade, a transformação ecológica, as reformas microeconômicas financeiras e de crédito e a facilitação e o estímulo ao investimento em setores econômicos estratégicos.

Os investimentos devem ser impulsionados pelo Novo PAC, pelo Minha Casa, Minha Vida, bem como pelas medidas de facilitação de crédito para inovação e exportação, pela desburocratização das emissões de títulos de crédito privado e pela provisão de garantias soberanas para a expansão das parcerias público-privadas (PPPs). Destaca-se também nesse âmbito o programa de incentivo para a indústria, que deverá permitir depreciação acelerada de máquinas e equipamentos a fim de promover a renovação, a modernização das plantas produtivas e a neointustrialização. Soma-se ao impacto desses programas e medidas, a previsão de retomada no crescimento das concessões de crédito, em resposta ao menor patamar dos juros reais após o retorno da inflação à meta.

Junto com os programas e as medidas de estímulo ao investimento, as reformas fiscal e tributária e as políticas de redução de desigualdade de renda devem propiciar expansão do potencial de crescimento do país e redução estrutural dos juros. O novo regime fiscal contempla, em simultâneo, o crescimento real dos gastos e o cumprimento de metas para o primário, a fim de garantir trajetória sustentável para a dívida. É, portanto, mais crível e alinhado com a prática internacional que o regime anterior. Com a aprovação desse novo regime, os riscos fiscais de cauda foram afastados, sendo este um dos fatores determinantes para o início do ciclo de flexibilização monetária. A reforma tributária sobre o consumo de bens e serviços deverá simplificar a cobrança dos impostos, reduzir cumulatividades na cadeia produtiva e ainda desonerar a indústria e as exportações, segmentos mais prejudicados pelo antigo sistema. Os ganhos de eficiência alocativa e de aumento da produtividade por causa da reforma deverão contribuir para elevar de maneira substancial o PIB potencial das próximas duas décadas.

Há que se destacar também as políticas de redução da desigualdade, garantindo a retomada do crescimento com inclusão social. As políticas de valorização do salário mínimo e

de igualdade salarial entre mulheres e homens buscam elevar a participação dos salários na renda, inclusive criando estímulos para atrair mais mulheres ao mercado de trabalho, garantindo-lhes o que é de direito. Para a redução das desigualdades, são essenciais ainda o Bolsa Família e o MCMV. O Bolsa Família, que permite dar assistências a famílias de baixa renda, foi reformulado tendo em vista manter na base de beneficiados apenas os que realmente se enquadram nas condições estabelecidas; voltar a exigir contrapartidas em troca do auxílio, tais como matrícula ativa dos filhos na escola e carteira de vacinação atualizada; e conceder pagamentos extras a famílias com filhos de 0 a 18 e com grávidas. O MCMV passou a contar com menor valor de entrada, extensão para os prazos de financiamento e menores taxas de juros, especialmente para a população de menor renda. Os municípios, com base no MCMV-Parceria, poderão participar mais ativamente do programa, melhorando as condições de entrada e o financiamento da casa própria. Ao garantir a saída do aluguel, o programa reduz substancialmente o comprometimento de renda das famílias, que passam a ter maior poder de compra e, conseqüentemente, melhores condições de vida.

As novas políticas de saúde e educação também estão alinhadas com o objetivo de crescimento inclusivo. No âmbito da educação, destacam-se a ampliação e o reajuste de investimentos em bolsas e merenda escolar; a implementação de políticas de escolas de tempo integral e de alfabetização; a retomada de obras de infraestrutura escolar; e a recomposição do orçamento da educação profissional, tecnológica e superior. Ao buscar garantir escola para todos, elevando as horas e a qualidade do ensino, essas medidas devem facilitar a participação das mães no mercado de trabalho, elevar a produtividade da mão de obra atual e futura e ainda possibilitar a redução da desigualdade de renda. A retomada das políticas na área da saúde – com destaque para a adoção de medidas para o fortalecimento e a garantia de acesso ao SUS, inclusive com o retorno dos programas Mais Médicos e Rede Cegonha e o reforço da Farmácia Popular – é fundamental para os próximos anos, funcionando como base para o desenvolvimento econômico sustentável.

A vertente ecológica tem importância substancial na transição para um crescimento sustentável. O Plano de Transformação Ecológica deverá garantir menores impactos da produção no meio ambiente e no clima e fortalecer serviços ecossistêmicos. O plano abrange ações em seis diferentes eixos. O primeiro é o adensamento tecnológico, com o objetivo de ampliar a produtividade da economia por meio da sofisticação produtiva e tecnológica, estimulando, junto com a depreciação acelerada, a neoindustrialização. O segundo eixo é o da bioeconomia, com foco no fortalecimento de cadeias da sociobiodiversidade e no aumento do uso de bioinsumos pelos setores primário e secundário. A transição energética, terceiro eixo do plano, tem como objetivo ampliar a participação de fontes renováveis nos transportes e na matriz de energia elétrica. O quarto eixo é o da economia circular, com a finalidade de reduzir resíduos sem destinação e estimular a reinserção dos bens na cadeia produtiva. A adaptação da infraestrutura ao clima, tornando-a mais resiliente, representa o quinto eixo do plano. O sexto eixo trata das finanças sustentáveis e tem como principais objetivos a criação do mercado de carbono, vinculado à estratégia de descarbonização setorial; o desenvolvimento de taxonomia sustentável, a fim de se identificarem projetos condizentes com a estratégia brasileira de desenvolvimento

sustentável; e a emissão de títulos soberanos sustentáveis no mercado internacional, que, entre outros benefícios, permitirá o estabelecimento de uma curva de juros de referência para emissões de títulos privados verdes, sociais e sustentáveis.

A estratégia para atingir maior crescimento econômico se completa com o quadro de reformas financeiras e para o mercado de crédito. Ainda em 2023, foram anunciadas 13 medidas para aprimorar o mercado de crédito, com destaque para o novo marco de garantias, que tende a reduzir o custo do crédito ao permitir o uso mais eficiente de garantias atualmente subutilizadas. A agenda de reformas financeiras é formada por quatro pilares. O primeiro pilar trata de temas relacionados à tributação de produtos financeiros, para trazer mais simplicidade, neutralidade e eficiência ao mercado de capitais, potencializando a atração de investimentos. O segundo pilar está relacionado ao aprimoramento dos mercados de seguros e previdência. Nesse pilar, iniciativas como a implementação de seguro garantia em licitações tem potencial para incentivar e modernizar processos licitatórios no país. O terceiro pilar, focado no mercado de capitais, deverá regulamentar, desburocratizar e aprimorar a emissão de dívidas privadas e ainda criar instrumentos financeiros alinhados com a agenda ambiental, social e de governança, permitindo direcionar o capital para uma rota mais sustentável. Esse pilar está alinhado com o sexto eixo do Plano de Transformação Ecológica, que busca definir taxonomia sustentável de acordo com a estratégia de desenvolvimento brasileira. No quarto pilar, relacionado ao mercado de crédito, destacam-se as medidas para aperfeiçoar os mecanismos de recuperação de crédito, modernizar instrumentos financeiros e ampliar o acesso a opções mais baratas de crédito, caso do consignado privado.

Esse conjunto de reformas, estruturais e microeconômicas, junto com as políticas de incentivo ao investimento, a transformação ecológica e a estabilidade financeira e dos preços deverá permitir ao país atingir seu objetivo, ao longo do período 2024-2027, de retomada do crescimento econômico sustentável e inclusivo, com responsabilidade social, fiscal e ambiental.

Projeções macroeconômicas para 2024 a 2027⁹⁷

A proposta do cenário macroeconômico do PPA para o período de 2024-2027 adota os seguintes parâmetros:

Tabela 2. Projeção das variáveis macroeconômicas

Discriminação	Projeção*					
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
PIB: Variação % anual	2,9	2,5	2,3	2,8	2,4	2,6
IPCA: Variação % acumulada no ano	5,79	4,85	3,30	3,00	3,00	3,00
Taxa de câmbio R\$/US\$: média anual	5,16	5,01	5,02	5,09	5,18	5,23
Taxa Selic (% ao ano): média anual	12,34	13,12	9,80	7,82	7,05	7,06

*Projeções Grade de Parâmetros Macroeconômicos de 11/07/2023.

Fonte e elaboração: SPE/MF.

O crescimento esperado para 2024 é de 2,3%. Ainda que o cenário prospectivo para o crescimento mundial em 2024 seja menos otimista, em função da menor perspectiva de flexibilização monetária já em fins de 2023, o cenário para os juros no Brasil se tornou mais favorável. A alta projetada para o PIB de 2024 é baseada na recuperação do crescimento da indústria e de serviços, pelo lado da oferta, e da absorção doméstica, pela ótica da demanda. Tanto o setor industrial quanto o de serviços devem se beneficiar com a melhoria no ambiente de negócios e a redução de incertezas decorrentes da aprovação das reformas fiscal e tributária. O consumo e o investimento devem ganhar novo impulso com a redução dos juros reais; a desaceleração da inflação; a política de reajuste real do salário mínimo; a queda na inadimplência, com o programa Desenrola; e o novo PAC, focado na transformação energética e ecológica.

Para os anos seguintes, projeta-se crescimento próximo a 2,5%. O maior crescimento deverá refletir o aumento da capacidade produtiva do país, resultante das mudanças estruturais e dos ganhos de eficiência alocativa propiciados pelas reformas fiscal e tributária, pela redução das desigualdades e pelos estímulos ao investimento em setores estratégicos, como os relacionados à transformação ecológica. Nesses anos, a contribuição do setor externo para a atividade doméstica deverá se mostrar mais favorável, repercutindo tanto na reversão do cenário de baixo crescimento global, pelo retorno dos juros à neutralidade, quanto na busca crescente por oportunidades de investimento em países sustentáveis, com baixa pegada de carbono.

No cenário projetado de 2024 a 2027, a inflação converge para a meta de 3,00% ao ano, que passa a valer para o horizonte contínuo e não apenas para o ano-calendário a partir

⁹⁷ Elaboração: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

de 2025. Com essa mudança, torna-se possível ancorar as expectativas de inflação também no longo prazo.

Para 2024, segue a expectativa de que a inflação ao consumidor retorne para o intervalo proposto para a meta, situando-se perto de 3,30%. A inflação de alimentos e de bens industriais deve seguir em baixos patamares, enquanto a inflação de serviços e a de monitorados deve desacelerar, repercutindo a menor inflação em 2023, com um câmbio ainda em patamar próximo de R\$/US\$ 5,00, uma leve desaceleração econômica e um ritmo de crescimento pouco acentuado projetado para a atividade mundial. Nos anos posteriores, a expectativa é de inflação de 3,00% ao ano.

Com o retorno da inflação para o centro da meta, as taxas de juros reais devem voltar a convergir para a taxa neutra. Para 2024, a expectativa é que a taxa Selic seja gradualmente reduzida, terminando o ano com média de 9,80%. Em 2025, a taxa média deve cair, significativamente, para cerca de 7,80%, uma vez que a taxa real, já no início do ano, deverá estar perto da neutra. Para 2026 e 2027, espera-se uma Selic em patamar próximo de 7,00% ao ano.

Para a taxa de câmbio, considera-se a tendência à apreciação na média anual em 2024. Em seguida, o câmbio deve voltar a depreciar, em linha com o diferencial de inflação doméstica e externa.

Cenário fiscal para o período 2024-2027⁹⁸

A política fiscal é um instrumento capaz não apenas de suavizar ciclos, mas também de solidificar mudanças estruturais na economia. Todas as ações fiscais, tanto do lado da arrecadação quanto do lado das despesas do Estado, visam a favorecer a sustentabilidade das contas públicas e a retomada do crescimento econômico, e devem sempre estar ancoradas no compromisso de aumentar o bem-estar social e reduzir as desigualdades.

A última década foi marcada por várias intercorrências que comprometeram sensivelmente o crescimento econômico do país. Condições estruturais e conjunturais, como a recessão de 2014-2016, o baixo crescimento do período 2017-2019 e a pandemia de COVID-19 em 2020, colaboraram para o agravamento do desajuste das contas públicas verificado desde 2013. A geração de resultados fiscais que garantam a sustentabilidade da trajetória da dívida pública, aliada ao custeamento adequado das políticas públicas e dos investimentos sociais que visem à redução das desigualdades e a transformação ecológica, são objetivos a serem buscados e alcançados neste novo ciclo de PPA que se inicia.

O cenário fiscal para o PPA 2024-2027 tem como premissa o cumprimento do limite de despesas previsto no Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023 (PLP 93/2023). Pela proposta, na forma aprovada nas duas casas Legislativas e encaminhada para sanção

⁹⁸ Elaboração: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com contribuições da Secretaria de Orçamento Federal.

presidencial, os limites para o montante global das dotações orçamentárias relativas a despesas primárias, individualizados por Poder e órgão autônomo, serão corrigidos a cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerados os valores apurados no período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária anual, acrescidos da variação real da despesa, por sua vez calculada em função da variação real da receita.

A Tabela 3 evidencia a magnitude do esforço que será necessário no próximo quadriênio para alcançar a sustentabilidade das contas públicas, sendo de importância fundamental as reformas fiscais de longo prazo para que a economia do país percorra um caminho estável de crescimento.

Tabela 3. Cenário fiscal de referência – Projeções PPA 2024-2027 (em % PIB)

	2024	2025	2026	2027
Resultado primário do Governo Central	0,00	0,50	1,00	-0,23*
Resultado nominal do setor público não financeiro	-6,7	-5,5	-4,6	-5,8
DBGG	77,2	77,3	76,9	77,7
DLSP	63,9	65,1	65,8	67,5
Juros nominais	6,6	5,9	5,5	5,6

Fonte: SOF e STN. Elaboração: SPE Nota: *Cenário até 24 de agosto de 2023.

O uso do espaço fiscal decorrente da aplicação dos limites de despesas primárias pressupõe a adoção de medidas eventualmente necessárias ao alcance dos resultados primário anuais a serem perseguidos ao longo da vigência do Plano.

Para 2024, a meta de resultado primário é de R\$ 0,00 (zero real) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de R\$ 7,3 bilhões para o Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais independentes. Para 2025 e 2026, as projeções para o resultado primário constantes do Anexo de Metas Fiscais – AMF do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2024 para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são de 0,5% e 1,0% do PIB, respectivamente.

Para o ano de 2027, ainda não há meta estabelecida para o resultado primário, uma vez que as metas constantes na PLDO 2024 têm horizonte até o ano de 2026. Assim, as projeções para o ano ainda não consideram nenhum ajuste em despesas discricionárias para o atingimento de determinado objetivo de resultado primário. A partir deste cenário, projeta-se déficit de 0,23% do PIB para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em 2027. A projeção leva em conta o vencimento da suspensão do pagamento de precatórios estabelecida pela Emenda Constitucional nº 114/2021, que estabeleceu limite anual para alocação em despesas com pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal em virtude de sentença judiciária (art. 100 da Constituição Federal) até o fim de 2026. Estima-se que o montante a ser destinado ao pagamento de precatórios em 2027 se situe próximo a R\$ 200 bilhões, considerando o estoque formado de 2022 a 2026.

Caso não venham a ser adotadas medidas que permitam dar tratamento especial à quitação do referido passivo, sobretudo no que tange ao cumprimento do limite de despesa primária, a capacidade de o governo executar suas políticas pode ser comprometida. Em última análise, a realização das entregas previstas no último ano do Plano Plurianual também pode ser afetada.

Sem desconsiderar o desafio fiscal e normativo identificado para o período, a elaboração do PPA 2024-2027 pautou-se na premissa de que o valor estimado do montante acumulado de precatórios não reduzirá o espaço fiscal para as demais despesas primárias. A solução permite lidar com incertezas inerentes ao planejamento de médio prazo, evidenciando as entregas pretendidas ao longo dos próximos quatro anos.

Para garantir que as metas dependentes de despesas discricionárias estabelecidas para cada exercício do PPA estejam alinhadas às metas fiscais e à disponibilidade orçamentária do exercício a que se referirem, as metas dos programas finalísticos poderão ser revisadas, de modo a garantir a sua adequação.

Por sua vez, o resultado nominal do setor público não-financeiro em proporção do PIB apresenta trajetória de redução de déficit entre os anos 2024 e 2026 em decorrência das projeções de queda nos juros nominais para este período conjugada à trajetória do resultado primário. Em 2027, projeta-se elevação do déficit nominal, dada a projeção de déficit primário e de pequena elevação nos juros nominais. Ainda assim, a expectativa de déficit nominal para 2027 permanece abaixo do patamar projetado para 2024.

Em que pese a expectativa de pequena elevação na DBGG99 (em % do PIB) em 2025, a projeção de geração de superávits primário do governo central conjuntamente à queda de juros nominais a partir deste ano, conduzem à uma queda na DBGG em 2026, que voltaria a aumentar em 2027 em decorrência da projeção de déficit primário e alta nos juros nominais no ano. Conforme destacado no Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei e Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2024), a resistência de queda da DBGG até 2025, mesmo com superávit primário projetado para este último ano, é explicada pela projeção de taxas de juros reais acima da taxa estrutural de juros de equilíbrio, levando o custo real de financiamento da dívida pública a ficar superior à taxa real de crescimento da economia, dificultando, assim, a estabilização da dívida já a partir de 2025. Vale ponderar que a projeção para 2027 ainda não está sujeita à meta de resultado primário pré-estabelecida.

Visando a melhora do cenário fiscal de modo a tornar possível a retomada de uma trajetória de superávits primários a partir de 2025, conforme previsto no cenário fiscal para os próximos anos, algumas medidas de cunho estrutural foram essenciais.

A primeira medida foi o desenvolvimento e a aprovação do Regime Fiscal Sustentável. O Projeto de Lei Complementar PLP 93/2023, aprovado nas duas casas Legislativas e encaminhado para sanção presidencial, substitui o “Teto de Gastos” criado pela Emenda

⁹⁹ Conceito de endividamento considerado no Regime Fiscal Sustentável.

Constitucional nº 95/2016. Esse Regime Fiscal Sustentável congrega um conjunto de regras fiscais voltado para a sustentabilidade da política fiscal ao longo do tempo, buscando garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento econômico robusto, sustentável e inclusivo. O PLP 93/2023 alterou a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

O objetivo desta reforma foi tornar o regime fiscal brasileiro mais flexível e anticíclico, para que este seja capaz de acomodar choques econômicos, sem comprometer a sua consistência no médio e longo prazo. Busca-se, assim, garantir a responsabilidade social, pilar da Constituição Federal de 1988, e a responsabilidade fiscal, de forma a possibilitar o financiamento adequado das políticas públicas, além de oferecer maior previsibilidade aos agentes econômicos quanto às condições de solvência do setor público, à trajetória de sustentabilidade da dívida pública e à capacidade do Governo Federal de honrar seus compromissos em relação aos seus credores.

As principais características do Regime Fiscal Sustentável são: (i) disciplina o crescimento anual da despesa primária da União submetida aos limites individualizados definidos; (ii) dispõe sobre questões relacionadas à meta de resultado primário e ao seu cumprimento; (iii) estabelece valor mínimo para os investimentos públicos na lei orçamentária, bem como possibilidade de ampliação; (iv) impõe ajustes nas contas públicas, em caso de descumprimento da meta de resultado ou quando a despesa obrigatória superar 95% da despesa primária.

Este novo regime prima por responsabilidade fiscal ao estabelecer a junção de uma regra de crescimento para os gastos com metas quadrienais estipuladas na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a trajetória do resultado primário do governo central. O gasto real deverá crescer 70% do crescimento real da receita (descontadas receitas extraordinárias e transferências), variando entre o intervalo de 0,6% a 2,5%. O estabelecimento do limite mínimo garante a manutenção dos gastos per capita em contextos de baixo crescimento e choques econômicos, atuando como importante mecanismo anticíclico. Já o estabelecimento do limite máximo configura um patamar factível para o crescimento real das despesas públicas, fator primordial para que em tempo de bonança possam ser evitadas expansões exacerbadas nos gastos públicos, que, ao se perenizarem, podem promover deterioração fiscal em cenários econômicos mais adversos.

A meta de resultado primário exibida na Tabela 1 poderá flutuar dentro de um intervalo, de forma a acomodar choques econômicos. Caso o resultado primário seja inferior ao limite mínimo estabelecido na meta, serão introduzidas sanções que variam desde a redução do percentual de crescimento real do gasto em relação ao crescimento real da receita para 50% no exercício seguinte ao da elaboração do PLOA quando o desvio da meta é verificado (t+2), à imposição de gatilhos de congelamento em algumas despesas a partir do segundo ano de descumprimento, de forma a induzir o retorno do resultado primário para sua trajetória pré-estabelecida.

O intuito de se estabelecer um piso para as despesas governamentais está em linha com a responsabilidade social pois busca-se garantir que programas essenciais tenham um financiamento adequado e perene, independente do ciclo econômico.

Ademais, o Regime Fiscal Sustentável também prevê o desenvolvimento e implementação de um Marco Fiscal de Médio Prazo (MFMP) a ser estabelecido no PLDO elaborado no primeiro ano de cada governo. O MFMP trata-se de um arcabouço institucional que contém: (i) diretrizes plurianuais dos objetivos fiscais agregados que se tornam referência em todo o processo orçamentário; (ii) conjunto integrado de metas e projeções macroeconômicas e fiscais de médio prazo; (iii) alinhamento da política fiscal com identificação de riscos fiscais. Com o MFMP, busca-se trazer mais eficiência e previsibilidade ao planejamento orçamentário, traçando o mapeamento de riscos fiscais, além de consolidar a cultura de planejamento de médio e longo prazos, muito importante para despesas como o investimento público.

Neste ciclo de PPA, a partir da implementação do Regime Fiscal Sustentável, busca-se a consolidação de uma trajetória sustentável para o crescimento da dívida pública, que, em consonância com o maior orçamento para implementação de boas políticas públicas, pode levar à redução estrutural dos juros e estimular o crescimento econômico vigoroso, sustentável e inclusivo.

Não se pode considerar que o ajuste das contas públicas seja feito sempre do lado da despesa social ou dos investimentos públicos. Em um país com dimensões continentais e com mazelas sociais ainda profundas, com estrutura orçamentária rígida e com grande volume de despesas obrigatórias, que derivam da garantia de direitos constitucionais fundamentais ao Estado de bem-estar social brasileiro, o espaço para redução dos gastos é exíguo e socialmente custoso. Assim, para se alcançar uma trajetória sustentável da dívida pública, a recomposição das receitas públicas que foi corroída por benefícios tributários de baixo retorno social nos últimos anos e a revisão das despesas – que deve buscar a melhoria da qualidade dos gastos públicos, com foco na redução dos gastos tributários – são primordiais.

Para garantir as metas de resultado primário do governo central estabelecidas para os próximos anos, estão sendo planejadas e implementadas medidas para tornar a arrecadação mais eficiente e eliminar distorções tributárias atualmente vigentes. Algumas das medidas propostas buscam delimitar os incentivos tributários a gastos com maior multiplicador, como é o caso da inclusão da subvenção estadual concedida no ICMS na base de cálculo dos tributos federais¹ ao custeio, mas não ao investimento. Outras medidas têm como propósito garantir o fim da evasão tributária, permitindo competição isonômica da indústria e do varejo nacional, e ainda incentivando a geração de empregos e renda no país. A recomposição da base de arrecadação que foi corroída por benefícios tributários nos últimos anos, além da legalização de novos segmentos que atuam sem regulamentação atualmente, como o segmento de apostas, e implementação de medidas de redução de litigiosidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e de combate à elisão e evasão fiscal, são diretrizes importantes para o cenário fiscal dos próximos anos.

Por fim, uma segunda relevante reforma fiscal estrutural já está em curso, a partir de duas propostas de reformas tributárias: a dos impostos sobre consumo e a dos impostos sobre a renda. A primeira, que tramita no Senado Federal, tendo sido aprovada na Câmara dos deputados (por meio da PEC nº 45-F/2019), visa a alterar o Sistema Tributário Nacional, sendo seu principal objetivo o de simplificar e racionalizar a tributação sobre a comercialização de bens e serviços. A simplificação do regime tributário, com redução da complexidade e melhor distribuição da carga, busca elevar a competitividade da produção doméstica. A Reforma da tributação do consumo não ensejará a elevação da carga tributária, no entanto, é esperado que, com as correções das distorções que o atual sistema impõe, a redução dos incentivos tributários ineficientes, bem como o efeito sobre a produtividade e o potencial de crescimento do país, haja uma efetiva elevação das receitas.

A redução do número de impostos e o fim da cumulatividade, a maior transparência em relação ao que é efetivamente pago de impostos pelo consumidor, o compartilhamento de informações entre as autoridades fiscais e a adoção de sistemas tributários automáticos e universais, com menor espaço para exceções e regimes especiais, podem aumentar a eficiência da arrecadação tributária. Um sistema tributário mais simples também irá melhorar o ambiente de negócios e aumentará a competitividade, com efeitos positivos na arrecadação de impostos. Em resumo, a reforma da tributação do consumo será uma oportunidade de gerar ganhos de simplificação e de eficiência.

No aspecto federativo, a reforma da tributação do consumo fortalecerá o pacto vigente, uma vez que traz mais autonomia a estados e municípios ao eliminar a guerra fiscal, dada a transferência da tributação da origem para o destino, e cria o fundo de Desenvolvimento Regional, trazendo mais transparência às políticas de incentivo regional, com maior potencial de impacto na redução das desigualdades regionais. Ainda, ensejará a redução do custo da cesta de consumo típica dos mais pobres, ao reduzir a alíquota efetiva de produtos que têm maior peso no orçamento dessa parcela da população. Um Instrumento de devolução personalizada de tributos (chamado de cashback) aos mais pobres também está previsto na reforma e tem relevante potencial de reduzir a desigualdade.

A segunda etapa irá trabalhar a reforma tributária da renda, visando a eliminar privilégios tributários no imposto de renda que têm favorecido o topo da pirâmide distributiva, gerando distorções e mitigando sua progressividade. A tributação da renda deve, por definição, configurar um instrumento redistributivo. Com esta reforma, almeja-se a ampliação da progressividade do IR e a redução da desigualdade de renda, com respectivo estímulo ao crescimento econômico, dados os potenciais efeitos de uma melhor distribuição de renda sobre a capacidade de consumo da maior parte das famílias brasileiras.

Conciliar responsabilidade fiscal e justiça social é o objetivo primordial a ser buscado. A retomada de políticas públicas essenciais marca o início de um novo ciclo de planejamento estratégico para os próximos anos, no qual a equidade social e a sustentabilidade ambiental deve caminhar *pari passu* com os objetivos da política fiscal.

Uma política fiscal guiada pela responsabilidade social e sustentabilidade ambiental deve garantir as condições para que os gastos públicos em políticas essenciais sejam perenes,

eficientes e eficazes e que contribuam para a redução das desigualdades, em todas as suas instâncias: de renda, raça, gênero e regionais.

O objetivo central da política fiscal no médio prazo representado pelo ciclo PPA 2024-2027 será proporcionar à população o acesso aos serviços públicos garantidos como direitos constitucionais, a manutenção, retomada e inauguração de políticas públicas com foco na melhoria do bem-estar social, redução das desigualdades e estímulo à sustentabilidade ambiental, a suavização de ciclos econômicos, concomitantemente ao controle da trajetória de crescimento da dívida pública em relação ao PIB. Para tanto, o governo federal buscará o equilíbrio das contas públicas por intermédio do controle e do monitoramento do crescimento da despesa, bem como com o acompanhamento e revisão da arrecadação dos tributos federais, tomando medidas tempestivas para a correção de desvios, buscando maior equidade quanto ao custeamento do Estado de bem-estar social e a prevenção quanto à materialização de riscos fiscais com impactos relevantes nos curto e médio prazos.



2.4

Visão de futuro 2027, valores e diretrizes, indicadores-chave nacionais e metas

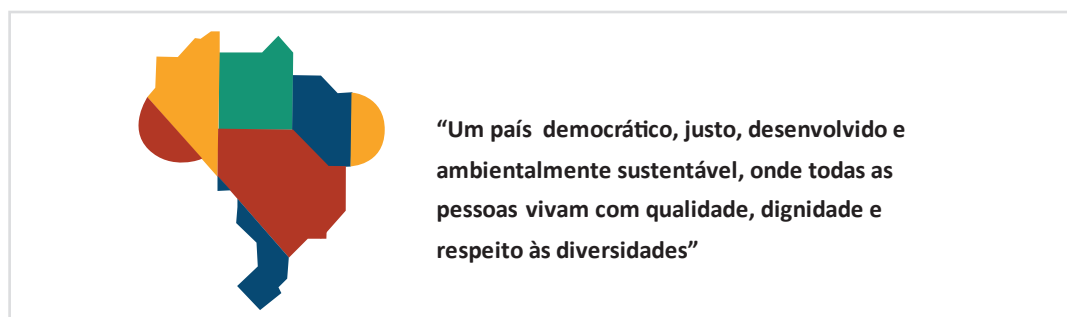
Visão de futuro 2027

A visão de futuro apresenta o que se pretende e se pode alcançar no país no horizonte deste Plano Plurianual, sendo referência para a estratégia de desenvolvimento.

A sua construção decorre da análise da evolução e do estado atual do país, das tendências e das incertezas nos cenários global e nacional para os próximos anos e das propostas e diretrizes do projeto vitorioso nas urnas.

A visão expressa um futuro desejável e possível de ser construído, passível de avaliação quantitativa. Representa a síntese da convergência das aspirações em relação ao Brasil em que queremos viver em 2027. Em síntese, a visão de futuro representa **um sonho inspirador, factível no horizonte de tempo desejado**.

Figura 4. Visão de futuro para o Brasil em 2027



Fonte: Seplan/MPO.

Atributos da visão de futuro

» **Democracia** – Participação social e garantia da pluralidade e dos princípios democráticos

Em 2027, **teremos uma democracia mais fortalecida**, reforçando os princípios fundamentais da nossa Constituição, que define nosso país como um Estado Democrático de Direito no qual a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, bem como o pluralismo político, devem ser sempre respeitados.

Uma democracia que respeita os objetivos fundamentais da Constituição, de construir uma sociedade livre, justa e solidária, de garantir o desenvolvimento nacional, de erradicar a pobreza e a marginalização, de reduzir as desigualdades sociais e regionais e de promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, etnia, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. Um país onde os Poderes da União – Legislativo, Executivo e Judiciário – funcionam de forma independente e harmônica. Com um pacto federativo renovado e reforçado, baseado no diálogo e na construção de consensos em torno dos desafios nacionais.

O governo será mais aberto à participação e à pluralidade de opinião, mais íntegro e mais transparente em suas ações. Atuará, junto aos demais Poderes, na prevenção e no combate à corrupção e à impunidade. Garantirá e facilitará o acesso às informações e às prestações de contas necessárias ao controle e à participação social.

A soberania nacional estará fortalecida, com proteção e cuidado no que se refere ao território, ao povo e aos recursos do país. Uma nação soberana que atua em cooperação com outros países, respeitando os princípios constitucionais que regem as relações internacionais de independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os estados, a defesa da paz, a busca pela solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

» **Equidade** – Inclusão, justiça social, garantia de direitos e igualdade de oportunidades

Em 2027 o Brasil terá resgatado milhões de pessoas da fome e da extrema pobreza e não estará mais no Mapa da Fome da ONU. A população vulnerável, aquela que mais necessita do Estado para sobreviver, estará atendida com programas adequados e contará com oportunidades sociais e econômicas que promovam o desenvolvimento e a proteção social.

Os fundamentos constitucionais da cidadania e da dignidade da pessoa humana serão respeitados em todo o território nacional. Seremos um país com mais justiça social, garantia de direitos, igualdade de oportunidades, geração de renda e segurança alimentar.

As condições de vida serão melhores e a população que vive no território brasileiro terá mais acesso à saúde e à educação pública de qualidade, além de moradia e saneamento adequados, mais cultura e lazer, em um ambiente mais seguro para viver.

Todas as crianças, em especial aquelas de famílias mais vulneráveis, terão acesso à creche, à pré-escola e à educação básica de boa qualidade. Os jovens permanecerão mais tempo na escola e terão mais oportunidades de qualificação profissional, facilitando sua inserção no mercado de trabalho.

A diversidade da população brasileira será respeitada e valorizada. O Brasil será um país que promove a igualdade de gênero e de raça e que rejeita qualquer tipo de discriminação. Um país mais igual, social e regionalmente, e com maior coesão social.

» **Desenvolvimento** – Crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e inclusão social

Em 2027 o crescimento econômico será mais alto e sustentável, acompanhado de políticas públicas que promovam o bem-estar da população, a proteção ambiental, a inclusão social e a redução das desigualdades. O crescimento econômico avançará nas diferentes regiões do Brasil, criando oportunidades de emprego e gerando renda.

A desigualdade de renda será menor, fruto de políticas ativas adotadas que visem à inclusão social. As oportunidades de participação no desenvolvimento da economia e o acesso de todos os cidadãos aos benefícios econômicos serão ampliados, sobretudo para as classes sociais menos favorecidas.

A economia brasileira terá maior produtividade e será mais competitiva. Haverá maior disponibilidade de trabalhadores qualificados e com competências alinhadas aos novos desafios do setor produtivo. A neoindustrialização ganhará força, pautada em uma produção mais sustentável e de maior valor agregado, com mais intensidade tecnológica e inovação. A infraestrutura logística e de comunicação será aprimorada e o ambiente de negócios será melhor, atraindo mais investimentos públicos e privados. A intensificação de acordos de negócios e de parcerias com outros países ampliará os fluxos comerciais e posicionará o país de forma estratégica nas cadeias globais de valor, possibilitando avanços na direção de produtos e serviços com maior valor agregado e mais sustentáveis.

O setor produtivo, apoiado por um sistema de inovação que atua em conjunto com as empresas e por um mercado de capitais dinâmico e competitivo, avançará na incorporação de novas tecnologias, com o aumento da produtividade das empresas e o uso racional dos recursos naturais, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa, o consumo hídrico e a produção de resíduos.

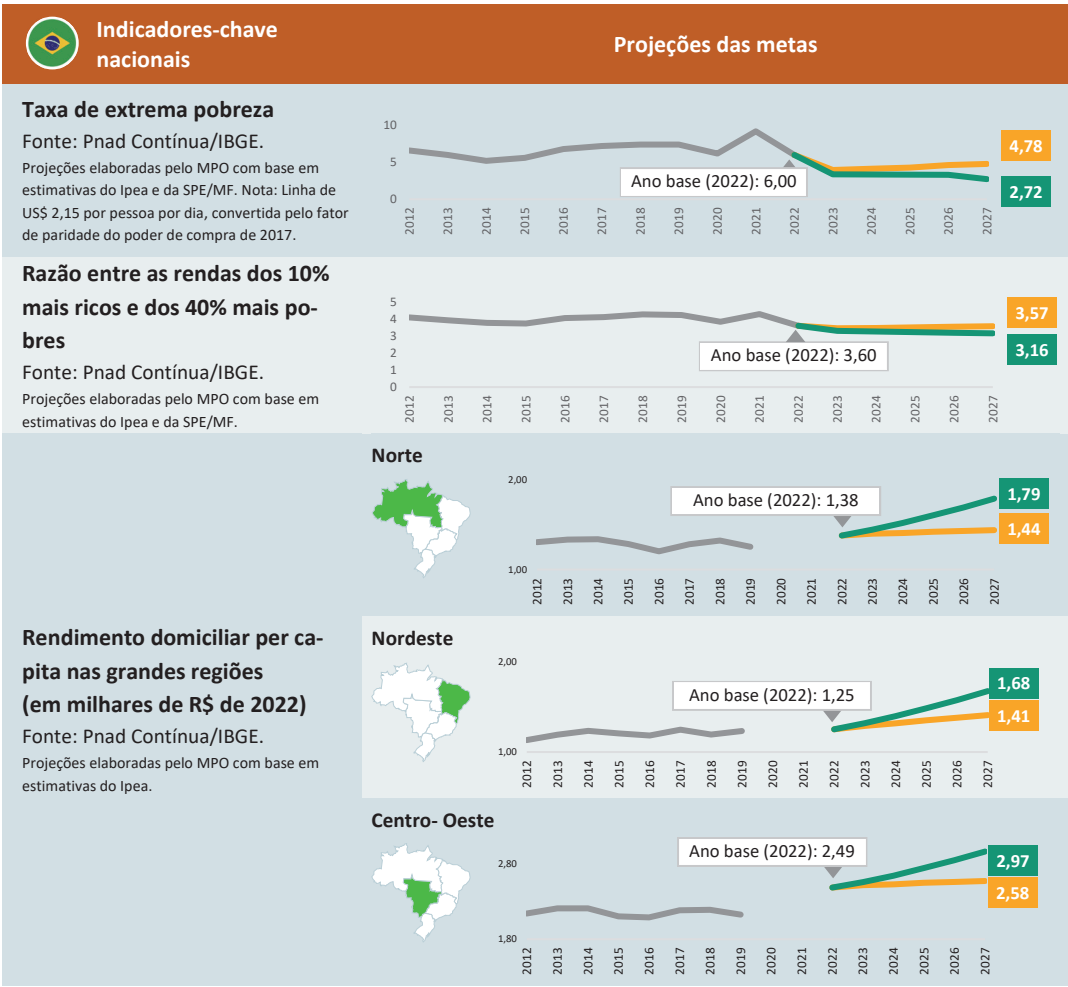
A sustentabilidade ambiental e a inclusão social serão as bases para o crescimento econômico. Os biomas brasileiros estarão mais bem protegidos e preservados e sendo utilizados de forma sustentável para a geração de valor socioeconômico. O país avançará na descarbonização da economia e na transição energética, contribuindo para reduzir a velocidade das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que ampliará a sua resiliência aos impactos dessas mudanças.

Indicadores-chave nacionais e metas

Os indicadores-chave nacionais são um conjunto de indicadores que medem o progresso social, econômico, ambiental e institucional do Brasil, considerando as múltiplas dimensões do bem-estar individual e coletivo, para que sejam alcançados os objetivos nacionais nas respectivas áreas. Podem ser vistos como parte dos esforços para alinhar as políticas e os programas do governo com os resultados esperados pelos cidadãos – população saudável e educada, emprego e moradia adequados, meio ambiente conservado. São variáveis-chave para aferir os efeitos de transformação e são essenciais para o acompanhamento do desempenho da estratégia adotada no Plano.

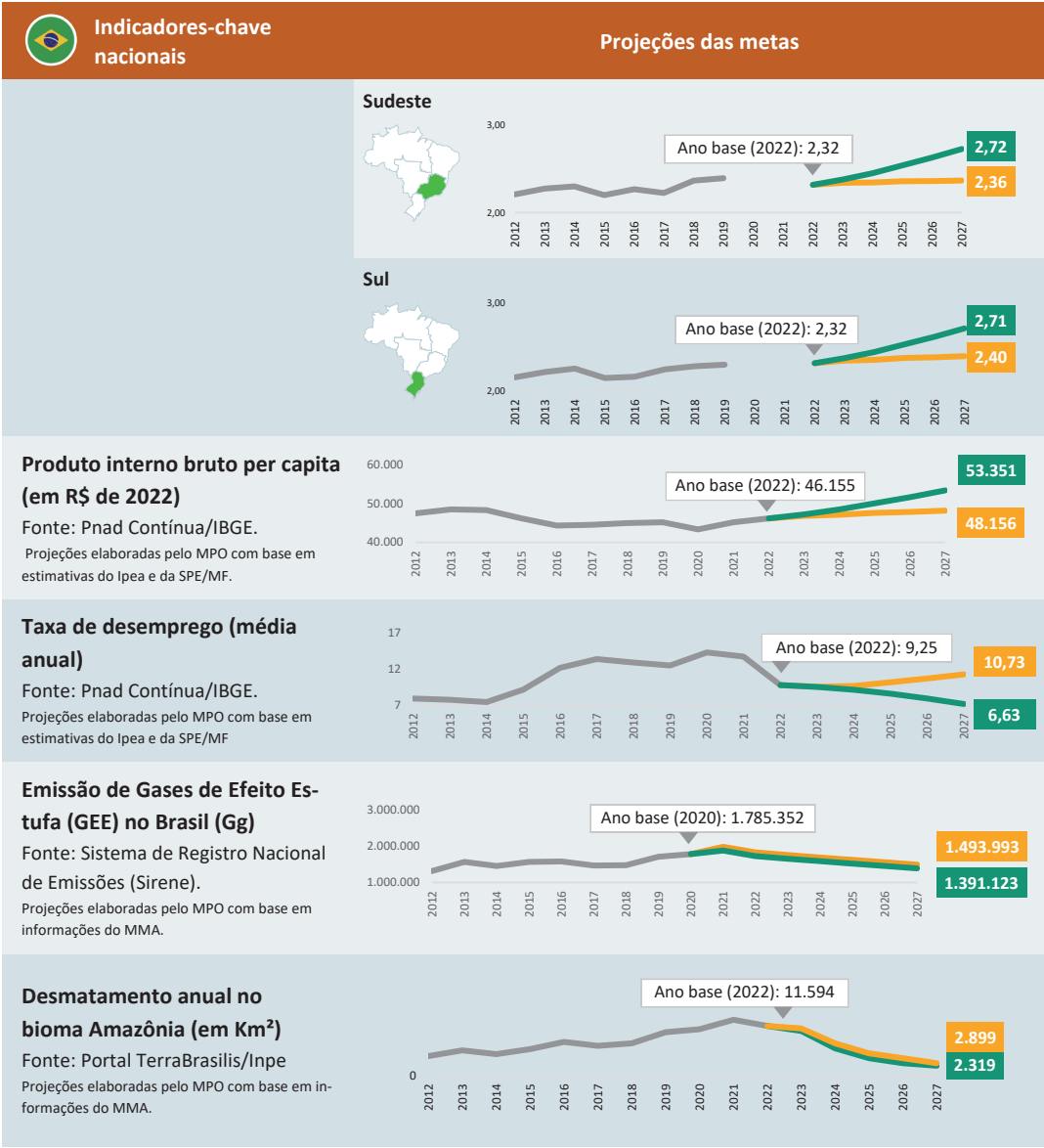
Para cada indicador do PPA há uma meta associada. Foi adotado o sistema de bandas, que representa um intervalo, com limite de valores factíveis para a evolução de cada indicador no horizonte de tempo do PPA. Esse sistema oferece maior flexibilidade para lidar com fatores econômicos ou sociais imprevistos, ancora as expectativas dos atores sociais em torno da melhoria desejada com uma visão de médio prazo e permite o monitoramento de cada um dos objetivos estratégicos definidos.

Os indicadores-chave de impacto, vinculados à visão de futuro, medem os resultados obtidos no período (e feitos/mudanças na realidade).



Legenda

Resultado desejável Resultado base



Valores	Diretrizes
Democracia	<ul style="list-style-type: none">Promover a inclusão econômica e social e a melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de direitos e cidadania
Diversidade e justiça social	<ul style="list-style-type: none">Promover a redução das desigualdades sociais e regionaisValorizar a diversidade cultural e regionalFortalecer a equidade de gênero, raça, etnia com respeito à orientação sexual e a garantia da inclusão de idosos e pessoas com deficiência
Sustentabilidade socioambiental	<ul style="list-style-type: none">Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactosApoiar a transição para a economia verde, digital e criativa com fortalecimento da ciência, tecnologia e inovaçãoFortalecer a dimensão socioambiental nas políticas públicas
Participação social	<ul style="list-style-type: none">Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação do orçamento e das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados
Atuação colaborativa	<ul style="list-style-type: none">Atuar em articulação com movimentos sociais e agentes públicos, privados e do terceiro setor visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do EstadoPromover a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentávelPotencializar a cooperação federativa
Responsabilidade fiscal e social	<ul style="list-style-type: none">Assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, fiscal e socialmente responsável
Excelência na gestão	<ul style="list-style-type: none">Promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital

Diretrizes de atuação

- Promover a inclusão econômica e social e a melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de direitos e cidadania.** Uma democracia forte demanda a inclusão de todos, o respeito e a garantia de direitos. As ações do governo devem ser orientadas para a inclusão socioeconômica dos mais pobres, a cidadania e a garantia dos direitos de todos os brasileiros, em especial das populações vulneráveis.

2. **Promover a redução das desigualdades sociais e regionais.** A redução das desigualdades é um elemento central para o desenvolvimento socioeconômico do país. As ações do governo devem buscar maior igualdade de oportunidades sociais, econômicas e regionais, promovendo a justiça econômica e social.
3. **Valorizar a diversidade cultural e regional.** A diversidade da população brasileira é um ativo nacional que deve ser valorizado e fortalecido nas ações do governo, promovendo a redução de barreiras regionais e culturais.
4. **Fortalecer a equidade de gênero, raça, etnia com respeito à orientação sexual e a garantia da inclusão idosos e de pessoas com deficiência.** O bem-estar de todas as pessoas, sem preconceitos de origem, raça/cor, sexo, etnia, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, é um direito constitucional e um fator importante para a coesão social. A busca pela equidade deve permear todas as ações do governo para fortalecer a justiça social e a garantia de direitos.
5. **Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos.** As mudanças climáticas já estão impactando o Brasil de diferentes formas, com crescentes custos humanos, financeiros e de qualidade de vida. As ações do governo devem contribuir para desacelerar as mudanças climáticas e aumentar a resiliência do país em relação aos seus impactos.
6. **Apoiar a transição para a economia verde, digital e criativa com fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação.** A transição para uma economia mais verde, de baixo carbono e com sustentabilidade socioambiental, mais digital e criativa é um meio importante para se enfrentar os desafios ambientais e sociais do século XXI, aumentar a competitividade da economia e construir um futuro mais sustentável e próspero para todos.
7. **Fortalecer a dimensão socioambiental nas políticas públicas.** A dimensão socioambiental tem caráter transversal e deve ser contemplada na formulação, na implantação e no monitoramento de políticas públicas, considerando-se recortes específicos para grupos vulneráveis tendo em vista uma maior assertividade das ações do governo.
8. **Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação do orçamento e das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados.** A transparência, a comunicação social e a gestão participativa são fatores essenciais para se promover a qualidade e a credibilidade das políticas de governo e o uso adequado do orçamento. A identificação clara dos beneficiários e dos resultados das políticas públicas facilita o controle social e a avaliação da efetividade no uso dos recursos públicos. Essas iniciativas devem ser incorporadas em todas as ações do governo, contribuindo para maior engajamento e participação da sociedade.

- 9. Atuar em articulação com movimentos sociais e agentes públicos, privados e do terceiro setor visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado.** A limitação de recursos frente aos desafios econômicos, sociais e ambientais que se colocam ao país demanda uma agenda articulada com outros entes federativos, com movimentos sociais, com a iniciativa privada e o terceiro setor, para prover bens públicos e ampliar a capacidade de entrega de resultados à população.
- 10. Promover a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.** A cooperação internacional é importante para fortalecer as relações diplomáticas, políticas e socioeconômicas em um mundo cada vez mais integrado. A colaboração com outros países e organismos multilaterais deve ser intensificada.
- 11. Potencializar a cooperação federativa.** O fortalecimento do pacto federativo, a partir de um trabalho mais integrado entre os entes da Federação, deve reconhecer as atribuições dos diferentes níveis de governo de modo a evitar sobreposições de esforços, otimizando o uso dos recursos e gerando maior sinergia das capacidades técnicas de cada nível de governo.
- 12. Assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, fiscal e socialmente responsável.** O uso eficiente, fiscal e socialmente responsável dos recursos públicos permite ao governo oferecer políticas públicas efetivas, promovendo sustentabilidade fiscal. As ações do governo devem buscar a integração entre os ministérios, para assegurar complementaridades que evitem desperdícios e ampliar tanto a qualidade das políticas quanto a capacidade de entregar resultados.
- 13. Promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital.** O governo precisa acompanhar as transformações tecnológicas e a aceleração da digitalização da economia e da sociedade, avançando para um modelo mais digital e orientado para dados que seja mais ágil e assertivo na entrega de resultados para a população, com mais segurança e maior compartilhamento de informações.



2.5

Eixos temáticos e objetivos estratégicos, indicadores-chave e metas

Introdução

O país precisa de uma reconstrução, ampla e abrangente. A crise social e democrática, associada ao baixo crescimento econômico, herança da gestão anterior, ainda produz efeitos. A evolução recente aponta para a necessidade de pôr em execução um processo de desenvolvimento em bases inclusivas e sustentáveis – este é o compromisso deste governo.

Reduzir as desigualdades e os problemas sociais está no centro das ações propostas neste Plano. Tal desafio demanda pelo menos dois outros a ele articulados: um maior crescimento econômico, que ataque as desigualdades e as suas causas por meio de um projeto inclusivo e alinhado com as demandas por uma economia cada vez mais verde; e uma democracia sólida, que garanta o respeito às minorias e às diferenças, com instituições fortalecidas e um governo transparente e aberto à participação da sociedade e do setor produtivo. O Estado e o desenvolvimento devem ser colocados a serviço de quem mais precisa.

As transformações desejadas demandam articular quatro “frentes de expansão”: i) o consumo popular, apoiado num mercado consumidor capaz de atrair investimentos estratégicos nacionais e estrangeiros; ii) os serviços sociais, representados pela ampliação da provisão pública à população de serviços sociais essenciais, como educação e saúde de qualidade, cuidados às crianças e à terceira idade, cultura, esporte e lazer, segurança pública; etc.; iii) os investimentos em infraestrutura, fundamentais tanto ao bem-estar da população como à provisão de uma competitividade sistêmica para a economia como um todo; e, por fim, iv) o uso sustentável dos recursos naturais, que continuarão a ser demandados nos anos futuros por diversos países. Trata-se de atividade geradora de renda,

emprego, e divisas externas indispensáveis ao crescimento macroeconomicamente saudável, protegido contra o risco de retorno da inflação causada por problemas cambiais derivados das recorrentes insuficiências de capacidade de importação vivenciadas no passado.

É a partir desse entendimento sobre nossos desafios, nossas potencialidades e prioridades que se estrutura a estratégia de desenvolvimento do Plano Plurianual 2024-2027. Estratégia que busca viabilizar o alcance da visão de futuro do PPA, observando-se seus valores e diretrizes e promovendo um padrão de transformações estruturais centrado em três eixos interligados pelo tripé – equidade, desenvolvimento e democracia.

Os eixos organizam a compreensão da realidade brasileira e os desafios na forma de linhas básicas de atuação que orientam os objetivos estratégicos, assentados na implementação dos programas do PPA 2024-2027 e de seus resultados. Os três eixos são: 1) Desenvolvimento social e garantia de direitos; 2) Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e 3) Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania. Esses três eixos são complementares e convergem para a reconstrução nacional e o enfrentamento dos grandes desafios sociais, econômicos, ambientais e institucionais do país.

Ressalte-se o alinhamento integral dos eixos PPA 2024-2027 aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Social – ODS, das Nações Unidas. Os ODS são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

O eixo **Desenvolvimento social e garantia de direitos** consiste em consolidar a equidade como esteio de uma sociedade justa. Tem por objetivo transformar o Brasil em um país livre das mazelas da fome e da insegurança alimentar, consolidar a universalização e a institucionalização dos direitos da cidadania, valorizar a diversidade cultural e a criatividade do povo brasileiro, melhorar a distribuição de renda e promover a inclusão social e produtiva das parcelas mais vulneráveis da população, por meio de maior acesso aos serviços sociais essenciais, como saúde e educação, e às oportunidades oferecidas no mercado de trabalho. Também visa a igualdade, a equidade, o respeito à diversidade e o combate a todas as formas de violência.

Os ODS vinculados a este eixo são: 01 – Erradicação da pobreza; 02 – Fome zero e agricultura sustentável; 03 – Saúde e bem-estar; 04 – Educação de qualidade; 05 – Igualdade de gênero; 06 – Água potável e saneamento; 08 – Trabalho decente e crescimento econômico; 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; e 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.

O eixo **Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática** mira a prosperidade tendo como base a economia inclusiva, pela produção e pelo consumo, na direção de uma sociedade justa e ambientalmente sustentável. São desafios centrais desse eixo o desenvolvimento com maior igualdade de oportunidades, uma prosperidade mais bem distribuída pelas regiões do país e o crescimento sustentável da economia, o que implica articular as agendas da inclusão e da redução das desigualdades com as da ampliação da competitividade, da produtividade e da sustentabilidade, na direção de uma economia cada vez mais verde e descarbonizada.

Esse horizonte tem como condição assegurar a credibilidade, a previsibilidade e a estabilidade necessárias para conciliar crescimento econômico, desenvolvimento científico e tecnológico, busca pelo pleno emprego e distribuição de renda com responsabilidade fiscal, menores juros e controle da inflação.

Os ODS vinculados a este eixo, são: 07 – Energia limpa e acessível; 08 – Trabalho decente e crescimento econômico; 09 – Indústria, inovação e infraestrutura; 12 – Consumo e produção sustentáveis; 13 – Ação contra a mudança global do clima; 14 – Vida na água; e 15 – Vida terrestre

O eixo **Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania** tem como propósito o fortalecimento permanente da democracia e da cidadania, da Constituição e de seus valores, sem os quais a defesa da soberania nacional e o fortalecimento do Estado e das suas instituições perdem grande parte do seu significado original. O adequado funcionamento das instituições e das liberdades democráticas, a recuperação da capacidade de coordenação, de planejamento e de execução do Estado brasileiro orientada pela participação popular, a garantia da soberania nacional, a partir da capacidade de dissuasão na defesa do território, a primazia da transparência e o combate à corrupção são desafios centrais desse eixo.

Os ODS vinculados a este eixo, são: 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; e 17 – Parceria e meios de implementação.

Figura 5. Eixos e seus principais desafios



Os três eixos, e seus principais desafios, representam uma só unidade de ação, cuja inspiração reside no lema “reconstrução e transformação do Brasil”. Os eixos estão intimamente articulados e interligados, de modo que o enfrentamento dos desafios de cada um deles contribui para lidar com os desafios dos outros. O enfrentamento dos desafios do primeiro eixo, que trata dos aspectos sociais, contribui para os resultados do segundo eixo, tanto pela ampliação da oferta de serviços sociais, na forma de investimentos,

quanto pelo aumento do consumo, decorrente de políticas diretamente voltadas para a mitigação imediata da pobreza e pela maior educação e qualificação, em especial dos mais pobres. Por outro lado, não será possível avançar de modo sustentado no equacionamento dos desafios sociais sem a recuperação do crescimento econômico, que gera emprego e renda e eleva a arrecadação do Estado. O enfrentamento dos desafios do primeiro eixo e do segundo depende de uma democracia sólida e dinâmica, com instituições que funcionem, e de um governo íntegro, com políticas públicas efetivas.

Ressalte-se, por fim, que o Governo Central tem um papel relevante na estratégia do desenvolvimento nacional, particularmente na definição e na execução do PPA. Já o enfrentamento dos desafios dos três eixos depende da participação e da atuação da sociedade. Depende de a sociedade se articular com os demais atores públicos, privados e do terceiro setor, visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado. Os desafios econômicos, sociais e ambientais que se colocam ao país demandam uma agenda articulada para prover bens e serviços públicos e intensificar a capacidade de entrega de resultados à população. Trata-se de um Estado que faz “com” e não apenas “para” a população. Um Estado que estimula os cidadãos, os entes federados, o setor produtivo e o terceiro setor a serem copartícipes de um projeto de país.

Para enfrentar os desafios apresentados nos eixos, foram definidos os objetivos estratégicos, que representam os resultados prioritários a serem alcançados no horizonte desse PPA. Os objetivos são declarações concisas que indicam as mudanças que precisam ser realizadas, em parceria entre governo e sociedade, para se atingir a visão de futuro. Devem, sempre que possível, ser quantificáveis a partir dos indicadores-chave nacionais de resultado, permitindo uma avaliação do seu andamento para que se atinjam os resultados desejados ou para que se faça a correção de trajetória, caso necessário.

São 35 objetivos estratégicos organizados nos três eixos, com indicadores-chave e metas associados. Esses objetivos são o elo entre as dimensões estratégica e tática, pois se conectam diretamente aos programas do PPA.

Eixo 1 | Desenvolvimento social e garantia de direitos

O desenvolvimento social – a grande prioridade do governo na construção de um país socialmente mais justo e ambientalmente sustentável – se expressa pelo **aumento contínuo da qualidade de vida** dos brasileiros e pela **redução persistente das desigualdades sociais**.

O eixo *Desenvolvimento social e garantia de direitos* tem como prioridades o combate à fome, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade e do acesso à educação pública e à saúde primária e especializada.

No imediato, contempla o enfrentamento **da fome e da insegurança alimentar e nutricional** e as **mudanças sociais estruturais** que, no médio e no longo prazo, levem a uma **significativa redução da pobreza e das desigualdades sociais**. Além disso, deve lidar com as diversas formas de discriminação e desrespeito aos direitos humanos. Esse eixo orienta o conjunto das políticas públicas da área social e elenca os principais desafios nessa área, descritos a seguir.

O Brasil tem um grande desafio pela frente: reduzir a fome e a insegurança alimentar grave, que afetam 33 milhões de brasileiros em pleno século XXI, o que é inaceitável para um país que se destaca como um dos maiores produtores de alimentos do planeta. A fome e a insegurança alimentar e nutricional no Brasil resultam da exclusão social, com milhões de brasileiros sem emprego e sem renda para comprar alimentos. Muitos nem sequer têm qualificação profissional mínima para se inserir no mercado de trabalho.

Para combater a fome e a insegurança alimentar de forma definitiva, é necessário implementar políticas de educação e capacitação, aumentar a oferta de trabalho e estimular o empreendedorismo para a geração de renda. Esses são, porém, fatores estruturais que amadurecem lentamente, não sendo a solução para se enfrentar o desafio imediato de assegurar pelo menos três refeições por dia às famílias pobres e miseráveis do Brasil. Diante da urgência, cabe aos governos, com o envolvimento de organizações da sociedade, garantir o direito à segurança alimentar e nutricional e a assistência social da população vulnerável, por meio de transferência de renda direta e condicionada, como o Bolsa Família, além do apoio adicional às famílias com crianças e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), ao mesmo tempo que se promove a inclusão produtiva.

A redução da pobreza e das desigualdades sociais é um dos principais desafios que o Brasil precisa superar para se tornar uma nação justa e desenvolvida. Embora seja um país com médio desenvolvimento, e com grande potencial, o Brasil ainda enfrenta um elevado índice de pobreza e uma das maiores desigualdades sociais do mundo, com expressiva concentração de renda.

Para mudar essa situação será importante ampliar a geração de emprego e renda e o acesso da população à educação de qualidade e à formação profissional, para uma inserção produtiva mais qualificada no mercado de trabalho, especialmente diante das diferenças de qualidade entre as escolas públicas e privadas.

A distribuição equitativa dos ativos sociais é essencial para a redução da pobreza e das desigualdades no país. O aumento da participação dos salários na renda, incluindo-se aí a elevação real do salário mínimo, e uma **reforma tributária** que reduza a regressividade dos tributos são exemplos de iniciativas alinhadas aos objetivos de reduzir as desigualdades.

A **melhoria da qualidade da educação pública** é um desafio estruturante e de forte impacto na redução da pobreza e das desigualdades sociais. A permanência da grande diferença entre as escolas públicas e privadas em termos de qualidade do aprendizado, medido pela nota do Ideb, limita a eficácia das diferentes políticas de combate à desigualdade social no Brasil. A maior qualidade da educação pública, e o ganho que isso traz para a formação profissional dos trabalhadores, contribui para aumentar a competitividade e a produtividade da economia.

Para enfrentar esse desafio é necessário um esforço concentrado e articulado dos governos, nos diversos níveis de ensino, quanto à formação, à atualização e à valorização dos professores, à melhoria dos métodos pedagógicos, à incorporação de novas tecnologias de aprendizado e ao aprimoramento das avaliações periódicas de aprendizagem.

Embora a maior deficiência do aprendizado seja detectada no ensino médio, o desafio começa na primeira infância. A alfabetização na idade certa é um pressuposto para o desenvolvimento da educação no Brasil. A primeira infância deve receber um tratamento muito especial, combinado com a ampliação da oferta de creches, unidades da pré-escola, espaços de socialização e formação, com a atenção à saúde das crianças, à proteção e defesa de seus direitos e o combate ao trabalho infantil, à violência e à exploração sexual.

O grave déficit de aprendizado do nível médio e a prolongada estagnação da economia brasileira ao longo de mais de dez anos têm levado à formação de um contingente de jovens que não estudam nem trabalham. Por conta disso, a **ampliação do acesso dos jovens ao conhecimento e à qualificação para o trabalho** é um desafio a ser encarado pelo governo, nos três níveis federativos, e pela sociedade. É preciso reduzir a vulnerabilidade dos jovens e aproveitar o grande potencial criativo e produtivo que representam.

A melhoria da qualidade e do aprendizado no ensino médio pode contribuir para manter os jovens na escola, no médio prazo. Entretanto, o elevado número de jovens que atualmente nem estudam nem trabalham demanda uma intervenção imediata com apoio para a capacitação e o acesso ao mercado de trabalho.

A disseminação de novas tecnologias, em todo o mundo e no Brasil, especialmente a transformação digital e a automação dos processos, está impactando as **relações de trabalho**, levando à destruição de profissões, à precarização de alguns tipos de ocupação e à exigência crescente de qualificação profissional. Esse fenômeno gera três grandes desafios: **preparar as novas gerações de trabalhadores para as mudanças no mercado de trabalho; requalificar os trabalhadores de profissões em processo de extinção; e formular uma legislação trabalhista** que responda aos novos desafios e às novas características do mercado e, ao mesmo tempo, proteja os trabalhadores, especialmente os que trabalham por conta própria, mediados por novas tecnologias que demandam modelos especiais de seguridade social.

A **garantia da seguridade e da previdência social** é um desafio devido às mudanças no mundo do trabalho, ao continuado envelhecimento da população, que cria uma pressão crescente sobre as despesas, e ao elevado grau de informalidade da economia brasileira, que contrai a receita do sistema. Para alcançar a sustentabilidade do sistema são necessárias a elevação do emprego e a inclusão de todos os trabalhadores, com o aumento da formalização dos autônomos e a redução de privilégios, buscando-se maior equilíbrio entre os diferentes sistemas e regramentos hoje existentes.

O Brasil tem um sistema público de saúde de grande capilaridade e amplitude, mas que carece de qualidade e eficiência no atendimento, além de não chegar aos recantos mais afastados nem às pequenas cidades pela limitação do número de médicos e pela carência de infraestrutura e de equipamentos. A **ampliação da oferta de um serviço de saúde pública com qualidade e prontidão é um desafio** que requer investimentos em equipamentos e na formação dos profissionais de saúde, em novas tecnologias e, principalmente, na atenção básica e na orientação da saúde da família para a prevenção, o diagnóstico precoce e o acompanhamento clínico.

Entre outros aspectos, a política de saúde deve reforçar os sistemas de informação e a digitalização e avançar na telemedicina regulamentada. O processo de envelhecimento da população pode aumentar o perfil e a demanda por serviços médicos e hospitalares no Brasil. Além do mais, o sistema de saúde deve ampliar a atuação nos fatores sociais e comportamentais, como a alimentação inadequada e o sedentarismo, que provocam obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares. Por isso, para melhorar a saúde da população, é necessária também uma atuação permanente de orientação sobre alimentação, hábitos de vida saudáveis e prevenção de doenças.

No século XXI, é alarmante constatar que **milhões de brasileiros não têm acesso a água tratada e a esgotamento sanitário**, um déficit distribuído de forma muito desigual na sociedade e que atinge duramente a população mais pobre. A ampliação significativa do acesso dos brasileiros à água e ao esgoto sanitário é uma tarefa fundamental do governo, da sociedade e das empresas para melhorar a qualidade de vida da população, particularmente da mais pobre. Ao mesmo tempo, essa ação contribui para a conservação ambiental e a competitividade da economia. É importante lembrar que, de acordo com a OMS, cada real investido em saneamento pode poupar até R\$ 4 em cuidados com a saúde.

Embora o índice de coleta de lixo no Brasil seja relativamente elevado, o tratamento e o depósito final ainda são precários. A **coleta seletiva e a reciclagem são muito limitadas**, bem como a logística reversa de produtos sensíveis. A ampliação do tratamento e do depósito final dos resíduos sólidos e a formação de uma cultura de coleta seletiva e de reciclagem de lixo são desafios importantes vinculados ao saneamento. Para superar esses desafios, é necessária uma atuação forte dos governos em todos os níveis, o envolvimento da sociedade na coleta seletiva e investimentos públicos e privados na medida em que, em última instância, o lixo tem um indiscutível valor econômico.

O acelerado processo de urbanização no Brasil nas últimas décadas gerou uma grande **desorganização do espaço urbano**, com a formação de uma periferia com baixa oferta e qualidade dos serviços públicos sociais, onde se concentram milhões de brasileiros em

habitações precárias e com alta vulnerabilidade a eventos climáticos extremos. Segundo dados do IBGE, em 70 anos, de 1950 a 2020, a população urbana do Brasil passou de 18,7 milhões para mais de 181 milhões, ou seja, há quase dez vezes mais brasileiros residindo nas cidades. Por outro lado, as cidades reúnem um importante patrimônio histórico, arquitetônico e cultural que, se devidamente aproveitado, pode contribuir para o desenvolvimento e a qualidade de vida da população.

Nos últimos anos, o Brasil tem sido atingido por desastres urbanos como enchentes, alagamentos e desabamentos de encostas, que causam mortes e destruição do limitado patrimônio da população pobre. **Reestruturar, reabilitar e democratizar os espaços urbanos** é um dos maiores desafios do futuro, tanto para melhorar a qualidade das cidades e enfrentar os graves déficits habitacionais quanto para prepará-las para os impactos dos eventos climáticos extremos, que tendem a se intensificar nos próximos anos e décadas. As cidades mais inclusivas e resilientes serão aquelas que asseguram qualidade de vida e mobilidade, em especial para os mais pobres, os idosos e os deficientes.

A falta de **mobilidade** constitui um dos problemas mais agudos das cidades, penalizando a população de baixa renda, dependente do precário transporte urbano, e comprometendo a competitividade urbana, o que remete para os desafios de **adensar as cidades e promover o uso misto dos espaços**, de forma a elevar a eficiência e a qualidade do ambiente. O Brasil tem um enorme déficit habitacional, com mais de 5 milhões de brasileiros vivendo em habitações precárias e vulneráveis nas periferias das cidades, o que constitui um dos desafios a serem enfrentados de imediato. Os programas habitacionais, fundamentais para reduzir esse déficit de moradias e elevar a qualidade de vida da população pobre, devem ser consistentes com os propósitos de desenvolvimento urbano inclusivo.

O Brasil deve avançar na direção de um novo padrão urbanístico que leve à construção de **cidades inteligentes**, que se apoie nas novas tecnologias, especialmente a internet das coisas, para melhorar a gestão urbana, a mobilidade, a convivência social, a segurança e a utilização dos espaços públicos. Cidades inteligentes são mais que apenas cidades conectadas e digitalizadas para a gestão eficiente dos recursos e ativos, elas devem constituir meios para a melhoria da qualidade de vida e da resiliência e da habitabilidade urbana.

O combate à violência e a construção de cidades seguras são desafios importantes para a cidadania e a qualidade de vida dos brasileiros. Isso forma um ambiente de paz e segurança que permite às pessoas viver, conviver, circular, estudar e trabalhar sem medo e sem risco real. Além disso, uma cidade violenta e insegura perde a competitividade econômica e a capacidade de atrair investimentos e talentos. A insegurança pública tem múltiplas causas. Por isso, para se alcançar a segurança cidadã, são necessárias medidas abrangentes e complexas, que dependem de outras dimensões da realidade. Dependem também do fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública contemplando ação policial qualificada para desarticular o crime organizado, ampliando a ênfase na prevenção, no lugar da repressão, e fazendo uso de sistemas de inteligência, dados e evidências.

Não haverá democracia plena no Brasil enquanto brasileiras e brasileiros continuarem a ser excluídos e agredidos, moral e fisicamente, ou até mesmo mortos por questões de gênero, raça ou orientação sexual. A discriminação e os preconceitos são ainda uma

realidade na sociedade brasileira, comprometendo a dignidade e os direitos das mulheres, dos negros e da população LGBTQIA+, o que resulta em uma inaceitável exclusão e frequente violência.

Assegurar a igualdade de raça e de gênero e o respeito à diversidade, além de garantir os direitos civis, são desafios de grande importância para a construção de uma sociedade brasileira justa e pacífica. Para isso, deve ser realizado um esforço combinado de combate a todas as formas de discriminação e preconceito e de proteção integrada da dignidade da mulher, dos negros, da comunidade LGBTQIA+, das pessoas com deficiência e dos idosos, incluindo-se recursos às políticas ativas que elevem a participação desses segmentos sociais nos espaços de poder.

O mesmo desafio vale para as **comunidades indígenas e quilombolas**, que devem contar com iniciativas de respeito à sua dignidade e integridade cultural, onde se incluem suas tradições e conhecimentos, e de proteção de seus territórios. A garantia de direitos e o **respeito às pessoas com deficiência** são também fundamentais para se construir um Brasil inclusivo e acessível, para romper as barreiras do capacitismo e assegurar a todos a inserção social, oportunidades e autonomia. É preciso um olhar atento aos direitos da pessoa idosa, com a implementação de políticas públicas que busquem a plena inclusão dessa crescente parcela da população e combatam o etarismo.

O acesso à cultura, ao esporte e ao lazer é outro componente central da qualidade de vida dos brasileiros, permitindo que as pessoas usufruam e participem da criação e das manifestações culturais, das atividades esportivas e de entretenimento. A expansão e a democratização do acesso da população à cultura, ao esporte e ao lazer são desafios a serem enfrentados para aumentar a autoestima, os sentimentos de solidariedade e de pertencimento às comunidades, além de melhorar a saúde e reduzir a exclusão social e a violência das cidades. Para alcançar esse objetivo, os governos, nos três níveis federativos, devem estimular a expansão da economia criativa, as manifestações culturais, as atividades de cultura, o esporte e o lazer, envolvendo e integrando a diversidade sociocultural das cidades e das regiões. Valoriza-se, assim, um dos principais patrimônios do Brasil: a sua diversidade.

Objetivos estratégicos, indicadores-chave e metas

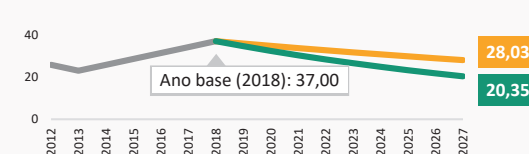
1.1. Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social

Prevalência da desnutrição (em % da população)



Fonte: FAO. Projeções MPO, com base em informações do MDS e estimativas do Ipea.

Domicílios com insegurança alimentar (%)



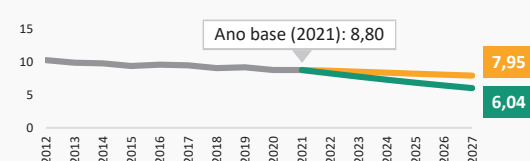
Fonte: Pnad anual e POF/IBGE. Projeções MPO, com base em informações do MDS e estimativas do Ipea.

Legenda

- Resultado desejável
- Resultado base

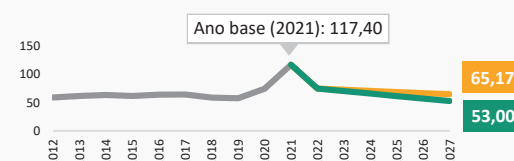
1.2. Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde

Mortalidade infantil neonatal



Fonte: SIM/Sinasc e Busca Ativa/MS. Projeções MPO, com base em informações do MS e estimativas do Ipea.

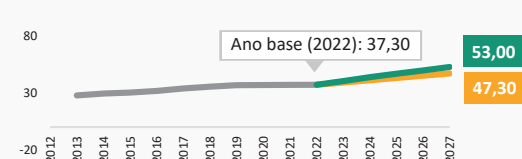
Razão de mortalidade materna



Fonte: SIM/Sinasc e Busca Ativa/MS. Projeções MPO, com base em informações do MS e estimativas do Ipea.

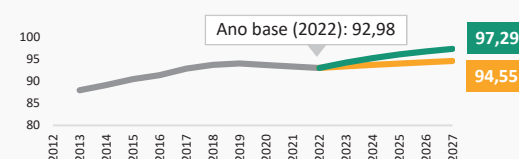
1.3. Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes

Proporção da população de 0 a 3 anos de idade frequentando creche ou pré-escola



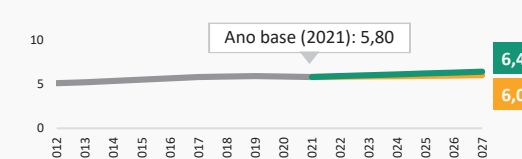
Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC.

Proporção da população de 4 a 5 anos de idade frequentando pré-escola



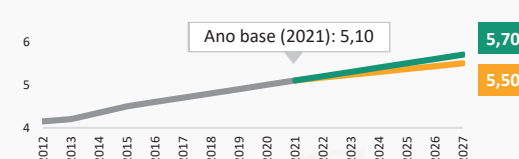
Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC e estimativas do Ipea.

Ideb Anos iniciais do ensino fundamental



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC e estimativas do Ipea.

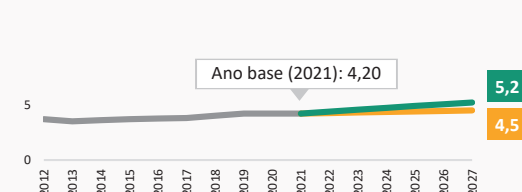
Ideb Anos finais do ensino fundamental



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC.

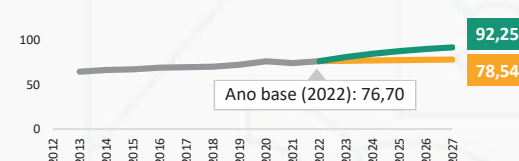
1.4. Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica

Ideb Ensino médio



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC.

Proporção da população de 15 a 17 anos de idade frequentando escola ou com ensino médio concluído (%)



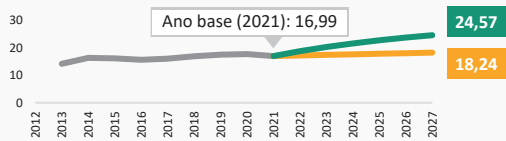
Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC e estimativas do Ipea.

Legenda

Resultado desejável

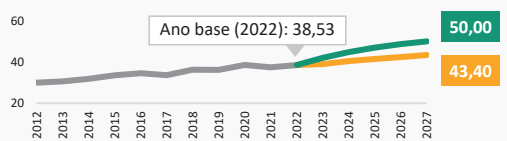
Resultado base

Razão entre o nº de matrículas na educação profissional técnica de nível médio e o nº de matrículas no ensino médio ou profissional



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC e estimativas do Ipea.

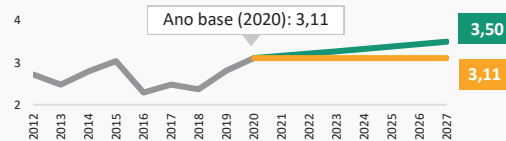
Taxa bruta de matrículas no ensino superior - População de 18 a 24 anos (%)



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC.

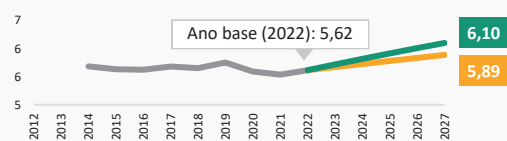
1.5. Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas suas formas de expressão

Participação da Economia da Cultura e Indústrias Criativas (Ecic) no PIB



Fonte: Observatório Itaú Cultural e Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em informações do MinC.

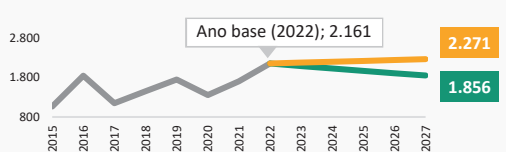
Participação da Economia da Cultura e Indústrias Criativas na População Ocupada Total



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em informações do MinC e estimativas do Ipea.

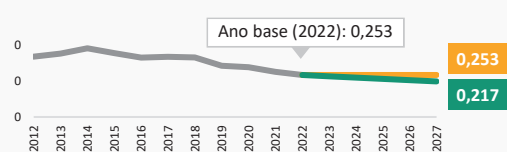
1.6. Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões

Número de ocorrências de violência motivadas por homofobia, lesbofobia, bifobia ou transfobia



Fonte: Sinan/MS. Projeções MPO, com base em informações do MDHC.

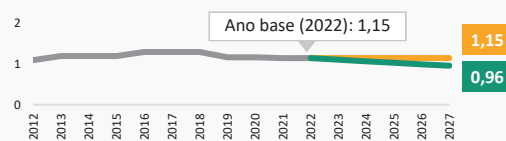
Taxa de Presos Provisórios (por 100 mil habitantes)



Fonte: Sisdepen/MJSP. Projeções MPO, com base em informações do MDHC e estimativas do Ipea.

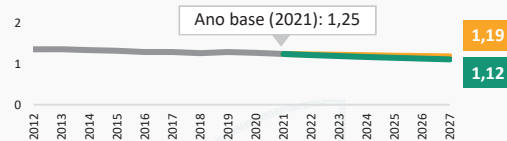
1.7. Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Taxa de homicídios de mulheres dentro das residências



Fonte: Ipea. Projeções MPO, com base em informações do MM e estimativas do Ipea.

Razão entre o rendimento médio do trabalho de homens e o rendimento médio do trabalho de mulheres



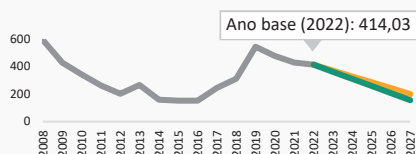
Fonte: IBGE. Projeções MPO, com base em informações do MM e estimativas do Ipea.

Legenda

- Resultado desejável
- Resultado base

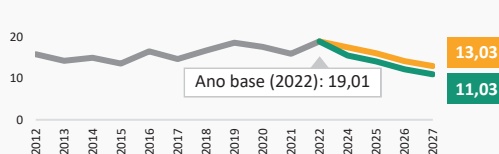
1.8. Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos

Área anual desmatada em terras indígenas (em km²)



Fonte: Portal TerraBrasilis/Inpe. Projeções MPO, com base em informações do MMA.

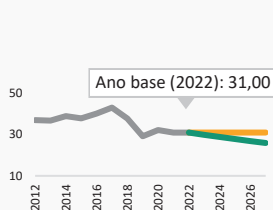
Taxa de mortalidade infantil indígena por causas evitáveis



Fonte: Siasi/MS. Projeções MPO, com base em informações do MS.

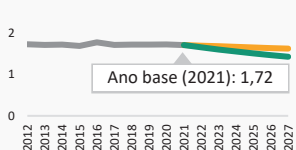
1.9. Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal

Taxa de homicídios de negros



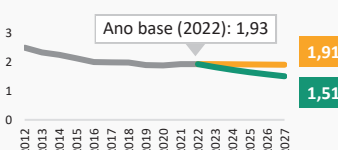
Fonte: Ipea. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Razão entre o rendimento médio do trabalho de brancos e o rendimento médio do trabalho dos negros



Fonte: Síntese de indicadores sociais/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

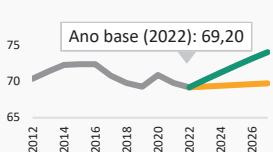
Razão entre as taxas de frequência líquida de brancos e de negros no ensino superior, 18 a 24 anos



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

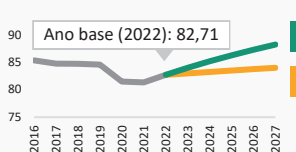
1.10. Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira

População ocupada de 16 a 59 anos com cobertura previdenciária (%)



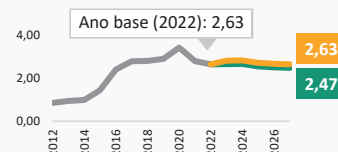
Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

População idosa (60 ou mais) com proteção social (%)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

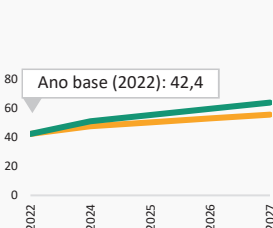
Necessidade de financiamento da previdência social como proporção do PIB



Fonte: SRGPS/MPs. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

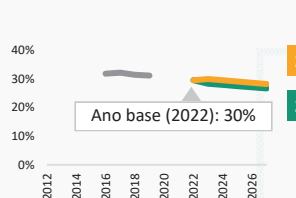
1.11. Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura

Índice de Atendimento Adequado em Saneamento Básico (IAASB)



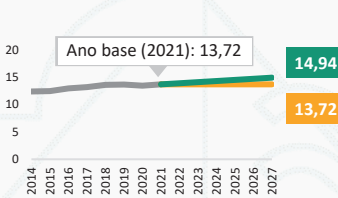
Fonte: Pnad Contínua e Censo 2010/IBGE, SNIS/MS. Projeções MPO, com base em informações do MCID.

Proporção de população urbana vivendo em domicílios precários



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Percentual de pessoas próximas da rede de transporte público de média e alta capacidade



Fonte: Mobilidados. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

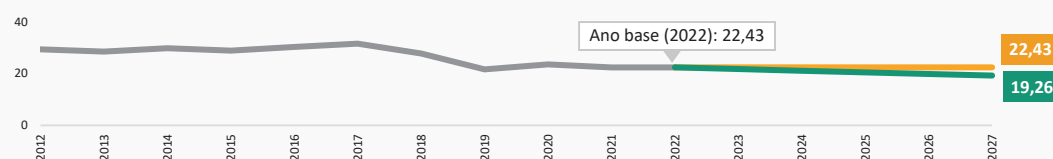
Legenda

Resultado desejável

Resultado base

1.12. Fortalecer a segurança pública cidadã e integrada, articulando prevenção e uso qualificado da ação policial

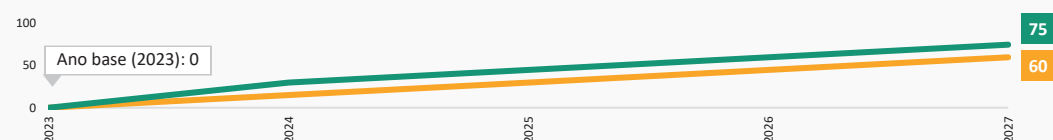
Taxa de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes



Fonte: SIM/MS. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

1.13. Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida

Taxa de adesão dos entes (municípios e estados) ao Sistema Nacional do Esporte



Fonte: Sinesp/ME. Projeções MPO, com base em informações do ME.

**Nota técnica dos indicadores e metas****Acesse:**
<https://www.gov.br/planejamento/nota-tecnica-dos-indicadores-e-metas>

EIXO 2 | Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

O eixo *Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática* orienta as prioridades do governo brasileiro na direção da aceleração do crescimento econômico com inclusão social, da distribuição socialmente justa dos resultados e da conservação ambiental.

São prioridades deste eixo o desenvolvimento de uma nova industrialização com sustentabilidade socioambiental, a promoção do trabalho, emprego e renda e a aceleração do crescimento em todas as regiões do país.

O Brasil precisa **retomar o crescimento econômico**, a fim de reverter o prolongado ciclo de baixo crescimento observado nos últimos anos, que teve consequências negativas sobre o emprego e a qualidade deste, além de levar à regressão do padrão de vida da população, em que pese a inflação razoavelmente controlada. O baixo investimento público e o alto endividamento das famílias e das pequenas e médias empresas são desafios que precisam ser enfrentados para estimular o crescimento da economia. Também é necessário criar condições para a elevação do investimento privado, cabendo aos empresários um papel relevante na dinamização da economia.

O maior desafio, no entanto, é estimular o crescimento da economia com estabilidade macroeconômica, o que requer **harmonia entre a política fiscal e a política monetária**.

Essa retomada do crescimento econômico deve ser acompanhada **pelo adensamento das cadeias produtivas de bens e serviços** no Brasil, com maior **agregação de valor e um novo modelo de industrialização**. Para recuperar a indústria brasileira, são necessários investimentos em tecnologia, capital humano qualificado e adensamento nos elos de maior competitividade nacional associado a conexões com as cadeias globais, bem como maior agregação de valor das atividades primárias. A esse movimento é indispensável perseguir ativamente a inserção da indústria brasileira com novos padrões de produção, voltados para a sustentabilidade ambiental e a redução de emissões na denominada economia verde.

A reestruturação da economia brasileira deve levar a um novo modelo de desenvolvimento que ataque passivos que perduram no Brasil, em especial a pobreza e as desigualdades, em suas diferentes formas. Mas que o faça a partir de agenda orientada pelos desafios do futuro, a exemplo da economia digital e de baixo carbono, criando-se condições para que o país ingresse de forma ativa na era do conhecimento.

É necessário aumentar a **competitividade e a produtividade da economia brasileira**. A competitividade do Brasil está estagnada há décadas, devido ao fraco desempenho econômico, ao ambiente de negócios ineficiente e à infraestrutura deficiente, entre outras razões. Tais fatores limitam o avanço do país, enquanto outros países destravam suas

economias e melhoram a competitividade. Há uma ampla agenda de competitividade e produtividade a ser priorizada nos próximos anos.

Embora o Brasil conte com setores altamente competitivos e produtivos, como o agronegócio, a produtividade do trabalho no país representa apenas um quarto da americana e metade da sul-coreana. Aumentar a produtividade é ainda mais relevante considerando-se o esgotamento do bônus demográfico causado pelo menor crescimento da população em idade ativa.

Para que o Brasil possa se inserir de modo mais favorável no contexto internacional, submetido a intensas transformações, é fundamental elevar a competitividade e a produtividade da sua economia. Isso passa pela melhoria da infraestrutura, pela intensificação das inovações tecnológicas e pelo aproveitamento sustentável dos recursos naturais, que são alguns dos desafios deste eixo. É necessário também elevar o nível e a qualidade da educação e da formação profissional dos brasileiros, além de tornar o Estado mais eficiente e renovar a estratégia de cooperação internacional.

O **fortalecimento da ciência, da tecnologia, da inovação e da indústria do conhecimento** é um componente central para a aceleração da transição digital e a disseminação do uso de tecnologias necessárias à inserção competitiva do país. O que se busca é a consolidação de uma economia verde, acelerando a **transição energética** e a **descarbonização**, ao mesmo tempo que se promove o **uso sustentável e consciente dos recursos** e a **preservação e proteção dos biomas brasileiros**. A meta é atingir o **desmatamento zero na Amazônia**, **reduzir as emissões de gases de efeito estufa** e **intensificar a adaptação às mudanças climáticas e a seus impactos**.

É preciso que essa agenda ambiental esteja alinhada aos planos de desenvolvimento, para que o país consiga estabelecer um perfil de crescimento atento às pautas de sustentabilidade que cada vez mais orientam as políticas econômicas de diferentes países. Assim, o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação deve vir atrelado ao projeto de sustentabilidade ambiental, de modo a assegurar a consolidação de uma **economia verde no país**.

Importante destacar que a riqueza e a diversidade do meio ambiente e dos recursos naturais brasileiros, especialmente dos ecossistemas amazônicos, conferem ao Brasil uma grande vantagem competitiva no contexto internacional do Acordo de Paris, que orienta o planeta na direção de uma economia verde.

A reestruturação da economia brasileira deve contemplar também o **fortalecimento da agropecuária sustentável social e ambientalmente**, com agregação de valor e suprimento nacional de insumos, máquinas e implementos agrícolas. Adicionalmente, devem ser desenvolvidas ações para a ampliação dos estoques reguladores, fundamentais para a gestão da oferta de alimentos e o apoio aos pequenos e médios agricultores.

Para que a agropecuária brasileira seja desenvolvida de forma justa e sustentável, é necessário repensar o modelo de ocupação e uso da terra, além de oferecer **apoio e assistência técnica para uma agricultura familiar mais sustentável** e orientada para a produção de alimentos saudáveis e de qualidade. É necessário ainda incentivar a criação de

modelos de **economia solidária** e o envolvimento das comunidades locais e da pequena produção no aproveitamento dos recursos naturais.

Outros setores econômicos também merecem atenção, como o crescimento da mineração e o seu encadeamento produtivo com respeito ao meio ambiente e às comunidades locais. O **setor de serviços precisa igualmente avançar para aumentar o seu valor agregado** e estar mais próximo das cadeias de produção presentes no Brasil, com destaque para o **turismo**, a **indústria criativa**, a **biodiversidade**, a **tecnologia da informação** e os **setores intensivos em conhecimento aplicado**.

A **melhoria do ambiente de negócios** no Brasil é outro desafio estruturante importante a ser superado nesse eixo, pois seus entraves geram dificuldades aos investimentos, com excesso de burocracia, insegurança jurídica e complexo sistema tributário. É nesse contexto que o governo se empenha numa **reforma tributária que simplifique o sistema**, reduza a cumulatividade, evite a regressividade e viabilize maior segurança aos investimentos nacionais e estrangeiros. Ambientes de negócios atrativos estimulam o empreendedorismo, atraem investimentos e intensificam o comércio internacional, com ampliação das exportações.

Para fomentar a atração de investimentos para o Brasil, incluindo capitais internacionais e estimulando o comércio internacional, o Brasil deve também promover uma **abertura externa cuidadosa e programada** e, particularmente, uma **ampliação dos acordos comerciais internacionais**, com a consolidação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a aceleração das negociações do acordo Mercosul-União Europeia. A inserção do Brasil no mercado internacional depende do aumento da competitividade e da produtividade das empresas brasileiras.

Assegurar a conservação do meio ambiente e recuperar as áreas degradadas é um grande desafio desse eixo, a fim de se garantir que o crescimento da economia não se traduza na destruição dos recursos naturais, com prejuízos sociais, econômicos e de imagem internacional do país. O Brasil ainda está entre os principais países emissores de gases de efeito estufa responsáveis pelas mudanças climáticas, decorrentes sobretudo do desmatamento e do uso da terra. Para lidar com esse problema, será necessário fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente, com a proteção e a conservação dos biomas – Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampas.

Nessa busca por uma economia mais verde, o Brasil ocupa uma posição privilegiada. O país é detentor da maior floresta tropical do mundo e do maior estoque de carbono para o mercado voluntário, além de possuir uma matriz energética muito menos dependente do carbono que a de outros países. Dessa forma, a abundância em recursos naturais e as condições favoráveis alçam o Brasil a uma posição de destaque no mundo na preservação do meio ambiente e respeito à sustentabilidade. Porém, para além do alto volume de capital exigido para trilhar o caminho em direção a uma economia verde ou de baixo carbono, o Brasil precisa lidar com o desafio do desmatamento ilegal, o grande entrave para que possa implementar um programa de valorização da sustentabilidade.

É essencial a **recuperação de áreas degradadas e a adoção do reflorestamento**, ao lado do **combate ao desmatamento ilegal e ao crime ambiental**. Da mesma forma, será

necessária a atuação qualificada na conservação dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas. Essas estratégias devem pautar as políticas públicas de modo a assegurar o compromisso nacional frente à emergência climática. A garantia de um olhar atento à sustentabilidade e ao controle sobre a degradação ambiental está intimamente relacionada com os desafios de abertura externa da economia, na medida em que as pautas ambientais assumem, cada vez mais, papel de destaque nas condições impostas para o estabelecimento de relações comerciais entre os países. A reestruturação do Estado, com aumento da eficácia das instituições, é condição para a atuação qualificada do sistema nacional de meio ambiente, que inclui o desenvolvimento científico e tecnológico para incorporar inovações no sistema produtivo e conter as pressões antrópicas.

Outro desafio estratégico desse eixo é a **intensificação do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação**. O Brasil tem importante base científica e tecnológica, mas está defasado em relação às tendências tecnológicas e às inovações que definem a competitividade global e viabilizam o aproveitamento sustentável do meio ambiente. A intensificação do desenvolvimento tecnológico e de seus usos, com a geração de inovação, é de suma importância na preparação do país para as transformações globais na economia. E aqui é preciso dar especial **atenção à aceleração da transição digital e da disseminação de inovações disruptivas**, como inteligência artificial, internet das coisas, superprocessadores, nanotecnologia e biotecnologia, avanços que estão alterando as condições de competitividade e provocando grandes mudanças econômicas e sociais.

Para lidar com tal desafio, em especial os da transição digital e do desenvolvimento da economia verde, é indispensável recuperar e melhor integrar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), fortalecendo os mecanismos de fomento à pesquisa, ao desenvolvimento de tecnologia e à inovação nos centros de pesquisas e nas empresas. Também deve avançar na formação e atração de recursos humanos para o setor de ciência, tecnologia e inovação, visando corrigir assimetrias. A geração de conhecimento e de novas tecnologias requer a formação de redes de pesquisa associadas a uma maior abertura do ecossistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação a parcerias internacionais e nacionais com os principais centros de pesquisas.

A ampliação e o fortalecimento dos centros de pesquisa e a efetiva integração entre universidades e empresas são fatores críticos dessa reestruturação do SNCTI, onde se incluem a indução e o devido financiamento da inovação, por meio de políticas orientadas por missões. Importante também é o aumento da participação do setor privado nos investimentos em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.

O desenvolvimento tecnológico e a inovação têm um papel significativo no aumento da produtividade das empresas, na reestruturação e na dinamização da economia e na compatibilização do crescimento econômico com a conservação ambiental. Por outro lado, tudo isso depende dos avanços da educação básica, técnica e de nível superior. As transformações tecnológicas em escala mundial estão levando à emergência de novas atividades econômicas baseadas em conhecimento e no aproveitamento sustentável dos recursos naturais, particularmente da biodiversidade, na qual o Brasil tem uma enorme potencialidade.

O desafio de **ampliação da inserção do Brasil na nova economia e na indústria verde** passa pelo incentivo à bioindústria, à economia circular e às novas atividades produtivas que utilizam inteligência artificial, nanotecnologia, biotecnologia e processos produtivos sofisticados de alto valor agregado para apoiar a **descarbonização da economia brasileira**. Além da indústria verde, o Brasil tem também o desafio de promover a economia criativa associada à cultura e ao conhecimento com a transformação digital da economia. Cabe ainda o fomento às pequenas e microempresas, ao empreendedorismo social e ao cooperativismo – destacando-se o elevado potencial de inclusão produtiva dessas atividades na geração de renda e na inovação social.

A ampliação da infraestrutura e da logística em bases sustentáveis é outro desafio que afeta a competitividade da economia brasileira, com elevados custos com logística e comunicação, gerando perdas e encarecendo os produtos, tanto no mercado interno quanto nas exportações. Os investimentos na expansão e na modernização dos diversos modais logísticos – rodoviários, ferroviários, portuários e aviários – e a adequação da atual matriz de transportes de cargas no país, buscando a otimização na utilização das modalidades de maior eficiência produtiva e a sua integração eficiente, assim como a desburocratização do setor de infraestrutura e logística, são necessários para que o país eleve seus patamares de competitividade internacional. O projeto de sustentabilidade ambiental deve ser o norte das políticas de desenvolvimento desses setores. É preciso pensar um modal logístico que atue de forma dual a fim de reduzir os gargalos logísticos do país, respondendo às demandas por uma matriz de transporte adequada, e ainda, reduzir a emissão de CO₂ com a adoção de modais de transportes mais sustentáveis, incentivando a descarbonização.

No mundo digital, tão ou mais importante que a infraestrutura de transporte será a infraestrutura de comunicação. E isso requer investimentos públicos e privados na ampliação da rede de infovias de alta velocidade e baixa latência – as “rodovias do mundo digital” – com o objetivo de assegurar a internet de qualidade em todo o território nacional também para dar suporte às atividades produtivas, como a indústria 4.0. O fenômeno implica a necessidade de expansão de investimentos e esforços no sentido de garantir a segurança digital.

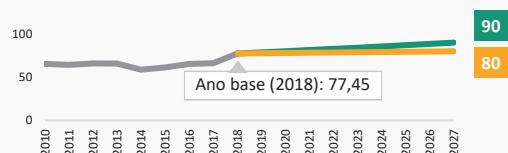
Os investimentos na expansão da oferta de energia para atender à ampliação da demanda decorrente da retomada do crescimento econômico devem ser orientados para **fontes renováveis**, nas quais o Brasil conta com enorme potencialidade, como a eólica, a solar e a biomassa. A ideia é promover a intensificação de seu uso a preços competitivos da energia limpa em nossa matriz energética, contribuindo para a descarbonização da economia brasileira. A regulamentação adequada da geração e distribuição de energias renováveis, onde se inclui a microgeração distribuída, deve estimular os investimentos públicos e privados na nova matriz energética.

O último desafio é o da **redução das desigualdades regionais**. Estas continuam sendo grandes no Brasil, com o Norte e o Nordeste apresentando significativa defasagem econômica e indicadores sociais muito inferiores aos das regiões de maior desenvolvimento. Apesar dos esforços de investimento no Nordeste, essa região continua com um PIB per capita equivalente a apenas 50% da média nacional. Por isso reduzir as desigualdades regionais é um desafio a ser enfrentado pelo governo, a fim de promover o desenvolvimento especialmente no Norte e no Nordeste.

Objetivos estratégicos, indicadores-chave e metas

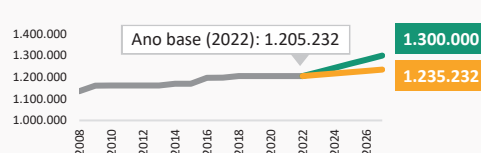
2.1. Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente

Proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental (em %)



Fonte: ANA/MMA. Projeções MPO, com base em informações do MMA.

Território da Amazônia coberto por unidades de conservação (em km²)



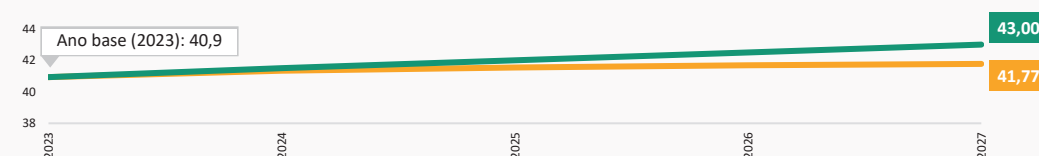
Fonte: CNUC/MMA. Projeções MPO, com base em informações do MMA.

Legenda

- Resultado desejável
- Resultado base

2.2. Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas

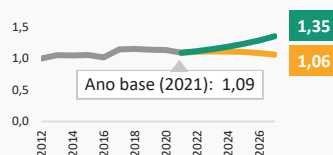
Proporção dos municípios nas faixas superiores (A e B) do Índice de Capacidade Municipal



Fonte: Sedec/MIDR. Projeções MPO, com base em informações da Sedec/MIDR.

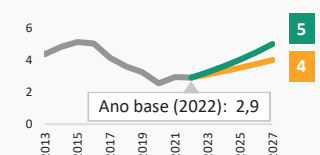
2.3. Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura

Razão produtividade total dos fatores e emissões na agricultura



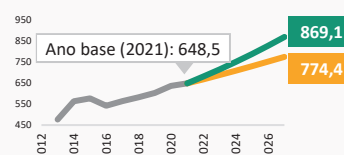
Fonte: MCTI. Projeções MPO, com base em estimativas do MAPA.

Número de famílias com cadastro ativo no Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) (em milhões)



Fonte: MDA. Projeções MPO, com base em estimativas do MDA.

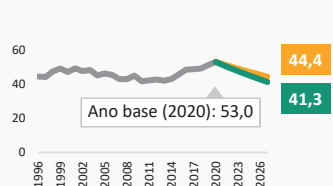
Produção anual da aquicultura (em milhões de toneladas)



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal/IBGE. Projeções MPO com base em informações do MPA e estimativas do Ipea.

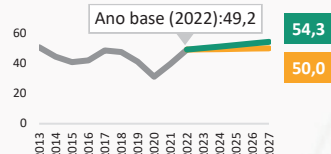
2.4. Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia

Razão da emissão de GEE da indústria pelo PIB industrial (em g/R\$)



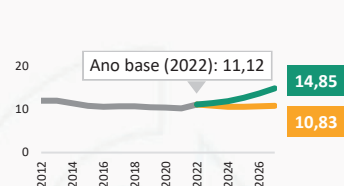
Fonte: Sirene/MCTI e SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Evolução das exportações de manufaturados de média e alta intensidade tecnológica (em bilhões de US\$)



Fonte: Siscomex/MDIC. Projeções MPO, com base em informações do MDIC.

Valor adicionado da indústria de transformação em proporção do PIB



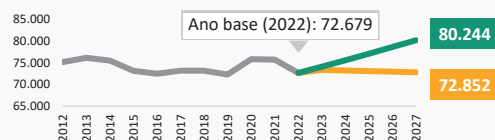
Fonte: SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Legenda

- Resultado desejável
- Resultado base

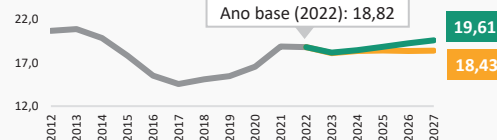
2.5. Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios

Produtividade por pessoal ocupado (em R\$ de 2020)



Fonte: OPRB/FGV. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

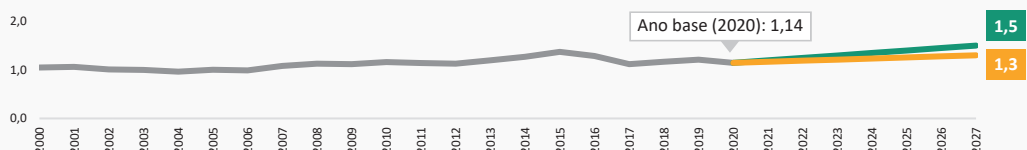
Taxa de investimento (Razão da Formação Bruta de Capital Fixo pelo PIB - acumulado no ano)



Fonte: SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF.

2.6. Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação

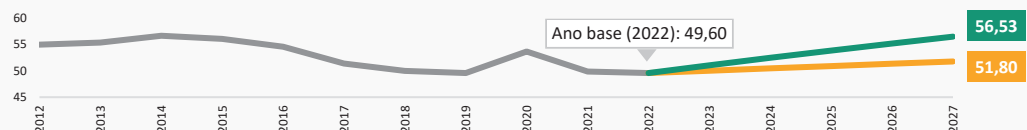
Dispendio em P&D em proporção do PIB



Fonte: SCNT/IBGE e Siafi. Projeções MPO, com base em estimativas do MCTI.

2.7. Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres

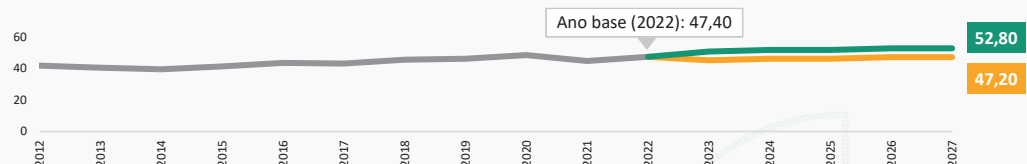
População ocupada de 16 a 59 anos entre os 40% mais pobres com proteção previdenciária (%)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

2.8. Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética

Participação das energias limpas e renováveis na oferta interna de energia (em %)



Fonte: EPE/MME. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

2.9. Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da Internet de alta velocidade

Total de domicílios em que havia utilização da Internet por banda larga (em milhares)



Fonte: Pnad TIC/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

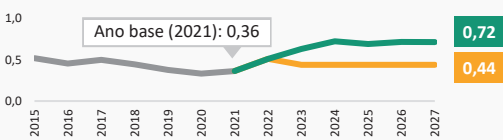
Legenda

Resultado desejável

Resultado base

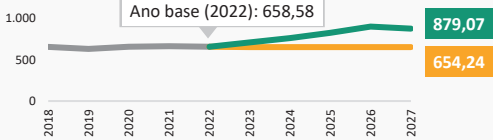
2.10. Promover maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem

Participação do investimento em infraestrutura logística no PIB (%)



Fonte: PILPI 2021-2050 e BNDES. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

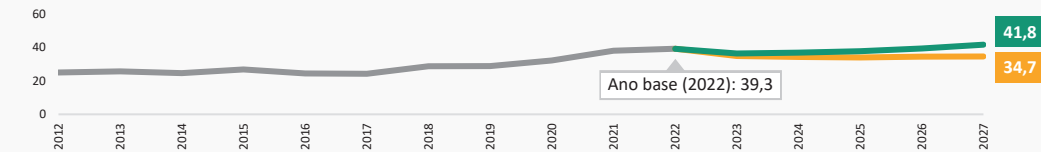
TKU (Tonelada Quilômetro Útil) total dos modais cabotagem, navegação interior e ferroviário (em t x km - em bilhões)



Fonte: InfraSA e Antaq. Projeções MPO com base em estimativas do Ipea.

2.11. Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras

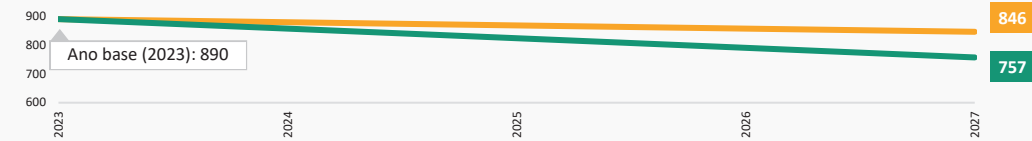
Corrente de comércio exterior (% do PIB)



Fonte: SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

2.12. Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional

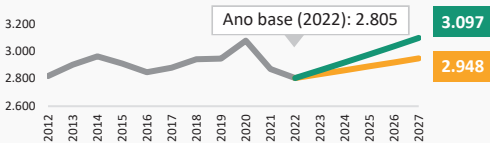
Número de municípios em nível de segurança hídrica baixo ou mínimo



Fonte: ANA/MMA. Projeções MPO, com base em estimativas da ANA.

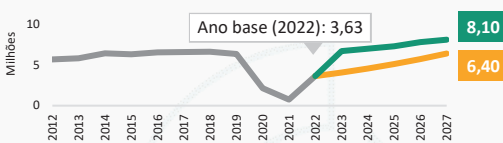
2.13. Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo

Rendimento médio mensal real do trabalho no setor de serviços (em R\$ de dez/22)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Chegada de turistas internacionais não residentes ao Brasil (em milhões)



Fonte: Embratur, DPF/MJSP e GlobalData. Projeções MPO com base em estimativas da Embratur.

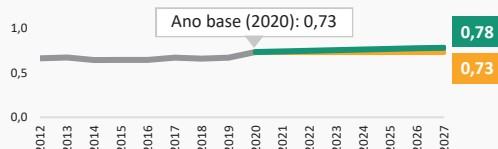
Legenda

- Resultado desejável
- Resultado base

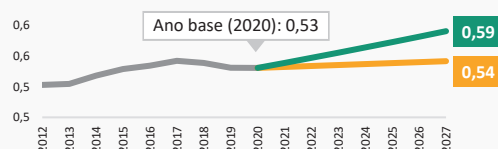
2.14. Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades

Razão entre o PIB per capita regional e o PIB per capita nacional

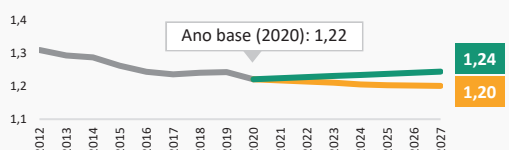
Norte



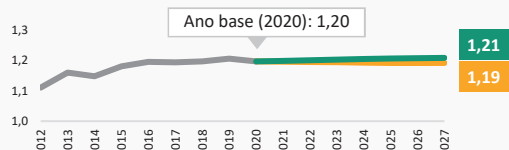
Nordeste



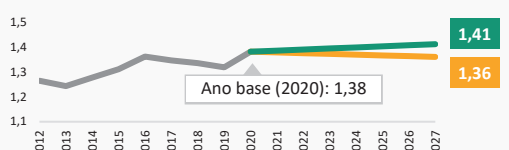
Sudeste



Sul



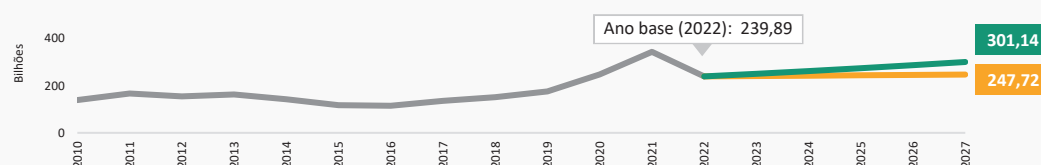
Centro-Oeste



Fonte: Pnad Contínua/IBGE e SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

2.15. Promover o setor mineral com atenção às oportunidades da fronteira tecnológica, garantindo sustentabilidade, segurança e permanência das condições locais de emprego e renda

Valor da produção mineral - Produção beneficiada por ano (em R\$ bi de 31/12/22)



Fonte: ANM/MME e Ibram. Projeções MPO, com base em informações da ANM/MME.

Nota técnica dos indicadores e metas



Acesse:

<https://www.gov.br/planejamento/nota-tecnica-dos-indicadores-e-metas>

Eixo 3: Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

A reconstrução do Estado democrático, depois do desmonte e das seguidas ameaças às instituições, é parte central da estratégia do governo e condição essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, assim como para a consolidação da soberania nacional.

O eixo *Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania* refere-se ao contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais para cumprir com seu papel de assegurar equidade e prosperidade tendo por base um regime de liberdades democráticas que estimule a participação e a inclusão social. O pleno exercício da soberania tem como objeto garantir a segurança do patrimônio natural e social, a capacidade de dissuasão na defesa do território, a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.

Alcançar esses objetivos requer uma intensa negociação política e a construção de convergências em torno das prioridades nacionais. Tanto a democracia quanto a soberania nacional são valores intrínsecos, condições necessárias para a existência da nação e para a qualidade da vida e da paz social. Por outro lado, a reconstrução do Estado é um meio para promover o desenvolvimento econômico e social, dada a sua importância para a oferta de bens e serviços públicos, a regulação das relações econômicas e os incentivos aos investimentos privados. Os principais desafios deste eixo estão descritos a seguir.

O primeiro grande desafio consiste no **fortalecimento das instituições democráticas**, restaurando-se a normalidade, o respeito institucional e a independência dos três Poderes, com diálogo permanente e o trabalho conjunto entre as diferentes instâncias e os diversos entes da Federação. O fortalecimento das instituições deve ser complementado pela **ampliação da democracia participativa**, por meio do processo coletivo de construção de políticas públicas e do diálogo com movimentos sociais, organizações da sociedade civil e representações empresariais e populares.

A ampliação da **transparência** das instituições da República é outro aspecto fundamental da democracia participativa, pois permite que a sociedade acompanhe as ações do governo e exerça seu direito de opinar sobre os resultados da implementação. Nesse sentido, as políticas públicas devem ser aprimoradas na direção de informar à sociedade os seus resultados, beneficiários e custos, em especial nos casos que envolvam subsídios a grupos específicos. Para tanto, é importante garantir o acesso à informação, assegurando o pleno funcionamento da Lei de Acesso à Informação.

A democracia também depende do **combate à corrupção**, a partir do **restabelecimento e do fortalecimento dos instrumentos de prevenção e controle**, interno e externo, de modo a garantir a integridade e a efetividade das políticas públicas e evitar práticas de corrupção.

A **garantia da liberdade de imprensa enquanto valor democrático** e do livre exercício dos meios de comunicação e da atividade profissional dos jornalistas é outro fator importante para uma democracia. É necessário ter instrumentos efetivos de combate à desinformação, com a atuação dos órgãos de regulação e do Poder Judiciário junto às plataformas digitais, afiançando a neutralidade da rede, a pluralidade e a proteção de dados e coibindo a propagação de mentiras e mensagens antidemocráticas ou de ódio. A propagação das redes sociais e a utilização de robôs e inteligência artificial nas comunicações demandam novas formas de regulação, a fim de se assegurar tanto a liberdade de expressão quanto os direitos individuais.

Outro grande desafio do Brasil é a **reforma do Estado**, que inclui a recuperação e o aprimoramento do sistema de planejamento e dos instrumentos de gestão pública nas três instâncias da Federação. É preciso ampliar e aperfeiçoar as capacidades do Estado, a participação social, a cooperação com a iniciativa privada, com a renovação das políticas de gestão e o uso intensivo das novas tecnologias.

O Estado, para aprimorar o seu papel regulador, precisa intensificar a capacidade de indutor de políticas e de atuação, em articulação e cooperação com os atores públicos, privados e do terceiro setor, mobilizando competências e recursos para além daqueles disponíveis dentro do orçamento do governo, para ampliar a sua capacidade de atuação, aumentar a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas.

A **aceleração da transformação digital e sua inclusão nas instituições públicas** é uma parte relevante da reforma do Estado, essencial para que o governo consiga permanecer, de um lado, mais centrado no cidadão, e, de outro, mais eficiente, integrado e inteligente em seus processos de gestão. Para tanto, a gestão pública precisa avançar em direção a um governo digital, com processos mais ágeis e eficientes, condizentes com os ritmos impostos por uma economia e uma sociedade cada vez mais digitalizadas.

Para isso o país precisa superar desafios importantes relacionados à infraestrutura de comunicação, ampliando o acesso à internet de qualidade no território nacional, conforme abordado no segundo eixo. É necessário investir também em infraestrutura interna de equipamentos, em armazenamento e na capacitação dos servidores. Em especial, a segurança dos dados e das informações deverá obter atenção reforçada no sentido de proteger os cidadãos e manter a confiança no governo. Trata-se, portanto, de avançar em direção a uma gestão inovadora, aberta à incorporação de novas ferramentas e tecnologias de gestão, para aprimorar a capacidade de entrega de resultados.

Outro desafio consiste na **solidificação e no adequado funcionamento do pacto federativo**, com a atuação negociada e convergente dos três entes federativos na formação de consensos para uma atuação colaborativa, respeitando-se a autonomia de cada unidade da Federação. União, estados e municípios devem trabalhar de forma articulada e complementar, de acordo com as suas competências, para implementar programas e projetos estruturadores para o desenvolvimento nacional, evitando-se desperdícios, superposições e conflitos de ações. Nesse sentido, é central a busca de consensos que suportem a construção de uma estratégia de Estado de longo prazo, que seja federativamente

compartilhada, e a criação de instâncias de governança e gestão federativa, capazes de mobilizar os atores, os recursos e os instrumentos necessários à sua implementação.

Por outro lado, o Brasil precisa **recuperar sua política externa** com participação nos organismos multilaterais e de integração regional, seja no plano econômico-comercial, seja nos âmbitos social, político e ambiental. Ao priorizar a solução pacífica para controvérsias, tais como o respeito aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável, a tradição diplomática brasileira cria as condições necessárias para que o país exerça uma influência crescente na arena internacional. Isso se reflete no fortalecimento das relações com parceiros tradicionais e na construção de novas parcerias com outros países no início deste século.

O Brasil tem potencial para assumir um papel relevante no cenário mundial. O país tem a grande vantagem de possuir elevado patrimônio de recursos naturais e ambientais, particularmente na Amazônia, para assumir uma posição de destaque nos debates e nas iniciativas mundiais que envolvam as questões climáticas e a construção de uma economia de baixo carbono. O país já vinha exercendo protagonismo nas discussões globais sobre as mudanças climáticas, especialmente no Acordo de Paris, posição que precisa ser reforçada.

Defender a **soberania nacional** é defender a integração da América do Sul, da América Latina e do Caribe, com vistas a manter a segurança regional e a promoção de um desenvolvimento integrado, com base em complementaridades produtivas potenciais entre os países. Deve-se buscar fortalecer novamente o Mercosul e os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e reforçar o multilateralismo, o respeito à soberania das nações, a paz, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, a fim de que as necessidades e os interesses dos países em desenvolvimento sejam contemplados.

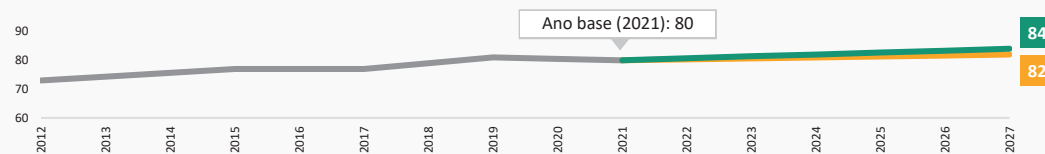
O fortalecimento do sistema de defesa e inteligência é essencial para a soberania nacional, por alimentar os centros decisores com respostas a eventuais riscos ou ameaças. As Forças Armadas têm uma parcela significativa de responsabilidade na defesa do território e da soberania nacional, como definido na Constituição brasileira, em colaboração com outros setores do Estado.

A proteção das fronteiras e da Amazônia é outro fator crucial, pois ajuda a conter o tráfico de drogas e de armas que alimenta o crime organizado em todo o território nacional. Além disso, é urgente avançar na construção de um pacto entre os países amazônicos – Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela – para a luta contra o crime organizado, o tráfico de armas, a devastação da floresta e a favor da proteção dos povos indígenas.

Objetivos estratégicos, indicadores-chave e metas

3.1. Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social

Open Budget Index (OBI)



Fonte: International Budget Partnership. Projeções MPO, com base em estimativas da SOF.

3.2. Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, com o fortalecimento da co-operação federativa, para maior coesão nacional

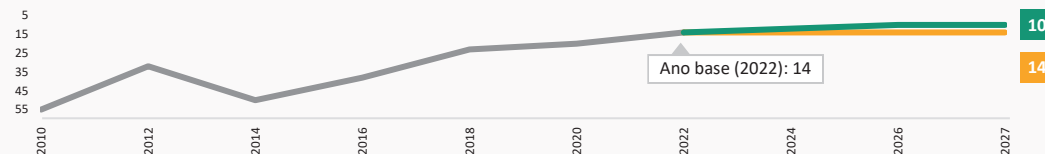
Investimento Federal como proporção do Orçamento Federal (sem Operações Especiais)¹



Fonte: Siop/MPO. Nota: ¹ Não são computadas as Operações Especiais, inclusive as despesas com Juros e Encargos da Dívida (GND 2) e Amortização da dívida (GND 6). Exclui Reserva de Contingência (GND 9). Considera-se como Investimento Federal somente GND 4 - Investimentos, exceto Operações Especiais.

3.3. Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população

Posição do Brasil no Índice de Desenvolvimento de Governo eletrônico das Nações Unidas



Fonte: UN E-Government Survey. Projeções MPO, com base em estimativas do MGISP.

3.4. Atuar na defesa da soberania, do território nacional e dos interesses nacionais

Em elaboração

Legenda

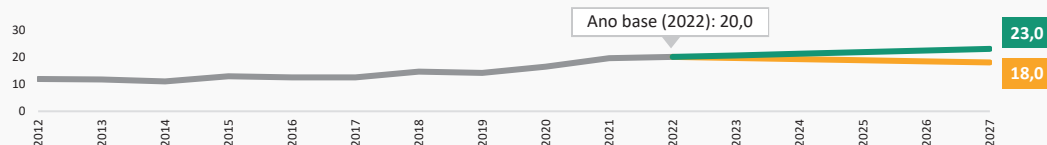
- Resultado desejável
- Resultado base

Legenda

- Resultado desejável
- Resultado base

3.5. Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado

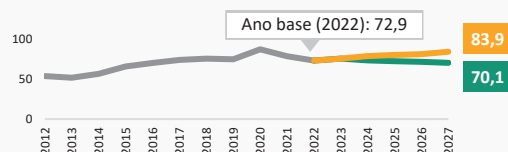
Participação das exportações em proporção do PIB (em %)



Fonte: SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

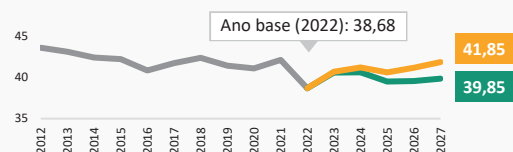
3.6. Assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promovam maior justiça social e ampliação de investimentos

Dívida bruta do Governo Geral em proporção do PIB



Fonte: Bacen. Projeções MPO, com base em estimativas da STN/MF.

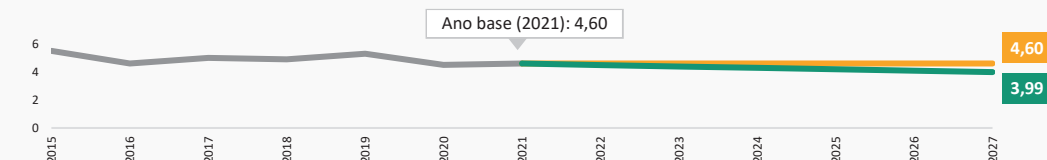
Percentual da arrecadação efetiva de tributos indiretos sobre a arrecadação total nas três esferas federativas



Fonte: STN/MF. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

3.7. Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos

Tempo médio de duração dos processos judiciais (em anos)



Fonte: CNJ. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Nota técnica dos indicadores e metas



Acesse:

<https://www.gov.br/planejamento/nota-tecnica-dos-indicadores-e-metas>

Capítulo 3

Dimensão Tática

- 3.1 Prioridades e Agendas Transversais
- 3.2 Políticas sociais e de garantia de direitos
- 3.3 Políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática
- 3.4 Políticas para a defesa da democracia e a reconstrução do Estado e da soberania





3.1

Prioridades e Agendas Transversais

O PPA orienta, de forma concreta, as escolhas do governo, que se traduzem em programas e no orçamento definido para os quatro anos de sua vigência. A dimensão estratégica apresenta o Brasil que queremos viver em 2027. Já a dimensão tática detalha os meios para alcançar a visão planejada, a partir dos programas, com seus objetivos, indicadores, metas, entregas, investimentos plurianuais e medidas institucionais e normativas.

Queremos que, em 2027, o Brasil consolide o caminho para ser um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades. Essa visão de futuro será alcançada a partir da implementação de um conjunto de políticas públicas, detalhadas nesta dimensão tática do PPA.

A construção dessa visão será resultado da articulação de um conjunto de ações. São amplos os desafios do governo e limitados os seus recursos. A seletividade na construção de uma estratégia governamental é essencial para garantir que os recursos limitados sejam utilizados de maneira eficaz, focando nas áreas de maior relevância e impacto para a sociedade. Isso contribui para a formação de um governo mais eficiente, responsável e capaz de enfrentar os desafios do país de modo mais eficaz.

Para o governo alcançar os resultados esperados e promover uma atuação mais efetiva, com concentração das ações e priorização do orçamento, foram definidas seis Prioridades:

- 1) Combate à fome e redução das desigualdades;
- 2) Educação básica;
- 3) Saúde – atenção primária e especializada;

- 4) Neoindustrialização, trabalho, emprego e renda;
- 5) Novo PAC; e
- 6) Combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática.

Essas Prioridades foram construídas a partir de dois elementos: I) as necessidades do país. Escolhas estratégicas para os próximos quatro anos, considerando-se a visão de futuro e os objetivos estratégicos, bem como a análise da situação atual e a evolução do país nos últimos anos; e II) as demandas da sociedade. Escolhas da população na consulta pública do PPA, levando-se em conta as contribuições dos Fóruns Interconselhos, das plenárias em todas as Unidades da Federação e a participação na plataforma Brasil Participativo, tanto na priorização dos programas quanto nas propostas apresentadas e votadas na plataforma.

Em síntese, as Prioridades têm por objetivo garantir o direcionamento de ações concretas, de políticas e de programas para lidar com as questões mais críticas para a construção do futuro desejado e, assim, promover o progresso e o bem-estar da nação.

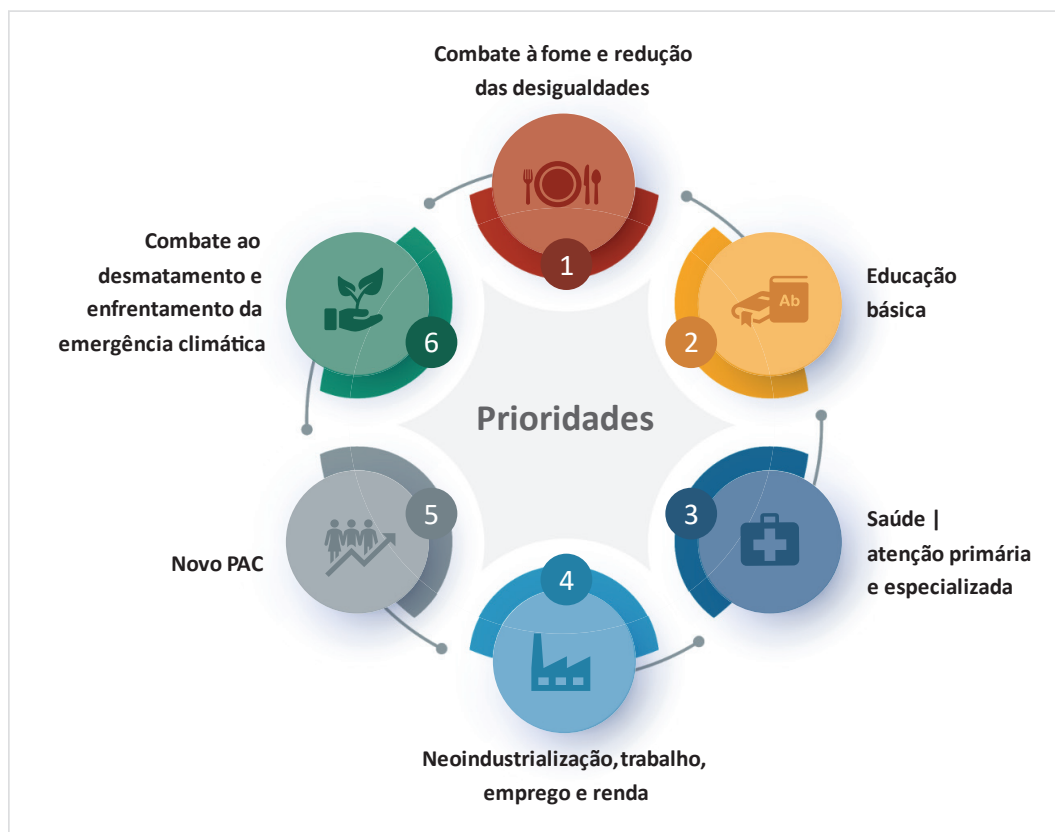
A construção dessas Prioridades representa o início da materialização da visão de futuro para 2027.

As agendas de combate à fome, de educação básica e de saúde estão alinhadas ao atributo da visão de futuro de equidade – inclusão, justiça social, garantia de direitos e igualdade de oportunidades. A Neoindustrialização, o Novo PAC e o combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática se alinham ao atributo da visão de futuro de desenvolvimento – crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e inclusão social.

Ressalte-se que o processo de participação social que submeteu o PPA à priorização da população resultou nos seguintes programas mais votados: 1º Enfrentamento da emergência climática; 2º Atenção primária à saúde; 3º Atenção especializada à saúde; 4º Promoção do trabalho digno, emprego e renda; 6º Segurança alimentar e nutricional e combate à fome; e 9º Educação básica democrática, com qualidade e equidade.

Entre as propostas livres de políticas públicas apontadas pela população, as que se referem às áreas de educação e saúde foram as que apresentaram mais demanda, com 1.225 propostas cada, de um total de 8.254 para todo o PPA.

Prioridades do governo



1 | Combate à fome e redução das desigualdades

A maior prioridade do governo é resgatar milhões de brasileiros da fome e da miséria, para tirar o Brasil do Mapa da Fome da ONU até 2027, bem como reduzir as desigualdades de renda. Essa agenda é voltada para a população que vive em situação de vulnerabilidade social e que mais necessita de apoio do Estado para sobreviver e ter uma vida mais digna.

O combate à fome está sendo materializado no Plano Brasil Sem Fome. As entregas que colaboram para essa agenda se organizam em três frentes de trabalho:

- acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania;
- segurança alimentar e nutricional: alimentação saudável da produção ao consumo;
- mobilização para combater a fome.

No total, 32 programas do PPA contribuem para essa prioridade, totalizando 80 objetivos específicos, com destaque para os programas: Segurança alimentar e nutricional e combate à fome; Bolsa Família: proteção social por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas; Abastecimento e soberania alimentar; e Agricultura familiar e agroecologia.



2 | Educação básica

A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, sendo a base de formação de crianças e jovens. É um direito social constitucional, fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, contribuindo, assim, para o fortalecimento de outras Agendas Prioritárias. A educação está entre as principais demandas sociais.

A agenda da educação básica será materializada no programa “Educação básica democrática, com qualidade e equidade”, que tem como objetivo geral:

- elevar a qualidade e promover a equidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em regime de colaboração com os sistemas de ensino;
- valorizar os profissionais da educação básica;
- promover o acesso, a permanência, a conclusão de suas etapas, a trajetória regular e a aprendizagem em níveis adequados, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva do desenvolvimento integral, da inclusão, da sustentabilidade e da justiça social, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Além do programa “Educação básica democrática, com qualidade e equidade”, outros contribuem para essa Prioridade. No total são 7 programas e 29 objetivos específicos.



3 | Saúde – atenção primária e especializada

A saúde também é um direito social e uma das principais demandas sociais, afetando diretamente o bem-estar e a qualidade de vida da população em todas as etapas da vida. Para isso, é essencial que a população tenha acesso a serviços de qualidade, que abarquem a prevenção e a promoção da saúde, permitam diagnósticos mais precisos e ágeis, bem como o acesso a tratamentos adequados, com apoio de profissionais especializados.

A agenda da saúde com foco na atenção primária e especializada está contemplada, principalmente, em dois programas do PPA:

- “Atenção primária em saúde”: o programa tem como objetivo geral fortalecer a atenção primária, ampliando a cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF) e da saúde bucal, com vistas à universalização do acesso, à abrangência do cuidado integral, à promoção da saúde, à prevenção de doenças e agravos e à redução de desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais;
- “Atenção especializada em saúde”: o programa tem como objetivo geral ampliar a oferta e o acesso às ações e aos serviços da atenção especializada, conforme as necessidades de saúde da população, reduzindo as desigualdades de

raça/etnia, de gênero, regionais e sociais, e promovendo a integralidade do cuidado.

Além desses programas, outros contribuem para essa Prioridade. No total são 7 programas e 14 objetivos específicos.



4 | Neoindustrialização, trabalho, emprego e renda

O desenvolvimento e o aumento da competitividade da economia brasileira demandam novas formas de crescimento com bases sustentáveis e de maior valor agregado, impulsionadas pela intensidade tecnológica e pela inovação.

Essa Prioridade consolida ações governamentais voltadas para o desenvolvimento industrial do país, em bases tecnológicas, inovadoras e sustentáveis e em direção a uma economia verde, diversificada, complexa e adensada.

A agenda de trabalho se alinha às missões da política industrial definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial:¹⁰⁰

- cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais;
- complexo industrial da saúde resiliente;
- infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis;
- transformação digital da indústria;
- bioeconomia, descarbonização, transição e segurança energética;
- tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais.

Também envolve as políticas de promoção ao trabalho digno, emprego e renda, como:

- intermediação de mão de obra;
- qualificação profissional;
- crédito para atividades empreendedoras e microcrédito produtivo orientado;
- inspeção do trabalho e combate ao trabalho análogo ao trabalho escravo;
- combate à discriminação, assédio, violência e riscos em ambientes de trabalho;
- aprendizagem profissional;
- economia popular e solidária.

No total, 46 programas do PPA contribuem para essa prioridade, totalizando 141 objetivos específicos, com destaque para os programas: Neoindustrialização, ambiente de negócios e participação econômica internacional; Inovação nas empresas para uma nova industrialização; e Promoção do trabalho decente, emprego e renda.

¹⁰⁰ Resolução CNDI/MDIC nº 1, de 6 de julho de 2023.



5 | Novo PAC

O aprimoramento da infraestrutura nacional também é importante para o desenvolvimento socioeconômico do país.

A agenda do Novo PAC prioriza projetos do PAC e do PPI, projetos estruturantes, que reduzam as desigualdades sociais e regionais, que retomem obras paralisadas e contribuam para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas. O Novo PAC se divide em nove eixos:

- Transporte eficiente e sustentável;
- Infraestrutura social inclusiva;
- Cidades sustentáveis e resilientes;
- Água para todos;
- Inclusão digital e conectividade;
- Transição e segurança energética;
- Inovação para a indústria da defesa;
- Educação, ciência e tecnologia; e
- Saúde.

No total, 33 programas do PPA contribuem para essa prioridade, totalizando 75 objetivos específicos, com destaque para programas como: Transporte rodoviário; Defesa nacional; Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade; Transição energética; Moradia digna; Vigilância em saúde e ambiente; e Educação profissional e tecnológica que transforma.



6 | Combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática

A sustentabilidade ambiental e a inclusão social serão as bases para o crescimento econômico. Sendo assim, é prioritário combater o desmatamento e proteger os biomas brasileiros, com uso sustentável dos recursos naturais para a geração de valor socioeconômico. O país precisa enfrentar a emergência climática e avançar na descarbonização da economia e na transição energética, ao mesmo tempo em que atua para ampliar a resiliência aos impactos provocados por essas mudanças.

Essa Prioridade consolida os atributos que permitem identificar e acompanhar as ações governamentais que promovam:

- a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, visando contribuir para o alcance dos compromissos assumidos no âmbito da Convenção-Quadro das

Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em especial a meta de desmatamento líquido zero até 2030;

- a adaptação dos sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura para fazer frente aos efeitos atuais e os esperados com a mudança do clima no país; e
- o fortalecimento da resiliência das comunidades e setores vulneráveis aos impactos de eventos climáticos extremos.

No total, 33 programas do PPA contribuem para essa prioridade, totalizando 82 objetivos específicos, com destaque para programas como: Enfrentamento da emergência climática; Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios; e Qualidade ambiental na cidade e no campo.

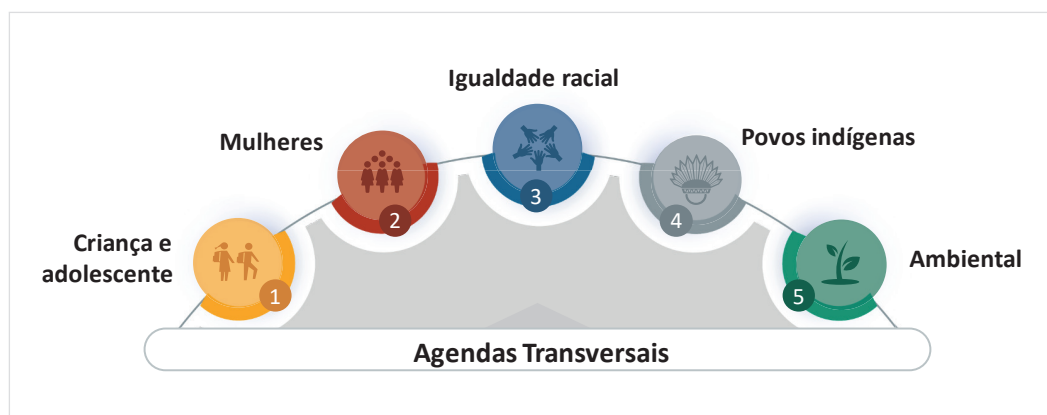
Agendas Transversais

As Agendas Transversais são políticas públicas que buscam incidir sobre temas e públicos específicos, demandando a atuação de várias áreas do governo. As Agendas Transversais de políticas públicas são necessárias porque ajudam a abordar desafios complexos e interconectados que não podem ser resolvidos eficazmente por meio de abordagens setoriais ou isoladas, dado que possuem natureza multidimensional.

Essas Agendas têm como objetivo integrar e coordenar ações em diferentes setores e níveis de governo para enfrentar questões que atravessam fronteiras tradicionais da atuação setorial e requerem uma abordagem ampla e articulada para a superação de seus desafios. São políticas públicas integradas que combinam objetivos específicos, entregas e metas, criando condições para uma maior efetividade da ação governamental.

As transversalidades são executadas por vários órgãos e unidades orçamentárias, mas têm centralidade de orientação técnica no ministério coordenador da temática e compartilhamento de processos decisórios entre os níveis estratégicos que planejam e executam a política.

São cinco Agendas Transversais: 1) Criança e adolescente; 2) Mulheres; 3) Igualdade racial; 4) Povos indígenas; e 5) Ambiental.



1 | Criança e adolescente

A Agenda envolve o programa “Promoção e proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade” e objetivos específicos e entregas do PPA referentes a outros programas. Entre eles, destacam-se ações: de educação básica, do ensino infantil ao médio, inclusive profissionalizante; de saúde, como cobertura vacinal e saúde indígena; de proteção social, por meio do Bolsa Família; de atenção à primeira infância; bem como ações de combate ao trabalho infantil e de inclusão digital, entre outras.

Essa Agenda está contemplada no PPA em: 22 programas e 62 objetivos específicos.



2 | Mulheres

A Agenda envolve os programas “Autonomia econômica das mulheres”, “Igualdade de decisão e poder para as mulheres” e “Mulher: viver sem violência”. Além disso, contém políticas presentes em outros programas, como: saúde da mulher; expansão da oferta de educação profissional com atendimento prioritário às mulheres; apoio à agricultura familiar com prioridade para as mulheres, incluindo acesso ao crédito, à comercialização e à assistência técnica e extensão rural, bem como apoio às pescadoras.

Essa Agenda está contemplada no PPA em: 36 programas e 73 objetivos específicos.



3 | Igualdade racial

A Agenda envolve os programas “Promoção da igualdade étnico-racial, combate e superação do racismo”, “Políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos” e “Juventude negra viva”. A Agenda também é composta por políticas presentes em outros programas, como: os de educação, que priorizam os grupos mais vulnerabilizados, a exemplo da educação em tempo integral e do ensino profissional e tecnológico; os de ampliação do acesso aos serviços públicos sociais nas periferias; os de apoio à agricultura familiar e à reforma agrária, direcionados a quilombolas e a povos de comunidades tradicionais.

Essa Agenda está contemplada no PPA em: 36 programas e 105 objetivos específicos.



4 | Povos indígenas

A Agenda envolve os programas “Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, sustentabilidade e enfrentamento da emergência climática”, “Direitos pluriétnicos culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas” e “Saúde indígena”. Várias ações governamentais que favorecem os povos indígenas são contempladas também em outros programas, como: o da agropecuária sustentável, que visa promover o uso sustentável das florestas; o da área de educação voltado para povos indígenas; o referente às relações exteriores, atinentes à diplomacia da sustentabilidade; o de fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar.

Essa Agenda está contemplada no PPA em: 35 programas e 73 objetivos específicos.



5 | Ambiental

A Agenda Ambiental consolida atributos que permitam identificar e acompanhar as ações governamentais direcionadas para a preservação dos recursos naturais, como florestas, recursos hídricos, oceanos e biodiversidade, de forma integrada com a transição para uma economia de baixo carbono, propiciando a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Essa Agenda está contemplada no PPA em: 44 programas e 113 objetivos específicos.



3.2

Políticas sociais e de garantia de direitos

As políticas sociais e de garantia de direitos englobam programas que são diretamente conectados aos objetivos estratégicos do eixo 1, mas que também contribuem para os outros eixos.

Essas políticas estão relacionadas com os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição brasileira. São considerados direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Ao garantir esses direitos fundamentais, o país poderá avançar na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e que promove o bem-estar de todos, sem preconceitos e qualquer forma de discriminação.

Os programas ligados às políticas sociais e de garantia de direitos serão apresentados a seguir, cada um com uma breve contextualização e seus objetivos geral e específicos.

Políticas sociais e de garantia de direitos

- » Segurança alimentar e nutricional e combate à fome
- » Bolsa Família: proteção social por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas
- » Proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- » Inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único e produção de informações e conhecimento para políticas sociais
- » Inclusão socioeconômica do público do Cadastro Único
- » Estruturação da Política Nacional de Cuidados
- » Atenção primária à saúde
- » Atenção especializada à saúde
- » Gestão, trabalho, educação e transformação digital na saúde
- » Pesquisa, desenvolvimento, inovação, produção e avaliação de tecnologias em saúde
- » Qualificação da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde
- » Vigilância em saúde e ambiente
- » Saúde indígena
- » Educação básica democrática, com qualidade e equidade
- » Educação profissional e tecnológica que transforma
- » Educação superior: qualidade, democracia, equidade e sustentabilidade
- » Direito à cultura
- » Juventude: direitos, participação e bem viver
- » Promoção da cidadania, defesa de direitos humanos e reparação de violações
- » Programa nacional de promoção dos direitos da população em situação de rua
- » Promoção do direito de envelhecer e dos direitos humanos da pessoa idosa
- » Promoção dos direitos das pessoas com deficiência
- » Promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBT-QIA+
- » Promoção e proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade
- » Autonomia econômica das mulheres
- » Igualdade de decisão e poder para mulheres
- » Mulher: viver sem violência
- » Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, a sustentabilidade e o enfrentamento da emergência climática
- » Direitos pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas
- » Políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos
- » Promoção da igualdade étnico-racial, combate e superação do racismo
- » Juventude negra viva
- » Previdência social: promoção, garantia de direitos e cidadania
- » Saneamento básico
- » Cidades melhores
- » Mobilidade urbana
- » Moradia digna
- » Periferia viva
- » Segurança pública com cidadania
- » Cuidado e acolhimento de usuários e dependentes de álcool e outras drogas
- » Esporte para a vida

» Segurança alimentar e nutricional e combate à fome

A insegurança alimentar e nutricional ocorre quando as pessoas não têm acesso adequado e regular a alimentos nutritivos, e em quantidade suficiente, para atender às suas necessidades diárias. O problema está fortemente relacionado à extrema pobreza e às desigualdades de renda, regionais, de gênero, raça e origem social. Nos anos recentes, essa questão foi agravada pelas crises econômica, sanitária e ambiental.

A fome é, sem dúvida, a expressão mais grave da extrema pobreza. Ela representa a privação mais básica que um ser humano pode enfrentar, resultando em uma condição de vulnerabilidade extrema. A falta de acesso regular a alimentos nutritivos e seguros leva à desnutrição e ao enfraquecimento do organismo, afetando negativamente a saúde, o crescimento e o desenvolvimento físico e mental. Assim, a fome perpetua o ciclo da pobreza.

Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social, é uma das prioridades do governo.

Objetivo geral do programa

Promover a produção, a oferta, o acesso e o consumo de água e alimentos adequados e saudáveis, com base em sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e resilientes, priorizando os grupos populacionais vulnerabilizados e fortalecendo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Objetivos específicos

- Atuar em prol da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em âmbito internacional com participação social;
- Ampliar o acesso à água para consumo e produção para as famílias rurais do Cadastro Único, por meio da implantação de tecnologias sociais de armazenamento de água;
- Apoiar a inclusão produtiva de famílias rurais do Cadastro Único por meio do desenvolvimento de um projeto produtivo com assistência técnica e transferência de um recurso não reembolsável;
- Adquirir alimentos da agricultura familiar, ampliando a participação, com equidade de gênero, dos grupos prioritários definidos na legislação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como fornecedores dos alimentos que abastecem as ações e os equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Fomentar o desenvolvimento de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis;
- Consolidar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), assegurando a coordenação intersetorial e federativa das políticas de combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, fomentando a participação e o controle social e implementando um sistema de vigilância do direito humano à alimentação adequada.

» **Bolsa Família: proteção social por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas**

Muitas famílias vivem em situação de pobreza e sem acesso aos direitos sociais básicos nas diversas regiões do país. A baixa renda familiar decorre da desigualdade social, da baixa escolaridade, da saúde precária, do desemprego ou do subemprego e da dificuldade de acesso a políticas públicas.

O Bolsa Família se caracteriza pela transferência direta de renda, vinculando o recebimento dos benefícios ao cumprimento de condicionalidades, visando ampliar o acesso a mais direitos sociais, em particular, o direito à educação, saúde e assistência social. Assim, o programa mitiga a falta de recursos mínimos para que famílias que vivem em situação de vulnerabilidade tenham os instrumentos necessários para prover a sua subsistência, cria as oportunidades para que as gerações futuras tenham melhores condições de saúde e de educação e, assim, maiores chances de superar a situação de pobreza de suas famílias originárias.

Objetivo geral do programa

Reduzir a pobreza por meio da transferência de renda e do fortalecimento de acessos a serviços de educação, saúde e assistência social.

Objetivos específicos

- Contribuir com a redução da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade por meio da transferência direta de renda;
- Contribuir para ampliar o acesso à saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e de mulheres beneficiárias do Bolsa Família;
- Contribuir para ampliar o acesso à educação e a permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF);
- Ampliar o número de municípios brasileiros que recebem os recursos do Índice de Gestão Descentralizada do PBF (IGDM-PBF).

» **Proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

A dificuldade de acesso aos direitos sociais básicos nas diversas regiões do país leva muitas pessoas a viver em situação de vulnerabilidade e risco social. Isso decorre da combinação de causas estruturais e de condições pessoais que afetam o desenvolvimento de crianças e adolescentes, a capacidade de proteção das famílias e a superação das vulnerabilidades pelos indivíduos. Tais condições acarretam problemas como evasão e baixo desempenho escolar, gravidez precoce, trabalho infantil, exploração sexual e uso de drogas, o que mina a convivência familiar e comunitária, a saúde e a qualificação educacional, resultando em inserção precária no trabalho, isolamento e exclusão social.

A magnitude e a dispersão territorial dessas situações no país constituem grandes desafios que exigem do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), simultaneamente, capilaridade para viabilizar o acesso e a integração das ações, inclusive com outras políticas setoriais, e qualificação dos serviços e da gestão nas três esferas federativas.

Objetivo geral do programa

Fortalecer e ampliar o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade, riscos pessoais e sociais e violações de direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica.

Objetivos específicos

- Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de proteção social básica ofertados às famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de proteção social especial ofertados às famílias e pessoas em situação de risco social, violência e violação de direitos;
- Promover a proteção e o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida;
- Aprimorar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para reduzir o tempo de concessão dos benefícios, agilizando o acesso dos requerentes;
- Fortalecer e qualificar a gestão do SUAS e os mecanismos democráticos de participação e controle social.

» Inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único e produção de informações e conhecimento para políticas sociais

O enfrentamento das condições de pobreza demanda diversas ações articuladas entre os órgãos de governo e entre as três esferas da Federação. O primeiro passo para reduzir a pobreza e a vulnerabilidade social é mapear as pessoas que mais precisam de apoio do Estado, a partir da identificação das famílias de baixa renda, caracterizadas como famílias com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita, e da sua inserção nos registros administrativos do governo.

Para isso, é necessário fortalecer o Cadastro Único, ferramenta fundamental para a eficácia dos programas de assistência social. Como a integração de políticas públicas é essencial para o enfrentamento da pobreza, a padronização da coleta de dados melhora não só a focalização, como também a efetividade das políticas sociais. Só a atuação federal, em conjunto com estados e municípios, permite essa padronização. Da mesma forma, a produção de informações ajuda os gestores a entender melhor as regras dos diferentes programas sociais e obter maior efetividade na implementação das políticas públicas.

Objetivo geral do programa

Identificar e incluir famílias em situação de vulnerabilidade social no Cadastro Único e produzir informações e conhecimento para a promoção do acesso às políticas sociais e seu aprimoramento.

Objetivos específicos

- Prover as políticas públicas de dados e informações atualizadas das famílias de baixa renda residentes no Brasil;
- Produzir estudos, dados, ferramentas informacionais, entre outros, para o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento e assistência social e de seus impactos sobre a sociedade brasileira.

» **Inclusão socioeconômica do público do Cadastro Único**

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definem entre suas metas a erradicação da pobreza, a geração de trabalho decente e o crescimento econômico. Contudo, as desigualdades de oportunidades de acesso a direitos e de inclusão socioeconômica das pessoas em situação de vulnerabilidade persistem no nosso país. Pessoas nas camadas de menor renda e escolaridade têm taxas de ocupação inferiores à média nacional, principalmente mulheres e negros.

Os mais pobres, exatamente pelo nível de exclusão, abandono, desinformação e isolamento, são os que apresentam menor condição de inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, o Estado tem a responsabilidade de promover políticas e programas de inclusão socioeconômica que visem garantir melhores condições de vida e de direitos à camada de maior vulnerabilidade social, fazendo com que essas pessoas consigam sair da pobreza de forma decente e com seus direitos sociais garantidos.

Objetivo geral do programa

Inclusão socioeconômica para o público do Cadastro Único com atuação nos eixos da intermediação de mão de obra, qualificação profissional e empreendedorismo.

Objetivos específicos

- Promover a empregabilidade da população em situação de vulnerabilidade social;
- Fomentar o empreendedorismo.

» **Estruturação da Política Nacional de Cuidados**

O Brasil está passando por transformações nas dinâmicas demográficas, culturais e econômicas que impactam diretamente as necessidades e a capacidade de provisão de cuidados das famílias. A ausência ou insuficiência de serviços públicos de cuidado como educação

infantil, escola integral, serviços de cuidado para pessoas idosas e pessoas com deficiência, restaurantes e lavanderias populares, reforça uma injusta e desigual divisão sexual do trabalho, tornando invisível a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados exercida pelas mulheres, que se apoiam em arranjos informais muitas vezes precários.

O cuidado é um direito e uma necessidade de todas as pessoas ao longo do seu ciclo de vida. A implementação de políticas e programas de cuidados é, portanto, imprescindível para melhorar o bem-estar da sociedade como um todo, reduzir as desigualdades na educação, na saúde, no emprego, nos salários e nas condições de vida, além de gerar um círculo virtuoso com efeitos multiplicadores na economia, na redistribuição de recursos e no combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Objetivo geral do programa

Promover o direito ao cuidado e a corresponsabilização pela sua provisão entre famílias, Estado, mercado e empresas, e comunidade.

Objetivos específicos

- Garantir o direito ao cuidado por meio da elaboração, articulação, integração e execução de ações da Política e do Plano Nacional de Cuidados;
- Promover a conscientização social sobre a relevância dos cuidados para a reprodução da vida, o funcionamento das economias e o bem-estar das pessoas.

» Atenção primária à saúde

A atenção primária à saúde é fundamental para o tratamento de doenças e agravos, mas também para propiciar ações que promovam o bem-estar da população. As barreiras ao acesso oportuno e resolutivo à Atenção Primária à Saúde (APS) nas regiões do Brasil se caracterizam pela oferta restrita de serviços e por parâmetros populacionais inadequados para a garantia da qualidade do cuidado integral e da equidade. Algumas causas desses problemas são: insuficiência de Unidades Básicas de Saúde (UBS); insuficiência de equipes multiprofissionais e de especialistas no escopo ampliado da Atenção Primária à Saúde; dificuldade de provimento e fixação de profissionais; insuficiência de consultórios odontológicos nas UBS.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) objetiva proporcionar cuidados essenciais à saúde da população, por meio de equipes multidisciplinares. A ESF se justifica pela necessidade de promoção de melhorias na qualidade e na humanização do atendimento, com profissionais que estabeleçam vínculos com as pessoas atendidas e a comunidade. Nesse sentido, é preciso avançar em estratégias de provimento profissional aliadas às condições de vinculação e à garantia de atendimento qualificado. Além disso, é crucial fortalecer a integração entre a ESF e outros serviços de saúde com vistas à atuação mais efetiva, como a integração com a atenção especializada e a vigilância em saúde.

Objetivo geral do programa

Fortalecer a atenção primária, ampliando a cobertura da Estratégia Saúde da Família e da Saúde Bucal, com vistas à universalização do acesso, à abrangência do cuidado integral, à promoção da saúde, à prevenção de doenças e agravos e à redução de desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais.

Objetivos específicos

- Expandir o acesso e a cobertura da Estratégia Saúde da Família, priorizando áreas de vulnerabilidade social, com provimento de profissionais e cuidado interprofissional;
- Expandir o acesso à atenção integral à saúde das populações em situação de rua e privadas de liberdade;
- Expandir o acesso e a oferta aos serviços de saúde bucal;
- Ampliar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes, visando prover condições adequadas para o trabalho em saúde na Atenção Primária.

» Atenção especializada à saúde

A atenção especializada à saúde no Brasil é responsável, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por serviços gratuitos, incluindo consultas com especialistas, exames diagnósticos avançados e tratamentos complexos em áreas como cardiologia, neurologia, oncologia e outras especialidades médicas. A insuficiência e o agravamento da desigualdade na oferta de ações e serviços da atenção especializada vêm crescendo como problema público de saúde, com o aumento da tripla carga de doenças, o predomínio das doenças crônicas, a prevalência de elevada mortalidade e morbidade por condições agudas decorrentes de causas externas e as agudizações de condições crônicas.

São várias as ações necessárias para melhorar a atenção especializada com vistas a diminuir os vazios assistenciais e promover o acesso oportuno, como melhorias na igualdade da oferta de serviços, na qualidade do atendimento e na formação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, que precisam de conhecimentos específicos para oferecer um atendimento de qualidade aos pacientes.

Objetivo geral do programa

Ampliar a oferta e o acesso às ações e aos serviços da atenção especializada, conforme as necessidades de saúde da população, reduzindo as desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais, e promovendo a integralidade do cuidado.

Objetivos específicos

- Ampliar a oferta de serviços para o tratamento do câncer de alta complexidade;
- Reduzir as filas de espera de procedimentos eletivos de atenção especializada à saúde, visando a promover a ampliação de acesso em tempo oportuno;
- Ampliar a oferta de Serviços de Reabilitação às Pessoas com Deficiência, no âmbito da atenção especializada do SUS, com vista à redução das desigualdades regionais e dos vazios assistenciais;
- Ampliar a oferta de Serviços de Saúde Mental, com melhoria do acesso e adequada cobertura regional;
- Ampliar a oferta de sangue, componentes e hemoderivados para o tratamento de pacientes.

» Gestão, trabalho, educação e transformação digital na saúde

As novas tecnologias digitais possibilitam diversas ações de integração, de combate às desigualdades regionais e de melhoria dos serviços de saúde. O SUS está incorporando novas tecnologias e avançando na oferta de serviços, mas precisa avançar ainda mais na ampliação do acesso aos serviços de saúde de forma qualificada e equitativa, na segurança e proteção dos dados de saúde da população e no compartilhamento e disseminação de informações estratégicas de saúde entre os entes federados e os sistemas de saúde.

Esse programa contribui para a articulação de sistemas de inovação e de produção de conhecimento, de promoção da saúde e do bem-estar social que o uso de tecnologias digitais em saúde pode possibilitar para a população brasileira. Também contribui para a qualificação do planejamento das ações e dos serviços de saúde, considerando as especificidades territoriais, de maneira estratégica e participativa, e fortalecendo as relações interfederativas no âmbito do SUS.

Objetivo geral do programa

Aprimorar o cuidado à saúde, fortalecendo a gestão estratégica do SUS, do trabalho e da educação em saúde, além de intensificar a incorporação da inovação e da saúde digital e o enfrentamento das discriminações e desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais.

Objetivos específicos

- Ampliar o acesso a informações de saúde e serviços digitais a gestores, profissionais e cidadãos;
- Ampliar a oferta de atendimentos realizados por meio da telessaúde no âmbito do SUS em território nacional;
- Fortalecer a gestão da educação na saúde no SUS a partir da integração ensino-serviço-comunidade, da educação permanente em saúde e das residências em saúde e os usuários;
- Ampliar as ações para o fortalecimento da gestão do trabalho na saúde;
- Implantar o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no SUS para o enfrentamento das iniquidades em saúde;
- Aumentar a resolutividade da ouvidoria-geral do SUS com ênfase no fortalecimento da participação popular e na transparência pública;
- Fortalecer o planejamento, o monitoramento, a avaliação e a intersectorialidade, reafirmando o controle social como instância fiscalizadora e deliberativa no SUS;
- Implementar ofertas formativas em rede e Ensino à Distância (EAD) como contribuição para a redução das desigualdades regionais e sociais em saúde.

» Pesquisa, desenvolvimento, inovação, produção e avaliação de tecnologias em saúde

A cobertura universal de saúde no Brasil baseia-se nos princípios da equidade e da integralidade dos cuidados à saúde. Contudo, a despeito dos avanços conquistados, ainda se convive com uma realidade desigual e excludente de acesso. Essa desigualdade se manifesta, também, nas tecnologias em saúde, que são ofertadas de forma intempestiva, iníqua e insuficiente para a população. Existe uma capacidade de oferta dos recursos de saúde que não dá vazão à procura por eles, e tal cenário é agravado por excesso de judicialização e ausência tanto de regulação clara quanto de uso de evidências para fundamentar as decisões dos gestores de saúde.

A ampliação e o aprimoramento do desenvolvimento científico e tecnológico, em avaliação de tecnologia em saúde, estão diretamente relacionados com a melhoria na elaboração e na gestão das políticas públicas, favorecendo, assim, a diminuição de mortalidade relativa a comorbidades, a otimização da aplicação de recursos e a melhoria da qualidade de vida da população. O fomento à pesquisa, à produção e à tradução de evidências em saúde para subsidiar o processo decisório, a avaliação de tecnologias em saúde para o SUS e o fortalecimento da agenda do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) contribuem para a ampliação do acesso às tecnologias em saúde e à melhoria das ações, dos serviços e dos produtos de saúde ofertados pelo SUS à população.

Objetivo geral do programa

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico para produção, inovação e avaliação em saúde, a fim de atender a população de forma equitativa, sustentável, acessível, considerando a sociobiodiversidade territorial e contribuindo para a prosperidade econômica e social e redução da dependência de insumos para a saúde.

Objetivos específicos

- Fomentar pesquisas prioritárias estratégicas em saúde, desenvolvidas em modelo colaborativo e/ou multicêntrico, com base em uma agenda prioritária nacional, orientando as aplicações de recursos a partir de critérios alinhados às necessidades de equidade, aplicabilidade e sustentabilidade no SUS;
- Ampliar a capacidade de sintetizar e disseminar evidências e promover pesquisas avaliativas para apoio para a tomada de decisão no SUS;
- Promover o uso racional dos recursos do SUS, por meio do fortalecimento dos Núcleos de Economia da Saúde;
- Estimular o desenvolvimento, a inovação e a produção local de tecnologias, serviços e conectividade, por meio do fortalecimento do CEIS, de forma a promover a redução da vulnerabilidade tecnológica do SUS e a ampliação do acesso à saúde;
- Gerar conhecimento científico, produtos e serviços mediante o fortalecimento da pesquisa em saúde e ambiente;

» Qualificação da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde

O acesso a medicamentos e insumos estratégicos é fundamental para o cuidado à saúde da população que depende desse tipo de assistência no SUS. A assistência farmacêutica, contudo, apresenta diversos desafios em sua implementação. Os serviços farmacêuticos sofrem de baixa qualificação e dificuldades no acesso dos usuários aos medicamentos e insumos estratégicos. Além disso, há necessidade de melhorar as diretrizes para o cuidado farmacêutico, a cobertura da Farmácia Popular, a continuidade de ampliação de programas como o Qualifar-SUS, a gestão de compras públicas dos governos, os processos tecnológicos, como consolidação de bases de dados e sistemas de informação, entre outros.

Diante do cenário recente, agravado pela pandemia de covid-19 e por seus impactos na situação epidemiológica do Brasil, dos problemas alusivos à assistência farmacêutica no SUS e suas causas, é plausível garantir o acesso ampliado da população a serviços farmacêuticos qualificados e a medicamentos e insumos estratégicos no âmbito do SUS com abastecimento tempestivo e resolutivo, por meio de diferentes estratégias e parcerias, a fim de que haja maior eficiência na assistência à saúde, com eficácia e efetividade, observando-se o uso racional de medicamentos e as especificidades regionais.

Objetivo geral do programa

Ampliar o acesso da população a medicamentos, insumos estratégicos e serviços farmacêuticos, qualificando a assistência farmacêutica, articulada à pesquisa, à inovação e à produção nacional, regulação, com qualidade e uso adequado no Sistema Único de Saúde, reduzindo as iniquidades.

Objetivos específicos

- Ampliar o acesso da população a medicamentos e insumos estratégicos do elenco do Programa Farmácia Popular do Brasil;
- Proporcionar o acesso a medicamentos e insumos estratégicos de aquisição centralizada no âmbito dos componentes básico, estratégico e especializado da Assistência Farmacêutica do SUS;
- Ampliar o acesso a serviços de cuidado farmacêutico no âmbito do SUS;
- Fortalecer os serviços gerenciais e assistenciais nos estados e municípios habilitados no Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica como estratégia de qualificação do acesso a medicamentos e à atenção à saúde;
- Promover o acesso, a inovação e a produção de medicamentos de qualidade por meio do reconhecimento do Brasil como autoridade referência para a Organização Mundial da Saúde.

» Vigilância em saúde e ambiente

A vigilância em saúde visa evitar o adoecimento da população por doenças e agravos passíveis de prevenção e controle. Esse adoecimento pode resultar de diversas causas, entre as quais se destacam: baixa cobertura vacinal; disseminação de informações equivocadas sobre saúde; deficiência estrutural para a atuação do Sistema de Vigilância e Atenção à Saúde; e baixo investimento em pesquisa e tecnologias para a vigilância em saúde.

Desenvolver ações para reduzir ou controlar doenças e agravos passíveis de prevenção e controle é fundamental para promover a saúde da população e prevenir o surgimento de novos casos. A Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) do SUS apresenta um conjunto de princípios, diretrizes e estratégias a serem observados pelas três esferas de gestão do SUS para o desenvolvimento da vigilância em saúde, visando a promoção e a proteção da saúde e a prevenção de doenças e agravos, bem como a redução da mortalidade relativa a comorbidades, vulnerabilidades e riscos decorrentes das dinâmicas de produção e consumo.

Objetivo geral do programa

Reduzir e controlar doenças e agravos passíveis de prevenção e controle, com enfoque na superação das desigualdades de acesso, regionais, sociais, de raça/etnia e gênero.

Objetivos específicos

- Reduzir o número de casos autóctones de malária na Região Amazônica;
- Disponibilizar informações precisas e oportunas de estatísticas vitais e de morbidade da população por meio dos sistemas de informação de vigilância em saúde;
- Ampliar a capacidade de diagnóstico dos laboratórios pertencentes à Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (RNLSP);
- Reduzir a taxa de incidência de arboviroses (dengue, chikungunya, zika e febre amarela) no Brasil;
- Reduzir a incidência de HIV/aids, tuberculose (TB), hepatites virais, sífilis e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), doenças de determinação social;
- Ampliar as coberturas vacinais do calendário infantil;
- Fornecer imunobiológicos de responsabilidade do Ministério da Saúde, conforme demanda estimada;
- Ampliar a vigilância de populações expostas a agrotóxicos no âmbito da vigilância da saúde ambiental e saúde do trabalhador;
- Ampliar as redes de preparação, vigilância e resposta às emergências em saúde pública por regiões e macrorregiões;
- Produzir conhecimento sobre determinantes ambientais da saúde (mudanças do clima, poluição e biodiversidade) por meio do Centro de Síntese, para o fortalecimento da inovação do SUS e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

» Saúde indígena

Os povos indígenas no Brasil apresentam maior carga de mortalidades relativas a comorbidades, principalmente por causas evitáveis, quando comparados com a população não indígena. A maior propensão ao adoecimento em comunidades indígenas decorre da contaminação química e biológica da água, do solo e do ar, como consequência do extrativismo mineral e do desmatamento; dos déficits de saneamento, inclusive falta de água potável; e da baixa densidade de serviços de média e alta complexidade nas regiões em que vive a maioria desses povos. Frequentemente, há grande distância física entre as aldeias e as unidades de saúde, e profissionais de saúde não estão suficientemente capacitados para lidar com populações com características étnicas e culturais próprias e bastante diversas.

A formulação e a operacionalização das ações de atenção à saúde constituem uma rede pautada no cuidado, com foco na família indígena. Assim, faz-se necessária a adoção de um modelo diferenciado de organização dos serviços de saúde prestados à população indígena, não apenas voltados para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde e o controle de doenças e agravos, mas também para a garantia do exercício da cidadania por essa população.

Objetivo geral do programa

Promover e qualificar a oferta de ações, de serviços de saúde e de saneamento ambiental, considerando os diferentes contextos étnico-culturais da população indígena, em articulação e fortalecimento dos saberes e práticas tradicionais.

Objetivos estratégicos

- Reduzir a mortalidade infantil indígena por causas evitáveis;
- Garantir o acesso à água para consumo humano em aldeias indígenas.

» Educação básica democrática, com qualidade e equidade

A educação básica é um direito social constitucional, fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nos últimos anos observou-se um declínio na qualidade da educação básica, com níveis de aprendizagem e desempenho insatisfatórios, além da persistência de desigualdades e iniquidades quanto ao acesso, à permanência e à conclusão dos estudantes nas etapas e modalidades de ensino.

A melhoria da qualidade da educação é uma prioridade deste governo, principalmente pelo evidente retrocesso nos níveis de cobertura educacional e de aprendizagem causados, em especial, pelo período pandêmico. São necessários, portanto, o desenvolvimento de estratégias para a recomposição das aprendizagens, a diminuição da distorção idade-série, a elevação da frequência escolar, a fim de se reduzirem os índices de evasão e de abandono escolar, bem como ações para a superação das desigualdades e para o avanço do desempenho e da promoção escolar em todas as etapas e modalidades.

Objetivo geral do programa

Elevar a qualidade e promover a equidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, valorizando os profissionais da educação básica, promovendo o acesso, a permanência, a conclusão de suas etapas, a trajetória regular e a aprendizagem em níveis adequados, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva do desenvolvimento integral, da inclusão, da sustentabilidade e da justiça social, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos específicos

- Ampliar o acesso à educação infantil (creches e pré-escolas) por meio da expansão de matrículas com qualidade e equidade visando garantir o direito à educação e a redução das desigualdades e priorizando grupos vulneráveis em sua diversidade, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação;
- Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental e a recomposição das aprendizagens na alfabetização do 3º ao 5º ano dessa etapa;
- Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a aprendizagem do 3º ao 5º ano do ensino fundamental, visando à recomposição das aprendizagens prejudicadas pelo período da pandemia da covid-19 e à garantia do direito à aprendizagem;
- Melhorar a qualidade da educação nos anos finais do ensino fundamental, com vistas à promoção de um ensino significativo, acolhedor e equitativo para os adolescentes, que favoreça o desenvolvimento pleno de suas potencialidades;
- Melhorar o acesso, a permanência e o desempenho dos estudantes de ensino médio mediante apoio às redes de ensino para o fortalecimento da Política Nacional do Ensino Médio, em articulação com os entes federados;
- Ampliar o número de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica por meio do Programa Escola em Tempo Integral, visando à redução da desigualdade e priorizando os grupos mais vulnerabilizados;
- Promover ações para o reconhecimento e a valorização da diversidade a partir do apoio à formação em educação para as relações étnico-raciais, em educação em direitos humanos e em educação ambiental na escola;
- Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a educação especial na perspectiva inclusiva;
- Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a educação bilíngue de surdos;
- Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a educação de jovens e adultos;
- Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a educação escolar do campo;
- Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a educação escolar indígena;
- Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a educação escolar quilombola;
- Inserir a educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica;
- Prover acesso à internet banda larga e a equipamentos para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive em escolas do campo, indígenas e quilombolas;
- Prestar assistência financeira, técnica e material às escolas das redes públicas da educação básica, por meio de programas suplementares de educação, fortalecendo os critérios equitativos desses programas de forma a reduzir a desigualdade entre os sistemas educacionais, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades locais dos estudantes;
- Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para a construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às

demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas e a educação de jovens e adultos;

- Oferecer aos que almejam a carreira do magistério, aos licenciandos e aos professores e profissionais da educação básica em exercício a formação inicial, por meio de graduações e cursos sequenciais ofertados de forma presencial e a distância;
- Oferecer aos professores e profissionais da educação básica a formação continuada por meio de especializações, mestrados e doutorados, ofertados de forma presencial e à distância;
- Fortalecer a gestão democrática e participativa, em articulação intersetorial com os sistemas de ensino, na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas voltadas para a garantia da educação

básica e dos demais direitos das crianças, adolescentes, jovens e adultos;

- Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais do magistério público da educação, apoiando e estimulando a estruturação ou revisão de planos de carreira e remuneração, principalmente no que se refere ao cumprimento do piso salarial profissional nacional e à garantia da hora-atividade na jornada de trabalho;
- Apoiar o desenvolvimento de capacidades estatais dos entes federativos para planejamento e gestão de políticas educacionais;
- Realizar levantamentos estatísticos, exames e avaliações para a educação básica, buscando o aprimoramento contínuo e a disseminação das informações de forma a oferecer subsídios que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.

» Educação profissional e tecnológica que transforma

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é importante para o desenvolvimento de pessoas e a inserção produtiva e inclusiva mais qualificada no mercado de trabalho. São desafios da EPT o acesso e a permanência desiguais e insuficientes, especialmente entre a população de maior vulnerabilidade social como as populações negras, indígenas, quilombolas, pessoas surdas, pessoas com deficiência, povos do campo, das águas e das florestas; o desalinhamento entre a oferta e a formação na educação profissional e as demandas da sociedade, do mundo do trabalho e das diversidades de populações e seus territórios; e o desconhecimento de indicadores padronizados de qualidade educacional para a EPT.

Será trabalhada uma política nacional, coordenada pelo Ministério da Educação (MEC) em pactuação com estados e municípios, universidades, institutos federais e demais redes, com foco no combate aos problemas já evidenciados na EPT, com vistas à superação das desigualdades e à melhoria nos índices de aprendizagem, acesso, permanência e conclusão em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais.

Objetivos geral do programa

Ampliar o acesso, a permanência e a formação de qualidade na educação profissional e tecnológica, considerando potencialidades sociais, culturais e produtivas locais, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, visando à formação integral.

Objetivos específicos

- Consolidar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, considerando o atendimento pleno das unidades às suas comunidades, levando-se em conta as especificidades territoriais, sociais, culturais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade;
- Expandir a oferta da educação profissional e tecnológica, levando-se em conta as desigualdades raciais e, de nível socioeconômico, bem como as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade;
- Qualificar a educação profissional e tecnológica, fomentando programas, projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação, levando-se em conta as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade;
- Realizar estudos e pesquisas educacionais sobre a educação profissional e tecnológica, buscando o aprimoramento contínuo e a disseminação das informações de forma a oferecer subsídios que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.

» Educação superior: qualidade, democracia, equidade e sustentabilidade

O fortalecimento da educação superior contribui para o aumento da competitividade da economia e da mobilidade social. A educação superior enfrenta desafios a serem superados, como o atendimento insatisfatório e a desconexão entre as necessidades da sociedade e a oferta de cursos, gerando evasão e persistência de desigualdades quanto a acesso, permanência e conclusão dos estudantes.

Para se responder aos desafios identificados no Plano Nacional de Educação (PNE), serão necessárias ações que visem à elevação da capacidade de atendimento na educação superior. Diante disso, faz-se necessário um conjunto de medidas estratégicas voltadas para a consolidação do processo de interiorização das universidades e de seus *campi*, a ampliação das taxas de acesso, de permanência e de conclusão da educação superior, a melhora do rendimento acadêmico e da qualidade da oferta.

Objetivo geral do programa

Promover a melhoria da qualidade da educação superior, ampliando o acesso, a permanência e a conclusão na graduação e na pós-graduação, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, fortalecendo, de forma participativa, a ciência, a cultura, as artes, a tecnologia e a inovação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e aperfeiçoando a avaliação, a supervisão e a regulação para o desenvolvimento do país, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos específicos

- Promover a consolidação da infraestrutura física das universidades federais, considerando a acessibilidade e a sustentabilidade;
- Promover o acesso de estudantes à graduação, em instituições públicas e privadas, buscando a equidade e valorizando a diversidade;
- Ampliar a taxa de conclusão dos estudantes da graduação, em instituições públicas e privadas, promovendo a permanência, a equidade e valorizando a diversidade;
- Incentivar o aumento de vagas e a criação de novos cursos médicos nas universidades federais, com ênfase nas regiões com maior carência de profissionais, otimizando a capacitação dos profissionais em área da saúde a nível de pós-graduação;
- Fortalecer a produção de pesquisa e inovação nos hospitais universitários federais geridos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH);
- Fortalecer os cenários de prática e o exercício da preceptoria para graduação, pós-graduação e residências em saúde;
- Apoiar a formação em nível de mestrado para a melhoria e o fortalecimento da ciência, das artes, da cultura, da tecnologia e da inovação e suas estruturas, incluindo ações indutoras para o enfrentamento das desigualdades regionais e vulnerabilidades sociais para o desenvolvimento sustentável do país;
- Apoiar a formação em nível de doutorado para a melhoria e o fortalecimento da ciência, das artes, da cultura, da tecnologia e da inovação e suas estruturas, incluindo ações indutoras para o enfrentamento das desigualdades regionais e das vulnerabilidades sociais para o desenvolvimento sustentável do país;
- Promover o fortalecimento da internacionalização da educação superior por meio do desenvolvimento de ações que promovam uma perspectiva global, intercultural e de cooperação que contribuam com a melhoria da qualidade e da relevância do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação desenvolvidas pelas Instituições de Educação Superior (IES);
- Promover a criação e o fortalecimento de ecossistemas de inovação nas universidades, com vistas a impulsionar a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e empreendedorismo.
- Aprimorar as atividades de regulação e supervisão das instituições e dos cursos da educação superior com vistas a promover a qualidade da educação superior;
- Realizar estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações para a educação superior, buscando ampliar a representação da diversidade, o aprimoramento contínuo dos instrumentos e a disseminação das informações de forma a oferecer subsídios que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.

» **Direito à cultura**

A cultura é um componente essencial da qualidade de vida da população, e a economia da cultura e as indústrias criativas são igualmente importantes para o desenvolvimento do país. A cultura apresenta vários desafios, entre os quais se destacam: o acesso da população, principalmente nos territórios mais isolados; o fortalecimento da diversidade cultural do país; a preservação dos patrimônios histórico, arquitetônico e cultural; e a expansão e o fortalecimento da economia criativa.

Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas as suas formas de expressão é um dos objetivos estratégicos deste Plano Plurianual.

Objetivo geral do programa

Consolidar a cultura como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento social e sustentável, por meio do acesso, da produção e fruição da cultura, do desenvolvimento técnico, da garantia dos direitos autorais, do direito à arte, à cultura, à memória e às tradições; o fomento, o fortalecimento das cadeias produtivas e criativas; a preservação e a difusão da memória e do patrimônio cultural, com respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural, étnica e regional brasileira.

Objetivos específicos

- Ampliar a prática leitora e o repertório criativo da população;
- Fortalecer os meios de produção, fruição e consumo das cadeias e das redes produtivas da economia criativa;
- Preservar e difundir a diversidade de memórias e patrimônios culturais brasileiros;
- Promover e preservar a diversidade cultural, as expressões e os saberes artísticos e culturais, a democratização de bens e serviços culturais, com acessibilidade e atenção a recortes por territórios;
- Fomentar a formação, a fruição, a produção artística e cultural, a pesquisa, a memória e a inovação nos ambientes educacionais e culturais formais e informais, com atenção às premissas de descentralização, territorialização e diversidade de gênero e raça.

» **Juventude: direitos, participação e bem viver**

Os jovens, que têm papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico do Brasil, demandam políticas públicas específicas, tendo em vista os desafios atuais e futuros do país. As dificuldades de acesso e a permanência nos ensinos médio, técnico e superior, somadas aos desafios de acesso ao mercado de trabalho, têm levado à formação de um contingente de jovens que não estudam nem trabalham. Além disso, os jovens são mais atingidos pela violência, sendo os pretos e pardos as maiores vítimas.

Diante desse cenário, é imperativo que o Estado construa programas e ações inclusivas que mudem essa realidade, para proporcionar condições de construção de uma sociedade em que prevaleçam o bem-estar social, o atendimento de direitos e de garantias e a construção de uma cultura democrática e de paz.

Objetivo geral do programa

Assegurar o exercício de direitos pelos jovens mediante a implementação e a execução da política nacional da juventude e da ampliação de acesso a serviços e equipamentos públicos, valorizando os jovens como sujeitos de direito, em especial os segmentos mais vulnerabilizados da população.

Objetivos específicos

- Institucionalizar, fortalecer e publicizar as políticas públicas para juventude em nível nacional e internacional e em articulação com estados e municípios; e ampliar os canais de diálogo, representação e participação social da juventude;
- Promover a emancipação, a qualificação, a autonomia, a cultura de paz e a cultura democrática entre os jovens.

» Promoção da cidadania, defesa de direitos humanos e reparação de violações

A promoção e a defesa dos direitos humanos são fundamentais para o desenvolvimento social do país. São necessárias diversas frentes de atuação, entre as quais constam: a superação de violências institucionais, como a erradicação do trabalho escravo; o combate e a prevenção à tortura; a promoção da liberdade religiosa; o acesso ao registro civil; a promoção da verdade e da memória quanto a graves violações; a promoção de direitos de vítimas de violência de Estado; e o combate à impunidade em relação às violações contra os defensores dos direitos humanos e de outros grupos vulnerabilizados.

O Brasil dispõe de ampla legislação sobre o tema, com destaque para o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), de 2009, mas se percebe falta de conhecimento desses direitos. É urgente, portanto, que haja avanços na educação em direitos humanos e na promoção de uma cultura de paz, sem discriminações e intolerâncias. Assim, é relevante que o Estado atue estrategicamente na construção de políticas públicas que ajam diretamente nas causas desses problemas, seja por meio de ações de repressão e prevenção, seja por meio de ações de assistência às vítimas.

Objetivo geral do programa

Assegurar a cidadania de segmentos invisibilizados ou submetidos a violências diversas, por meio de políticas de promoção e de defesa dos direitos humanos, de reparação por graves violações e de educação e cultura em direitos humanos.

Objetivos específicos

- Promover a incorporação e o fortalecimento de valores de direitos humanos na sociedade por meio de ações de educação e cultura;
- Promover e ampliar o acesso ao registro civil de nascimento e à documentação básica a pessoas de todas as origens e nacionalidades, com foco nas interseccionalidades e no enfrentamento do racismo estrutural.
- Promover, como política de Estado, políticas de memória, verdade, justiça (reparação) e não-repetição dos períodos da escravidão e da ditadura militar;
- Consolidar e capilarizar políticas públicas de direitos humanos, com fortalecimento institucional e descentralização da atuação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, fomento a participação social, o apoio e a articulação com estados e municípios;
- Ampliar e qualificar a proteção de vítimas e testemunhas de crimes que estejam sendo coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal, por meio do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, Provita, na perspectiva interseccional e de enfrentamento do racismo estrutural;
- Ampliar e qualificar a proteção de pessoas, grupos, povos e comunidades, defensores de direitos humanos, ambientalistas, comunicadores, ameaçados ou que sofreram violências devido à sua luta na defesa dos direitos humanos (Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH);
- Difundir informações estratégicas para o acompanhamento da situação dos direitos humanos no Brasil, a mobilização da sociedade e o subsídio para a tomada de decisão informada por evidências para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos humanos;
- Aprimorar os canais de denúncia da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos;
- Enfrentamento das violações sistemáticas de direitos humanos no sistema prisional.

» Programa nacional de promoção dos direitos da população em situação de rua

Nos últimos anos, observou-se um aumento significativo do número de famílias e de pessoas vivenciando a situação de rua no Brasil. Essa violação máxima dos direitos humanos, além de evidenciar a ineficácia das ações do Estado para atuar preventivamente, revela a incapacidade dos governos de reagir às crescentes desigualdades de renda, riqueza, acesso à terra e à propriedade, bem como incapacidade de dar uma resposta efetiva aos problemas relacionados à migração e urbanização. As consequências da situação de rua estão ligadas a uma cultura de violências constantes aos direitos e à dignidade das pessoas que vivem essa experiência.

Assim, o programa, além de fortalecer as políticas públicas existentes, adota estratégias para a superação da situação de rua por meio do acesso à moradia de forma mais digna, efetiva

e econômica, reduzindo a dependência dessa população dos serviços do Estado por tempo indefinido.

Objetivo geral do programa

Desenvolver ações voltadas para a implementação de políticas públicas e projetos inter-setoriais e transversais.

Objetivos específicos

- Promover a dignidade e a cidadania da população em situação de rua
- Promover o acesso de pessoas em situação crônica de rua à moradia com apoio de equipe multidisciplinar e por meio do Programa Nacional Moradia Primeiro.

» Promoção do direito de envelhecer e dos direitos humanos da pessoa idosa

A transição demográfica e as mudanças no perfil da população brasileira têm reflexos na sociedade, na economia e na demanda por serviços públicos. O envelhecimento populacional acelerado precisa ser acompanhado por políticas públicas efetivas para garantir os direitos humanos das pessoas idosas. É fundamental incluir a discussão do envelhecimento de modo a garantir sua sustentabilidade e longitudinalidade, que se define como o acompanhamento do paciente pela mesma equipe de saúde ao longo do tempo. Da mesma forma, faz-se necessário contemplar as recomendações dos tratados internacionais, que abordam o envelhecimento como uma temática necessária a ser compreendida e incluída na política de Estado.

A ausência de políticas públicas para garantir os direitos humanos das pessoas idosas decorre, principalmente, da invisibilidade da questão do envelhecimento e da velhice, da ausência de atenção para grupos sociais com pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e/ou múltipla discriminação, bem como pela não efetivação de seus direitos humanos. No Brasil, a questão do envelhecimento esbarra nas desigualdades regionais, em que as violações aos direitos humanos acontecem em maior ou menor escala, a depender do local. Assim, o programa visa a atender à demanda urgente de estruturação da rede de garantia de direitos humanos da pessoa idosa.

Objetivo geral do programa

Ressignificar o processo de envelhecer e garantir os direitos humanos das pessoas idosas.

Objetivos específicos

- Apoiar a criação e a atuação de órgãos municipais de gestão das políticas de direitos humanos da pessoa idosa e constituir a rede de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa nos estados e municípios, tendo como princípio a participação social;
- Fortalecer a cultura de respeito e valorização dos direitos humanos da pessoa idosa e ampliar o letramento digital de e sobre as pessoas idosas nos territórios.

» Promoção dos direitos das pessoas com deficiência

No Brasil, pessoas com deficiência enfrentam déficit no grau de realização de direitos tanto civis e políticos quanto econômicos, sociais e culturais. Elas também apresentam maior vitimização por violência, menor representatividade política, menor empregabilidade, menor escolaridade, menor renda e menos longevidade do que seus pares sem deficiência. Soma-se a isso a falta de acessibilidade na cidade e no campo e a falta de equipamentos que permitam a essas pessoas emitir e apreender informação em condições de igualdade.

Para transformar essa situação e garantir os direitos humanos das pessoas com deficiência, faz-se necessário identificar e combater as barreiras que impedem a sua plena participação e a sua inclusão na sociedade.

Objetivo geral do programa

Promover os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas com deficiência e de suas famílias, por intermédio do enfrentamento das barreiras que as impedem de exercer a plena cidadania.

Objetivos específicos

- Aprimorar a gestão pública para garantir a plena participação social e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, tendo como referência o Eixo 1 do Plano Viver Sem Limites 2;
- Realizar o enfrentamento da violência e da discriminação contra pessoas com deficiência, tendo como referência o Eixo 2 do Plano Viver Sem Limites 2;
- Promover a acessibilidade universal e o acesso à tecnologia assistiva, tendo como referência o Eixo 3 do Plano Viver Sem Limites 2.

» Promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+

Este plano tem como valor a diversidade e a justiça social, com uma diretriz de fortalecimento da equidade de gênero, raça e etnia com respeito à orientação sexual. O objetivo é assegurar o respeito à diversidade e garantir os direitos civis de todas as pessoas que vivem neste país. A população LGBTQIA+ sofre com a falta de robustez das políticas públicas, o que contribui para um estado de instabilidade e imprevisibilidade relativo aos marcos regulatórios das políticas de direitos humanos, como a persistência da violência e a carência de mecanismos institucionais de criminalização da LGBTQIAfobia e a negação do acesso à cidadania plena para pessoas da comunidade LGBTQIA+.

A causa crítica para esses desafios reside nos processos históricos de discriminação, intolerância e aversão às identidades de gênero e orientações afetivo-sexuais que divergem do padrão heterocisnormativo. Assim, o programa pretende atuar de forma ativa sobre a dificuldade de acesso a direitos fundamentais e à cidadania plena da população LGBTQIA+ no Brasil.

Objetivo geral do programa

Promover acesso a direitos humanos e à cidadania plena para pessoas LGBTQIA+.

Objetivos específicos:

- Promover empregabilidade, educação e geração de renda para a população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social;
- Constituir rede de proteção, promoção e defesa para as pessoas LGBTQIA+.

» Promoção e proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade

Conforme previsto na Constituição brasileira e regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estado, a família, a sociedade e as comunidades devem garantir a proteção integral à criança e ao adolescente e assegurar o exercício de seus direitos fundamentais, promovendo o enfrentamento das diversas formas de violências e riscos de vulnerabilidade social que ameaçam essa população.

No Brasil, há uma falha sistemática na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, o que resulta em consequências prejudiciais para o seu desenvolvimento saudável. Ainda persiste a desigualdade social, marcada, sobretudo, pela desigualdade econômica, racial, de gênero e territorial; por uma realidade e um contexto pautados por violências e pela desigualdade de acesso a serviços e a outros direitos, como acesso universal à educação infantil e básica de qualidade, acesso à saúde, aos programas sociais de transferência de renda, à moradia adequada, à profissionalização, à justiça, à segurança, à cultura e ao lazer. Assim, o programa visa garantir às crianças e aos adolescentes seus papéis como pessoas que

precisam de adultos, de grupos e de instituições responsáveis pela promoção e defesa de sua participação, proteção, desenvolvimento, sobrevivência e, em especial, por seu cuidado.

Objetivo geral do programa:

Assegurar, com absoluta prioridade, a efetividade dos direitos humanos e de cidadania de crianças e adolescentes referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, garantindo o pleno desenvolvimento de uma vida sem violência.

Objetivos específicos:

- Aprimorar o Sistema de Garantia de Direitos para promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos humanos e da cidadania de crianças e adolescentes;
- Ampliar a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens em programas de atendimento socioeducativo e pós-atendimento socioeducativo;
- Proteger crianças e adolescentes ameaçados de morte;
- Prevenir e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes, com ênfase na violência letal, sexual e doméstica e no trabalho infantil;
- Desenvolver ações intersetoriais para fortalecer a convivência familiar e comunitária e evitar o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias, principalmente na primeira infância, integrando os programas de promoção de direitos.

» Autonomia econômica das mulheres

As mulheres enfrentam desigualdades sociais estruturais com impactos diretos sobre as suas condições de autonomia econômica. A desigualdade de gênero impede o seu acesso aos postos de trabalho formal, naturaliza a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados, incide sobre o seu uso do tempo e dificulta sua participação na esfera pública e produtiva. A divisão sexual do trabalho hierarquiza e desvaloriza o trabalho das mulheres em relação ao dos homens. Isso faz com que elas sejam responsabilizadas pelo trabalho doméstico e de cuidados, ocupem postos de trabalho precários, inseguros, com menor remuneração e altos índices de informalidade e violência.

Os impedimentos à autonomia econômica das mulheres são estruturais e materiais. Medidas de correção exigem a execução de políticas públicas de promoção e garantia de direitos para as mulheres com legislações adequadas, políticas econômicas de redistribuição e priorização de políticas sociais e de ações afirmativas.

Objetivo geral do programa

Promover a igualdade de direitos: salarial, remuneratório, laboral e de cuidados, na esfera do trabalho produtivo e reprodutivo, garantindo trabalho, direitos e autonomia econômica das mulheres.

Objetivos específicos

- Ampliar as oportunidades de acesso e proteção das mulheres aos direitos do trabalho;
- Promover a autonomia econômica, por meio de ações de estímulo à socialização do cuidado e de geração de renda.

» **Igualdade de decisão e poder para mulheres**

Um dos desafios que as mulheres enfrentam é a desigualdade na esfera da decisão e do poder. Há várias causas, e as mais frequentes estão relacionadas ao machismo e à estrutura patriarcal da sociedade. A desigualdade de gênero é um problema relacionado à organização da nossa sociedade e do nosso sistema político, com a persistência de estruturas institucionais, sociais e culturais como a divisão sexual do trabalho, a violência contra as mulheres e a baixa produção de informações que tornem evidentes essa desigualdade. Além disso, em um recorte transversal das desigualdades, é possível perceber como estas atingem com mais peso as mulheres negras, indígenas e jovens.

Compreender as causas, discutir a questão e articular leis e pactos entre os entes federativos é essencial para desconstruir esses comportamentos e combater a desigualdade. Assim, o programa visa articular ações que sejam capazes de chegar em todo o território nacional, de modo a combater as desigualdades de gênero que atingem todas as classes sociais, todos os níveis educacionais, todas as idades, regiões do país, cores e raças.

Objetivo geral do programa

Fortalecer a capacidade institucional e a participação das mulheres, em toda a sua diversidade e pluralidade, nos espaços de poder e decisão, visando a igualdade, a paridade e a representatividade, por meio das políticas públicas para mulheres.

Objetivos específicos

- Fortalecer a capacidade institucional e de gestão das políticas públicas para mulheres;
- Promover ações que favoreçam a ampliação da participação efetiva das mulheres, em toda a sua diversidade e pluralidade, a fim de que possam atuar em igualdade de condições nos pleitos eleitorais e em todos os espaços de poder e decisão nas esferas públicas e privadas.

» Mulher: viver sem violência

A violência contra as mulheres é uma das principais formas de violação de direitos humanos. Seus custos envolvem a saúde mental de meninas e mulheres e impedem sua participação plena na sociedade. Esse impacto se estende às suas famílias, às comunidades e à sociedade em geral. São diversos os obstáculos que as mulheres enfrentam na garantia de seus direitos à dignidade e à segurança, frequentemente não dispondo de redes públicas de apoio para o enfrentamento do desafio.

Fortalecer as políticas públicas que busquem a proteção das mulheres é fundamental para o combate a todas as formas de violência, incluindo políticas de proteção e atenção às mulheres e o fortalecimento da rede de prevenção e de enfrentamento da violência.

Objetivo geral do programa

Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, baseada em gênero, classe, raça e etnia, em toda a sua diversidade, nas esferas pública e privadas, por meio da formulação, articulação, monitoramento, coordenação, governança interfederativa e avaliação de políticas transversais, intersetoriais, visando o pleno exercício da cidadania, livres de violência e ameaças.

Objetivos específicos

- Promover ações de prevenção primárias (para evitar que as violências aconteçam e que visem a mudança de atitudes, crenças e comportamentos para eliminar os estereótipos de gênero, promover uma cultura de respeito e não tolerância às discriminações, misoginia e violência com base no gênero), secundárias (para a intervenção precoce e qualificada para evitar que as violências se repitam e seus efeitos se agravem), e terciárias (para mitigar os efeitos das violências, promover a garantia de direitos);
- Ampliar a rede de atendimento destinado às mulheres em situação de violência, promovendo o atendimento humanizado e o acesso aos serviços especializados no âmbito da saúde, da segurança pública, da justiça e da rede socioassistencial.

» Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, a sustentabilidade e o enfrentamento da emergência climática

A demarcação dos territórios indígenas garante a proteção da diversidade étnico-cultural dos povos indígenas, promovendo a sua segurança alimentar, a integridade de seus patrimônios e a manutenção da qualidades de vida na floresta. A posse plena e o usufruto exclusivo de seus territórios devem não apenas ser assegurados aos povos indígenas, como devem estar apropriadamente georreferenciados e fiscalizados pelo poder público.

A autodeterminação dos povos indígenas perpassa todas as ações, de forma a que eles disponham de protagonismo nas políticas públicas que os afetam. Para que possam

usufruir de uma sociobioeconomia própria, este programa prevê ações de formação para agroecologia, sistemas agroflorestais, etnodesenvolvimento, educação etnoambiental e saúde ambiental, entre outras, garantindo a agrobiodiversidade e a soberania alimentar, de forma sustentável.

Objetivo geral do programa

Garantir aos povos indígenas o reconhecimento, a posse plena e a sustentabilidade dos seus territórios com usufruto exclusivo, assegurando-lhes plenas condições materiais de alcance do bem viver, a integridade do patrimônio indígena, o ambiente saudável, protegido e conservado, soberania alimentar, bem como justiça socioambiental e climática, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Objetivos específicos

- Garantir aos povos indígenas o direito às suas terras;
- Assegurar aos povos indígenas a proteção, posse plena e o usufruto exclusivo de seus territórios;
- Promover a gestão ambiental e territorial em territórios indígenas e a sustentabilidade da sociobioeconomia indígena.

» Direitos pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas

Os saberes, as culturas, as tradições, as línguas e as memórias de povos indígenas são patrimônios da sociedade brasileira que requerem ações públicas para a sua preservação e valorização.

A Unesco proclamou o decênio 2022-2032 como Década Internacional das Línguas Indígenas, o que aponta para a importância de diagnósticos locais sociolinguísticos, pesquisas e estudos das línguas faladas no território nacional. Este programa envolve o treinamento de indígenas para a gestão, pesquisa, documentação e difusão de seus patrimônios culturais, com preservação audiovisual e registro de seus cantares. Os acervos etnográficos, arquivísticos e bibliográficos devem ser ampliados, diversificados e digitalizados, visando contemplar a gama de diversidade cultural dos povos indígenas. Essa diversidade precisa ser expressa por um controle social exercido pelos próprios indígenas, preparados e qualificados para que colaborem com as políticas públicas relativas às suas sociedades.

Objetivo geral do programa

Reconhecer e efetivar os direitos pluriétnico-culturais e sociais dos povos indígenas, assegurando a preservação e a valorização de seus saberes, suas culturas, tradições, línguas e memórias, bem como o pleno exercício da cidadania e o acesso culturalmente adequado às políticas e aos serviços públicos de garantia dos direitos sociais, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Objetivos específicos

- Promover o direito à memória e à preservação dos patrimônios linguísticos e culturais dos povos indígenas;
- Ampliar a participação dos povos indígenas em espaços relacionados aos direitos indígenas e nas políticas públicas que lhes são afetas, fortalecendo suas formas de organização e sua atuação nas instâncias de controle social;
- Ampliar o acesso culturalmente adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, incluindo indígenas mulheres, crianças, jovens, idosos, LGBTQIA+, com deficiência, migrantes, refugiados e transfronteiriços;
- Fortalecer a educação escolar indígena em todos os níveis e modalidades;
- Sensibilizar a sociedade e o Estado brasileiro sobre a importância dos sistemas indígenas para o envolvimento, o cuidado e o comprometimento com a vida, reconhecendo os aspectos espirituais, ancestrais, comunitários, socioculturais, ambientais, econômicos e políticos.

» Políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos

O racismo estrutural é reconhecido como a causa do alto índice de vulnerabilidade econômica de quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos. Esse público é historicamente invisibilizado pelas políticas públicas e, portanto, frequentemente é alvo de exclusão, segregação e violação de direitos humanos. Isso se revela em condições desfavoráveis de existência, como violação de seus territórios e acesso insuficiente à educação, saúde, alimentação e justiça.

O enfrentamento desse tipo de violência e discriminação perpassa diversos programas deste Plano Plurianual, a fim de assegurar mecanismos abrangentes de garantia de direitos humanos. Este programa prevê ações que combatem preconceitos de origem, raça, etnia, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação que caracterizem violência racial ou de outra origem. E apoia ações que contemplem quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos, garantindo, assim, o acesso a políticas públicas para essas populações.

Objetivo geral do programa

Promover o acesso a direitos para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiro e povos ciganos, por meio de políticas públicas que assegurem o acesso à justiça, a recursos hídricos, energéticos e, alimentares e à infraestrutura de saneamento, o reconhecimento de seus modos de vida, saberes, cultura e territórios, o enfrentamento da discriminação étnica, racial e religiosa, a reparação, o etnodesenvolvimento e a regularização fundiária.

Objetivos específicos:

- Criar mecanismos de identificação e de enfrentamento da violência e da discriminação contra quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos;
- Fomentar ações que fortaleçam as práticas agroecológicas, o fornecimento energético, o saneamento, a soberania alimentar, a valorização cultural, social, os saberes e fazeres dos quilombolas, dos povos e das comunidades tradicionais de matriz africana, dos povos de terreiros e dos ciganos.

» Promoção da igualdade étnico-racial, combate e superação do racismo

As desigualdades raciais no país têm origem histórica e, atualmente, há baixa institucionalidade das políticas de promoção da igualdade racial em estados e municípios, que não dispõem de recursos materiais, técnicos e financeiros suficientes para estruturar ou impulsionar iniciativas que promovam a igualdade racial.

Na última década, normativos diversos têm regulamentado as ações afirmativas na educação e no mercado de trabalho, com impactos positivos nos indicadores sociais. Esses avanços, porém, demandam esforço do setor público para monitorar e avaliar seus efeitos, a fim de indicar os ajustes necessários para o sucesso dessas políticas afirmativas. Apesar dos avanços, ainda são essenciais ações efetivas para diminuir as desigualdades persistentes na educação e no trabalho.

Objetivo geral do programa

Promover a igualdade étnico-racial e combater o racismo, por meio de formulação, execução, articulação, monitoramento, governança interfederativa e avaliação de políticas públicas transversais, intersetoriais e afirmativas de reconhecimento e de acesso a bens e direitos, com vistas a assegurar o bem viver, instituições antirracistas e uma sociedade justa, equitativa e democrática.

Objetivos específicos

- Aperfeiçoar as políticas de educação para ampliar a participação de pessoas negras na educação básica, ensinos médio e superior e pós-graduação;
- Ampliar ações afirmativas para o ingresso de pessoas negras no serviço público federal e ocupação de cargos em comissão e funções de confiança;
- Fomentar o ingresso de pessoas negras na iniciativa privada;
- Promover a gestão das políticas de promoção de igualdade racial no âmbito do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), com vistas à sua institucionalização;
- Ampliar a cobertura do Sinapir nos entes subnacionais;
- Criar ferramentas nacionais de recebimento e encaminhamento de denúncias de racismo;
- Estabelecer programa de combate ao racismo no esporte;
- Estabelecer política de combate ao racismo ambiental;
- Apoiar a regularização fundiária para população negra em situação de vulnerabilidade social, com fins de garantia do bem viver e de valorização do território;
- Ampliar ações de combate ao racismo e promoção da igualdade racial na comunicação social e na comunicação pública;
- Ampliar o número de municípios com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra implantada e implementada;
- Promover o combate ao racismo por meio da preservação e salvaguarda dos patrimônios afrodiaspóricos, garantindo a reparação e valorização da memória e do território das comunidades relacionadas aos bens culturais;
- Fortalecer a participação do Brasil nos diálogos multilaterais e bilaterais, a partir da perspectiva da justiça racial.

» Juventude negra viva

Os jovens negros de 15 a 29 anos, especialmente aqueles inseridos em comunidades periféricas, comunidades tradicionais e do campo, são os mais vulneráveis a violência letal, encarceramento, menor taxa de emprego e menor renda, maior evasão das instituições de ensino em todos os níveis e situação de rua ou moradia indigna.

Este programa tem como objetivo combater o racismo e promover a igualdade racial para esses jovens, construindo, de forma sólida e robusta, mecanismos que contribuam para a redução das vulnerabilidades que afetam essa população a partir do princípio da igualdade racial para o desenvolvimento de políticas públicas.

Objetivo geral do programa

Ampliar o acesso da juventude negra a direitos fundamentais.

Objetivos específicos

- Promover a saúde da juventude negra;
- Territorializar a atenção aos direitos humanos para a juventude negra em territórios periféricos;
- Ampliar a presença de jovens negros, em condição de vulnerabilidade econômica e social, no mercado de trabalho por meio da economia popular e solidária, em territórios vulneráveis, periféricos e favelas;
- Ampliar os projetos de incentivo ao esporte amador destinado à juventude negra nas periferias urbanas, periurbanas e em territórios rurais;
- Ampliar mecanismos de letramento racial para a segurança pública com cidadania, com foco na proteção da vida dos jovens negros vítimas de violação de direitos.

» Previdência social: promoção, garantia de direitos e cidadania

No Brasil, a questão previdenciária esbarra, principalmente, na amplitude da cobertura da proteção social, na qualidade e na celeridade da prestação de serviços e na sustentabilidade financeira dos regimes. Esses gargalos decorrem da insuficiente fiscalização do mercado de trabalho, da baixa qualificação da mão de obra, do custo de formalização para empregados e empregadores, além do baixo conhecimento da população em relação aos seus direitos e deveres previdenciários. Somado a isso, há um aparato legal desatualizado e excessivamente burocrático.

A existência de um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras sem proteção previdenciária é altamente negativa para a estabilidade social. Para enfrentar esse desafio são importantes o compartilhamento, a integração e o aperfeiçoamento das bases de dados governamentais, propiciando uma melhor qualificação dos dados cadastrais dos usuários, que são o insumo para o reconhecimento de direitos previdenciários. Para aumentar a cobertura previdenciária, é necessário também prover educação financeira e previdenciária à população brasileira, ação que vai permitir ao trabalhador e à trabalhadora um melhor entendimento sobre seus deveres e direitos previdenciários.

Objetivo geral do programa

Assegurar o acesso à previdência social, melhorando a prestação dos serviços, ampliando a cobertura previdenciária, promovendo a equidade, a sustentabilidade e o fortalecimento dos regimes, para a garantia da proteção social.

Objetivos específicos

- Fomentar o regime de previdência complementar, com a ampliação da cobertura e da garantia da proteção social aos participantes;
- Ampliar a cobertura previdenciária, com foco na educação e na comunicação, para a proteção do cidadão;
- Promover a melhoria contínua da qualidade e reduzir o tempo de julgamento das decisões recursais;
- Fortalecer a gestão dos regimes próprios de previdência social;
- Promover a melhoria contínua da qualidade na prestação dos serviços e dos benefícios previdenciários.

» Saneamento básico

O saneamento básico, que inclui abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos, tem impactos na saúde pública, no meio ambiente, na qualidade de vida e na economia. A ausência de serviços adequados de saneamento expõe a população a condições insalubres e leva à degradação ambiental, além de estar associada a impactos negativos diretos na saúde pública, à redução da qualidade de vida e ao aumento da desigualdade social, com influência direta na atividade econômica.

Os baixos níveis de investimento, a gestão e a prestação ineficientes dos serviços, assim como as falhas na formulação, na implementação e na avaliação das políticas públicas, corroboram para um cenário de déficit de oferta e de acesso ao saneamento básico. O programa, portanto, visa criar os mecanismos fundamentais para que se possam consolidar intervenções em saneamento que gerem impactos positivos para a saúde pública, o meio ambiente, a qualidade de vida e a produtividade econômica.

Objetivo geral do programa

Ampliar o acesso e melhorar a qualidade das ações e dos serviços de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais visando a universalização e a integração entre as políticas públicas relacionadas, segundo os princípios da equidade, integralidade e sustentabilidade.

Objetivos específicos

- Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de abastecimento de água no meio urbano;
- Ampliar o acesso aos sistemas e às soluções alternativas de abastecimento de água no meio rural;
- Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de esgotamento sanitário no meio urbano;
- Ampliar o acesso aos sistemas e às soluções alternativas de esgotamento sanitário no meio rural;
- Diminuir o risco de inundações através da implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de drenagem urbana e de manejo de águas pluviais;
- Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana;
- Melhorar a capacidade institucional dos titulares, prestadores e reguladores dos serviços públicos de saneamento básico.

» Cidades melhores

As cidades brasileiras são fortemente afetadas por crescimento desordenado, aumento das desigualdades sociais e territoriais e esvaziamentos e desvalorização de centros urbanos. Essas questões decorrem da falta de planejamento urbano adequado e dos desafios relativos à desigualdade de renda de seus habitantes.

A esses desafios se soma o aumento da vulnerabilidade às mudanças climáticas, cujos eventos extremos tornam mais frequentes e intensos os deslizamentos de terra, as inundações, os transbordamentos e as ilhas de calor. A insuficiência de investimentos em infraestrutura reduz as oportunidades de desenvolvimento social e econômico, assim como torna assimétrica e diminui a acessibilidade da população a serviços básicos de saúde, educação, lazer, mobilidade urbana, entre outros. Promover o desenvolvimento econômico de cidades e torná-las mais sustentáveis, inclusivas e integradas são os objetivos deste programa.

Objetivo geral do programa

Reduzir desigualdades socioterritoriais mediante o desenvolvimento urbano integrado, democrático, acessível, inclusivo e sustentável, por meio de políticas de planejamento urbano, gestão e projetos urbanísticos.

Objetivos específicos

- Qualificar áreas urbanas degradadas e subutilizadas com infraestrutura e serviços integrados;
- Promover o desenvolvimento institucional dos entes federativos na execução das políticas públicas de desenvolvimento urbano;
- Apoiar a elaboração de instrumentos de planejamento e gestão urbanos municipais ou interfederativos que incluam temas relacionados à adaptação das cidades à mudança do clima e à transformação digital.

» Mobilidade urbana

As cidades brasileiras, em especial aquelas em regiões metropolitanas, estão sujeitas a diversos desafios relativos à mobilidade urbana. Em geral, existe uma baixa confiabilidade no transporte público e os congestionamentos são constantes, o que gera significativo tempo gasto no trajeto de casa ao trabalho e vice-versa. Além disso, os serviços públicos de transporte estão defasados e deficitários e, frequentemente, não atendem a toda a extensão do perímetro urbano. As formas alternativas, como deslocamento a pé e por bicicletas, sofrem com falta de infraestrutura nas calçadas e de ciclovias. Outros desafios são a poluição do ar, gerada pela queima de combustíveis, o que afeta negativamente a saúde dos cidadãos e as emissões de gases de efeito estufa, mesmo considerando que o uso de combustíveis renováveis seja relevante no Brasil.

Em vista disso, o programa propõe um novo paradigma de mobilidade urbana, orientado para a mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas

e cargas nas cidades, pela acessibilidade e distribuição mais justa dos espaços urbanos e pelo planejamento integrado da mobilidade e do desenvolvimento das cidades.

Objetivo geral do programa

Promover os deslocamentos sustentáveis, seguros e acessíveis, de pessoas e cargas nas cidades, priorizando o transporte não motorizado e o transporte público coletivo.

Objetivos específicos

- Fortalecer o planejamento municipal focado na priorização do transporte não motorizado e do transporte público coletivo;
- Melhorar e ampliar a infraestrutura de mobilidade urbana para o transporte não motorizado e para o transporte público coletivo;
- Melhorar a prestação dos serviços de transporte público coletivo por meio da renovação da frota.

» Moradia digna

Uma realidade no país é a dificuldade de acesso à moradia com condições adequadas para as famílias de baixa renda, atualmente residindo em assentamentos precários ou em condições de vulnerabilidade social. As razões são diversas, entre as quais se destacam a oferta imobiliária incompatível com as necessidades habitacionais; a informalidade na ocupação de espaços urbanos; e a inadequação de infraestrutura urbana em assentamentos precários, frequentemente sem acesso a saneamento, transporte público ou serviços públicos de saúde, educação, esportes e lazer.

Este programa busca fortalecer a oferta de subsídios e incentivos para unidades habitacionais novas, a locação social de imóveis em áreas urbanas e a melhoria habitacional em unidades residenciais já existentes, além da melhora na qualidade de construção, aumentando a qualidade de vida dos cidadãos.

Objetivo geral do programa

Promover moradia digna às famílias residentes em áreas urbanas e rurais com a garantia do direito à cidade, associado ao desenvolvimento urbano e econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população.

Objetivos específicos

- Ampliar o atendimento habitacional, sobretudo para a população de baixa renda, em áreas urbanas e rurais;
- Consolidar o Sistema Nacional de Habitação, com foco no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), articulando as ações dos entes públicos e fomentando a participação da sociedade civil e da iniciativa privada;
- Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e da implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, visando ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda;
- Desenvolver e fomentar inovações institucionais na provisão habitacional, privilegiando populações vulneráveis;
- Ampliar o volume de crédito habitacional a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

» Periferia viva

Nas últimas décadas observou-se no Brasil o fenômeno do êxodo rural, com pessoas de baixa renda saindo do meio rural para residir em cidades grandes. Na ausência de política habitacional e de planejamento urbano, a população autoconstruiu suas moradias em áreas pouco favoráveis à ocupação e distantes dos eixos de desenvolvimento. As periferias tornaram-se territórios com pouca presença de políticas sociais e de serviços públicos. As causas desse problema se devem: à distribuição desigual do orçamento público, com uma infinidade de vulnerabilidades dividindo um mesmo espaço; à omissão histórica tanto de políticas setoriais e sociais quanto de diálogo entre o poder público e os líderes comunitários; e à infraestrutura urbana inadequada, de uso/posse irregular e frágil ambientalmente.

Nesse ambiente de carências multidimensionais, faz-se necessária a articulação múltipla de diversas políticas e de atores públicos. Nesse contexto, o programa Periferia Viva tem por objetivo reduzir as desigualdades socioterritoriais, integrando as políticas públicas nos territórios periféricos, fortalecendo o protagonismo da população local no processo decisório das intervenções e promovendo as potencialidades das periferias brasileiras.

Objetivo geral do programa

Reduzir as desigualdades socioterritoriais, integralizar as políticas públicas nos territórios periféricos e fortalecer o protagonismo da população local no processo decisório das intervenções e na promoção das potencialidades das periferias brasileiras.

Objetivos específicos

- Ampliar o acesso a políticas públicas integradas nas periferias urbanas;
- Melhorar a qualidade de vida urbana, as condições de habitabilidade e a segurança da posse em periferias urbanas;
- Fortalecer a participação popular nas políticas públicas em periferias urbanas.

» Segurança pública com cidadania

O combate à violência e a construção de cidades seguras são desafios importantes para a cidadania e a qualidade de vida dos brasileiros, tendo em vista um ambiente de paz e segurança que permita às pessoas viver, conviver, circular, estudar e trabalhar sem medo. A falta de investimento em inteligência, a influência de organizações criminosas na sociedade, a violência contra grupos vulneráveis, a desproteção da Região Amazônica, o tráfico de drogas e uma série de falhas institucionais e legais, colaboram para a instauração da sensação de insegurança na sociedade.

É necessário melhorar as condições carcerárias, promover a reintegração social, buscar alternativas à prisão, conservar a biodiversidade e integrar políticas públicas de diferentes órgãos e esferas para que os problemas, no âmbito da segurança pública, sejam enfrentados adequadamente e para que, a proteção dos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento socioeconômico, da segurança e do Estado de Direito sejam alcançadas. Este programa atua para combater a corrupção, a violência, os altos índices de população encarcerada, o feminicídio, o racismo, o desmatamento ilegal na Amazônia e a criminalidade.

Objetivo geral do programa

Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à violência e a criminalidade, promovendo a segurança pública cidadã, humanizada e integrada entre os entes federados e em articulação com a sociedade, com atenção especial à proteção de grupos sociais vulneráveis.

Objetivos específicos

- Estruturar políticas penais que possibilitem a reintegração social de pessoas privadas de liberdade, de pessoas egressas do sistema penitenciário e daquelas em cumprimento de medidas alternativas ao encarceramento
- Fortalecer o enfrentamento da criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira;
- Contribuir para a redução do desmatamento por meio de ações policiais preventivas e repressivas de proteção da Amazônia Legal;
- Fortalecer o enfrentamento da criminalidade, com enfoque em crimes cibernéticos;
- Fortalecer a realização de investigações com foco na descapitalização de organizações criminosas;
- Reduzir a violência no trânsito das rodovias federais;
- Promover a mobilidade nas rodovias federais;
- Intensificar o enfrentamento da criminalidade nas rodovias federais;
- Fortalecer a articulação para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro;
- Aprimorar a governança e ampliar a integração das instituições de segurança pública;
- Promover a segurança cidadã e a cultura de paz, com foco na prevenção da violência contra grupos de pessoas vulneráveis;
- Fortalecer a valorização profissional e melhorar a qualidade de vida e as condições de saúde biopsicossocial dos profissionais de segurança pública;
- Fortalecer a atuação das instituições de segurança pública no enfrentamento da criminalidade.

» Cuidado e acolhimento de usuários e dependentes de álcool e outras drogas

O número de dependentes de álcool e outras drogas no Brasil vem aumentando significativamente nos últimos anos. Os rompimentos dos vínculos familiares, a expansão do quadro de exclusão social, as baixas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, bem como de acesso a lazer, cultura e esporte, contribuem para a elevação de dependentes químicos na população. Também o desconhecimento das consequências associadas ao uso das drogas e o aumento do tráfico nas fronteiras colaboram com a ascensão desse grupo.

Para reverter o atual cenário, é preciso apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados para o atendimento e o acolhimento de usuários de drogas e dependentes de álcool e outras drogas e seus familiares e introduzir melhorias na gestão da política de substâncias lícitas e ilícitas. Assim, espera-se construir uma sociedade mais saudável, na qual seja possível a reinserção social dessas pessoas.

Objetivo geral do programa

Estabelecer políticas públicas efetivas voltadas aos usuários e dependentes químicos e seus familiares, no que se refere ao apoio e acolhimento de pessoas com problemas com álcool e outras drogas e seus familiares.

Objetivo específico

- Fomentar o apoio e o acolhimento aos usuários e/ou dependentes químicos em entidades atuantes em álcool e outras drogas.

» Esporte para a vida

O esporte, previsto constitucionalmente como direito de todos e dever do Estado, deve contribuir para a formação e a aproximação dos seres humanos, de modo a reforçar o desenvolvimento de valores como moral, ética, solidariedade, integridade, fraternidade e cooperação. Entretanto, o acesso à prática de esporte e atividades físicas alcançam tipicamente uma parcela da população, especialmente homens jovens e de renda alta, em detrimento das demais. Logo, o debate sobre o acesso é uma questão social, em torno da qual o Estado deve assumir o necessário protagonismo.

Para isso, é preciso realocar os recursos, de modo a se promover o acesso ao esporte a populações hoje carentes de oportunidades para atividades físicas. Assim, será possível melhorar a institucionalidade da política do esporte, para democratizar seu acesso, melhorando a qualidade de vida da população.

Objetivo geral do programa

Promover o acesso da população ao esporte e à atividade física ao longo da vida, por meio do sistema nacional de esporte, em espaços apropriados e acessíveis, que contemplem as dimensões de lazer, educacional, amadora e de alto desempenho, garantindo diversidade, inclusão social e qualidade de vida, em consonância com os valores do esporte.

Objetivos específicos

- Viabilizar a entrega de infraestrutura esportiva e paradesportiva;
- Ampliar o acesso ao esporte educacional, amador e de lazer para todas as idades, incluindo as pessoas com deficiência que abranjam os diferentes territórios para o enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais;
- Ampliar o acesso e a profissionalização do futebol feminino;
- Fomentar a prática de futebol masculino e feminino em todas as regiões do Brasil;
- Combater a dopagem no esporte;
- Combater o abuso, o racismo e demais formas de preconceito e violência, a manipulação de resultados ou outra forma de corrupção ou violação de direitos, fortalecendo a integridade no ambiente esportivo;
- Ampliar e fortalecer programas paradesportivos e políticas de inclusão em atividades físicas desportivas e de lazer da pessoa com deficiência;
- Promover o esporte de excelência, desde a especialização até a transição de carreira, para projetar o país como uma potência esportiva mundial.



3.3

Políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

As políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática englobam programas diretamente conectados aos objetivos estratégicos do eixo 2, mas que também podem contribuir para os outros eixos do PPA.

Essas políticas estão relacionadas ao desenvolvimento da economia e à sustentabilidade socioambiental, com foco em competitividade e produtividade econômica, inserção produtiva e inclusiva no mercado de trabalho, transformação digital, reindustrialização, fortalecimento da agricultura familiar e do setor de serviços, tendo em vista o desenvolvimento das diferentes regiões do Brasil. Também contempla políticas para a melhoria do ambiente de negócios, da infraestrutura, do fortalecimento da ciência, da tecnologia e da inovação, bem como da inserção econômica do país nas cadeias globais de valor.

O desenvolvimento econômico do Brasil tem como base a sustentabilidade ambiental e climática, incorporando políticas de proteção e restauração do meio ambiente, de descarbonização da economia e de adaptação às mudanças climáticas.

A seguir, serão apresentados os programas ligados às políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática, cada um com uma breve contextualização e seus objetivos geral e específicos.

Políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

- » Enfrentamento da emergência climática
- » Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade
- » Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios
- » Qualidade ambiental nas cidades e no campo
- » Gestão de riscos e de desastres
- » Agropecuária sustentável
- » Defesa agropecuária
- » Pesquisa e inovação agropecuária
- » Abastecimento e soberania alimentar
- » Agricultura familiar e agroecologia
- » Governança fundiária, reforma agrária e regularização de territórios quilombolas e de povos e comunidades tradicionais
- » Pesca e Aquicultura sustentáveis
- » Inovação nas empresas para uma nova industrialização
- » Neointustrialização, ambiente de negócios e participação econômica internacional
- » Política econômica para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo
- » Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social
- » Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI
- » Política nuclear
- » Programa espacial brasileiro
- » Oceano, Zona Costeira e Antártica
- » Economia popular e solidária sustentáveis
- » Promoção do trabalho decente, emprego e renda
- » Energia elétrica
- » Petróleo, gás, derivados e biocombustíveis
- » Transição energética
- » Comunicações para inclusão e transformação
- » Aviação civil
- » Portos e transporte aquaviário
- » Segurança viária
- » Transporte ferroviário
- » Transporte rodoviário
- » Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade para sempre
- » Turismo, este é o destino
- » Desenvolvimento regional e ordenamento territorial
- » Mineração segura e sustentável

» Enfrentamento da emergência climática

A mudança do clima está gerando extremos climáticos e meteorológicos em todas as regiões, causando perdas e danos para a natureza e as pessoas. O aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, a expansão de áreas urbanas em zonas inadequadas e o incremento das atividades no ambiente marinho sem planejamento são exemplos de processos que contribuem para agravar os contextos de exposição e vulnerabilidade aos impactos da mudança climática.

É necessário e urgente reduzir as vulnerabilidades e aumentar a resiliência à mudança climática, diante do processo em curso de intensificação da frequência, intensidade e duração de eventos climáticos extremos. Como tais impactos atingem principalmente as populações e os segmentos econômicos mais vulneráveis, a ausência ou insuficiência das ações de adaptação à mudança do clima tende a afetar crescentemente o desenvolvimento social e econômico do país, além de produzir efeitos negativos sobre os ecossistemas, também com repercussões sobre a sociedade e a economia. É preciso adaptar as cidades para o enfrentamento das mudanças do clima, em especial aquelas situadas na zona costeira, com ênfase em medidas baseadas na natureza, restaurando e/ou protegendo os ecossistemas costeiros e marinhos e seus serviços ecossistêmicos de proteção e regulação.

Objetivo geral do programa

Fortalecer a ação nacional frente à mudança do clima, enfrentando os desafios da mitigação e adaptação e promovendo a resiliência aos eventos climáticos extremos, viabilizando de forma transversal as oportunidades da transição para a economia de baixo carbono.

Objetivos específicos

- Produzir, sistematizar e disponibilizar informações, previsões e modelos sobre mudança do clima, contemplando mitigação, adaptação e aumento da resiliência a eventos climáticos extremos;
- Ampliar a adoção de medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima;
- Proteger, conservar e restaurar o oceano para contribuir na manutenção da sua capacidade de regular o clima global, bem como aumentar a resiliência da zona costeira brasileira frente à mudança do clima;
- Promover processos de recuperação e de prevenção da degradação em áreas suscetíveis de desertificação, reduzindo a vulnerabilidade aos efeitos do clima em territórios rurais;
- Incrementar a educação ambiental participativa, popular e territorial para a promoção do bem viver e do enfrentamento da emergência climática;
- Implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas voltadas a minimizar os impactos de secas e inundações.

» Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade

Diante do aumento das pressões sobre os recursos naturais, como florestas, solos, água e biodiversidade, faz-se necessária a adoção de práticas sustentáveis, como a gestão adequada dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade. Também é necessário desenvolver e implementar políticas públicas de bioeconomia que busquem utilizar de forma sustentável os recursos e os processos biológicos para produzir bens, serviços e energia.

Para avançar nessa agenda, é preciso melhorar a transparência e o acesso às informações sobre florestas e às cadeias de valor associadas à sociodiversidade, bem como a sua utilização efetiva para a tomada de decisões, seja no planejamento do uso dos recursos florestais, seja no desenvolvimento de políticas e práticas que valorizem a sociodiversidade e promovam a sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Além disso, são necessárias políticas públicas voltadas para a inserção de povos indígenas e de comunidades tradicionais na sociobioeconomia, de forma a que possam fortalecer a gestão socioambiental de seus territórios.

Objetivo geral do programa

Promover a transição para uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa de seus resultados.

Objetivos específicos

- Promover o desenvolvimento do ecossistema de negócios e a inovação da bioeconomia com ênfase no uso sustentável da biodiversidade;
- Ampliar o acesso ao patrimônio genético, com repartição justa e equitativa de benefícios;
- Oferecer produtos e serviços florestais provenientes do manejo de florestas públicas federais, por meio de concessões florestais;
- Produzir, consolidar e disponibilizar informações florestais e de cadeias da sociobiodiversidade;
- Melhorar a situação socioeconômica dos povos e das comunidades tradicionais e promover a gestão sustentável de seus territórios;
- Promover a gestão ambiental em territórios rurais com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.

» **Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios**

O desmatamento causa diversos prejuízos, tanto para a natureza quanto para quem vive dela. A perda de florestas resulta na liberação de grandes quantidades de dióxido de carbono (CO²) na atmosfera, contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas. Além disso, o desmatamento afeta negativamente a biodiversidade. No Brasil, diversas espécies da fauna e da flora estão ameaçadas de extinção, enfrentando risco significativo de desaparecerem da natureza devido a fatores como perda de habitat, caça ilegal, poluição, introdução de espécies exóticas, mudanças climáticas e degradação ambiental.

Dessa forma, há a necessidade de fortalecer estratégias mais eficazes para a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, combatendo a perda dos habitats naturais e a extinção de espécies em todo o país.

Objetivo geral do programa

Conservar, recuperar e valorizar os biomas terrestres e as zonas costeira e marinha, para a manutenção da diversidade biológica, dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, combatendo o desmatamento, os incêndios e a exploração predatória dos recursos naturais.

Objetivos específicos

- Prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa no Brasil;
- Prevenir e controlar os incêndios em vegetação nativa;
- Promover a recuperação de florestas e de demais formas de vegetação nativa em todos os biomas brasileiros;
- Conservar as espécies, em particular, espécies ameaçadas de extinção;
- Ampliar e consolidar a proteção, a conservação e a conectividade dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, em especial por meio de áreas protegidas.

» **Qualidade ambiental na cidade e no campo**

A qualidade ambiental na cidade e no campo afeta diretamente as condições de saúde e a qualidade de vida da população. A qualidade do meio ambiente urbano é impactada pela poluição do ar, da água e dos solos, pela falta de áreas verdes e de espaços públicos e pela gestão inadequada de resíduos sólidos. Há diversos desafios a serem superados para melhorar a qualidade ambiental, entre os quais sobressaem a infraestrutura insuficiente da reciclagem no Brasil, a baixa conscientização da população, a ineficiência das políticas públicas, a gestão inadequada de substâncias químicas perigosas, o que pode resultar em vazamentos, contaminação do solo e da água e danos à fauna e flora, além da falta de integração das informações para uma atuação mais efetiva sobre os problemas ambientais.

São necessárias políticas públicas de inclusão socioprodutiva sustentável de base agroecológica, agrícola e não agrícola, além de regulamentações que garantam o respeito aos direitos dos animais, proibindo-se práticas cruéis, como maus-tratos, abuso e exploração. Por fim, é necessária uma maior conscientização da população sobre os direitos dos animais, bem como a implementação de práticas e programas educacionais, campanhas de sensibilização e divulgação de informações sobre proteção animal e conservação do meio ambiente.

Objetivo geral do programa

Promover a gestão ambiental urbana e rural por meio do controle da poluição e da contaminação, bem como pela mitigação dos impactos negativos das atividades humanas, com vistas à melhoria da qualidade ambiental e de vida e da proteção dos direitos animais nas cidades e no campo.

Objetivos específicos

- Aumentar a reciclagem de resíduos secos e orgânicos no Brasil;
- Promover a gestão adequada de substâncias químicas, resíduos perigosos e emergências ambientais, minimizando os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana;
- Promover a qualidade do meio ambiente urbano por meio de apoio aos estados e municípios para aprimoramento da gestão ambiental de forma integrada;
- Ampliar a disponibilidade e a integração das informações para a sociedade sobre a qualidade do ar, da água e do solo;
- Fomentar a proteção, a defesa e o bem-estar animal, com vistas à conscientização, a prevenção e o combate a práticas prejudiciais aos direitos animais, à biodiversidade e ao meio ambiente.

» Gestão de riscos e de desastres

A emergência climática mundial está causando um aumento considerável do número de desastres naturais e de sua intensidade, o que afeta, principalmente, as populações menos favorecidas que habitam construções vulneráveis, frequentemente sob o risco de transbordamentos, alagamentos, deslizamentos e incêndios florestais. O diagnóstico atual é de que há uma percepção insuficiente dos riscos, tanto por parte da população quanto dos agentes públicos; fragilidade nas estruturas das defesas civis; planejamento territorial inadequado; e baixo nível de investimentos em infraestrutura para a mitigação de riscos. Configura-se, assim, uma grande possibilidade de situações adversas, com danos à saúde, desalojamento de pessoas, fluxos migratórios, perdas culturais e econômicas, comprometimento da qualidade de vida e perda de vidas.

Compete ao governo federal, aos estados e aos municípios desenvolver uma cultura nacional de prevenção de desastres; incentivar comportamentos de prevenção; estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco; oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e de defesa civil; e fornecer dados e informações para o monitoramento de desastres. Na

recuperação pós-desastre, os entes públicos devem agir para estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas.

Objetivo geral do programa

Reduzir os riscos de desastres e ampliar a capacidade e a tempestividade de resposta e de reconstrução pós-desastres.

Objetivos específicos

- Ampliar a capacidade dos municípios para a gestão dos riscos de desastres, com investimentos em prevenção, mitigação, preparação, mapeamento, monitoramento, alerta, integração das políticas públicas e capacitação dos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- Otimizar o apoio federal nas ações de respostas e de recuperação pós-desastres.

» **Agropecuária sustentável**

A agropecuária sustentável, que compreende a produção agrícola, pecuária, extrativista, florestal e agroindustrial, e os recursos naturais, como água, solo e biodiversidade, tem o desafio de manter a capacidade produtiva do país, na medida em que promove o desenvolvimento sustentável do setor. A insuficiência no alcance da adoção de sistemas sustentáveis decorre, principalmente, da ausência de bancos de dados e de bases de informação; da assistência técnica e gerencial ausente ou mal disponibilizada; da estrutura precária para armazenamento e escoamento; da desarticulação de políticas públicas, incluindo a de crédito, para o agricultor; e do distanciamento entre o setor e as normas existentes, especialmente em relação às exigências internacionais.

Além de atuar nos principais desafios do setor, é necessário implementar ações para estruturar tecnologicamente os sistemas de produção, a fim de que estes se adaptem às novas condições climáticas, ampliem e incorporem práticas sustentáveis, implantem e consolidem sistemas produtivos de baixo impacto ambiental. Da mesma forma, deve se promover uma agropecuária intensiva, tecnológica e inovadora, que respeite os limites de cada ecossistema e busque a preservação ambiental. Adicionalmente, o país deve fomentar a implementação da bioeconomia agropecuária, com vistas a favorecer a diversificação da economia brasileira, criando novas fontes de renda e emprego em setores como biotecnologia, bioenergia e produtos biodegradáveis, além de aumentar a competitividade da economia brasileira no mercado global.

Objetivo geral do programa

Fomentar o desenvolvimento e a intensificação da produção agropecuária, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, com vistas à segurança alimentar e à diversificação energética.

Objetivos específicos

- Ampliar o acesso do produtor rural aos instrumentos de mitigação de riscos climáticos;
- Ampliar o acesso do produtor ao crédito rural;
- Ampliar as informações oficiais disponibilizadas à sociedade sobre as ações que promovem o incremento da sustentabilidade;
- Promover e ampliar a sustentabilidade da produção agropecuária;
- Promover o uso sustentável das florestas e as cadeias produtivas florestais em áreas de produção agrícola (propriedades privadas);
- Ampliar e diversificar a produção agropecuária agregando valor aos seus produtos e serviços;
- Ampliar a oferta e o consumo de produtos orgânicos controlados e suas práticas leais de produção e comércio.

» Defesa agropecuária

O setor agropecuário deve estar atento às ameaças à saúde de animais e de plantas e à qualidade dos insumos utilizados, de modo a reduzir impactos negativos na saúde pública e no meio ambiente.

A contínua expansão da produção agropecuária brasileira e do acesso a mercados externos exige um serviço de defesa agropecuária capaz de mitigar os riscos de introdução e disseminação de pragas e doenças no campo, especialmente em um país continental e com ampla diversidade de biomas como o Brasil. A defesa agropecuária é um dos pilares da política agrícola, tendo em vista assegurar a sanidade das populações vegetais, a saúde dos animais e a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, além da identidade e da segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados aos consumidores.

Objetivo geral do programa

Assegurar a sanidade vegetal e a saúde animal, a qualidade, as práticas leais de produção e de comércio de produtos agropecuários, visando contribuir para a promoção da saúde pública e o desenvolvimento do setor agropecuário em benefício da sociedade brasileira, por meio da regulamentação, certificação, auditoria e fiscalização agropecuária.

Objetivos específicos

- Fortalecer os mecanismos de saúde animal e de conformidade de insumos pecuários e produtos de origem animal, de modo articulado entre os entes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), assegurando a competitividade nacional e internacional;
- Fortalecer os mecanismos de sanidade vegetal e de conformidade de insumos e produtos de origem vegetal assegurando a competitividade nacional e internacional;
- Fortalecer os serviços de vigilância agropecuária internacional, os laboratórios oficiais e a educação sanitária em atendimento às demandas da defesa agropecuária federal.

» Pesquisa e inovação agropecuária

Os resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação em agropecuária provocam impactos no crescimento da produção, na qualidade dos alimentos, no aumento das exportações, na oferta de fontes alternativas de energia, na conservação ambiental e na geração de conhecimentos estratégicos para o país. Porém, ainda há insuficiência na geração e adoção de soluções inovadoras voltadas para a sustentabilidade e a competitividade dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal. Isso implica uma demanda crescente por tecnologias, conhecimento e inovação que permitam o desenvolvimento contínuo da agropecuária brasileira, a inclusão social e produtiva, o desenvolvimento regional, o enfrentamento da pressão da mudança do clima sobre os biomas e o uso sustentável dos recursos.

Essas pressões esbarram em um ambiente de negócios pouco propício à inovação, nas baixas conectividade, capacidade organizacional e qualificação técnica dos produtores no ambiente rural e na integração deficiente entre pesquisa, assistência técnica e extensão rural. A fim de se continuar estimulando avanços, são necessários investimentos contínuos em pesquisa e desenvolvimento na agricultura, além de uma boa capacidade de se promover a incorporação dos conhecimentos e das tecnologias gerados, cruciais para apoiar o crescimento da produção de alimentos com base no uso racional de recursos naturais.

Objetivo geral do programa

Fortalecer a capacidade do setor agropecuário na superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio da geração, do compartilhamento e da aplicação de conhecimento técnico-científico.

Objetivos específicos

- Aumentar o compartilhamento, a aplicação e a geração de conhecimentos técnico-científicos para superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal;
- Ampliar as ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação em parceria com agentes dos ecossistemas de inovação nacionais e internacionais para o enfrentamento dos desafios de futuro dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.

» Abastecimento e soberania alimentar

No Brasil, há insuficiência de estoques de alimentos para o abastecimento e a proteção de preços da agricultura familiar. A esse problema somam-se a dificuldade de acesso a informações necessárias para melhorar a regularização da atividade agrícola; a baixa organização da agricultura familiar em cooperativas e associações, especialmente entre as mulheres, o que dificulta a comercialização de produtos; e a insuficiência de instrumentos e de capacitação técnica para a agregação de valor aos alimentos e o aumento da renda dos produtores.

Por meio de ações coordenadas, é possível fortalecer a capacidade dos agricultores e agricultoras familiares e de seus empreendimentos de produzir alimentos de forma sustentável, garantindo um abastecimento alimentar adequado e seguro, com respeito às dimensões regionais, culturais e sociais. Além disso, é fundamental promover o acesso a mercados, incentivando a participação da agricultura familiar em programas institucionais de compras governamentais e facilitando o acesso a canais curtos de comercialização. Com uma intervenção abrangente, é possível impulsionar a agricultura familiar e alcançar um desenvolvimento saudável, sustentável e justo.

Objetivo geral do programa

Ampliar a disponibilidade e o abastecimento de alimentos diversificados com base em sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, para a promoção da soberania alimentar.

Objetivos específicos

- Promover a formação de estoques de alimentos, contribuindo para a sustentação de preços aos produtores(as) e ampliando a oferta de produtos básicos no mercado interno;
- Promover a comercialização e as compras públicas da agricultura familiar, assegurando a participação de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, juventude rural e mulheres rurais;
- Fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar para o abastecimento, por meio da promoção de empreendimentos familiares, associativismo e cooperativismo solidários, agroindustrialização e inclusão sanitária, assegurando a participação de povos.

» Agricultura familiar e agroecologia

A agricultura familiar tem papel importante no aumento da produção de alimentos saudáveis para o combate à fome, à insegurança alimentar e nutricional e à pobreza rural, promovendo o aumento de renda e a qualidade de vida de agricultores familiares e da sociedade brasileira, a partir do consumo de produtos advindos de uma produção mais sustentável.

São vários os desafios da agricultura familiar e da agroecologia, com destaque para a pobreza rural; a inflação de alimentos; o uso intensivo de agrotóxicos na produção; a baixa capacidade de produção; a insuficiência de instrumentos de financiamento e de proteção

da produção; a necessidade de conhecimento técnico; a ausência de documentação para acesso a políticas públicas; a necessidade de máquinas e equipamentos para o aumento da produtividade; e as desigualdades econômicas e sociais que dificultam o desenvolvimento produtivo das mulheres. Tendo em vista a importância do tema, o país precisa avançar nessa agenda e fortalecer a agricultura familiar e a agroecologia em sua diversidade.

Objetivo geral do programa

Fortalecer a agricultura familiar em sua diversidade e a agroecologia, promovendo a produção de alimentos, a inclusão socioeconômica, a redução das desigualdades, a segurança alimentar e nutricional e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Objetivos específicos

- Aperfeiçoar o crédito rural, com foco na produção de alimentos, na agroecologia e na sociobiodiversidade;
- Garantia-Safra - assegurar aos agricultores familiares garantia de proteção da produção em decorrência de perda de safra;
- Promover o acesso a serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em consonância com os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e em conformidade com as demandas prioritárias e as políticas estratégicas para a agricultura familiar.;
- Promover a formação de agentes de ATER, proporcionando a atualização de conhecimentos e o aprimoramento das diferentes abordagens, dos métodos e metodologias, para qualificar os serviços ofertados em conformidade com os princípios e as diretrizes da PNATER;
- Promover ações de inovação destinadas à agroecologia e à transição agroecológica;
- Promover a bioeconomia na agricultura familiar de forma inclusiva, com ênfase no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade;
- Fomentar a inclusão produtiva de agricultores e agricultoras familiares em situação de pobreza e extrema pobreza;
- Promover a inclusão do público no Cadastro da Agricultura Familiar (CAF);
- Ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares a máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e agroindustriais;
- Fortalecer a autonomia econômica e produtiva das mulheres rurais.

» **Governança fundiária, reforma agrária e regularização de territórios quilombolas e de povos e comunidades tradicionais**

A promoção das políticas públicas constitucionais da reforma agrária e de titulação de territórios a quilombolas e povos e comunidades tradicionais dialoga com a democratização do acesso à terra, a inclusão produtiva, a reparação histórica e a sucessão rural. A governança fundiária é relevante e necessária para o Estado brasileiro, uma vez que sua efetividade está associada à melhoria dos indicadores regionais de desenvolvimento econômico,

social e ambiental. Além disso, a reforma agrária, a regularização de territórios quilombolas e a governança fundiária têm efeito direto na redução dos conflitos agrários.

Assim, o acesso à terra se traduz em soberania alimentar, redução da fome, aumento de emprego, aumento de práticas agroecológicas e contribuição para a economia local, com a produção de alimentos saudáveis. A distribuição desigual no acesso à terra desfavorece trabalhadores e trabalhadoras rurais, assim como povos e comunidades tradicionais, reforçando desigualdades e situações de vulnerabilidade social.

Objetivo geral do programa

Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações.

Objetivos específicos

- Assentar famílias de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero e a sucessão rural;
- Estruturar assentamentos, promovendo a qualificação da produção e a melhoria da qualidade de vida das famílias;
- Promover o acesso a territórios e sistemas produtivos para quilombolas;
- Promover o acesso à educação do campo para o público da reforma agrária, quilombolas e povos e comunidades tradicionais;
- Promover o acesso democratizado à terra;
- Aprimorar o gerenciamento da malha fundiária.

» Pesca e aquicultura sustentáveis

Ao longo dos anos, as políticas públicas voltadas para a pesca e a aquicultura no Brasil passaram por diversas transformações e estiveram associadas a diferentes órgãos governamentais, contribuindo para um quadro de insuficiência na adoção e na continuidade de práticas sustentáveis nas cadeias produtivas da pesca e da aquicultura. A falta de recursos financeiros e técnicos para implementar medidas de manejo eficazes, o monitoramento inadequado das atividades pesqueiras e aquícolas e a falta de coordenação entre os diferentes atores envolvidos na gestão, impedem o Brasil de atingir todo o seu potencial pesqueiro e aquícola, apesar da sua dimensão continental, da sua rica biodiversidade, do seu potencial hídrico e da forte presença da pesca artesanal no país.

Assim, a articulação federativa é imprescindível para a implementação de programas e políticas de apoio aos pescadores, em que se incluem incentivos financeiros, capacitação, assistência técnica, formação de comitês e fóruns de discussão com representantes dos diferentes níveis de governo, da sociedade civil e do setor pesqueiro e aquícola, para que seja possível promover o diálogo e a tomada de decisões em conjunto.

Objetivo geral do programa

Desenvolver a pesca e a aquicultura de forma sustentável, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas e considerando as dimensões ecológica, econômica, social e cultural dessas atividades para gerar trabalho e renda, contribuir para a segurança alimentar e melhorar a produtividade e a competitividade do setor.

Objetivos específicos

- Promover a valorização do pescado nacional e o aumento da produção da aquicultura;
- Fortalecer o ordenamento e o monitoramento da atividade pesqueira e aquícola.

» Inovação nas empresas para uma nova industrialização

A desindustrialização acelerada no Brasil tem sido um problema crescente, com diminuição da participação da indústria no PIB e impactos negativos no crescimento econômico e no desenvolvimento regional. Diversos fatores contribuem para a desindustrialização acelerada, com destaque para a mudança na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços; o crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor de serviços; e a globalização e a especialização produtiva dos países.

O programa visa fortalecer as áreas de pesquisa e produção de conhecimento aplicado às atividades econômicas por meio do fomento da colaboração entre institutos de ciência e tecnologia (ICTs) e empresa, do estímulo a projetos e empresas inovadoras, do fomento de atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas empresas. Além disso, a abordagem política proposta deve ser complementada por medidas regulatórias, de seguro social e macroeconômicas, reconhecendo que as políticas industriais por si só não podem criar uma economia inclusiva e de bons empregos.

Objetivo geral do programa

Promover e apoiar o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas nacionais, com foco em projetos que alavancuem a industrialização do país por meio da promoção de atividades que adicionem valor à produção nacional.

Objetivos específicos

- Incentivar a colaboração entre Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) e empresas para o desenvolvimento tecnológico e o aumento do conteúdo de inovação nacional;
- Ampliar os investimentos em pesquisa & desenvolvimento (P&D) para estruturação e expansão dos complexos industriais-tecnológicos;
- Ampliar o custo-efetividade dos incentivos fiscais à pesquisa, desenvolvimento & inovação (PD&I) (acompanhados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) nas empresas nacionais;
- Incentivar o desenvolvimento de ambientes inovadores e o empreendedorismo inovador;
- Fomentar a transformação digital, a capacitação digital, a estruturação e a expansão da utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nos complexos industriais estratégicos para o desenvolvimento nacional.

» **Neoindustrialização, ambiente de negócios e participação econômica internacional**

A neoindustrialização corresponde a um processo de desenvolvimento industrial concentrado nas necessidades estratégicas do país, visando, principalmente, à geração de empregos de qualidade; à distribuição de renda via mercado e programas sociais; à sustentabilidade ambiental estruturada a partir da economia verde e da bioindústria; à diminuição das emissões de carbono e ao favorecimento do uso de tecnologias de ponta desenvolvidas de forma soberana e internacionalmente articuladas, como a biotecnologia e as tecnologias digitais da indústria 4.0. O Brasil tem muito potencial de desenvolvimento em função de sua biodiversidade e de sua matriz energética limpa e renovável, mas precisa avançar nessa agenda.

A indústria brasileira vem perdendo participação no PIB, o que contribui para a redução da renda, a estagnação da produtividade da economia e o aumento da desigualdade social. Nesse sentido, a economia brasileira enfrenta dificuldades em se posicionar de forma mais expressiva no comércio internacional, especialmente no que se refere ao desempenho das exportações e importações do país. Contribuem também para o menor dinamismo no setor as dificuldades normativas, regulatórias, procedimentais, tecnológicas ou processuais à abertura, à formalização, ao registro, à legalização, ao acesso a crédito e investimentos, ao incentivo à inovação e demais etapas necessárias para alavancar as operações dos negócios, especialmente entre micro e pequenas empresas.

Tendo em vista a importância dessa pauta, a neoindustrialização é uma Agenda Prioritária deste governo.

Objetivo geral do programa

Ampliar a inovação, a produtividade e a competitividade em direção a uma economia verde, diversificada, complexa e adensada, com melhoria do ambiente de negócios e aumento da participação econômica internacional qualificada do país, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, a promoção de trabalho, a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Objetivos específicos

- Promover a simplificação e a desburocratização do ambiente de negócios; e o acesso a redes de apoio, a crédito e garantias, com enfoque em micro e pequena empresas (MPEs), microempreendedores e artesãos;
- Promover o desenvolvimento da economia verde ampliando a sua participação na indústria brasileira;
- Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação;
- Promover o uso da infraestrutura da qualidade como ferramenta estratégica transversal para o aumento da produtividade, competitividade e desenvolvimento econômico sustentável;
- Otimizar o desempenho do Sistema de Propriedade Intelectual e estimular o uso da propriedade intelectual como ferramenta estratégica para o alcance das políticas industrial, de inovação, de economia verde, de micro e pequenas empresas e de comércio exterior;
- Promover o aumento e a melhoria da inserção comercial do país;
- Promover a melhoria do ambiente de negócios por meio do aperfeiçoamento do sistema regulatório nacional.

» Política econômica para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo

Uma diretriz importante para a política econômica é buscar mitigar os efeitos adversos das mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, aumentar o bem-estar da população. Os efeitos oriundos das mudanças climáticas continuarão a aumentar a frequência e a gravidade dos desastres naturais, trazendo impactos adversos para a vida cotidiana da população. Além disso, a perda de receitas fiscais e o aumento dos gastos públicos para a mitigação dos efeitos, a assistência e a reconstrução podem sobrecarregar os orçamentos dos governos.

Uma política fiscal e um orçamento alinhados e coordenados com a transição ecológica são fundamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável. O país terá muito a ganhar com uma transformação ecológica em que seus recursos naturais sejam aproveitados em prol do enfrentamento da crise climática, da geração de emprego e renda para a população, do aumento da produtividade da economia e da redução das desigualdades. No âmbito macroeconômico, a busca do desenvolvimento sustentável é o fio condutor, com crescimento econômico, justiça social, ambiental e climática.

Objetivo geral do programa

Atuar para o crescimento econômico e o desenvolvimento, com sustentabilidade fiscal, responsabilidade social e ambiental, e para um sistema tributário justo e eficiente, ampliando a capacidade estatal de atender à sociedade e proteger os mais vulneráveis.

Objetivos específicos

- Promover a cultura de responsabilidade e conformidade fiscal e tributária, por meio da facilitação e da orientação, fortalecendo a transparência e o relacionamento com a sociedade;
- Promover a arrecadação por meio de ações efetivas, racionais, justas e adequadas ao perfil do contribuinte, fortalecendo o combate à fraude fiscal para o fomento de um ambiente econômico e concorrencial equilibrado;
- Viabilizar as iniciativas para a transformação ecológica da economia brasileira, visando o crescimento econômico sustentável, com crescimento de produtividade, aumento de renda, redução do impacto ambiental e distribuição de renda.

» Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social

O acesso aos resultados do conhecimento científico no Brasil envolve o desafio de lidar com a desconfiança, a resistência, a falta de identificação dos indivíduos com a ciência e a tecnologia e a dificuldade de acesso da população.

A fim de aproximar a população, de forma estrutural, da ciência e da tecnologia, é fundamental uma educação de qualidade desde o ensino básico, sem deficiências na formação de profissionais nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática; maior investimento em pesquisa e desenvolvimento para organizações e empreendedores sociais de cunho científico e solidário; ampliação das infraestruturas físicas e tecnológicas; maior reconhecimento e valorização de professores, pesquisadores e profissionais de ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

Objetivo geral do programa

Democratizar o acesso aos resultados do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a difusão de tecnologias e a popularização da ciência, para contribuir para a resolução de problemas sociais e a melhoria de vida da população.

Objetivos específicos

- Ampliar o fomento a projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) construídos a partir do diálogo e em colaboração com atores não acadêmicos, e cujos conhecimentos coproduzidos sejam voltados para a solução de problemas socialmente relevantes;
- Ampliar o desenvolvimento, o acesso, a reaplicação e a apropriação de tecnologias sociais;
- Ampliar o fomento a iniciativas de Popularização da Ciência & Tecnologia e Educação Científica no país;
- Promover o desenvolvimento, a produção nacional e a certificação de tecnologias assistivas;
- Fomentar a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento científico e tecnológico na área de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), gerando soluções inclusivas inovadoras para a erradicação da fome e a mitigação de desigualdades.

» **Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI)**

O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação passou por várias transformações ao longo das últimas décadas. Atualmente, o país possui uma sólida estrutura física e regulatória na área de CT&I, o que permite a formulação de estratégias para o contínuo aperfeiçoamento do sistema e uma maior articulação entre os setores acadêmico, empresarial e governamental, impulsionando a produção científica, tecnológica e inovadora do Brasil.

Apesar dos avanços, a capacidade científica nacional continua, porém, insuficiente para enfrentar os desafios sociais e econômicos do país. A infraestrutura de pesquisa é insuficiente, falta capital humano qualificado e uma política de ciência, tecnologia e inovação de longo prazo. Além disso, há baixa densidade de cooperação científica internacional e fragmentação do conhecimento produzido. Tendo em vista o desenvolvimento do país, é necessário potencializar a capacidade científica e promover o desenvolvimento sustentável, a diversificação econômica e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Objetivo geral do programa

Recuperar, expandir, modernizar, consolidar e integrar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, promovendo a articulação com a sociedade civil e os governos estaduais e municipais, a difusão de capacidades e a redução de assimetrias.

Objetivos específicos

- Recuperar, expandir e modernizar a infraestrutura nacional de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D);
- Ampliar o impacto da Ciência & Tecnologia (C&T) nacional, fomentando a geração de conhecimento através do apoio a projetos;
- Promover a formação, a capacitação, atração e a fixação de recursos humanos em projetos de Ciência, Tecnologia & Inovação
- (CT&I) com atenção à correção de assimetrias;
- Expandir as parcerias estratégicas de cooperação nacional e internacional em CT&I;
- Ampliar a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e inovação do ecossistema de segurança cibernética nacional;
- Contribuir com fomento à Infraestrutura Nacional da Qualidade.

» **Política nuclear**

Em todo o mundo, apenas 12 países dominam a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, incluindo o Brasil. Entre esses países, somente três dispõem de reservas de urânio para exploração comercial, o Brasil entre eles. Dentro desse cenário, o Brasil teria todas as

condições para exercer um papel de destaque na cadeia produtiva internacional, de alto valor agregado, no âmbito do setor nuclear, além de garantir sua autonomia em escala industrial.

Para isso, o país precisaria superar desafios relacionados à insuficiência de infraestrutura, de recursos humanos especializados e de instrumentos normativos para atender às demandas por tecnologias e aplicações na área nuclear, assim como melhorar o aproveitamento do potencial nuclear, resultando em uma maior oferta de produtos e serviços derivados da tecnologia nuclear. O programa visa proporcionar condições para a expansão das atividades do setor no país, fomentando a participação da iniciativa privada e a inserção do país nos mercados internacionais, tornando-o atrativo para novos investimentos com a garantia de segurança quanto à utilização da energia nuclear para o bem-estar da sociedade.

Objetivo geral do programa

Promover o desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações para ampliar a capacidade de oferta de produtos e serviços, para atender a demanda e os benefícios dos usos pacíficos da energia nuclear e das radiações ionizantes, de forma segura e sustentada.

Objetivos específicos

- Desenvolver a ciência e a tecnologia nucleares e suas aplicações de forma segura, para atender aos diversos usos pela sociedade;
- Produzir e fornecer radiofármacos e radioisótopos para atendimento à sociedade;
- Ampliar a formação especializada de recursos humanos para o setor nuclear;
- Garantir a proteção radiológica das instalações radiativas e nucleares, a segurança física e nuclear e o controle de materiais nucleares;
- Expandir, implantar e operar o ciclo completo da produção de combustível nuclear em escala capaz de atender à demanda dos reatores nucleares brasileiros e ampliar as oportunidades para a exportação de insumos e serviços;
- Ampliar a produção de equipamentos pesados para as indústrias nuclear e de alta tecnologia, aumentando a capacidade nacional no setor.

» Programa espacial brasileiro

Os produtos e serviços espaciais são indispensáveis à sociedade moderna, com impacto no dia a dia da população e no desenvolvimento do país. Embora nem sempre perceptível ao cidadão, a utilização de sistemas espaciais é imprescindível para áreas como previsão de tempo, telecomunicações, navegação, entre outras, que concorrem para o desenvolvimento nacional.

O principal desafio da área é a indisponibilidade de soluções espaciais autônomas para o atendimento sustentado das demandas da sociedade. São diversos os fatores que contribuem para esse desafio, com destaque para a falta de cadência de projetos; insuficiência de capital humano; infraestrutura insuficiente e baixa manutenção das existentes; atraso

tecnológico; baixo poder de compra do Estado junto ao setor espacial nacional; limitação da capacidade indutora do Estado; ambiente de negócios desfavorável; e indústria nacional espacial incipiente. Assim, a Política Espacial Nacional aponta para a necessidade de desenvolver no país a capacidade para utilizar recursos e técnicas espaciais em benefício da sociedade brasileira.

Objetivo geral do programa

Ampliar a disponibilidade e a competitividade de soluções espaciais na forma de produtos, serviços, infraestrutura e aplicações para o atendimento das demandas da sociedade de forma autônoma e sustentada.

Objetivos específicos

- Ampliar a entrega de produtos, serviços e aplicações espaciais para atender às demandas prioritárias da sociedade;
- Buscar autonomia científica, tecnológica e operacional na área espacial.

» **Oceano, Zona Costeira e Antártica**

O Oceano Atlântico Sul e Tropical e a zona costeira brasileira são estratégicos para o desenvolvimento do país e a segurança nacional, em razão da sua extensão e do seu potencial econômico. A permanência do Brasil na região antártica justifica-se não somente por razões estratégicas, mas também por sua relevância para as pesquisas científicas nacionais. Um dos desafios é garantir a implementação efetiva das áreas protegidas marinhas, ordenando o uso sustentável dos recursos naturais nesses territórios, bem como proteger as áreas mais representativas da biodiversidade marinha brasileira.

A fim de impulsionar o conhecimento científico, inclusive relativo a mudanças climáticas no território nacional e na Antártica, são necessárias a compreensão e a manutenção dos serviços ecossistêmicos de oceanos, por meio de pesquisas, da capacitação material e de pessoal, da observação, do acompanhamento, do monitoramento e da disseminação de fenômenos e dados físicos, químicos, atmosféricos, ambientais, ecossistêmicos, biogeoquímicos e decorrentes da atividade humana.

Objetivo geral do programa

Ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica.

Objetivos específicos

- Contribuir para a sustentabilidade marinha, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da justiça social no oceano, nas zonas costeiras e na Antártica;

- Consolidar e ampliar a participação do Brasil no cenário internacional quanto aos temas relacionados ao oceano e à Antártica;
- Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, na zona costeira e nas regiões polares;
- Viabilizar o ordenamento ecológico e econômico nos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição nacional para aumentar a resiliência à mudança do clima e prover segurança jurídica, contribuindo com a sustentabilidade socioambiental e a governança.

» Economia popular e solidária sustentáveis

Nos últimos anos, a economia solidária experimentou uma expansão no Brasil, em especial, entre os segmentos populacionais mais vulneráveis. A economia popular e solidária surge como um modelo alternativo de desenvolvimento socioeconômico, buscando a justiça social e a superação das desigualdades. Contudo, a ausência de legislação específica, a quantidade de recursos públicos destinados, a necessidade de formação para os integrantes das iniciativas, a dificuldade de acesso ao crédito e a ausência de espaços públicos para a comercialização colocam barreiras significativas para a consolidação da economia popular e solidária.

O problema da geração de emprego fica claro pelas altas taxas de desocupação, informalidade, extrema pobreza e desigualdade no país. A expansão da economia solidária é uma resposta efetiva à falta de renda, sendo uma verdadeira estratégia de desenvolvimento. As iniciativas econômicas solidárias funcionam como um instrumento de dinamização socioeconômico em processos de desenvolvimento local e territorial sustentável, buscando a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente.

Objetivo geral do programa

Fortalecer as iniciativas de economia popular e solidária e a construção de redes produtivas, fundamentadas nos princípios de autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e valorização das dinâmicas territoriais.

Objetivos específicos

- Promover a institucionalidade, a visibilidade e a capilaridade da economia popular e solidária;
- Implementar as iniciativas de Economia Popular e Solidária, valorizando as dinâmicas territoriais;
- Promover a educação popular, a qualificação técnica e a formação cidadã em economia popular e solidária.

» Promoção do trabalho decente, emprego e renda

O trabalho é um direito social previsto na Constituição brasileira. Porém, o desemprego e o alto índice de informalidade no país evidenciam as barreiras associadas ao acesso e à permanência no mercado de trabalho, barreiras reforçadas por discriminações relativas a gênero, raça/cor, deficiência, assim como ao baixo nível de qualificação de parcela

significativa da população. A vulnerabilidade social contribui ainda para o desrespeito à legislação trabalhista, com a persistência do trabalho infantil e do trabalho análogo à escravidão.

O país precisa avançar no combate às violações aos direitos dos trabalhadores e promover uma agenda sobre o futuro do trabalho em que sejam incorporadas as transformações em curso no processo produtivo. Dessa forma, será possível aproveitar as externalidades positivas, sociais e econômicas, da promoção do trabalho decente, com a redução da informalidade, dos acidentes e das mortes no trabalho, com o combate à exploração infantil, ao trabalho análogo à escravidão e às discriminações que perpetuam a desigualdade e a subutilização da mão de obra.

Objetivo geral do programa

Assegurar o trabalho decente, o acesso ao emprego e à renda, a proteção social e a remuneração justa, garantindo segurança e saúde no trabalho, diálogo social, inclusão, acessibilidade e equidade no mundo do trabalho.

Objetivos específicos

- Gerar e disseminar informações estratégicas sobre trabalho, emprego, renda e relações de trabalho;
- Melhorar a eficiência da intermediação de mão de obra;
- Promover a qualificação social e profissional;
- Fomentar o crédito às atividades empreendedoras e o microcrédito produtivo orientado;
- Aperfeiçoar o atendimento digital ao trabalhador;
- Aumentar a formalização do vínculo de emprego por meio de ações de inspeção do trabalho;
- Combater a exploração do trabalho análogo ao escravo e o tráfico de pessoas;
- Ampliar o cumprimento da obrigação legal de acesso e inclusão das pessoas com deficiência e, ou, reabilitadas no mercado formal de trabalho de maneira acessível, inclusiva e sustentável;
- Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento nos ambientes de trabalho das organizações por meio da exigência do cumprimento de medidas legais de prevenção da discriminação, do assédio e da violência no trabalho;
- Assegurar a dignidade no trabalho das trabalhadoras domésticas;
- Retirar crianças e adolescentes de situação de trabalho infantil;
- Reduzir os riscos nos ambientes de trabalho;
- Reduzir a inadimplência e a sonegação do FGTS relativo aos empregados formais, bem como garantir que os valores recolhidos sejam depositados nas contas individualizadas;
- Ampliar a inclusão de jovens na aprendizagem profissional de qualidade;
- Promover a mediação e a negociação coletiva, de forma a incentivar a solução extrajudicial de conflitos trabalhistas;
- Democratizar e reestruturar as relações do trabalho.

» Energia elétrica

A energia elétrica é um insumo essencial para o crescimento econômico e a sua oferta deve ser suficiente para o atendimento da demanda. Este programa tem por objetivo a entrega de energia com qualidade e continuidade ao consumidor final, dentro de um contexto de tarifas a preços justos e de sustentabilidade socioambiental. No Brasil, há dificuldade de se manter o crescimento da infraestrutura do setor elétrico alinhado ao crescimento da economia. Esse problema pode ser atribuído ao baixo desempenho das distribuidoras, à insegurança jurídica e regulatória e à menor confiabilidade na geração de energia a partir das instalações de geração de energia elétrica existentes.

Além disso, persistem os desafios da universalização do acesso e da pobreza energética, que podem ser enfrentados de diversas formas, por exemplo, com a expansão do sistema de distribuição de energia elétrica pelo território e maior acesso a micro e mini geração distribuídas, inclusive em residências de baixa renda em centros urbanos e no campo.

Objetivo geral do programa

Assegurar o suprimento de energia elétrica ao mercado brasileiro com justiça social e sustentabilidade econômica e ambiental.

Objetivos específicos

- Viabilizar acesso à geração distribuída pela população de baixa renda;
- Universalizar o acesso à energia elétrica (Programa Luz para Todos);
- Expandir a capacidade instalada de geração de energia elétrica;
- Expandir o sistema de transmissão de energia elétrica;
- Reduzir a pobreza energética.

» Petróleo, gás, derivados e biocombustíveis

O setor enfrenta baixa atratividade para investimentos em exploração e produção de petróleo e gás natural em novas áreas e em campos maduros; dependência externa com exposição ao comércio internacional de derivados; infraestrutura insuficiente na cadeia de produção, escoamento e processamento de gás natural, refino e distribuição de petróleo, gás, derivados e biocombustíveis para dar suporte e promover o desenvolvimento nacional; falta de concorrência entre produtores nacionais; e dificuldade em ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz de transportes.

Alinhado ao objetivo estratégico de garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética, é necessário garantir com eficiência e sustentabilidade o abastecimento do mercado de combustíveis, gás natural e

outros derivados de petróleo, bem como maximizar o aproveitamento dos recursos energéticos renováveis e não renováveis nacionais.

Objetivo geral do programa

Ampliar investimentos na exploração e produção de petróleo e gás natural, na infraestrutura de escoamento e processamento de gás natural, no abastecimento de combustíveis e na redução da dependência externa de derivados, de forma a promover a segurança energética e a proteção dos interesses do consumidor, aliado a uma maior ênfase na transição energética.

Objetivos específicos

- Reduzir a dependência externa de derivados de petróleo;
- Melhorar o aproveitamento da produção de gás natural nacional;
- Aumentar as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

» Transição energética

O Brasil é signatário de diversos acordos para a redução do impacto ambiental, ao mesmo tempo que é um dos principais emissores globais anuais. O setor energético, que tem uma relevante participação de energia renovável na matriz energética, deve contribuir para os compromissos assumidos pelo país para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Ademais, a questão da transição energética se insere em um contexto global em que se buscam soluções para mitigar as mudanças climáticas.

O setor energético está em transformação, para uma tendência de eletrificação e descentralização em que, além de novas fontes de energia serem necessárias, é preciso avançar na eficiência energética, na digitalização e na modernização. Assim, o programa visa contribuir para fazer da energia um elemento propulsor do desenvolvimento sustentável do país e de posicionamento estratégico nacional, levando em consideração o trilema energético: segurança energética, sustentabilidade e equidade energética.

Objetivo geral do programa

Coordenar, planejar e promover a redução do conteúdo de carbono da matriz energética brasileira, promovendo a manutenção da alta participação da oferta de energias limpas e renováveis e o aumento da eficiência energética, tanto na oferta quanto na logística de distribuição e no uso final de energia.

Objetivos específicos

- Descarbonizar a matriz de transportes, via biocombustíveis;
- Ampliar o suprimento de minerais estratégicos para a transição energética;
- Promover a eficiência energética no uso final de energia;
- Aumentar a participação das fontes de energia limpa na matriz energética brasileira;
- Viabilizar a expansão da rede básica de transmissão de energia, com ênfase em transição energética;
- Reduzir a participação da geração de energia a diesel nos sistemas isolados;
- Assegurar o atendimento de energia e potência do sistema interligado nacional;
- Interligar sistemas isolados.

» Comunicações para inclusão e transformação

Mesmo com os avanços tecnológicos, o país ainda apresenta baixos índices de acesso e de utilização dos serviços de comunicações. O reduzido alcance do sinal de rádio e TV digital público e o desequilíbrio na atuação regulatória entre os agentes, que geram desincentivo a investimentos no setor de telecomunicações, assim como a falta de acesso à internet em banda larga, são alguns dos fatores que explicam a insuficiência dos serviços de comunicações. Além disso, há o desafio da implantação de infraestrutura, principalmente no que diz respeito à universalização dos serviços em regiões remotas diante de um país de dimensões continentais. Embora a prestação dos serviços de telecomunicações seja de ordem privada, configura-se também de interesse público e constitucionalmente de responsabilidade do Estado, que deve agir com vistas à universalização e à qualidade dos serviços.

Objetivo geral do programa

Assegurar serviços de comunicações e conectividade, pela oferta inclusiva dos meios de acesso, com o desenvolvimento das habilidades digitais, dando ênfase aos grupos vulnerabilizados.

Objetivos específicos

- Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em telecomunicações.;
- Promover a inclusão digital e a conectividade significativa;
- Promover o desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade;
- Expandir a digitalização da TV aberta;
- Ampliar a segurança das comunicações de agentes do Estado pela exploração da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal (RPCAPF), com criptografia de Estado;
- Promover o acesso universal ao atendimento dos serviços postais básicos, viabilizando o suprimento das necessidades da sociedade;
- Promover o acesso universal à distribuição dos serviços postais básicos, viabilizando o suprimento das necessidades da sociedade;

- Operações: modernização do parque logístico nacional dos Correios;
- Infraestrutura - ampliação da capacidade de processamento dos objetos nacionais e internacionais, com instalação de novos centros operacionais.

» **Aviação civil**

Apesar de suas dimensões continentais, o Brasil é um país em que o transporte aéreo regular de passageiros e cargas ainda dispõe de grande capacidade de expansão, com boas oportunidades de desenvolvimento da aviação civil, especialmente nas localidades distantes dos grandes centros urbanos. O país ainda apresenta um número restrito de viagens per capita, quando comparado com países com características geográficas e econômicas semelhantes.

Assim, é preciso atuar na ampliação e/ou modernização de aeroportos regionais, na capacitação de profissionais para o setor de aviação civil, na implantação de equipamentos de auxílio à navegação aérea em aeroportos e na promoção de ambiente regulatório favorável para a atração de novas empresas para o mercado doméstico.

Objetivo geral do programa

Desenvolver e integrar a aviação civil, de forma sustentável, com foco na segurança, no aumento da competitividade, na qualidade dos serviços e na ampliação do acesso ao transporte aéreo pela população brasileira.

Objetivos específicos

- Ampliar o número de aeroportos regionais atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas;
- Ampliar o número de usuários do transporte aéreo;
- Reduzir a intensidade de emissões de CO² da aviação civil brasileira;
- Promover e aprimorar a segurança da aviação civil brasileira.

» **Portos e transporte aquaviário**

A melhoria da eficiência logística é fundamental para o desenvolvimento econômico do país, com destaque para os portos e os transportes marítimos e hidroviários. O desenvolvimento desses modais passa pela superação de diversos desafios, como: insuficiência e/ou ineficiência dos sistemas portuários e de transportes marítimos e hidroviários, resultantes da baixa integração entre os modais de transporte; não realização de investimentos na ampliação da infraestrutura portuária; ociosidade de áreas em portos organizados; legislação difusa e complexa; gestão portuária pública ineficiente; falta de flexibilidade na contratação de obras e serviços por autoridades portuárias públicas; pouca coordenação dos agentes públicos.

A ausência de investimentos adequados no setor contribui de forma crucial para o desbalanceamento da matriz de transportes brasileira e para os problemas na intermodalidade do país. Assim, a realização de investimentos em infraestrutura portuária é necessária para garantir a expansão da capacidade e acompanhar o crescimento do setor.

Objetivo geral do programa

Promover o desenvolvimento, a eficiência, a qualidade, a competitividade e a segurança dos portos e do transporte aquaviário, priorizando iniciativas que tenham foco no serviço adequado e que sejam inovadoras e baseadas na sustentabilidade socioambiental.

Objetivos específicos

- Aumentar a disponibilidade de instalações portuárias (IP4) nos municípios localizados às margens de rios navegáveis;
- Promover o adequado embarque e desembarque de cargas e passageiros, garantindo a disponibilidade, a acessibilidade e a perenidade das instalações portuárias (Instalações Portuárias de Pequeno Porte - IP4);
- Ofertar vias em condições adequadas para a navegação;
- Adequar a capacidade portuária à demanda de cargas e passageiros existente e futura;
- Tornar o sistema portuário mais competitivo, seguro, sustentável, inclusivo e com acessibilidade;
- Financiar a construção ou manutenção de embarcações, estaleiros e infraestruturas portuárias com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

» Segurança viária

O Brasil apresenta um elevado número e severidade de sinistros no transporte terrestre, o que afeta usuários de trânsito urbano, de rodovias e de ferrovias federais, ocasionando inclusive a perda de vidas. Tal situação se deve à baixa qualidade da infraestrutura das vias, ao número reduzido de campanhas e programas de conscientização dos cidadãos e da sociedade, aos conflitos ferroviários urbanos e ao pouco engajamento da população na promoção de um trânsito seguro. Institucionalmente, identifica-se a ausência de uma política pública para a realização de pesquisas voltadas para os problemas do trânsito e pouca adoção de inovações tecnológicas no setor de transporte terrestre.

Os acidentes de trânsito geram ainda custos econômicos substanciais para o país, incluindo gastos com saúde, perdas de produtividade, danos materiais e prejuízos ao setor. A segurança viária é uma responsabilidade fundamental do governo, que tem o dever de proteger a vida e a integridade física dos cidadãos. O programa tem como prioridade a segurança viária, a fim de preservar vidas e reduzir as consequências econômicas dos acidentes.

Objetivo geral do programa

Aumentar a segurança nas vias terrestres por meio de ações de educação para o trânsito, inovações tecnológicas, engenharia de segurança viária, fiscalização, regularização física do ativo e solução de conflitos ferroviários para reduzir o número e a severidade dos sinistros.

Objetivos específicos

- Reduzir as mortes no trânsito;
- Melhorar a segurança viária em áreas urbanas dos municípios com conflitos ferroviários;
- Reduzir o número de sinistros com vítimas no trânsito.

» **Transporte ferroviário**

O Brasil apresenta baixa densidade da malha ferroviária, se comparado a países de dimensões continentais, como o Canadá, a Índia e a China, e mesmo diante de seus pares na América Latina, como o México e a Argentina. Entre os desafios do transporte ferroviário, destacam-se: baixa qualidade da infraestrutura; falta de padronização da métrica das ferrovias; excesso de obrigações administrativas para transportar cargas; pouca adoção de inovações tecnológicas no setor; baixo investimento; baixa integração entre os transportes rodoviário e ferroviário; obras paralisadas ou atrasadas; baixa oferta de transporte ferroviário de passageiros; e oferta insuficiente de transporte ferroviário de cargas.

Há necessidade de ampliação da malha e da capacidade de transporte ferroviário de passageiros, a fim de se aumentar a eficiência dos transportes terrestres, otimizar a logística e a competitividade do país e atrair investimentos privados para o setor de infraestrutura de transportes, inclusive ferroviário, contribuindo com o crescimento sustentável da economia.

Objetivo geral do programa

Promover estrutura e serviços de transporte ferroviário modernos, sustentáveis, integrados, seguros, eficazes, eficientes e adequados à demanda e necessidade atual e futura de cargas e passageiros.

Objetivos específicos

- Realizar a regularização fundiária da malha ferroviária;
- Ampliar a capacidade potencial do transporte ferroviário pela construção de ferrovias;
- Aumentar a eficiência da malha ferroviária de maneira sustentável.

» Transporte rodoviário

O transporte rodoviário desempenha um papel crucial em todo o país, sendo o principal modal utilizado para o escoamento da produção e o transporte de mercadorias. O Brasil, no entanto, tem enfrentado incompatibilidade das rodovias em relação à demanda de carga e passageiros. Essa incompatibilidade gera custos logísticos mais altos, aumento do tempo de viagem e menor competitividade das empresas brasileiras, inclusive no mercado internacional. Além disso, estradas congestionadas, em más condições ou com deficiências de segurança representam riscos para os motoristas e aumentam a ocorrência de acidentes.

É dever do governo garantir que a infraestrutura da malha rodoviária federal esteja adequada às necessidades de mobilidade, segurança e desenvolvimento econômico. O desafio do programa requer uma abordagem coordenada e estratégica em nível federal para garantir uma solução abrangente e eficaz.

Objetivo geral do programa

Ofertar um sistema de transporte rodoviário sustentável, integrado, de qualidade, fluido, eficiente, moderno, seguro e acessível, com vistas ao aperfeiçoamento da mobilidade de pessoas e bens, à redução dos custos logísticos e ao aumento da competitividade.

Objetivos específicos

- Manter a malha rodoviária federal em condições de trafegabilidade e segurança;
- Adequar e ampliar a malha pavimentada rodoviária federal com recursos públicos;
- Conceder rodovias utilizando mecanismos aprimorados, modernos e sustentáveis;
- Ampliar, com recursos privados, a capacidade da malha rodoviária federal concedida;
- Desburocratizar o transporte rodoviário de carga.

» Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade para sempre

Devido às mudanças climáticas, observa-se maior frequência de eventos hidrológicos extremos, como inundações e secas. A estes somam-se a degradação ambiental, a exploração excessiva de recursos hídricos, a demanda ampliada por uso de água e um percentual significativo da população sem acesso a água de qualidade, o que ocasiona episódios ou situações permanentes de insegurança hídrica.

Para erradicar a insegurança hídrica, é necessário viabilizar a oferta de água para os múltiplos usuários, promovendo-se um adequado ambiente de desenvolvimento econômico e social com qualidade ecossistêmica, por meio de ações de gestão dos recursos hídricos

e de intervenções de infraestrutura. Da mesma forma, é fundamental desenvolver ações para a adoção de padrões de qualidade, conservação, recuperação dos recursos hídricos e o uso racional da água.

Objetivo geral do programa

Assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade e quantidade adequados aos usos múltiplos, por meio de infraestrutura adequada, da conservação, da recuperação e do uso racional dos recursos naturais, promovendo a proteção dos mananciais e revitalização de bacias hidrográficas.

Objetivos específicos

- Preservar, conservar e recuperar bacias hidrográficas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade;
- Ampliar a área e a produtividade da agricultura irrigada para o desenvolvimento regional, observando o uso racional dos recursos naturais;
- Ampliar a segurança hídrica e a resiliência à mudança do clima por meio da implantação, recuperação e manutenção da infraestrutura hídrica, em bases sustentáveis, especialmente nas regiões em situação crítica;
- Aprimorar os usos múltiplos da água e os serviços hídricos, observando a eficiência e a sustentabilidade, ampliando o conhecimento sobre recursos hídricos, minimizando os riscos e ocorrências de conflitos.

» **Turismo, esse é o destino**

O Brasil é um país de grande potencial turístico, mas que se encontra subaproveitado devido à precariedade na oferta dos serviços turísticos, à carência de uma mão de obra formal e qualificada, à baixa demanda internacional por destinos turísticos brasileiros e à ausência de dados e de embasamento para a elaboração de políticas voltadas para o setor. Somada a isso, a questão climática desponta como um problema adicional, na medida em que muitos dos destinos brasileiros estão ameaçados pelos efeitos das mudanças climáticas.

O turismo é um setor com grande potencial de geração de emprego e renda, possibilitando o ingresso de pessoas no mercado de trabalho que muitas vezes teriam dificuldade de inserção socioeconômica. Para se alcançar um patamar mais elevado em competitividade, é necessário melhorar a capacidade de os destinos brasileiros gerarem negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo de forma sustentável, bem como a geração de emprego e renda e a ampliação do acesso às atividades turísticas a todos.

Objetivo geral do programa

Posicionar o turismo como vetor de desenvolvimento sustentável e aumentar a competitividade dos destinos e dos produtos turísticos brasileiros, democratizando o acesso e os benefícios da atividade turística para os cidadãos brasileiros.

Objetivos específicos

- Promover a estruturação e a qualidade dos destinos turísticos, fomentando a cadeia produtiva do turismo;
- Promover as atividades turísticas nos destinos brasileiros de forma sustentável, inclusiva e com acessibilidade;
- Aumentar a chegada de turistas estrangeiros e a receita gerada por esses turistas no Brasil.

» Desenvolvimento regional e ordenamento territorial

São múltiplas as evidências espaciais das desigualdades regionais, entre as quais o baixo índice de desenvolvimento social e humano em porções do território; a distribuição desigual da renda; a participação desigual no PIB, de forma intra e inter-regional; a desigualdade no acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos; e a baixa capacidade governativa de estados e municípios. As iniciativas de desenvolvimento regional precisam: fortalecer as redes de sistemas produtivos e inovadores locais, rurais e urbanos; potencializar as atividades produtivas e sua infraestrutura de suporte, com uso de tecnologias sustentáveis; e possibilitar melhorias em termos de planejamento, gestão e financiamento do desenvolvimento regional e territorial por municípios brasileiros.

O ordenamento busca a organização espacial das atividades produtivas, considerando os aspectos ambientais, urbanísticos e socioeconômicos, para garantir uma distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento e, conseqüentemente, reduzir a pobreza e a exclusão social em todas as regiões do país.

Objetivo geral do programa

Integrar o território nacional e promover o desenvolvimento regional e territorial sustentável, inovador e inclusivo a partir de processos de planejamento, ordenamento e estruturação produtiva.

Objetivos específicos

- Assegurar o desenvolvimento produtivo inovador, inclusivo e sustentável prioritariamente nos territórios elegíveis da Política Nacional de Desenvolvimento Regional;
- Aperfeiçoar as estratégias e os instrumentos de planejamento multiescalar e transversal para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial, com melhoria de governança e da transparência;
- Aprimorar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional.

» **Mineração segura e sustentável**

A mineração no Brasil enfrenta entraves que prejudicam o fluxo de investimentos para o setor, considerado estratégico para a economia, a transição energética e a segurança alimentar. Enfrenta também riscos socioambientais quando a mineração se realiza sem as devidas salvaguardas. Esses problemas estão associados, principalmente, à baixa previsibilidade em relação ao tempo de outorga e a exigências relacionadas; ao arcabouço institucional e normativo insuficiente para assegurar o adequado fechamento de minas; e à atuação insuficientes para a internalização das políticas no desenvolvimento sustentável e eficiente da mineração.

A gestão do patrimônio mineral, pilar do programa, visa criar condições de atratividade para os investimentos no setor, promovendo a pesquisa e a produção mineral no território nacional. Visa também assegurar que a mineração absorva as melhores práticas em suas operações e somente se realize com as devidas salvaguardas socioambientais.

Objetivo geral do programa

Criar, no setor mineral brasileiro, um ambiente orientado para a sustentabilidade, a transição energética, a segurança do público e a atratividade para os investimentos.

Objetivos específicos

- Aumentar a segurança da mineração para a sociedade brasileira;
- Estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor mineral brasileiro;
- Criar um ambiente orientado para a atração de investimentos em pesquisa, produção e transformação mineral;
- Ampliar as reservas de minerais estratégicos para a transição energética;
- Ampliar o suprimento de insumos minerais estratégicos para a segurança alimentar;
- Melhorar as condições socioeconômicas de municípios mineradores e afetados.



3.4

Políticas para a defesa da democracia e a reconstrução do Estado e da soberania

O Brasil, sendo um Estado Democrático de Direito, deve assegurar os fundamentos constitucionais de soberania, cidadania e dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, bem como do pluralismo político. Esses elementos são essenciais para a concretização dos objetivos das políticas sociais e de garantia de direitos, e desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática, apresentadas anteriormente.

As políticas para a defesa da democracia e a reconstrução do Estado e da soberania, agregam programas que focam a participação social, a transparência, o combate à corrupção, o planejamento e o orçamento sustentável e inclusivo, a defesa nacional, a cooperação internacional, a segurança institucional e o acesso à justiça e à defesa de direitos.

A seguir, serão apresentados os programas relacionados às políticas de defesa da democracia de reconstrução do Estado e da soberania, cada um com uma breve contextualização e seus objetivos geral e específicos.

Políticas para defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

- » Defesa da democracia e segurança jurídica para inovação em políticas públicas
- » Reconstrução, ampliação e aprofundamento da participação social e da democracia
- » Planejamento e orçamento para o desenvolvimento sustentável e inclusivo
- » Transformação do Estado para a cidadania e o desenvolvimento
- » Cooperação da defesa para o desenvolvimento nacional
- » Defesa nacional
- » Relações internacionais e assistência a brasileiras e brasileiros no exterior
- » Comunicação pública e governamental
- » Sistema financeiro do futuro
- » Transparência, integridade e enfrentamento à corrupção
- » Segurança institucional
- » Promoção do acesso à justiça e da defesa dos direitos

» Defesa da democracia e segurança jurídica para inovação em políticas públicas

A atuação do governo federal é muito importante para combater a crescente demanda judicial envolvendo o Estado brasileiro, com ações que levem à prevenção ou mitigação de múltiplas consequências negativas, como a piora no ambiente de negócios, o aumento do risco Brasil, a perda de investimentos estrangeiros, o comprometimento da imagem do país, o aumento do custo da máquina pública, o prejuízo ao erário, a insegurança jurídica, a morosidade na solução dos conflitos, a cultura da impunidade e os riscos à democracia. O aumento de litígios judiciais também tem levado ao crescimento das despesas públicas totais da União, dos estados e do Distrito Federal para o seu custeio.

A dificuldade de conciliação entre a formulação de políticas públicas e os riscos jurídicos, o mau uso do direito de litigar, a baixa uniformidade das decisões judiciais em relação à jurisprudência e a necessidade de defesa do Estado Democrático de Direito, reforçam a noção de que a União e o Estado brasileiro necessitam de representação judicial e extrajudicial nos assuntos de seu interesse.

Objetivo geral do programa

Promover a defesa da democracia e preservar a legitimação dos Poderes, por meio da representação da União e de suas entidades, e construir soluções inovadoras que contribuam para a segurança jurídica e a efetividade das políticas públicas.

Objetivos específicos

- Prestar consultoria e assessoramento jurídico proativo, propositivo e uniforme;
- Promover a defesa jurídica coordenada e assertiva.
- Prevenir e reduzir a litigiosidade;

» Reconstrução, ampliação e aprofundamento da participação social e da democracia

O programa se relaciona de maneira transversal com os diversos entes federativos, na medida em que a participação social deve apoiar a elaboração e o monitoramento das políticas públicas em diferentes instâncias governamentais.

O Brasil tem passado por um enfraquecimento de instâncias institucionais de processos participativos. Tal movimento foi aprofundado pela descaracterização de métodos e de institucionalidades que permitiam maior participação da sociedade na elaboração de políticas públicas e no controle social da gestão pública. Assim, o programa promove, principalmente, o resgate e a valorização de grupos colegiados, conselhos e conferências, além da retomada e da reorganização das políticas participativas, considerando-se o histórico nacional e os ditames constitucionais.

Objetivo geral do programa

Promover a participação da sociedade na reconstrução e transformação do país através de instâncias e processos participativos na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas para o fortalecimento da democracia participativa e representativa.

Objetivos específicos

- Promover, por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o diálogo social em âmbito nacional e internacional, visando debater temas relevantes de interesse da sociedade;
- Promover, por meio do Conselho da Federação, o diálogo federativo e a cooperação intergovernamental, em âmbito nacional e internacional, visando debater temas e pautas prioritárias da Federação;
- Promover a participação da sociedade civil na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo e Planapo);
- Promover a participação da sociedade civil na elaboração e no acompanhamento da Política, do Plano e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Fortalecer a política de fomento e colaboração com as organizações da sociedade civil;
- Ampliar o diálogo entre a sociedade civil e órgãos e entidades públicas e entes da federação para o tratamento de demandas sociais;
- Promover a participação social nas políticas públicas pelos colegiados, conselhos e conferências e implementar a participação direta da sociedade nos processos de planejamento participativo e do Orçamento Participativo Federal (OP - BR);
- Desenvolver estratégias de participação social digital para democratizar os processos participativos;
- Promover a participação social com educação popular nos territórios;
- Promover a participação social nos processos associativos e nos organismos multilaterais integrados pelo Brasil e a participação em organizações e redes internacionais de participação social.

» Planejamento e orçamento para o desenvolvimento sustentável e inclusivo

A reconstrução da capacidade de planejamento do Estado brasileiro é fundamental para garantir o uso eficaz dos recursos públicos e o desenho da estratégia de desenvolvimento do país para os próximos anos. Assim, o Brasil precisa avançar nos instrumentos de gestão para fortalecer o planejamento, o orçamento e a avaliação de políticas públicas, a fim de contribuir de forma efetiva para o seu desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O aumento da transparência é vital para garantir a confiança do público na gestão dos recursos do país, permitindo maior participação e controle social na formulação e no acompanhamento das políticas públicas. Além disso, é importante proteger as entidades vinculadas, como o Ipea e o IBGE, para assegurar que continuem produzindo

conhecimento que retrate a realidade do país, por meio de pesquisas e análises relevantes, tempestivas e de qualidade, fundamentais para a formulação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas.

Objetivo geral do programa

Aprimorar e integrar o planejamento, o orçamento, o monitoramento e a avaliação, bem como ampliar os investimentos, a produção e a disseminação de informações e conhecimento, a fim de fortalecer a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com qualidade, sustentabilidade e transversalidade.

Objetivos específicos

- Assessorar o Estado, produzir e disseminar conhecimento de modo acessível, em apoio às políticas públicas, inclusive àquelas que reduzam as desigualdades, especialmente de gênero e raça;
- Retratar a realidade do país com informações estatísticas e geoespaciais relevantes, tempestivas e de fácil acesso;
- Melhorar a eficiência do processo alocativo com sustentabilidade e previsibilidade do orçamento;
- Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio de avaliações ex ante e ex post de políticas públicas;
- Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais;
- Promover a transversalidade das políticas públicas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027;
- Contribuir para a melhoria da capacidade de planejamento em toda Federação, visando à redução das desigualdades regionais;
- Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas nos orçamentos da União.

» Transformação do Estado para a cidadania e o desenvolvimento

A interface entre o cidadão e os serviços públicos precisa dispor de qualidade de atendimento, fornecimento de informações adequadas e capacidade de resposta com velocidade. Empenhou-se, ao longo dos últimos anos, bastante esforço governamental para a provisão de melhores serviços públicos para os cidadãos e também para a administração pública, principalmente devido à expansão de usuários de serviços digitais. Contudo, ainda existe bastante espaço para o aprimoramento dessas interfaces: entre o cidadão e o setor público e dentro da própria administração pública, que apoia a troca de informações e a prestação de serviços entre os órgãos.

Para que a oferta de serviços públicos tenha maior qualidade e alcance o cidadão, é fundamental que haja capacitação de servidores, implementação de infraestrutura tecnológica e ampliação da capacidade de governança do Estado. Além disso, a crescente complexidade das demandas sociais reflete-se na criação de instrumentos de gestão que, por vezes,

ampliam a complexidade do próprio setor público, dificultando o alcance de resultados satisfatórios.

Objetivo geral do programa

Ampliar e qualificar a gestão, os serviços e as políticas governamentais para a sociedade e a administração pública, apoiando e potencializando a inovação e o fortalecimento das capacidades do Estado.

Objetivos específicos

- Implantar o sistema de identificação do cidadão com o estabelecimento da Carteira de Identidade Nacional;
- Ampliar a destinação de imóveis da União para políticas públicas, com foco na habitação de interesse social;
- Fortalecer as capacidades estatais pelo aperfeiçoamento do sistema de carreiras e de gestão de pessoas, pela qualificação no recrutamento, pelo desenvolvimento de competências e pela democratização das relações de trabalho na administração pública federal;
- Impulsionar a adesão aos sistemas estruturantes de gestão para a promoção da inovação, da transformação e da ampliação da capacidade do Estado para geração de valor na prestação de serviços públicos;
- Ampliar a transformação digital na União e nos demais entes federados;
- Ampliar o acesso aos documentos, por meio do fortalecimento da gestão de documentos e arquivos, sob a coordenação do Arquivo Nacional, assegurando o direito à informação e à memória do país;
- Promover o alinhamento entre as empresas estatais federais e as políticas públicas;
- Induzir políticas estratégicas de compras e parcerias governamentais que impulsionem o desenvolvimento econômico e social inclusivo, solidário e sustentável.

» Cooperação da Defesa para o desenvolvimento nacional

O território nacional é extenso, caracterizado por desigualdades regionais e sociais, e sujeito a ações predatórias de destruição do patrimônio natural, principalmente na Amazônia. É preciso pensar políticas públicas articuladas que possam, principalmente em regiões afastadas e carentes do Brasil, ampliar a abrangência e a atuação do Estado junto à juventude, tendo em vista: qualificação profissional e inclusão social; proteção e desenvolvimento da Amazônia; contribuição para a construção da infraestrutura nacional; ações de saúde; desenvolvimento do desporto nacional de alto rendimento; e apoio ao enfrentamento de calamidades e desastres naturais.

Por essas razões, este programa visa apoiar políticas públicas que atendam à construção do desenvolvimento regional e do atendimento à população nas áreas de inclusão social, cidadania, desporto, profissionalização e desenvolvimento sustentável.

Objetivo geral do programa

Contribuir para incrementar os resultados e o alcance de políticas públicas e de ações governamentais, por meio da atuação sinérgica entre o Ministério da Defesa e outras instituições públicas, cooperando para o desenvolvimento nacional.

Objetivos específicos

- Contribuir com políticas públicas que promovam inclusão social, cidadania, desporto, profissionalização e desenvolvimento sustentável em comunidades menos assistidas, promovendo interação com a sociedade brasileira e cooperando com o desenvolvimento nacional;
- Contribuir com a proteção, o desenvolvimento sustentável e o incremento da qualidade de vida na Amazônia Legal e em outras áreas consideradas de interesse, por meio de ações de apoio e geração de informações integradas do Sistema de Proteção da Amazônia;
- Contribuir com a implementação da infraestrutura básica e o desenvolvimento sustentável nos municípios abrangidos pelo programa Calha Norte;

» Defesa nacional

A defesa nacional atua na proteção da soberania e do território brasileiro, protegendo-o de potenciais ameaças e de riscos globais. Também possibilita a manutenção da integridade territorial, a preservação dos interesses do país, a consecução dos objetivos nacionais, a proteção à população e a garantia da não ingerência externa no território nacional, nem em suas águas jurisdicionais, inclusive na vigilância da Amazônia Azul, nem tampouco no espaço aéreo sobrejacente.

Os desafios à defesa nacional envolvem fatores diversos, como a possibilidade de tensões, crises e ameaças que implicam campos de atuação do poder militar, além das dimensões continentais do país, com enormes extensões de fronteiras terrestres e de águas jurisdicionais, com a zona econômica exclusiva, bem como de espaço aéreo a ser controlado. Fora isso, apresenta-se, internacionalmente, a intensificação de disputas por fontes de água doce e energia, alimentos, recursos minerais, biodiversidade, áreas marítimas e domínio espacial, que podem levar a ingerências em assuntos internos ou a controvérsias por interesses sobre espaços sujeitos à soberania dos Estados. Assim, são necessários investimentos na construção e na manutenção de capacidades militares de defesa que propiciem efetividade ao instrumento militar.

Objetivo geral do programa

Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo suas capacidades militares e as condições necessárias para que elas possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

Objetivos específicos

- Fortalecer o setor de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa nacional;
- Desenvolver as capacidades conjuntas e as condições logísticas das Forças Armadas;
- Fortalecer as capacidades militares do Exército brasileiro para a defesa do território;
- Fortalecer as capacidades militares da Aeronáutica para defender o espaço aéreo brasileiro;
- Assegurar o controle do espaço aéreo brasileiro;
- Contribuir para a segurança de voo, por meio do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer);
- Fortalecer as capacidades militares da Marinha do Brasil para controlar e defender as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).

» **Relações internacionais e assistência a brasileiras e brasileiros no exterior**

A recuperação de uma política externa ativa, a partir da cooperação internacional e do desenvolvimento regional integrado, é um objetivo estratégico do governo. A participação do Brasil no cenário internacional contempla a independência nas relações internacionais com participação nos organismos multilaterais e de integração continental, nos planos econômico, social, político e ambiental. A atuação em prol da paz, em busca de solução pacífica para controvérsias, como o respeito aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável, fortalece a tradição diplomática brasileira.

O país também precisa cuidar dos milhões de brasileiros que vivem em outros países, tendo em vista os direitos humanos e a garantia de direitos, a partir da ampliação da presença diplomática e consular do Brasil e do fortalecimento da rede de assistência e de prestação de serviços.

Objetivo geral do programa

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

Objetivos específicos

- Promover uma política externa universalista;
- Reforçar a integração da América Latina e do Caribe, em particular da América do Sul;
- Fortalecer o multilateralismo, reformar a governança global e promover a paz;
- Atuar internacionalmente em prol da inserção econômica competitiva do Brasil;
- Fortalecer a diplomacia da sustentabilidade;
- Atuar internacionalmente em prol dos direitos humanos, do desenvolvimento social e do combate à fome;
- Promover a imagem, a cultura, a ciência, os produtos e os serviços brasileiros, valorizando a diversidade do país;

- Ampliar ações de cooperação técnica, humanitária e educacional;
- Expandir a rede e modernizar a prestação de serviços consulares, garantindo assistência a brasileiras e brasileiros no exterior;
- Transversalizar na política externa as perspectivas de igualdade de gênero e igualdade racial.

» Comunicação pública e governamental

O principal desafio da comunicação pública e governamental é ampliar a infraestrutura física e de tecnologia da informação, com o objetivo de possibilitar a divulgação eletrônica, por radiodifusão e gráfica, dos programas sociais do governo por todo o país.

Alcançar todo o território, de modo efetivo, com informação de alta qualidade e celeridade, é também, combater a desinformação com conteúdo nocivo, que fragmenta o debate público e ameaça o consenso sobre os fatos, a ciência e o próprio conhecimento da realidade. A educação midiática será abordada por meio da qualificação de servidores para esse fim, em especial das áreas de saúde e da educação, além de orientações curriculares e de obras didáticas no âmbito da educação básica, superior e de extensão.

Objetivo geral do programa

Ampliar o acesso da sociedade a informações públicas e governamentais, assegurando-lhes transparência, credibilidade e representatividade, para fortalecer a cidadania e a participação social.

Objetivos específicos

- Melhorar os canais de acesso às informações oficiais;
- Promover o conhecimento público do acervo histórico-bibliográfico da Imprensa Nacional;
- Ampliar a prestação de serviços gráficos estratégicos;
- Expandir a radiodifusão pública;
- Qualificar o ambiente informacional, a partir da promoção da educação midiática.

» Sistema financeiro do futuro

O sistema financeiro brasileiro passa por dois momentos concomitantes de transformação. De um lado, a transformação digital dos sistemas financeiro e de pagamentos apresenta oportunidades em termos de ganhos de eficiência e de aumento do nível de competitividade do setor, sendo acompanhada, contudo, por questões relativas à segurança cibernética. De outro lado, nos últimos anos, vem se observando uma queda da desigualdade em indicadores de inclusão financeira, com maior acesso e uso de serviços financeiros por brasileiros, principalmente considerando-se a população de menor renda.

O bem-estar financeiro da população é ameaçado pela possibilidade de as pessoas não conseguirem pagar suas contas e pela sua dificuldade em lidar com choques financeiros inesperados. A completa cidadania financeira somente se torna possível quando os serviços financeiros são adequados, a custos acessíveis, às necessidades de uso da população, formando uma base sólida para a sua sustentabilidade financeira.

Objetivo geral do programa

Fomentar a eficiência, a sustentabilidade e a transformação digital dos sistemas financeiro e de pagamentos, com maior inclusão e educação financeira de cidadãos.

Objetivos específicos

- Promover a transformação digital e a competência para ampliar o acesso a transações e serviços financeiros e de pagamentos;
- Aprimorar a resiliência operacional do Sistema Financeiro Nacional (SFN), promovendo ações para o fortalecimento da gestão da resiliência cibernética nas entidades supervisionadas;
- Ampliar o alcance da população, em especial do público escolar, a conteúdos de educação financeira, à história dos instrumentos de pagamentos e a conceitos básicos de economia e de sustentabilidade.

» **Transparência, integridade e enfrentamento da corrupção**

A atuação governamental com foco no interesse público e na cultura da integridade é fundamental para a promoção do pleno exercício de direitos da sociedade, a efetividade na entrega de bens e serviços e a confiança na administração pública.

O Estado deve incentivar ações ininterruptas no sentido da defesa do patrimônio público e do incremento da transparência e da integridade da gestão. Esses propósitos se traduzem em ações de auditoria governamental, prevenção de acesso à informação, transparência, integridade, enfrentamento da corrupção e correição. A realização conjunta dessas ações viabiliza e fomenta o contínuo aprimoramento sistêmico da gestão pública, o enfrentamento e a prevenção da corrupção e a ampliação do exercício de direitos sociais. Um governo mais eficiente e efetivo impacta a qualidade de vida das pessoas, a confiança no Estado e a própria democracia.

Objetivo geral do programa

Promover o aperfeiçoamento contínuo da gestão e da governança ambiental, social e corporativa e fortalecer a transparência, a integridade, o acesso à informação, a participação social e o enfrentamento da corrupção, contribuindo para a responsividade e a entrega efetiva de bens e serviços públicos de qualidade e para o aumento da confiança nas relações público-privadas.

Objetivos específicos

- Apoiar a gestão pública no ciclo das políticas públicas, promovendo equidade, eficiência no combate à desigualdade social e inter-regional e desenvolvimento educacional, étnico-racial e econômico-sustentável, levando-se em conta seu multiculturalismo;
- Adotar medidas de remediação de ilícitos administrativos;
- Implementar e aprimorar mecanismos e oportunidades que estimulem e permitam a qualquer pessoa interagir e colaborar com a administração pública federal, contribuindo para a melhoria das políticas e dos serviços públicos que atendam à demanda da sociedade;
- Promover o acesso à informação na administração pública;
- Promover o fomento à integridade privada, contribuindo para a prevenção e o enfrentamento da corrupção;
- Promover a integridade e a transparência na administração pública.

» Segurança institucional

As ações relacionadas à soberania, aos interesses nacionais e à segurança do Estado e da sociedade são previstas na Constituição brasileira. Ameaças à segurança da sociedade e do Estado demandam ações preventivas concertadas entre os órgãos. Esse universo acen-tua a importância do compartilhamento de informações e do trabalho coordenado e inte-grado, de forma a se evitar a deflagração de crises em áreas de interesse estratégico para o Estado, ou, quando inevitável, poder oferecer às autoridades um assessoramento capaz de permitir o seu adequado gerenciamento.

O aprimoramento da articulação e do assessoramento político/estratégico nas questões relacionadas à soberania, aos interesses nacionais e à segurança do Estado e da sociedade se faz necessário tendo em vista a crescente intensidade de fenômenos que desafiam os Estados democráticos, como violência, em larga medida financiada por organizações cri-minosas ligadas ao narcotráfico; crimes financeiros internacionais; violações dos direitos humanos; terrorismo e seu financiamento; e atividades ilegais envolvendo o comércio de bens de uso dual e de tecnologias sensíveis.

Objetivo geral do programa

Elevar o nível de segurança do Estado e da sociedade por meio de ações de articulação e assessoramento político e estratégico.

Objetivos específicos

- Fortalecer a cultura integrada de segurança das instituições, do Estado e da sociedade;
- Contribuir para a garantia da soberania, dos in-teresses nacionais, da segurança do Estado e da sociedade e da proteção de áreas estratégicas.

» **Promoção do acesso à justiça e da defesa dos direitos**

No Brasil ainda vivemos uma baixa efetivação da justiça, somada à disparidade no acesso e na aplicação da lei entre diferentes grupos sociais. Muitos grupos vulneráveis enfrentam dificuldades significativas de acesso à justiça devido a obstáculos econômicos, geográficos e culturais. Além disso, a discriminação e a desigualdade estrutural são desafios importantes que afetam a eficácia da justiça para grupos vulneráveis, o que exige a instituição de políticas públicas mais abrangentes e efetivas para proteger os direitos desses grupos.

A baixa efetivação da justiça compromete a confiança dos cidadãos no sistema judicial e o acesso a seus direitos, dificultando a resolução de conflitos de maneira justa e equitativa. Diante desse cenário, há justificativas sólidas para a intervenção na baixa efetivação da justiça e na defesa dos direitos. O programa visa coordenar as ações de saúde, assistência social, acolhimento, cuidado, acesso a direitos, prevenção, reinserção social, redução de riscos e danos e mitigação dos impactos das políticas repressivas que atingem os grupos mais vulnerabilizados.

Objetivo geral do programa

Fortalecer o acesso à justiça e a promoção e defesa dos direitos das pessoas, com ênfase em grupos sociais vulnerabilizados.

Objetivos Específicos

- Ampliar a resolutividade das ações de proteção e defesa do consumidor;
- Ampliar o acesso a direitos para pessoas migrantes, refugiadas e apátridas;
- Aumentar a eficiência na destinação de bens procedentes da prática de crimes com perimento para a União;
- Fortalecer a proteção de crianças e adolescentes contra conteúdos potencialmente prejudiciais ao seu desenvolvimento psíquico (classificação indicativa);
- Promover um ambiente concorrencial saudável e justo;
- Ampliar o atendimento das defensorias com foco nos grupos vulnerabilizados em especial mulheres, população negra, população LGBTQIA+, povos indígenas e comunidades tradicionais;
- Fortalecer o ambiente regulatório de proteção de dados pessoais no Brasil;
- Aprimorar ações para garantia de acesso a direitos de pessoas privadas de liberdade por meio de extensão universitária.
- Promover a ampliação da análise processual com segurança jurídica dos pedidos de cooperação jurídica internacional;

Capítulo **4**

PPA em números





4

PPA em números

Este capítulo apresenta a alocação de recursos prevista para o período do Plano. Durante os quatro anos do PPA, são estimados dispêndios globais, incluindo os recursos orçamentários e não orçamentários, da ordem de R\$ 13,2 trilhões¹⁰¹.

Importante esclarecer que os Programas do tipo Operação Especial não compõem o PPA e abrangem, entre outros: refinanciamento da dívida interna; refinanciamento da dívida externa; serviços da dívida interna; serviços da dívida externa; transferências constitucionais; cumprimento de sentenças judiciais; outros encargos especiais; remuneração de agentes financeiros; reserva de contingência etc.

Fontes de financiamento

É um princípio do PPA a sua aderência às políticas públicas tal como reconhecidas pelo governo e pela sociedade. Esta aderência se traduz, no que se refere à alocação de recursos, na consideração de todas as fontes de financiamento das políticas: orçamentárias e não orçamentárias. Os recursos PPA 2024-2027 podem ser detalhados da seguinte forma:

- Recursos orçamentários: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e Orçamento de Investimento (Empresas Estatais);
- Recursos não orçamentários: representam os recursos financeiros não constantes do Orçamento Geral da União que financiam a entrega de bens e serviços públicos que contribuem para o alcance do objetivo do programa. São discriminadas em subsídios tributários, creditícios, crédito de instituição financeira, entre outros.

¹⁰¹ Informações orçamentárias em 24 de agosto de 2023.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos recursos do PPA por fonte para o período 2024-2027. Os valores detalhados por programas e órgãos constam no Anexo II – Sumário Executivo de Informações Macroeconômicas e Fiscais.

Tabela 4. Fontes de Recursos do PPA 2024-2027 (R\$ bilhões)

Recursos do PPA 2024-2027	2024	2025	2026	2027	PPA 2024-2027
Orçamentário (Fiscal e Seguridade Social)	2.056,1	2.157,2	2.259,9	2.286,0	8.759,1
Orçamentário – (Investimentos Estatais)	151,3	148,8	132,2	133,8	566,2
Não-Orçamentário	929,3	962,2	991,9	999,3	3.882,7
Total	3.136,7	3.268,2	3.384,0	3.419,1	13.208,0

Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

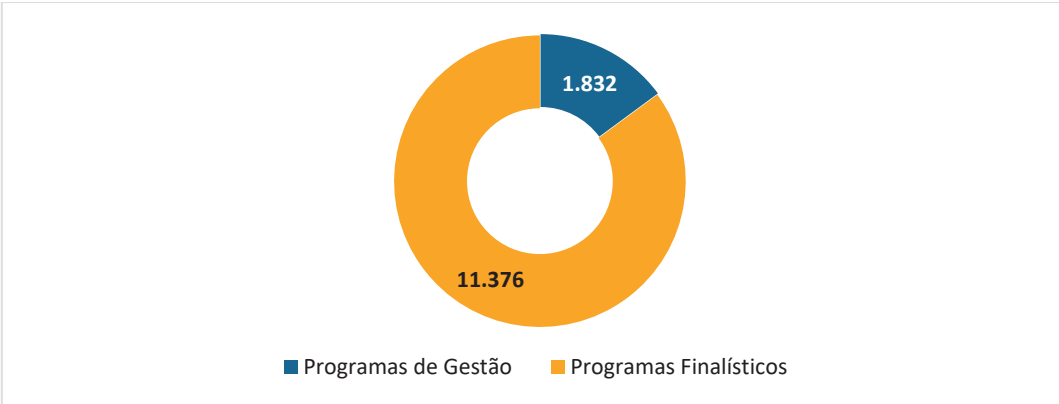
Recursos por tipo de Programa

O PPA 2024-2027 possui dois tipos de Programas:

- a. Programas Finalísticos: é o conjunto coordenado de ações governamentais financiadas por recursos orçamentários e não orçamentários visando à concretização do objetivo;
- b. Programas de Gestão: retrata as despesas com a manutenção dos órgãos de cada Poder. Incluem-se aqui despesas com pessoal, benefícios a servidores, despesas administrativas como material de consumo, energia, abastecimento de água, aluguéis, entre outras que não são passíveis de serem alocadas em programas finalísticos.

Do total de recursos previstos no PPA, 86% estão vinculados aos 88 Programas Finalísticos e 14% aos seis Programas de Gestão¹⁰².

Gráfico 16. PPA 2024-2027, previsão total de recursos por tipo de Programa – Finalísticos e de Gestão (R\$ bilhões)



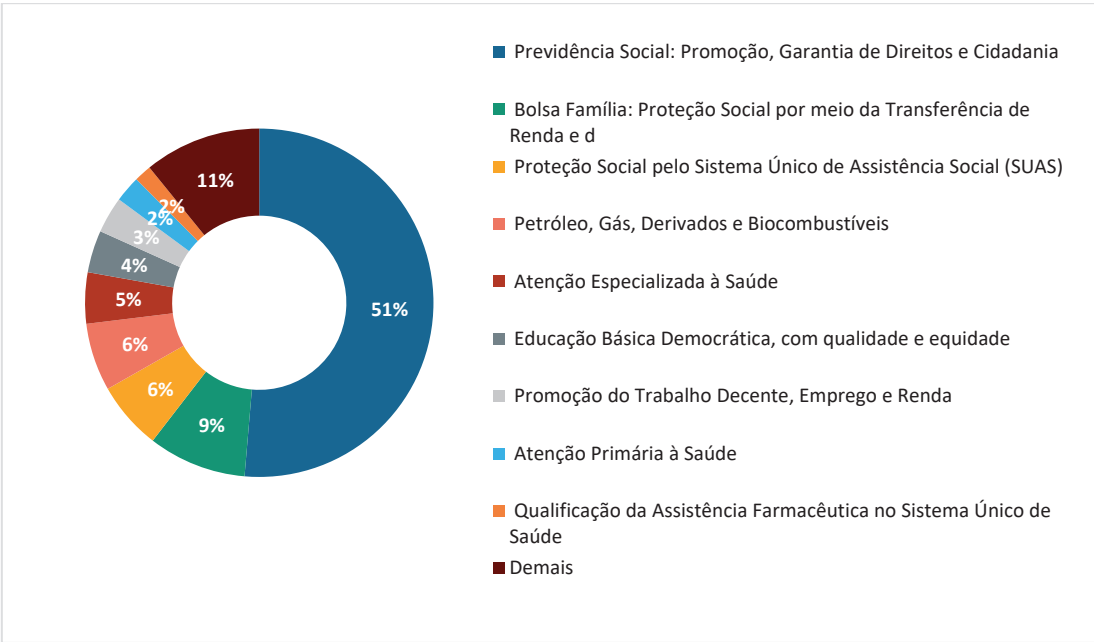
Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

¹⁰² Programas de Gestão dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Ministério Público, da Defensoria Pública da União e das Empresas Estatais Federais.

Recursos Orçamentários

Todo o Orçamento Geral da União conecta-se ao PPA, com exceção das ações orçamentárias vinculadas aos Programas do tipo Operação Especial. O elo entre o Plano e os recursos orçamentários são os programas, presentes tanto no Plano Plurianual como na Lei Orçamentária. O Gráfico 17 apresenta a distribuição do orçamento previsto para o período do Plano por Programas Finalísticos.

Gráfico 17. Distribuição do Orçamento Fiscal, Seguridade Social e Investimentos das Empresas Estatais, por Programas Finalístico, 2024 a 2027 (%)



Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

No conjunto dos programas finalísticos, o Programa Previdência Social concentra 51% dos recursos do Orçamento Geral da União do PPA 2024-2027, sendo que esse programa se refere apenas ao Regime Geral de Previdência Social, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em ordem de grandeza, o segundo programa com maior volume de financiamento é o Bolsa Família, com 9% dos recursos. Em terceiro, aparece o programa Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis, destacando-se os investimentos da Petrobrás, e o de Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social, ambos com 6% dos recursos orçamentários.

Visão da alocação por eixo

A análise da previsão de recursos orçamentários por eixos fornece um panorama da concentração de recursos, considerando os Programas Finalísticos do Plano. A tabela a seguir apresenta o valor estimado pelos três eixos que agregam todos os Programas Finalísticos.

Tabela 5. Valores estimados dos recursos dos programas finalísticos por eixo do PPA 2024-2027 (R\$ bilhões)

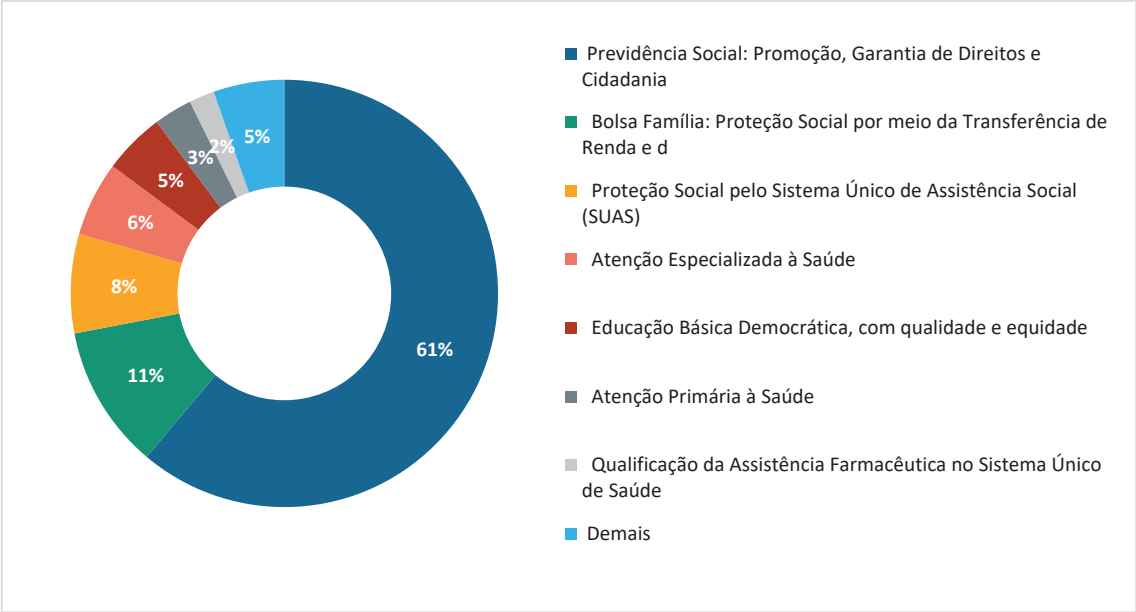
Eixos temáticos	Valor
Eixo 1: Desenvolvimento social e garantia de direitos	6.308
Eixo 2: Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática	1.201
Eixo 3: Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania	79
Total	7.588

Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

Desenvolvimento social e garantia de direitos

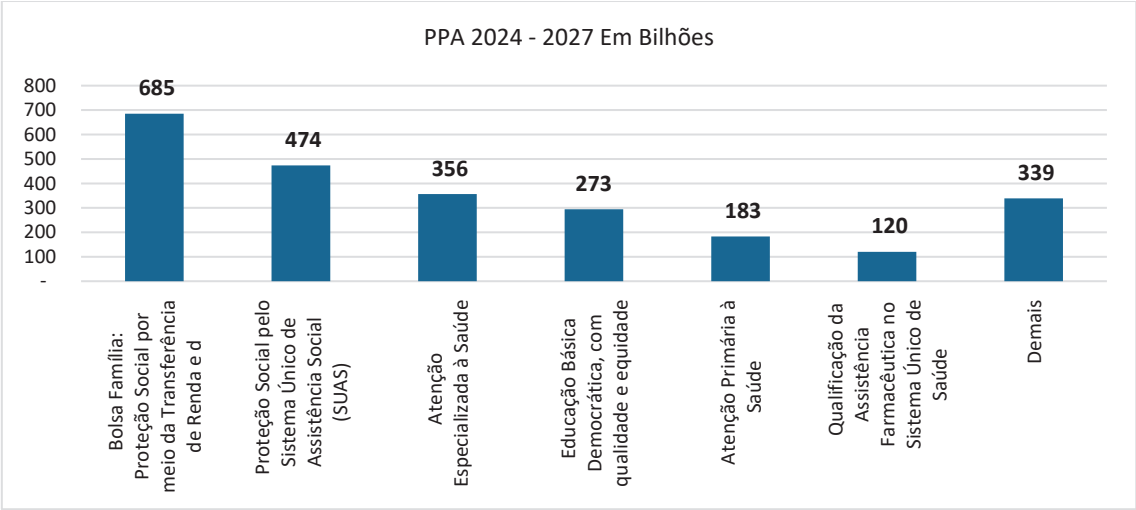
Os recursos destinados a este eixo representam 83% do valor global dos Programas Finalísticos do PPA 2024-2027. Ao todo somam R\$ 6.308 bilhões, destacando-se o Previdência social: promoção, garantia de direitos e cidadania, que totaliza R\$ 3.856 bilhões, representando 61% do total do eixo. Estes recursos da Previdência se referem apenas ao Regime Geral de Previdência Social, do Instituto Nacional do Seguro Social.

Gráfico 18. Alocação de recursos orçamentários: Desenvolvimento social e garantia de direitos (valores dos Programas Finalísticos em porcentagem, 2024-2027)



Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

Gráfico 19. Alocação de recursos: Desenvolvimento social e garantia de direitos – sem Previdência Social (valores orçamentários dos Programas Finalísticos em R\$ bilhões)

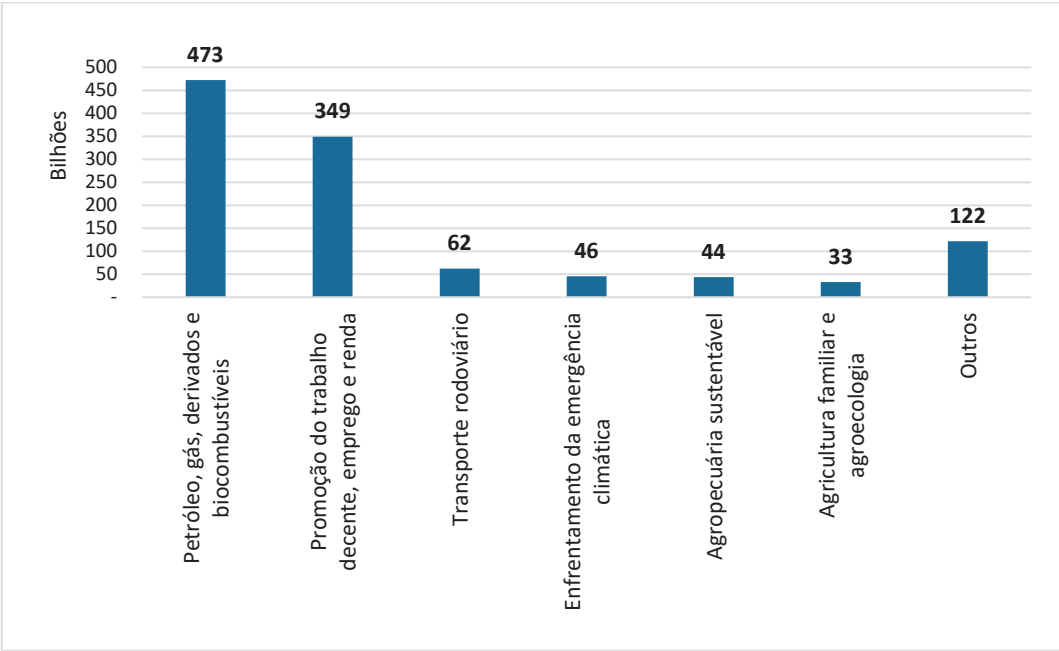


Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

O eixo Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática concentra cerca de 16% dos recursos dos Programas Finalísticos, com destaque para os Programas Petróleo, gás, derivados e biocombustíveis (R\$ 472,5 bilhões), Promoção do trabalho decente, emprego e renda (R\$ 349,1 bilhões) e Transporte rodoviário (R\$ 62,3 bilhões).

Gráfico 20. Alocação de recursos orçamentários – Eixo Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática (valores dos Programas Finalísticos em R\$ bilhões – 2024-2027)

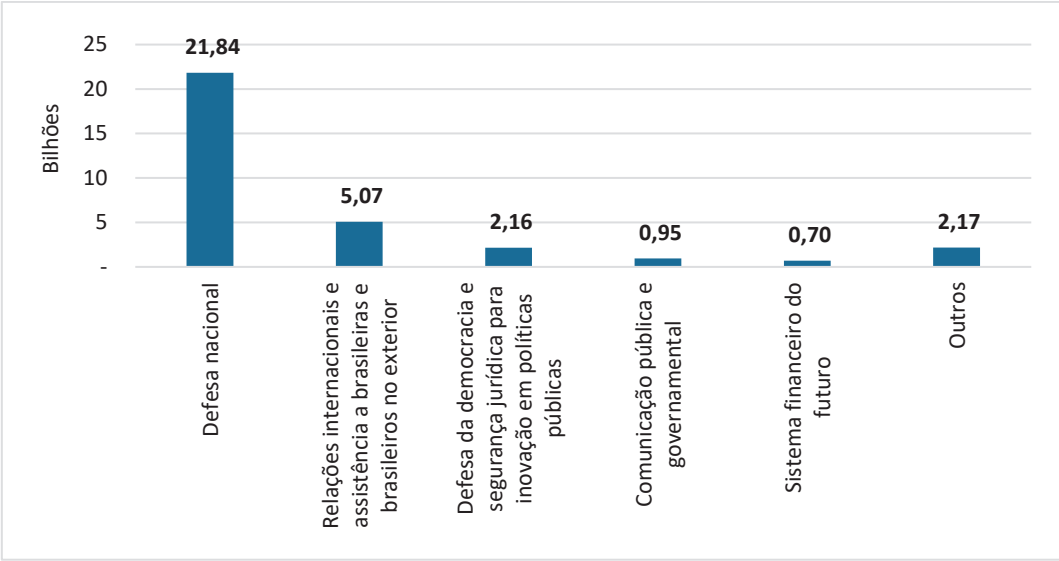


Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

Os valores orçamentários dos Programas associados a este eixo respondem por 0,5% dos recursos dos Programas Finalísticos, com destaque para Defesa Nacional (R\$ 21,8 bilhões), Relações internacionais e assistência a brasileiras e brasileiros no exterior (R\$ 5,1 bilhões) e Defesa da democracia e segurança jurídica para inovação em políticas públicas (R\$ 2,1 bilhões).

Gráfico 21. Alocação de recursos orçamentários: Eixo Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania (valores globais dos Programas Finalísticos em bilhões – 2024-2027)



Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

Os valores relativos a cada ministério podem ser encontrados no Anexo II deste Projeto de Lei – Sumário Executivo de Informações Macroeconômicas e Fiscais.

Recursos Não Orçamentários

As ações não orçamentárias são importante fonte complementar de financiamento das políticas públicas e dos programas do PPA. O volume de recursos previsto para essas ações no período de vigência do Plano alcança R\$ 3,9 trilhões, o equivalente a cerca de 30% dos recursos estimados para o PPA 2024-2027.

As ações não orçamentárias representam recursos públicos não constantes do orçamento Geral da União. Elas financiam políticas públicas e contribuem para o alcance dos

objetivos dos programas do PPA.¹⁰³ Integram a camada gerencial do PPA 2024-2027 e não constam dos Anexos do Plano, mas estarão disponíveis após a publicação da Lei do PPA no site do Ministério do Planejamento e (MPO), para acompanhamento de sua execução anual.

As ações não orçamentárias estão discriminadas em: subsídios tributários; subsídios creditícios; e créditos de instituições financeiras públicas.

Conforme o Manual Técnico dos Benefícios Financeiros e Creditícios de agosto de 2022,¹⁰⁴ **subsídio** é um instrumento de política pública que visa reduzir o preço ao consumidor ou o custo ao produtor. Na União, há subsídios tanto pelo lado da despesa (subsídios ou benefícios financeiros e creditícios) quanto pelo lado da receita (subsídios ou benefícios tributários).

Os subsídios financeiros são desembolsos efetivos realizados por meio de equalizações de juros, de preços ou de outros encargos financeiros, bem como assunção de dívidas decorrentes de saldos de obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional, cujos valores constam do orçamento da União. Por constarem das leis orçamentárias anuais, não integram o rol das ações não orçamentárias.

Já os subsídios creditícios são gastos incorridos pela União decorrentes do diferencial entre o rendimento de fundos, os programas ou as concessões de crédito, operacionalizados sob condições financeiras específicas, e o custo de oportunidade do Tesouro Nacional.

Por seu turno, **os subsídios tributários** correspondem, nesta seção, aos chamados gastos tributários. No Demonstrativo dos Gastos Tributários (PLOA 2023), eles são definidos como gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário, para atender a objetivos econômicos e sociais. Constituem-se exceção dentro do sistema tributário de referência, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.¹⁰⁵

Os **créditos de instituições financeiras públicas** que contribuem para a implementação dos programas do PPA 2024-2027 são informados pelos seguintes bancos públicos: Banco da Amazônia (Basa); Banco do Brasil (BB); Banco do Nordeste (BNB); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e Caixa Econômica Federal (CEF).

¹⁰³ Conforme o Manual Técnico do PPA 2024-2027, a dimensão operacional do PPA compreende o conjunto de ações orçamentárias incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como ações não orçamentárias presentes nos Programas Finalísticos do PPA.

¹⁰⁴ Elaborado pela então Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas/subsidios/manual-tecnico-dos-beneficios-financeiros-e-crediticios-mtbf-1/mtbf-agosto-22.pdf>>. Acesso em: 13/08/2023.

¹⁰⁵ Elaborado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/renuncia/gastos-tributarios-ploa/dgt-2023.pdf>>. Acesso em: 13/08/2023.

Ações não orçamentárias para o PPA 2024-2027 em números

As ações não orçamentárias representam parte fundamental do financiamento dos programas do PPA, devendo ultrapassar R\$ 900 bilhões anuais (em torno de 8% do PIB) durante a vigência do Plano. A Tabela 7 apresenta os recursos previstos para essas ações nos exercícios de 2024 a 2027, de acordo com a sua origem. O detalhamento dos valores das ações não orçamentárias consta do Anexo II do Projeto de Lei desse PPA.

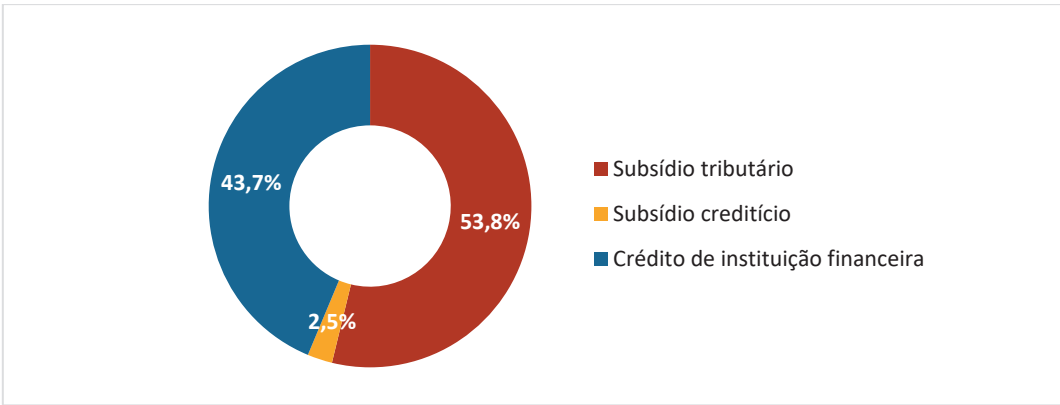
Tabela 6. Estimativa das ações não orçamentárias – PPA 2024-2027

Fonte de recursos	2024		2025		2026		2027		Total PPA 2024-2027
	R\$ bilhão	% do PIB	R\$ bilhão	% do PIB	R\$ bilhão	% do PIB	R\$ bilhão	% do PIB	R\$ bilhão
Subsídio tributário	486,2	4,5%	513,5	4,5%	532,4	4,3%	555,4	4,2%	2087,5
Subsídio creditício	42,4	0,4%	23,3	0,2%	16,7	0,1%	15,2	0,1%	97,6
Crédito de instituição financeira	400,7	3,7%	425,4	3,7%	442,8	3,6%	428,6	3,3%	1697,5
Total geral	929,3	8,7%	962,2	8,4%	991,9	8,0%	999,3	7,6%	3882,7

Fonte: Receita Federal do Brasil (RFB)/MF (para 2024 a 2026, posição PLDO 2024. Para 2027, estimativa RFB). Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA)/MPO. Bancos públicos federais. Elaboração: Seplan/MPO. Nota: na estimativa do valor do subsídio tributário de 2027 (R\$ 555,4 bilhões), a Seplan considerou R\$ 3,7 bilhões referentes a pesquisas científicas e tecnológicas – Ciência e Tecnologia.

Conforme o Gráfico 22, 53,8% dos recursos em ações não orçamentárias previstos para o PPA para os próximos quatro anos referem-se aos subsídios tributários, 43,7% à liberação de crédito pelas instituições financeiras públicas, e 2,5% aos subsídios creditícios.

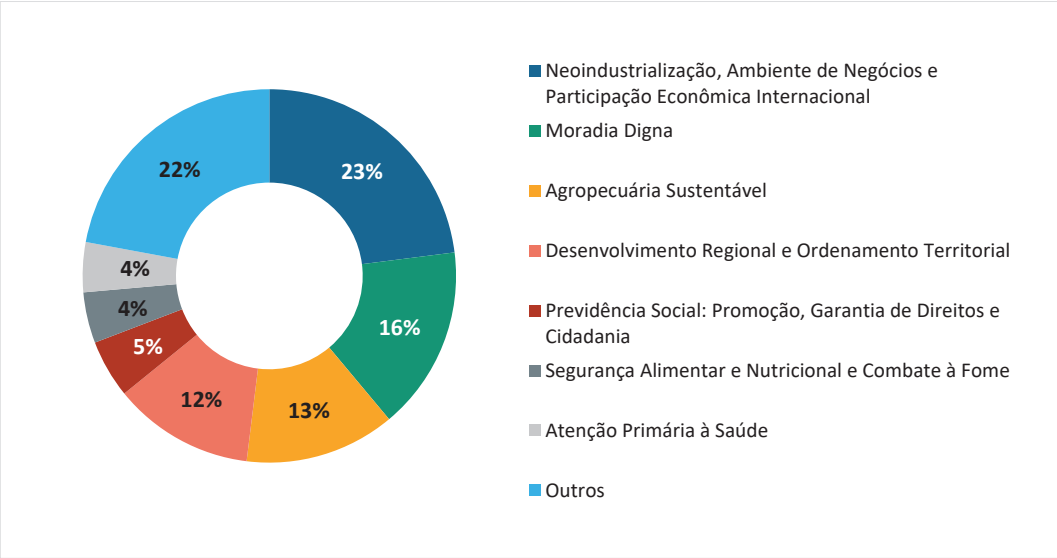
Gráfico 22. Percentual das ações não orçamentárias no período do PPA 2024-2027



Fonte: Seplan/MPO.

O gráfico 23 apresenta a distribuição desses recursos prevista para o período do Plano, segundo os Programas Finalísticos mais beneficiados pelos R\$ 3,88 trilhões que constituem o somatório dos subsídios tributários, subsídios creditícios e créditos de instituições financeiras públicas.

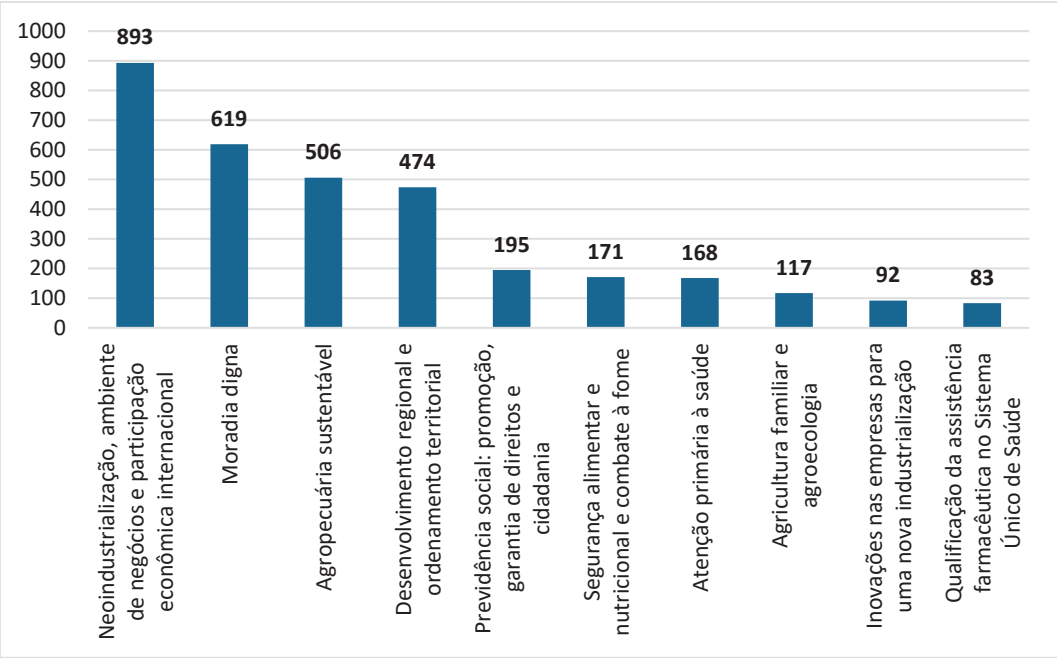
Gráfico 23. Distribuição dos recursos não orçamentários por Programas Finalísticos, 2024-2027 (%)



Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

Os programas com maiores estimativas de ações não orçamentárias estão apresentados no Gráfico 24. Dez programas concentram 85% dos recursos das ações não orçamentárias previstas para os quatro anos do PPA 2024-2027.

Gráfico 24. Programas com maior volume de recursos de ações não orçamentárias no período do PPA 2024-2027 (R\$ bilhão)



Fonte: Seplan/MPO.

Subsídios tributários

Os subsídios tributários, de acordo com cálculos da Receita Federal do Brasil, estão estimados em mais de R\$ 2 trilhões para o período 2024-2027. Os setores que mais deverão se beneficiar desses subsídios são os relacionados ao Simples Nacional (ações Simples Nacional – Comércio e Serviço e Simples Nacional – Indústria), com montante da ordem de R\$ 515 bilhões entre 2024 e 2027. Esses recursos estão associados ao programa do PPA “Neoindustrialização, ambiente de negócios e participação econômica internacional”.

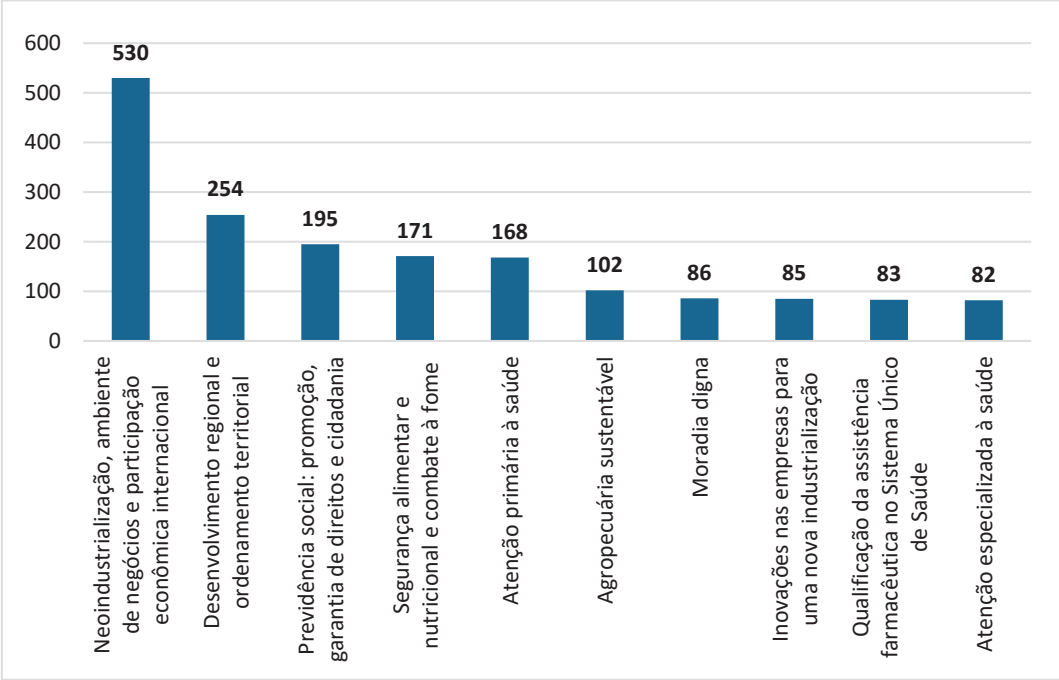
Outro programa bastante beneficiado pelos subsídios tributários é o “Desenvolvimento regional e ordenamento territorial”, com R\$ 254,1 bilhões entre 2024 e 2027. Nesse caso, o destaque são as ações relacionadas à Zona Franca de Manaus, estimadas em R\$ 152,6 bilhões nos quatro anos.

Já o programa “Previdência Social: promoção, garantia de direitos e cidadania” conta com o terceiro maior volume de subsídios tributários R\$ 195,4 bilhões no período do PPA. Nesse caso, a ação de maior relevo é a Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente de Trabalho, estimada em R\$ 100,1 bilhões no período do PPA.

Destaque-se também o programa “Segurança alimentar e nutricional e combate à fome”, que deverá contar com subsídios tributários da ordem de R\$ 171 bilhões no período do PPA, devido quase em sua totalidade à desoneração da cesta básica, estimada em R\$ 161 bilhões.

O Gráfico 25 elenca os dez programas do PPA 2024-2027 mais beneficiados pelos subsídios tributários. Somados, eles concentram 84% dos subsídios tributários previstos.

Gráfico 25. Programas do PPA mais beneficiados pelos subsídios tributários – Total PPA 2024-2027 (R\$ bilhão)



Fonte: Seplan/MPO.

Subsídios creditícios

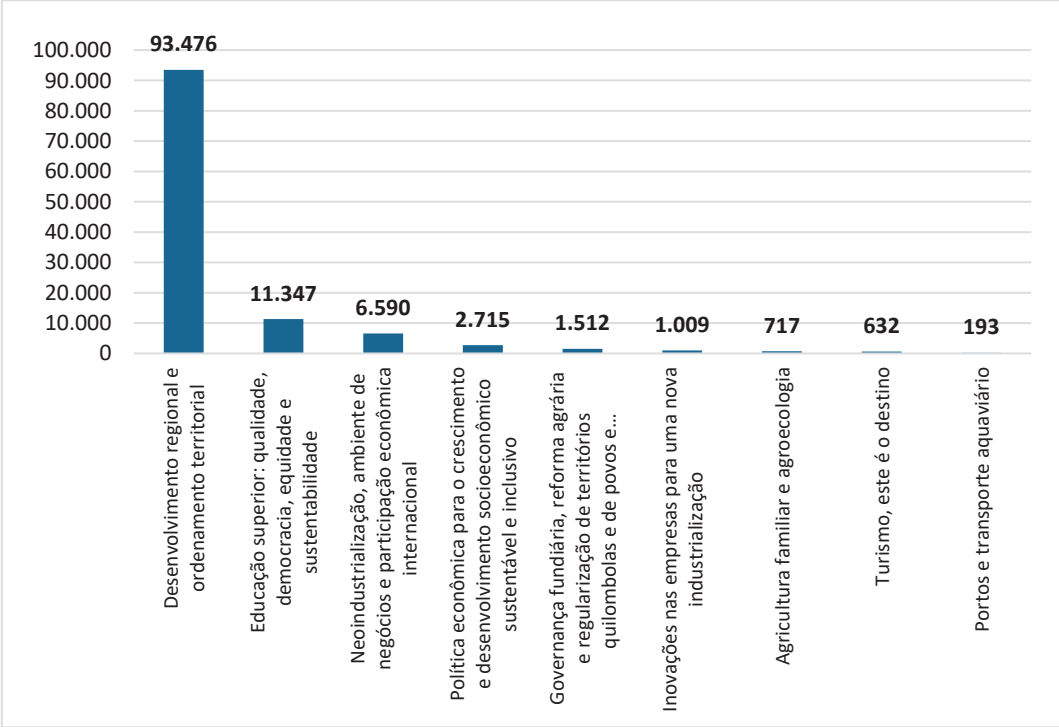
A participação dos subsídios creditícios no valor estimado das ações não orçamentárias no período do PPA é de 2,5%, ou seja, R\$ 97,4 bilhões para os próximos quatro anos, consoante cálculos da Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos/MPO.

Entre as ações não orçamentárias contempladas com subsídios creditícios, o Subsídio aos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNE, FNO e FCO) concentra a maior parte, cerca de R\$ 85,2 bilhões entre 2024 e 2027. Essas ações estão no âmbito do programa finalístico “Desenvolvimento regional e ordenamento territorial”.

Destaca-se também a ação Subsídio ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), no âmbito do programa Educação superior: qualidade, democracia, equidade e sustentabilidade, cujo valor previsto é de R\$ 11,4 bilhões para os próximos quatro anos.

Por fim, são realçadas as ações que visam apoiar as exportações: Subsídio ao Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e Subsídio ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex). As duas ações, que, juntas, perfazem R\$ 6,3 bilhões de 2024 a 2027, estão vinculadas ao programa “Neoindustrialização, ambiente de negócios e participação econômica internacional”.

Gráfico 26. Programas do PPA mais beneficiados pelos subsídios creditícios – Total PPA 2024-2027 (R\$ milhão)



Fonte: Seplan/MPO.

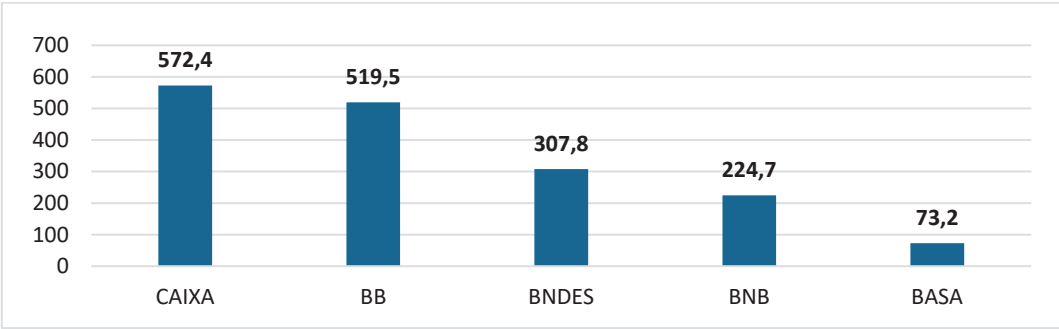
No Anexo II, alguns subsídios creditícios apresentam valores estimados negativos para o período do PPA 2024-2027. Em geral, isso ocorre quando o rendimento de fundos, programas ou concessões de crédito, operacionalizados sob condições financeiras específicas, é superior ao custo da dívida pública do Tesouro Nacional.

Créditos de instituições financeiras públicas

Os bancos públicos são agentes importantes para a efetivação das políticas públicas. Setores como habitacional, agropecuário, indústria, entre outros, além de políticas de desenvolvimento regional, obtêm grande parte de seu financiamento mediante linhas de créditos das instituições financeiras públicas.

Pode-se dizer que os bancos públicos terão papel destacado no financiamento dos programas do PPA 2024-2027. O Gráfico 27 e a Tabela 8 apresentam os valores previstos desses financiamentos no PPA dos próximos quatro anos.

Gráfico 27. Valor previsto para os créditos de instituições financeiras públicas no PPA 2024-2027 (R\$ bilhão)



Fonte: Basa, BB, BNB, BNDES e Caixa. Elaboração: Seplan/MPO.

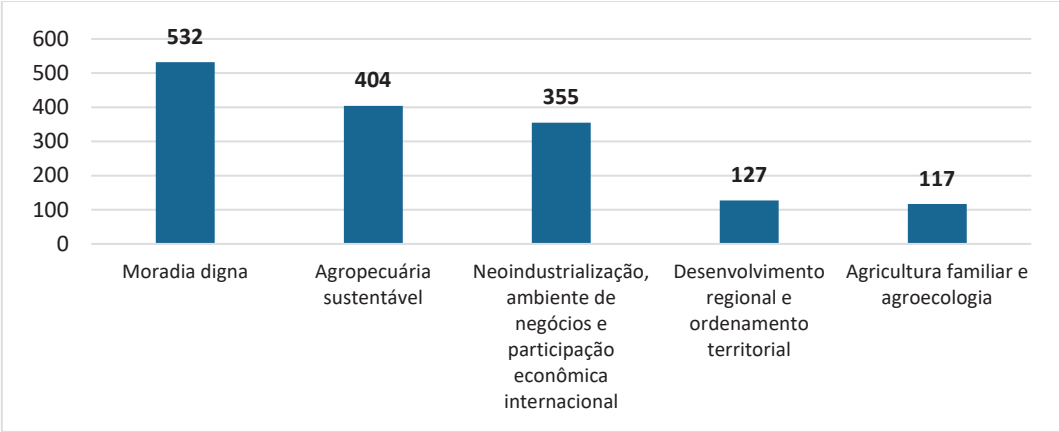
Tabela 7. Valor previsto para os créditos de instituições financeiras públicas no PPA 2024-2027 (R\$ bilhão)

Instituição financeira	2024	2025	2026	2027	Total PPA
BASA	17	17,8	18,7	19,7	73,2
BB	118,2	125,3	133,4	142,6	519,5
BNB	49,4	54,4	58,1	62,8	224,7
BNDES	66,9	82,4	87,0	71,6	307,8
CAIXA	149,3	145,5	145,6	132,1	572,4
Total Geral	400,7	425,5	442,8	428,6	1697,5

Fonte: Basa, BB, BNB, BNDES e Caixa. Elaboração: Seplan/MPO.

Os cinco programas do PPA que devem ser mais beneficiados por créditos dos bancos públicos são apresentados no Gráfico 28, concentrando 90,4% do financiamento previsto para todo o PPA, equivalentes a R\$ 1,535 trilhão.

Gráfico 28. Programas com maiores valores de créditos de bancos públicos no período do PPA 2024-2027 (R\$ bilhão)



Fonte: Basa, BB, BNB, BNDES e Caixa. Elaboração: Seplan/MPO.

As principais ações não orçamentárias oriundas de crédito de instituições financeiras públicas são detalhadas a seguir.

Caixa Econômica Federal

A Caixa projeta para o PPA crédito de R\$ 572,4 bilhões, com destaque para:

- a. Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE): Financiamento Habitacional, cujo valor total previsto é de R\$ 272 bilhões;
- b. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Financiamento Imobiliário Habitacional e Subvenção Econômica, no valor total de R\$ 256 bilhões.

Banco do Brasil

O valor total previsto pelo BB para as ações não orçamentárias para o PPA 2024-2027 é de R\$ 519,4 bilhões.

Entre as ações não orçamentárias do BB, destacam-se as seguintes:

- a. Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, Agricultura Empresarial e Pronamp, no valor total de R\$ 355 bilhões para os próximos quatro anos;
- b. Pronaf – Banco do Brasil, no valor total de R\$ 91 bilhões para os próximos quatro anos.

BNDES

Do total previsto pelo BNDES para as ações não orçamentárias, de R\$ 307,8 bilhões, destacam-se as seguintes:

- a. Crédito para MPMEs no Peac-FGI – BNDES, no valor de R\$ 139 bilhões;
- b. Apoio ao setor de energia elétrica, no valor de R\$ 60 bilhões.

BNB

O valor total previsto pelo BNB para todo o período do PPA é de R\$ 224,6 bilhões, com destaque para as seguintes ações não orçamentárias:

- a. Concessão de financiamento em primeiro piso, buscando atender diretamente os micronegócios e assessorando também os microempreendedores populares (BNB), no valor total de R\$ 66,3 bilhões;
- b. Concessão de crédito aos produtores rurais (pessoas física e jurídica) pelo Banco do Nordeste do Brasil, abrangendo recursos direcionados do Financiamento ao Comércio e aos Serviços (FNE), no valor de R\$ 49,1 bilhões;
- c. Financiamento ao Comércio e aos Serviços, no valor de R\$ 30,3 bilhões.

Basa

O valor total previsto pelo Basa é de R\$ 73,2 bilhões, destacando-se as seguintes ações não orçamentárias para o PPA 2024-2027:

- a. Concessão de crédito para promoção do desenvolvimento regional e territorial sustentável e diminuição das desigualdades intra e inter-regionais (FNO), no valor de R\$ 45,3 bilhões; e
- b. Concessão de crédito para os pequenos portes da Região Norte, no valor total de R\$ 23,1 bilhões.

Registre-se, ainda, que esses bancos possuem importante papel ao financiar outras políticas públicas de grande relevo no período do PPA 2024-2027, entre as quais destacamos:

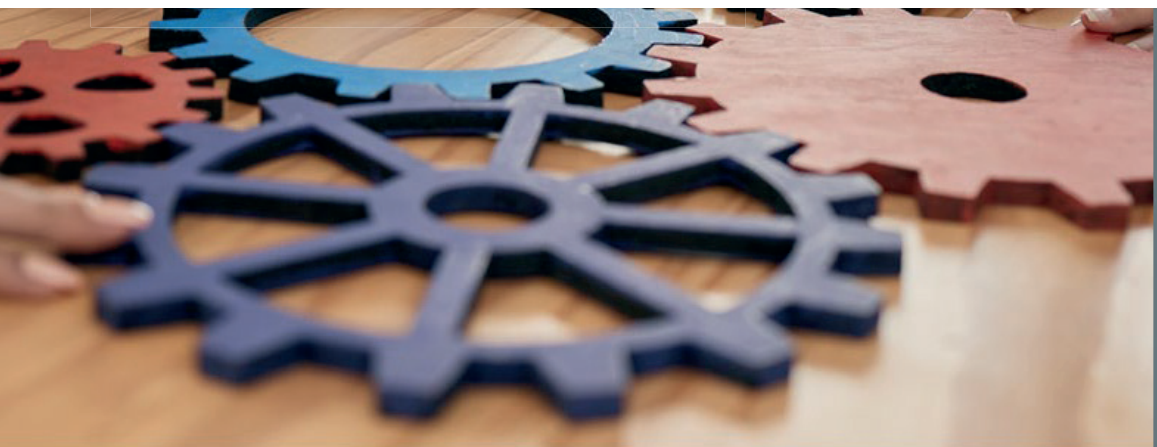
- Saneamento básico, com R\$ 34,7 bilhões previstos para o período, sendo R\$ 18,3 bilhões a serem disponibilizados pela Caixa e R\$ 16,4 bilhões pelo BNDES;
- Mobilidade urbana, com R\$ 33,8 bilhões previstos para o período, R\$ 21,9 bilhões a serem disponibilizados pelo BNDES e R\$ 12 bilhões e pela Caixa/FGTS;
- Crédito para mulheres empreendedoras, disponibilizado pelo Basa (FNO) no valor de R\$ 4 bilhões;
- Apoio à proteção e recuperação da biodiversidade, no valor de R\$ 2,5 bilhões, e para o desenvolvimento da bioeconomia, estimado em R\$ 480 milhões, ambos realizados pelo BNDES;
- Apoio ao turismo, no valor de R\$ 3,5 bilhões, disponibilizado pelo BNB, e de R\$ 360 milhões pelo Basa; etc.

O detalhamento das informações sobre as ações não orçamentárias, por programas do PPA, consta do Anexo II do Projeto de Lei do PPA 2024-2027.

Capítulo 5

Governança e gestão do PPA





5

Governança e gestão do PPA

O desafio da gestão pública não se limita apenas à elaboração e aprovação do PPA, inclui também transformá-lo em instrumento efetivo de gerenciamento, monitoramento e avaliação periódica de resultados.

Este não é um desafio simples. A robustez do Plano elaborado cria as bases para uma boa gestão e amplia a capacidade de monitoramento e produção dos resultados almejados. Contudo, a implementação decorre de um amplo conjunto de fatores. Demanda elevada capacidade de gestão e governança, em especial do nível estratégico, de concertação interna e externa ao governo e de transparência e abertura ao controle social, aos quais se somam os fatores referentes ao ambiente político e econômico.

O PPA 2024-2027 organizou os principais elementos necessários à dimensão gerencial, quais sejam:

- definir claramente os resultados desejados do governo;
- estruturar uma carteira de programas de forma coerente com os objetivos estratégicos de governo;
- especificar no nível de cada programa os objetivos específicos a alcançar com a definição clara dos resultados, seus indicadores e metas, e detalhar as entregas, bem como os recursos financeiros e as ações orçamentárias alocados para os quatro anos;
- identificar no nível de cada programa as ações não orçamentárias e as medidas institucionais habilitadoras da transformação desejada no período;
- definir como elemento de responsabilização em cada programa o órgão responsável pelo programa; e
- alocar recursos ao conjunto de programas de modo consistente com os cenários de disponibilidade de recursos para o período de quatro anos.

O PPA definiu ainda seis Prioridades que demandam modelos de gestão intensivo e diferenciado, visando ao alcance dos resultados desejados.

A implementação do PPA requer articulação em três dimensões específicas e complementares: o gerenciamento, o monitoramento e a avaliação. Os seus principais elementos estão descritos a seguir:

Gerenciamento intensivo. As prioridades do PPA terão gestão intensiva¹⁰⁶. Os objetivos específicos com elevada capacidade de influenciar cada uma delas foram identificados. Estes deverão ter suas entregas desdobradas para ganhar os elementos que permitam a gestão antecipatória de sua execução. Do ponto de vista da gestão, esse desdobramento deve ser visto como o instrumento capaz de indicar os prazos para realização das entregas, as ações que permitirão o seu alcance e as responsabilidades pela execução, dando transparência à relação entre recursos alocados e resultados pretendidos; e, sobretudo, sendo a referência principal de gerenciamento, monitoramento e avaliação.

O conjunto de programas e objetivos específicos não diretamente vinculados às prioridades também serão gerenciados, visando garantir a realização das entregas previstas pelo Plano à sociedade. Contudo, com intensidade moderada de gestão. A diferenciação das intensidades, alta e moderada, visa garantir o alinhamento entre os esforços a serem efetuados na gestão e às escolhas estratégicas definidas na etapa de formulação da estratégia, e assim ampliar as chances de execução dessas definições.

Monitoramento em rede. O monitoramento não deve ser entendido como sinônimo de acompanhamento. O monitoramento tem por objetivo provocar as decisões necessárias à superação de inevitáveis obstáculos – restrições – que surgem durante a execução dos programas com seus objetivos específicos e suas entregas. Analisa informações passadas, mas seu verdadeiro foco é o presente e a evolução próxima da execução. É papel fundamental da equipe de monitoramento acionar as decisões necessárias para a solução das restrições. Para isso, é essencial aperfeiçoar o sistema de informações do PPA. O monitoramento seguirá o mesmo modelo conceitual do gerenciamento, no sentido de ter dois níveis de intensidade: o monitoramento intensivo, aquele atrelado às prioridades, e o moderado, dos programas e dos objetivos não diretamente vinculados às prioridades.

Avaliação. É uma das etapas mais importantes da gestão do PPA. Seu objetivo é assegurar o aperfeiçoamento contínuo dos programas e do Plano, provendo subsídios para corrigir falhas de concepção e execução, atualizar objetivos e metas em relação às demandas da sociedade e garantir que os resultados destinados aos diversos públicos-alvo ocorram efetivamente.

A avaliação deve preceder a revisão do PPA, a elaboração do projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias e a elaboração do projeto de lei do Orçamento Anual. É desse modo que os resultados da avaliação podem contribuir para a qualidade desses instrumentos, tornando mais consistente a alocação de recursos públicos. Difere, portanto, da avaliação de impactos, igualmente importante, mas realizada em ciclos mais longos, não conectados diretamente com aqueles de um PPA.

¹⁰⁶ A Prioridade “novo PAC”, será gerida a partir de modelo próprio no âmbito da Presidência da República.

Neste PPA, o processo de avaliação possui três focos: avaliação de desempenho dos meios associados às prioridades; avaliação dos objetivos estratégicos; e do alcance da visão de futuro.

A avaliação das prioridades valoriza principalmente a análise de resultados, tendo como elementos de referência os objetivos específicos, os indicadores, a realização das entregas e a execução das medidas institucionais previstas.

A avaliação dos objetivos estratégicos consiste na análise crítica do conjunto de resultados dos programas associados e do prognóstico de alcance dos resultados finalísticos estabelecidos. É importante que os resultados dessa etapa sejam analisados e discutidos, em conjunto, pelos dirigentes responsáveis pelos respectivos programas associados a cada um dos resultados. O produto dessa etapa deve incluir recomendações para a melhoria do desempenho dos programas e o aperfeiçoamento das práticas gerenciais.

A avaliação do alcance da visão de futuro é orientada para o prognóstico quanto ao alcance dos resultados finalísticos estabelecidos na visão. Deve resultar em medidas gerenciais que atinjam diretamente os programas com maior impacto potencial nos indicadores que, eventualmente, não estejam seguindo a trajetória desejada.

Este PPA representa um avanço considerável na direção dos métodos mais modernos de gestão pública. Entretanto, alcançar um patamar elevado de desempenho gerencial é um desafio que vai além de boas práticas, requer capacitação, persistência e constância de propósitos durante um bom período.

Duas ações serão estruturadas a partir do envio do PPA ao Congresso Nacional visando avançar nas condições que ampliem o êxito da sua implementação. A primeira focará no necessário detalhamento do modelo de gestão do PPA, com a definição de governança, do processo decisório e de gestão, a definição dos responsáveis e a identificação das necessidades de adequação dos sistemas informatizados de gestão.

A segunda estará orientada para a disseminação das informações de modo transparente e à participação social, elementos complementares e basilares no êxito desse processo. Conforme previsto na Lei que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024-2027, ato do Poder Executivo poderá estabelecer e regulamentar observatório com fim de acompanhar os objetivos estratégicos, indicadores-chaves nacionais e metas, composto por entidades da sociedade civil, setor produtivo e por institutos de pesquisa e universidades.

A missão do Observatório será disponibilizar informações atualizadas e abertas sobre a evolução dos indicadores-chave nacionais associados à visão de futuro e aos objetivos estratégicos. Relatórios de monitoramento e análises antecipatórias quanto às trajetórias futuras mais prováveis deverão ser também disponibilizados nesse espaço. O objetivo aqui é dar transparência, induzir a participação e ampliar o controle social sobre as principais políticas públicas propostas pelo governo e aprovadas em lei pelo Congresso Nacional no âmbito do PPA 2024-2027.

Ficha técnica

Equipe técnica do Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretária Nacional de Planejamento

Leany Barreiro de Sousa Lemos

Secretária Adjunta Nacional de Planejamento

Maria Raquel Mesquita Melo

Chefe de Gabinete

Riane Ribeiro Carvalho

Diretor de Coordenação do Sistema de Planejamento

Fernando Sertã Meressi

Diretor de Planejamento de Longo Prazo

Ariel Cecílio Garces Pares

Diretora de Programas das Áreas Econômicas e Especiais

Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula

Diretora de Programas Sociais, Áreas Transversais e Multissetoriais e Participação Social

Daiane Boelhauer Menezes

Diretora de Programas de Infraestrutura e Planejamento Territorial

Flávia Pedrosa Pereira

Equipe Técnica de Planejamento Governamental

Adriana Marques Bento Ávalos

Alyson Canindé Macêdo de Barros

Andréa Costa Magnavita

Andrea Thalsofer Ricciardi

Antônio Paulo Barêa Coutinho

Carlos Tadeu Assumpção de Pinho

Cesar Augusto Assis Mascarenhas de Oliveira

Claudia Regina Tavares Canedo

Cristiane Gonzaga Chaves de Carvalho

Cristiano Ordones Portugal

Daniel Souza Coelho

Danielle Cavagnolle Mota

Danyel Iorio de Lima

Diego Pereira de Oliveira

Dorotea Blos

Eduardo Augusto de Abreu Costa

Eduardo Rodrigues da Silva

Erick Fagundes Ribeiro

Gustavo Teixeira Lino

Ismael Damasceno Pavani

João Carlos Gonçalves Barreto

Lizandra Serafim

Luciana Machado Teixeira Fabel

Luis Fernando Magnani de Oliveira

Marcelo Cerri

Márcia Ribeiro Fantuzzi Dias

Márcio Gimene de Oliveira

Marco Antonio de Oliveira

Mariana Meirelles Nemrod Guimarães

Mayara Santiago da Silva

Paulo França de Oliveira

Pedro Emilio Pereira Teodoro

Priscila Carvalho Soares

Rafael Henrique Cerqueira

Rafael Luís Giacomini

Rafael Martins Neto

Ricardo Dislich

Suripongse Naibert Chimpliganond

Thaise Oliveira Torres Monteiro

Valéria Cristina Passos Valentim

Vândson Kleber da Silva Monteiro

Vinicius Barbosa Salles de Azeredo

Vitor Tomaz Gondim

Apoio Técnico

Secretaria de Política Econômica (SPE)

Secretário de Política Econômica

Guilherme Mello

Subsecretária de Política Macroeconômica

Raquel Nadal Cesar Gonçalves

Coordenador, da Coordenação-Geral de Projeções Econômicas da Subsecretaria de Política Macroeconômica

Elder Linton Alves de Araújo

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Presidenta

Luciana Mendes Santos Servo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Gaiger Silveira

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Claudio Roberto Amitrano



Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Aristides Monteiro Neto

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos Internacionais

Fábio Vêras Soares

Coordenador-geral de Planejamento Estratégico e Articulação Institucional

Helder Rogério Sant'ana Ferreira

Apoio

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF)

Consultoria Técnica

Macroplan. Prospectiva, Estratégia e Gestão

Projeto gráfico, diagramação e arte

André Nóbrega (MF/SPE)

Viviane Barros (MPO/SE)

Estagiária de arte MPO-SE

Rayane Amorim

Fotos: Adobe Stock (fotos manipuladas)

Assessoria de Comunicação Social

Natália Oliveira

Informações

<https://www.gov.br/planejamento/assuntos/plano-plurianual>

E-mail: seplan@economia.gov.br

Última alteração: 31 de agosto de 2023

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Ministério do Planejamento e Orçamento

gov.br/planejamento

Siga nossas redes sociais



@MinPlanejamento



@planejamentoeorcamento

